



RELIGIÃO E POLÍTICA:

*medos sociais, extremismo
religioso e as eleições 2014*

Christina Vital da Cunha
Paulo Victor Leite Lopes
Janayna Lui

■■■ HEINRICH
BÖLL
STIFTUNG
BRASIL



RELIGIÃO E POLÍTICA:

*medos sociais, extremismo
religioso e as eleições 2014*

Autores

Christina Vital da Cunha
Paulo Victor Leite Lopes
Janayna Lui

Fundação Heinrich Böll Brasil & Instituto de Estudos da Religião (ISER)

Rio de Janeiro, 2017

Coordenação editorial

Marilene de Paula

Revisão

Bruna de Lara
Karina Merencio
Leandro Uchoas

Pesquisa iconográfica

Karina Merencio
Leandro Uchoas
Luzia da Silva

Foto da Capa

Shutterstock.com

Projeto gráfico e diagramação

Beto Paixão

Impressão

Gráfica Stampipa

Tiragem

1.000 exemplares

Esse livro foi financiado com recursos da Fundação Heinrich Böll e a pesquisa foi uma colaboração das instituições Boll e Iser. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Fundação Heinrich Böll

Rua da Glória, 190/701 – Glória
Rio de Janeiro - RJ – Brasil
CEP 20.241-180
+55 21 3221 9900
info@br.boell.org
www.br.boell.org

Instituto de Estudos da Religião (ISER)

Ladeira da Glória, 99, Glória
Rio de Janeiro
CEP 22.210-010
+55 21 2555 3782
iser@iser.org.br
www.iser.org.br

C972r

Vital da Cunha, Christina; Lopes, Paulo Victor Leite; Lui, Janayna.

Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014.
Christina Vital da Cunha, Paulo Victor Leite Lopes, Janayna Lui. – Rio de Janeiro:
Fundação
Heinrich Böll: Instituto de Estudos da Religião, 2017.

196 p.

ISBN 978-85-62669-21-7.

1. Religião - Política. 2. Eleições. I. Vital da Cunha, Christina. II. Lopes,
Paulo Victor Leite. III. Lui, Janayna. IV. Título.

CDD 261.83

SUMÁRIO

Apresentação	5
Introdução	7
Atordoamento e religião nas eleições 2014	
Capítulo 1	17
Um pastor candidato: a primeira candidatura confessional evangélica à Presidência do Brasil	
1.1 Mas quem é Pastor Everaldo?	18
1.2 Pastor Everaldo contra Dilma Rousseff	26
1.3 A campanha nas igrejas, nas rádios e na televisão	37
1.4 Os apoios à candidatura	40
Capítulo 2	47
Estratégias de poder e a apresentação de um perfil liberal conservador religioso	
2.1 Desafios da campanha	61
2.2 Fim da campanha e o “novo lugar dos evangélicos”	70
2.3 Pastor Everaldo e o voto evangélico no segundo turno das Eleições 2014	72
Capítulo 3	77
Agenciamentos em torno do religioso: a eleição para governador do Rio de Janeiro em 2014	
3.1 Os candidatos, os partidos e as campanhas	78
3.2 Os candidatos e os seus pertencimentos	89
3.3 Segundo turno: a recomposição de forças e o embate com a IURD	99
3.4 Sobre definições e jogos de acusação nas eleições no Rio de Janeiro	108

Capítulo 4..... 111

Conclusão: Reavaliando categorias sociais - como pensar os evangélicos na sociedade e na política no Brasil contemporâneo

4.1 Ações extremistas	114
4.2 Ações conservadoras	119
4.3 Ações progressistas	121
4.4 Evangélicos como players	126
4.5 Do liberal ao liberal conservador religioso	128

Referências Bibliográficas 135

Anexos

Anexo 1: Carta de Robson Rodovalho: "Antes pedintes, hoje negociadores"	144
Anexo 2: Entrevista com Silas Malafaia	146
Anexo 3: Manifesto de evangélicos contra a posição da Frente Parlamentar Evangélica sobre a Política Nacional de Participação Social (PNPS)	149
Anexo 5: Integrantes da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional	153

Sessão Extra..... 156

Religião, direitos e liberdades
laicas no Brasil contemporâneo

"É preciso salvar a família":..... 157

gênero, religião e política no contexto do
neoconservadorismo evangélico nas mídias no Brasil

Magali do Nascimento Cunha

A militância política de grupos ecumênicos na construção da democracia brasileira..... 170

Tatiane dos Santos Duarte

APRESENTAÇÃO

O livro que o leitor@ tem em mãos é fruto da parceria da Fundação Heinrich Böll com o ISER (Instituto de Estudos da Religião), parceiro que sempre nos ajuda a decifrar as nuances do Brasil contemporâneo. Foi assim quando lançamos juntos, em 2013, o livro **Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**, também resultado de uma pesquisa de mesmo nome.

Esse Brasil diverso e complexo dos últimos anos, cujas reviravoltas políticas, combinadas com as denúncias e prisões da operação Lava-Jato e a crise econômica que o país atravessa, tornou imprevisíveis os próximos capítulos da política brasileira.

As eleições de 2014, pano de fundo nas análises de cenários e da força dos atores políticos, nos contam como vivemos em um mundo polarizado, em que pese que numa disputa eleitoral os ânimos sempre estarão exaltados. Entretanto, os próximos capítulos daquela história, com a vitória de Dilma Rousseff e o posterior impeachment da presidente trouxeram a polarização ao seu nível máximo. Manifestações nas ruas pró-impeachment e outras contra Michel Temer, vice na chapa de Dilma e atual presidente, colocaram a política no centro do debate nacional. Nada mais justo então que irmos um pouco atrás, para conseguirmos ver adiante, sabendo sempre que o olhar será impreciso e não conseguirá abarcar toda a paisagem. Essa é também a proposta do livro **Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014**, ou seja, analisar as candidaturas do Pastor Everaldo (PSC), de Marcelo Crivella (PRB) e de Anthony Garotinho (PR) nas eleições de 2014 para compreendermos um pouco mais esse cenário tão complexo que vivemos hoje. Christina Vital, Paulo Victor Leite e Janayna Lui são nossos guias a decifrar esse caminho.

A candidatura para Presidência do Pastor Everaldo, a primeira abertamente ligada às igrejas evangélicas, foi uma novidade, mas de certa forma já era aguardada. O peso político no Congresso e nas Câmaras de alguns municípios foi o combustível para costurar suficientes alianças para um ensaio da pretensão das lideranças evangélicas de terem o cargo mais importante do Executivo.

O livro completa sua análise com a disputa pelo governo do Rio de Janeiro, uma das principais capitais do país, por dois candidatos cujo discurso político tinha implicações diretas com o elemento religioso. A análise robusta proposta

pelos autores nos desvela como pensam e qual o projeto político que permeia seus discursos e visões. A família, como bem maior social, se sobressai.

Mas quem é essa família? As críticas de grupos LGBTs e dos movimentos de mulheres estão focadas nessa visão de família heteronormativa, que vê a mulher sem seus direitos sexuais e reprodutivos garantidos, voltada a seu papel tradicional na sociedade. Por isso, parte da sociedade os vê como gente atrasada, fundamentalista e sectária, que em muitos momentos trabalham com a dicotomia do “nós” e “os outros”, não abrindo a possibilidade de construção coletiva, a partir da diversidade de perspectivas sociais e políticas que uma sociedade complexa como a brasileira exige. Se a justiça social não é a visão norteadora das propostas políticas, o que poderá então conseguir tal feito? As candidaturas representam o que nossos autores conseguiram apresentar com maestria, um projeto liberal conservador que se utiliza da religião como ponte para angariar fiéis, poder e recursos dos mais variados tipos.

Mas quem são eles? Impossível uma definição simples; são diversos, e em muitos momentos contraditórios. Algumas igrejas não aceitam a exposição na mídia, outras pagam milhões para estarem nas TVs o máximo possível. Mas a verdade é que a velocidade com que conseguiram estar presentes nas periferias e centros urbanos das principais capitais, com milhares de igrejas, tornou-se um desafio para a análise de pesquisador@s e criou medos sociais, como apontam os autores. Por terem como público ainda majoritário os mais pobres, elas também representam um chamado àqueles considerados invisíveis para que participem da cena política e social, só que em outro plano, como protagonistas, mesmo que em muitos momentos isso seja apenas uma miragem.

O livro nos alerta sobre o quanto a política é importante, e como discutir e se juntar para refletir o que acontece no mundo político, por vezes tão distante, pode nos fazer avançar como sociedade. A democracia é um processo em permanente construção e disputa. E para isso precisamos de aliados para remexer visões estáticas, e nos ajudar a entender onde estamos. Por essa razão agradeço imensamente aos autores Christina Vital, Paulo Victor Leite e Janayna Lui pela seriedade e dedicação e a Pedro Strozenberg e a toda a equipe do ISER, por mais essa parceria.

INTRODUÇÃO

Atordoamento e religião nas eleições 2014

Que tipo de formação é essa, esta “sociedade” que compomos em conjunto, que não foi pretendida ou planejada por nenhum de nós, nem tampouco por todos nós juntos? Ela só existe porque existe um grande número de pessoas, só continua a funcionar porque muitas pessoas, isoladamente, querem e fazem certas coisas, e no entanto sua estrutura e suas grandes transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa em particular.

Norbert Elias

O clima inicial das eleições presidenciais de 2014 era de apatia. Onze candidatos concorriam à Presidência da República em uma corrida envolvendo 32 partidos. Mas, apesar da grandeza dos números, não havia nada de novo – eram os mesmos personagens, os mesmos discursos. Em meio à estagnação, a candidatura à reeleição saía favorecida. Mas logo no início da campanha oficial aquela apatia foi quebrada por um fato brutal: a morte do então candidato Eduardo Campos (PSB - Partido Socialista Brasileiro), terceiro colocado nas pesquisas de intenção de voto.

O atordoamento e as incertezas provocadas pela morte repentina foram seguidos pela eclosão de uma competição dilacerante pelo poder e pela expectativa em relação à nomeação da nova cabeça da chapa. De vice, Marina Silva passou a candidata do PSB. Chegou sob forte comoção de uma juventude que percebia em sua candidatura a possibilidade de ver

acontecer uma mudança ética e política reivindicada desde as passeatas e confrontos de junho de 2013 – e mesmo antes disso. Evangélicos se somaram no apoio à sua candidatura, pois muitos acreditavam que a morte de Eduardo Campos fora uma espécie de encomenda divina para que Marina Silva – e, com ela, os evangélicos – assumisse o poder.

Uma euforia tomou conta da campanha. A partir dali, as paixões visivelmente guiariam o pleito. O enorme espaço que conquistou na mídia fez com que Marina saltasse ao primeiro lugar na disputa, mas, com o passar dos dias, foi caindo nas pesquisas. No fim, perdeu o segundo lugar para Aécio Neves ((PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira), que chegou ao segundo turno com uma diferença de apenas 8% em relação à Dilma Rousseff.

Os jogos de ocultação e revelação envolvendo a identidade religiosa evangélica de Marina resultaram em uma sinuca. Seu eleitorado de base jovem e progressista começou a se descolar de seu nome, temendo que seu governo fosse tomado pelo “obscurantismo” e pelo “fundamentalismo”, categorias de acusação fortemente direcionadas aos evangélicos no Brasil. Já a massa evangélica de perfil mais conservador passou a desconfiar do discurso progressista, identificado como “de esquerda”, que a candidata proferia em muitas aparições. Enquanto isso, a oposição apaixonada em torno de Dilma Rousseff e de Aécio Neves crescia. Digo oposição, e não adesão, porque muitos demonstravam ter certeza do voto *contra* e não a favor de um ou de outro.

No início da disputa, Pastor Everaldo (PSC - Partido Social Cristão), primeira candidatura confessional evangélica à Presidência da República no Brasil, conseguiu um empate técnico com Eduardo Campos e fora apresentado na mídia como o possível definidor da campanha eleitoral de 2014: seu crescimento poderia significar a existência de um segundo turno. Naquele pleito, a presença de pastores era 40% maior do que nas eleições de 2010, segundo informações do Tribunal Regional Eleitoral: 270 candidatos se inscreveram como pastores contra 193 em 2010. As candidaturas confessionais católicas também aumentaram: o número de candidatos padres era 15% maior.

No plano estadual, o Rio de Janeiro vivia o que o então prefeito do Rio, Eduardo Paes, chamou de um “bacanal eleitoral”. Em linguagem poética, o contexto político poderia ser visto a partir do poema “A quadrilha”, de Carlos Drummond de Andrade: “João que amava Teresa que amava Raimundo que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili que não amava ninguém”.

Pois é, “Dilma que apoiava Pezão, que apoiava Aécio, que recebia Everaldo que era amigo de Eduardo Cunha que não amava ninguém”. Tudo que um dia pareceu sólido se desmanchava no ar, ali, em contexto estadual e também nacional. Não havia certezas, não havia nada ganho.

Eram conservadores contra liberais, mas também religiosos contra religiosos, liberais contra liberais, direita contra direita, esquerda sem apoiar a esquerda. Nada estava garantido, nada poderia ser essencializado. Tudo poderia ser alvo de dúvida e ataque. Conflitos e oposições que pareciam intransponíveis foram se consolidando. Todas essas categorias emergiam na arena pública, ora de forma analítica, ora de maneira acusatória, e surtiam efeitos. A despeito de compreendermos que há muito mais composições possíveis na vida social do que os enquadramentos binários permitem enxergar, eles estavam sendo ativados, e a sociedade saiu dividida das eleições. A insatisfação e o medo se revelaram no maior percentual de votos nulos, brancos ou indecisos da história – ao fim e ao cabo, foram quase 30% de votos inválidos e abstenções. No Congresso Nacional, a fragmentação política se ampliou com a eleição de representantes de 28 partidos, seis a mais do que se tinha em 2010.

O “voto evangélico”, alvo de disputa no cenário político desde, pelo menos, as eleições de Fernando Collor de Melo, parecia se concentrar em torno do candidato Aécio Neves. Se em 2010 as lideranças evangélicas se dividiram no apoio às candidaturas, em 2014 estava clara a diminuição do apoio de evangélicos ao PT e à campanha para a reeleição de Dilma Rousseff. Pastor Everaldo, inclusive, foi enfático ao dizer que o PSC e vários parlamentares evangélicos romperam com a presidente já no primeiro ano de seu primeiro mandato. Os episódios envolvendo o material didático de combate à homofobia nas escolas e as divergências entre o governo, a Frente Parlamentar Evangélica e políticos identificados como conservadores foram fatos públicos importantes, embora não se possa fazer encadeamentos necessários entre o que se afigurou naquele momento e os desdobramentos disso na atualidade.

No clima de tormenta, também se confrontaram evangélicos e seus projetos de poder: de um lado PSC e, majoritariamente, a Assembleia de Deus, de outro, (PRB - Partido Republicano Brasileiro) e, majoritariamente, a Igreja Universal do Reino de Deus. Essa última parecia ter saído vitoriosa: conseguiu aumentar em 150% o número de parlamentares no Congresso Nacional, enquanto o PSC teve um decréscimo de sua bancada em relação

ao pleito anterior: foram 17 parlamentares eleitos em 2010 e 12 em 2014. O desenrolar dos fatos mostra o desequilíbrio estrutural dessa gangorra: com o impedimento da Presidente Dilma Rousseff e o início do governo interino de Michel Temer (PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro), o PSC ganharia destaque pela indicação de André Moura (PSC-SE) para líder do governo na Câmara dos Deputados.

A todo momento, as categorias religião e tradição eram conclamadas para explicar posicionamentos e a pacificar os ânimos, embora parecessem acirrá-los ainda mais. No caldo das antipatias, atordoamentos e ódios que explodiram em 2013 e foram amplificados pós-eleições presidenciais de 2014, a rejeição à religião cresceu no espaço público (em contexto nacional e internacional, vale dizer). Muitos a apontam como o mal do Brasil atual, causador da discórdia, do “obscurantismo”, da intolerância. Será?

Em seu primeiro pronunciamento à nação, Michel Temer falou, em tom profético, que faria um governo religioso, se remetendo à etimologia da palavra *religare* – no latim, religar. Disse que religaria a nação e os políticos em torno de um projeto comum: o de fazer o Brasil prosperar. Seria um governo de união. O contexto social e político possibilitava, ou até estimulava, o uso da palavra “religião” como meio de falar para todos, como um código que estabelece uma comunicação para dentro e para fora da esfera político-partidária. O mesmo código foi ativado durante a votação do encaminhamento do pedido de impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados em 15 de março de 2016, quando todos puderam assistir aos votos dos parlamentares. Durante os pronunciamentos, os crimes de responsabilidade fiscal que fundamentaram o encaminhamento do processo foram citados apenas 18 vezes; famílias e filhos (as), 270 vezes; e a palavra Deus, 75 vezes – tendo sido usada, inclusive, pelo então presidente da Câmara, o deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

A religião como código emerge para comunicar posicionamentos, ora como meio de ocultar outras intenções, ora como forma de identificação que fortalece o capital político. Mas, nas eleições 2014 e ao longo dos dois últimos anos, os valores religiosos foram citados de modo muito contundente como fatos de tradição, algo maior do que a religião e o lugar que lhe foi imputado no ocidente moderno – o de algo privado, que tem espaço como crença, escolha.

Assim, os jogos de visibilidade e invisibilidade em torno das motivações religiosas para a ação, para a proposição de políticas públicas e para

a composição de arranjos políticos no Brasil contemporâneo continuam apertando os “nós nas orelhas”, a impossibilidade de escuta, imagem inspirada na música título do mais prestigiado CD do rapper paulista Criolo. A intolerância em relação ao *outro*, a indisponibilidade política, emocional e mesmo psicológica de ouvir e debater com o *outro* não diminuíram com o fim das eleições. Pelo contrário, não se poderia imaginar que o atordoamento, a raiva e a indisponibilidade em relação ao diferente iriam aumentar em tão larga medida.

A tentação de produzir explicações totalizantes deve, no entanto, ser contida em benefício da contemplação de contextos que guardam algum encadeamento histórico, mas não anteriormente previstos, arquitetados, como já chamava atenção Norbert Elias citado em epígrafe. O curso dos fatos apresenta desejos incontidos de atores políticos de controlar seu curso, mas ninguém é tão poderoso assim. Se não podemos dizer que têm absoluto êxito, não podemos negar conquistas dos segmentos religiosos que tentam produzir um novo ordenamento social e interferir nos modos de ser e sentir de toda uma nação a partir das doutrinas e dos dogmas que lhes orientam.

O livro

Estamos acompanhando as disputas em torno da defesa da tradição (existente ou idealizada) e da força social que a combate. Nesta publicação, a partir do material empírico reunido na pesquisa “Um Brasil para Cristo? Candidaturas religiosas nas eleições 2014”, executada em parceria entre a Fundação Heinrich Böll, o ISER e a Universidade Federal Fluminense, procuramos analisar a primeira candidatura confessional evangélica à Presidência da República – Pastor Everaldo (PSC) –, tendo como hipótese que tal candidatura significaria um marco na relação dos evangélicos com a política. Se a bibliografia especializada e as próprias lideranças evangélicas midiáticas apresentavam como estratégia até então a manutenção de sua força nos legislativos estaduais e federal, mostrando limites quanto ao investimento em candidaturas majoritárias, as eleições 2014 mostraram um passo diferente, provocando especulações, apostas e temores.

Contrastivamente, discutimos ainda duas candidaturas ao governo do estado do Rio de Janeiro, as de Anthony Garotinho (PR - Partido da Repú-

blica) e Marcelo Crivella (PRB). Nesses casos, embora não se tratassem de candidaturas estritamente confessionais, e que, inclusive, se fizesse esforço para evitar publicamente essa identidade, o elemento religioso foi central na disputa. Pelos oponentes, foi usado para amplificar o medo em relação a algumas candidaturas “acusadas” de evangélicas e exclusivistas, e, pelos candidatos, para capitalizar a partir de suas identidades religiosas ou do apoio de personalidades do segmento religioso.

Não há vítimas nesses processos. Há, contudo, um contexto interessante de emergência de paixões, repulsas e estratégias. Buscamos, assim, analisar diferentes estratégias de poder utilizadas nessas campanhas e discutir como elas visavam afetar a vida cotidiana de religiosos e não religiosos no Brasil, além de compreender:

- Quais alianças foram feitas em torno dessas candidaturas e com qual perfil religioso-político-ideológico?
- Quais foram os temas-chave e o núcleo central do programa de governo desses candidatos?
- Quais as bases de apoio e mobilização que se formaram em torno dessas candidaturas?
- Qual o peso relativo da ascensão do então deputado federal Marco Feliciano (PSC/SP) à presidência da Comissão de Direitos Humanos (CDH) e da midiaticização do evento para a proposição de uma candidatura evangélica confessional, na figura do Pastor Everaldo, à presidência do país?
- Qual o tamanho e o papel político do PSC antes e depois desses dois eventos?
- Qual a composição da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) em 2015?

Em pesquisa recente (Vital da Cunha, 2014; Vital da Cunha; Lopes, 2012) revelamos uma grande oscilação em relação à composição da Frente Parlamentar Evangélica ao longo das legislaturas: no início, tem um tamanho relativamente menor do que aquele assumido da metade para o final dos mandatos – e a ascensão das suplências tem importante papel nesse crescimento.

A campanha do Pastor Everaldo, referido na mídia ora como conservador, ora como liberal econômico, enfatizava um governo não só para os evangélicos, mas para todos quando defendia a família e a vida. Isso porque a articulação de seu discurso podia, às vezes, ter bases bíblicas, mas era predominantemente marcada por valores tradicionais. Tratava-se da exploração de um código que comunicava sua adesão a um valor social tradicional dito maior, natural, incontestável e que estava sendo ameaçado. Afirmava, assim, a força, a naturalização, a legitimação de um modelo, de uma ordem social que não deveria ser vista como religiosa, mas sim como tradicional.

No plano estadual, as zonas cinzentas eram ainda mais comuns. Marcelo Crivella, que fazia questão de destacar sua condição de bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, provocava repórteres e comentaristas, dizendo que não queria saber de religião, não a privilegiava sobre as questões sociais e não feria a laicidade. Segundo ele, eram seus interlocutores quem não paravam de falar de religião. Por outro lado, para os evangélicos que se aproximavam dele nas ruas em campanha, pedia: “orem por mim”. Com Garotinho, as interpelações públicas giravam em torno de uma dupla desconfiança: moral e administrativa – dado o seu envolvimento em escândalos de corrupção no estado – e exclusivista religiosa – pelo seu pertencimento a uma igreja protestante.

Portanto, neste livro temos como objetivo recuperar detalhes das eleições 2014 a fim de refletir sobre como pensar os evangélicos hoje no Brasil, tanto na política quanto na sociedade; seu lugar como ator político, de “ovelhas” a *players*; e o lugar relativo que a religião e a tradição ocupam no debate público. Buscamos olhar aquele evento à luz das questões que tomaram a agenda pública desde a reeleição de Dilma Rousseff à Presidência da República e a culminância que tal processo atingiu com seu afastamento do cargo em maio de 2016. Desse modo, buscamos refletir sobre o contexto tão turbulento e complexo que se desenrolou das eleições até o período mais recente, no qual pudemos acompanhar diferentes arranjos e interesses publicamente observados no crescendo de narrativas e reportagens envolvendo políticos de vários escalões nas investigações em curso na operação judiciária conhecida como Lava Jato; a cassação do mandato do deputado federal e ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha; a prisão de senadores, ministro e ex-ministros; o estabelecimento

do governo de Michel Temer e a composição de seu ministério; o tratamento da questão da mulher pelo novo governo etc..

Inicialmente, diante de tudo o que se passou no cenário político nacional e estadual, recuperar o debate sobre as eleições 2014 parecia falar sobre algo datado, que se encerrava naquele momento em termos de importância estratégica para o entendimento do presente. No entanto, as eleições 2014 foram parte de um processo que culminou nos eventos que viemos acompanhando. Não postulamos a existência de um projeto que se desenhava desde aquele momento em qualquer direção que fosse, pois compreendemos que a vida social depende de interações que são circunstancialmente produzidas. Nesse sentido, entendemos que havia disposições e interesses políticos, partidários e denominacionais sendo conduzidos por diferentes atores sociais, que foram sendo apresentados à sociedade de modo ora mais notório, ora menos evidente, obtendo conquistas e derrotas. Ainda que não consideremos na análise a existência de um projeto político unívoco dos evangélicos, seja no âmbito do Congresso, seja na sociedade, dada a diversidade desse segmento, consideramos que o processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff é um dos resultados de uma disposição política que vem tomando forma desde o segundo governo Lula e que se tornou explícita no manifesto do pastor e ex-deputado federal Bispo Robson Rodovalho, tal como mostraremos ao longo deste livro.

Agradecemos imensamente a todos os integrantes da equipe de pesquisa: Clemir Fernandes (PPCIS/UERJ – ISER), Licia Oliveira (UFF) e Pedro Suarez (ISER). Clemir, em especial, foi um interlocutor muito importante ao longo da produção da pesquisa e desta publicação. Ao Bernardo Guerra, que se somou à equipe na reta final de produção deste livro, agradecemos pelo compromisso, disponibilidade e também pela troca de ideias a respeito das hipóteses e análises aqui contidas. Ao Pedro Strozenberg, agradecemos igualmente pela interlocução e por viabilizar institucionalmente o andamento da pesquisa. À Helena Mendonça, agradecemos sempre pelo acompanhamento competente e minucioso de todos os passos deste processo de trabalho. Agradecemos também ao demais integrantes da equipe administrativa e que mais recentemente vêm colaborando para a produção deste livro: Lilian Dias, João Souza e Silva, Karem Santana, Roberto Amado e Marina Menezes. À Fundação Heinrich Böll, agradecemos pela parceria e pelas provocações que nos têm feito e que têm resultado em ricas produ-

ções conjuntas. Tem sido um privilégio trabalhar com vocês, em especial pela vivaz e sempre instigante interlocução com Marilene de Paula. A você, agradecemos a leitura atenta e as interpelações feitas ao longo de toda esta pesquisa.

Às colaboradoras Magali Cunha e Tatiane Oliveira, agradecemos por aceitarem o convite para estarem conosco nessa jornada. Os seus trabalhos, juntamente com os de outros caros pesquisadores nacionais, como Emerson Giumbelli, Ronaldo Almeida, Renata Menezes, Regina Novaes, Paula Montero e Patrícia Birman, nos inspiraram e continuam a inspirar novas reflexões.

CAPÍTULO 1

Um pastor candidato: a primeira candidatura confessional evangélica à Presidência do Brasil



Pastor Everaldo da Coletiva mantendo apoio à manutenção de Marco Feliciano (PSC) à frente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

Foto: Empresa Brasil de Comunicação (EBC), 26/03/2013
Licença CC BY 3.0 BR. <https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/br/>

Diante de aproximadamente cinco mil pessoas reunidas na Assembleia Legislativa de São Paulo durante a convenção nacional do PSC, em 14 de junho de 2014, Pastor Everaldo foi aclamado candidato à Presidência da República pelo partido. Em seu discurso, enfatizou a “defesa da família tal como presente na Constituição Federal”, a “defesa da vida desde a sua concepção” e o resgate dos “valores tradicionais da nação brasileira”, com respeito aos “direitos das minorias”¹. Questionado sobre sua vinculação religiosa e a força dos evangélicos no Congresso Nacional, Pastor Everaldo disse: “Vou governar para todos”.

¹ Correio Braziliense. Data da matéria: 15/06/2014. Disponível em http://impresso.correioweb.com.br/app/noticia/cadernos/politica/2014/06/15/interna_politica,131666/nanicos-em-busca-de-visibilidade.shtml. Acesso em 05 de Julho de 2014.

O candidato a vice-presidente em sua chapa foi Leonardo Gadelha, 39 anos, filho de Marcondes Gadelha, presidente do partido na Paraíba. Leonardo é administrador de empresas, foi deputado estadual e atuou como deputado federal na condição de suplente até março de 2014. A escolha de uma chapa presidencial sem alianças partidárias foi a expressão de uma estratégia para a projeção do partido e para a liberdade de condução de uma campanha baseada no seguinte tripé argumentativo: preservação da família, redução do Estado e “a verdadeira mudança” – o combate à corrupção.

Com a candidatura de Everaldo, o PSC visava se fortalecer junto ao eleitorado conservador, de um modo geral, e ao eleitorado evangélico, em particular. Em junho de 2014, Pastor Everaldo oscilava entre 3% e 4% das intenções de voto. Em tom motivacional, o slogan da campanha dizia: “Fé em um Brasil melhor”. Acompanhando essa “estética motivacional”, sua equipe postava mensagens nas redes sociais, com destaque para o Twitter e Facebook. Numa imagem projetada em sua campanha oficial, o candidato não olhava diretamente para o eleitor, mas sim para uma direção que indicava um olhar para o futuro. A marca da novidade foi trabalhada em toda a sua campanha, cujas cores remetiam à bandeira nacional: verde, amarelo, azul e branco. A imagem visava reforçar o que o discurso explorava incessantemente: Everaldo seria a salvação nacional, porque sua vitória representaria a verdadeira mudança.

1.1 Mas quem é Pastor Everaldo?

Até o lançamento de sua campanha, Everaldo Dias Pereira, registrado no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) como Pastor Everaldo, era pouco conhecido pelo público. Everaldo nasceu em casa, no bairro de Acari, na Zona Norte da cidade do Rio, tendo sua avó como parteira. Neto e filho de pastores evangélicos, aos nove anos começou a trabalhar: primeiro como camelô na Feira de Acari e, dos 12 aos 14, foi servente de pedreiro.

Posteriormente, passou em um concurso para contínuo do Instituto de Resseguros do Brasil e formou-se em Ciências Atuariais pela Faculdade de Economia e Finanças do Estado do Rio de Janeiro, montando depois seu próprio escritório. Everaldo é casado com a cantora gospel Ester Batista e é pai de três filhos. Quando do lançamento de sua campanha, era pastor auxiliar da Assembleia de Deus (Ministério de Madureira), igreja

evangélica com maior número de fiéis no Brasil, ultrapassando a casa dos 12 milhões, segundo dados do Censo 2010 do IBGE. No PSC, exercia o cargo de vice-presidente.

Pastor Everaldo chegou à política pelas mãos de Leonel Brizola (PDT - Partido Democrático Trabalhista), ex-governador do Rio de Janeiro. Mas, antes disso, em 1982, fez campanha para um amigo candidato a vereador, tendo atuado também como cabo eleitoral de Sotero Cunha (PDC - RJ, Partido Democrata Cristão), deputado federal ligado à Assembleia de Deus que, na Assembleia Nacional Constituinte, fez parte da primeira composição da então chamada bancada evangélica. Em 1989, Everaldo foi o responsável por negociar o apoio de evangélicos à campanha presidencial de Brizola. No segundo turno, a pedido do pedetista, atuou como articulador do apoio dos evangélicos ao então candidato Luiz Inácio Lula da Silva e chegou a organizar um almoço de apoio a Lula com mais de 300 pastores na Baixada Fluminense. Embora a grande mídia apresente sua trajetória política ligada a partidos de esquerda, em entrevista concedida para a nossa pesquisa, Pastor Everaldo salientou seu percurso errante, destacando mais o caráter pessoal e contextual de suas escolhas do que a vinculação a um projeto político-partidário naquele momento:

A minha primeira filiação, na verdade, mesmo sendo militante do PDT, foi ao antigo PDC. Foi em 1986/87. Depois houve uma fusão de partidos. Mas eu não tinha militância nenhuma. Militava mais no PDT com Brizola. Depois, teve a candidatura de um amigo pra Constituinte em 1985 e ele era do PDC, e eu me filiei depois para ajudar. Mas a militância partidária que eu tive mesmo depois foi no PSC.

(Entrevista realizada com Pastor Everaldo em 24 de agosto de 2015).

Na política estadual, foi colaborador da também política assembleiana Benedita da Silva (PT) e integrou o núcleo de governo de Anthony Garotinho (então filiado ao PDT) como coordenador de um dos principais carros-chefes da administração: o programa Cheque Cidadão. À época, Pastor Everaldo foi criticado por vincular a distribuição dos cheques à relação de beneficiados feita por igrejas evangélicas.

Cheque Cidadão

No Estado do Rio de Janeiro, a partir do final da década de 1990, a Assistência Social ganhou maior projeção e aspectos singulares, vinculados à figura do governador Anthony Garotinho. Eleito em 1998, ele capitaneou diversos programas assistenciais que podem ser considerados vitrine das ações do governo nessa área, como os Restaurantes Populares e o Cheque Cidadão, instituído por meio do Decreto nº 25.681 de 05/11/1999, alterado pelo Decreto nº 26.993 de 18/08/2000.

O programa de renda mínima do Estado do Rio de Janeiro – Programa Compartilhar/Cheque Cidadão – já nasceu polêmico. Ao mesmo tempo em que pretendia atenuar as difíceis condições de vida de um grande contingente de beneficiários em um cenário marcado pela pobreza e exclusão social crescentes, nasceu casado com a imagem de filantropia religiosa. As instituições religiosas, notadamente as evangélicas, foram agentes fundamentais para a consecução do programa: foram elas que cadastraram e selecionaram as famílias beneficiárias.

Inicialmente vinculado ao Gabinete Civil, sob coordenação do sub-secretário Pastor Everaldo Dias Pereira, o programa passou a ser coordenado pela Secretaria de Estado da Ação Social e Cidadania – SASC – a partir de 13 de abril de 2000, conforme o disposto no Decreto nº 26.172. Ele se destinava à população de baixa renda e tinha como objetivo final “beneficiar as famílias carentes com um cupom de R\$100,00 (cem reais) mensais. Os cupons são trocados em estabelecimentos comerciais credenciados pela Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro (ASSERJ) por quaisquer produtos alimentícios e de higiene, não podendo ser utilizado para a aquisição de bens de consumo duráveis, bebidas alcoólicas, fumo e derivados. Dando-lhes o exercício pleno da cidadania” (SEGAB, 2001, p. 1).

As famílias assistidas precisavam atender aos seguintes critérios: possuir renda familiar per capita igual ou inferior a 1/3 do salário mínimo; ter filhos em idade escolar frequentando a escola; possuir filhos menores de dez anos em dia com o calendário de vacinação; e cadastrar-se e ser incluído no Programa por intermédio das instituições assistenciais e religiosas voluntárias, cabendo a essas a responsabilidade da distribuição dos cupons, conforme disposto no Decreto nº 25.681 de 05/11/1999, alterado pelo De-

creto nº 26.681 de 18/08/2000. Como contrapartida, as famílias beneficiárias precisavam apenas apresentar a nota fiscal das compras efetuadas com o Cheque Cidadão no máximo cinco dias após seu recebimento e atualizar semestralmente a documentação apresentada à Entidade Voluntária, notadamente a declaração de frequência escolar dos filhos entre sete e catorze anos e a caderneta de vacinação atualizada das crianças menores de dez anos. A não apresentação dos documentos poderia significar o desligamento do programa. Após anos de distribuição, o cheque cidadão foi extinto durante o primeiro governo de Sérgio Cabral.

Em 2002, Pastor Everaldo apoiou a candidatura de Sérgio Cabral (PMDB) ao Senado Federal. Até o ano seguinte, quando se filiou ao PSC, seu percurso e, em certo sentido, sua formação política foram construídos ao lado de reconhecidos “populistas”. No novo partido, ganhou notoriedade entre os colegas por ser considerado um político pragmático e organizado. Entre 2003 e 2014, foi vice-presidente do PSC e, sob sua gestão, o partido assumiu organicidade.

De 4 em 4 anos, reúnem-se os membros do diretório nacional e ali escolhem o presidente... Quando o PSC foi fundado, tinha a sede em MG. Surgiu em 02 de maio de 1985. No início, a representação maior dele era no Rio de Janeiro. As representações sempre elegiam aqui deputado federal, estadual, mas era um partido que funcionava assim, de maneira... sem uma organização. Cada estado fazia o que queria. Não tinha uma organização nacional. Quando nós assumimos, começamos a dar cunho nacional ao partido, de norte a sul, de leste a oeste.

(Entrevista realizada com Pastor Everaldo em 24 de agosto de 2015).

O PSC é um partido abertamente anti-marxista e anti-comunista. No site oficial do partido, lê-se que ele se sustenta “na Doutrina Social Cristã, inspirado nos valores e propósitos do Cristianismo, em busca de uma sociedade justa, solidária e fraterna. O Cristianismo, mais do que uma religião, representa para o PSC um estado de espírito que não segrega, não exclui nem

discrimina”². Foi criado em 1985, mas só obteve registro no TSE em 1990, o que não impediu que já em 1989 estivesse atuante na aliança com PST (Partido Social Trabalhista), PRT (Partido Republicano Trabalhista) e PRN (Partido da Reconstrução Nacional) na coligação “Brasil Novo”, que apoiou e levou Fernando Collor de Mello à Presidência da República.

Pastor Everaldo é aliado e amigo de longa data do deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), de quem foi sócio em uma rádio em Pernambuco entre 2000 e 2004. Segundo Everaldo, a dificuldade em administrar a rádio à distância foi motivo para que a vendessem para o pastor R.R. Soares, da Igreja Internacional da Graça de Deus.

Eduardo Cunha
renuncia a Presidência
da Câmara. 07/07/2016.



Foto: José Cruz/
Agência Brasil. Licença
CC BY 3.0 BR. [https://
creativecommons.
org/licenses/by/3.0/br/](https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/br/)

Em 2015, Eduardo Cunha recebeu o título de membro honorário da Igreja Assembleia de Deus de Madureira, igreja da qual Pastor Everaldo é membro. Mais recentemente, o próprio deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) tornou-se membro da Assembleia de Deus de Madureira sendo batizado nas águas do Rio Jordão, em Israel, por Everaldo³.

Ele [Cunha] é uma pessoa com quem tenho uma afinidade muito grande. Como todos sabem, ele começou a vida cristã na

² Disponível em <http://www.psc.org.br/site/partido-social-cristao/historico.html>. Acesso em 26 de agosto de 2016.

³ Para saber mais sobre o batismo de Jair Bolsonaro realizado em maio de 2016 em Israel por Pastor Everaldo, ver: <https://noticias.gospelprime.com.br/jair-bolsonaro-batizado-rio-jordao/>. Acesso em 12 de maio de 2016.

Igreja Sara Nossa Terra então ele tem uma afinidade muito... Ele faz programação na Rádio Melodia, uma rádio eminentemente evangélica. Então ele tem essa afinidade toda, desde a vida política. Ele sempre foi da Sara Nossa Terra e o que as pessoas não entendem é porque ele é muito amigo da nossa igreja, da minha igreja, Assembleia de Deus de Madureira, na qual fui nascido e criado. Quando ele foi eleito presidente [da Câmara dos Deputados em 1 de fevereiro de 2015], o pastor Abner deu a ele um título de membro honorário da Igreja de Madureira. Então é assim uma coisa ímpar. Então ele se tornou membro da Assembleia de Deus de Madureira, membro honorário, certo? Então ele tem essa afinidade com os evangélicos, com todos os evangélicos. Ele coloca essas pautas caras pra nós e está sempre ajudando lá a combater qualquer coisa que seja contrária.

(Entrevista realizada com Pastor Everaldo em 24 de agosto de 2015).



Dep. federal Eduardo Cunha, durante escolha de novo líder do PMDB na Câmara dos Deputados, em 2016.

Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil
Licença CC BY 3.0 BR. <https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/br/>

Eduardo Cunha: de baterista de banda de rock a deputado cristão

Eduardo Cosentino da Cunha tem 58 anos, cinco filhos e está em seu segundo casamento. É economista e radialista. Na juventude, era cabeludo e

tinha uma banda de rock, na qual era baterista e letrista. Na época, comprava instrumentos em estado precário para consertar e depois vender, e suas bandas preferidas eram Led Zepellin e Pink Floyd. Aos 14 anos, começou a trabalhar como office-boy e, posteriormente, como corretor de seguros. Depois de se formar em economia, tornou-se operador do mercado financeiro e atuou como deputado federal pelo PMDB do Rio de Janeiro de 2002 a 2016, quando teve seu mandato cassado.

Sua trajetória política é marcada por polêmicas e pelo envolvimento em denúncias e investigações de corrupção. Foi eleito pela primeira vez em 1994, pelo PPB (Partido Progressista Brasileiro), partido que deixou em 2013, quando se filiou ao PMDB. Evangélico, se converteu à Igreja Sara Nossa Terra em 1999 e atualmente é membro da Igreja Assembleia de Deus, Ministério Madureira. Em seus perfis nas redes sociais, posta passagens bíblicas diariamente. Em 1991, por indicação do empresário Paulo César Farias, foi nomeado pelo então Presidente Fernando Collor presidente da Telerj, onde se envolveu em uma suposta fraude em licitação que favorecia uma empresa controlada por Roberto Marinho, presidente das Organizações Globo. Em 1999, no governo de Anthony Garotinho, assumiu a presidência da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro, onde ficou por menos de um ano, afastado por fraude em licitações.

Foi eleito deputado federal em 2002 com 101.495 votos e reeleito em 2006 e 2010. No ano de 2014, experimentou um significativo aumento no número de eleitores: com 232.708 votos, foi o quinto deputado federal mais votado. Conforme noticiado em reportagem do jornal *Folha de São Paulo* de 23/11/2014, Eduardo Cunha cultivava a lealdade de seus correligionários e de fiéis integrantes de outros partidos com artifícios que iam desde o oferecimento de ingressos para jogos de futebol no Rio de Janeiro até ajuda financeira para campanhas eleitorais. Um executivo entrevistado para a reportagem da *Folha* disse que recebeu de Cunha pedido de ajuda financeira para a campanha de 30 candidatos, a maioria do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de estados do Nordeste. Assim, ele consolidava o que ficou conhecido como sua “cadeira de agradecimentos”, que, em momento oportuno, era ativada.

Cunha já presidiu as Comissões da Câmara de Constituição, Justiça e Cidadania e de Finanças e Tributação. Foi líder de seu partido na Câmara entre 2013 e 2015, nesse último ano, assumiu a presidência da Casa. Eduardo Cunha teve destaque como articulador da oposição à presidente Dilma Rous-

seff, sendo o principal artífice do processo de seu impeachment na Câmara. No começo de setembro de 2016, Cunha teve seu mandato cassado por quebra de decoro parlamentar, após ser acusado de mentir à CPI da Petrobras.

Em 2002, quando Everaldo ainda não estava no partido, o PSC elegeu apenas um deputado federal, com 500 mil votos. Em 2006, já sob seu comando, a bancada aumentou para nove cadeiras e, em 2010, chegou a 17 parlamentares, somando 2,6 milhões de votos. A meta para 2014 era chegar a 25 parlamentares—conseguiram eleger doze deputados.

Tabela 1: PSC em quatro pleitos nacionais

Partido	Ano	Número de parlamentares eleitos para a Câmara Federal
PSC	2002	01
PSC	2006	09
PSC	2010	17
PSC	2014	12

Na avaliação do pastor, a eleição de um número menor de deputados em 2014 em relação ao pleito anterior não sinalizou a perda de força da legenda ou uma insatisfação pública em relação aos evangélicos na política. Para ele, o PSC está se tornando mais expressivo no Congresso e na sociedade, e a redução do número de parlamentares ao longo da legislatura passada não denotaria perda de influência da legenda, mas seria derivada do aumento no número de partidos presentes na Câmara Federal hoje.

Se você reparar, de 2010 pra 2014 surgiu um número muito grande de partidos, e aqueles partidos que surgiram coletaram deputados de todos os partidos. Então, nós tínhamos perdido cinco deputados federais. Então, de 17 ficamos com 12 e elegemos 13. Então, nós tínhamos funcionado no parlamento até 2014 com 19 partidos e agora estamos com 29 partidos com representação no parlamento. Então, isso aí proliferou o

número de partidos e diluiu o número de deputados... com raras exceções, todos os partidos perderam deputados. Partidos mais antigos, PV, PCdoB, tudo isso, mais tradicionais, ficaram com a soma menor do que a nossa.

(Entrevista realizada com Pastor Everaldo em 24 de agosto de 2015).

Em 2010, Pastor Everaldo surpreendeu analistas políticos, correligionários e políticos de outros partidos ao levar o PSC a apoiar a então candidata à Presidência da República Dilma Rousseff (PT). Na ocasião, o partido de Everaldo se inclinava a apoiar o PSDB em razão das pautas prioritárias dos evangélicos que, segundo ele, não vinham sendo contempladas por Lula, como a proibição do aborto e do casamento entre pessoas do mesmo sexo. A mídia registrou uma controvérsia em torno dessa guinada no posicionamento do PSC durante a campanha de 2010 atribuindo-a à promessa de ocupação de cargos no futuro governo e de ajuda financeira nas eleições. Na declaração do PT à Justiça Eleitoral daquele ano, consta a remessa de R\$ 4,7 milhões para o partido aliado. Segundo noticiado na grande mídia, os correligionários dizem que esses recursos teriam sido gastos para produzir material de campanha em favor da então candidata Dilma Rousseff. Outra versão, porém, afirma que o estremecimento abrupto ocorreu devido à pouca consideração do comando da campanha de José Serra pelo apoio do PSC – em visita de Pastor Everaldo a São Paulo para selar a aliança, o candidato do PSDB não teria comparecido.

1.2 Pastor Everaldo contra Dilma Rousseff

Everaldo foi lançado como pré-candidato do PSC à presidência em maio de 2013, porém, o pastor afirma que sua insatisfação e a de seus correligionários com o governo de Dilma Rousseff começou logo no início do seu primeiro mandato, já em 2011. Conforme afirmação do próprio Pastor Everaldo, publicada em diferentes jornais:

Nós decidimos ter candidato próprio em janeiro de 2011, porque o governo do PT aparelhou o Estado para atender seus interesses partidários. Nós não indicamos nem um garçom. (...) O governo deixou de ser dos brasileiros para ser de um

partido só, para a hegemonia de um sistema que está vencido no mundo. Não queremos que o Brasil se torne uma Cuba nem uma Venezuela⁴.

Em entrevista concedida à nossa pesquisa, ele falou mais sobre o que seria o aparelhamento do estado produzido pelo PT para fundamentar a posição contrária de seu partido à Dilma.

100% da motivação [para a candidatura própria à presidência] foi o partido ter chegado à conclusão, em janeiro de 2011, após a candidata ter assumido a presidência em 1º de janeiro e ter aparelhado o Estado, já com algumas coisas que a gente já não concordava. Então, em meados de janeiro de 2011, portanto, 15 dias depois que se montou o governo do primeiro mandato da atual presidente, nós chegamos à conclusão que o partido não ia mais caminhar com nenhuma candidatura. Teria candidatura própria. Nós íamos ter candidatura própria. Se nós conseguíssemos ter partidos para serem aliados nossos, bem, mas se não conseguisse íamos sozinhos, como fomos. Então isso foi exatamente na primeira quinzena de janeiro de 2011.

O aparelhamento do Estado é um Estado que aparelha para se servir do Estado. Foi o que o PT fez. Eram só pessoas do partido. Só pessoas do partido com o intuito de sorver o que hoje está comprovado que o antro de corrupção porque era do interesse ser assim. Então aparelhou para se servir da nação, do governo, do Estado para o seu projeto de poder. Então nós detectamos isso. É uma teoria gramscista, né? Aparelhar o Estado para poder governar e assumir o poder de vez. [Eu falei dos ministérios pluripartidários]. O ministério X. Botava lá um representante de um partido Y, mas a estrutura toda era do PT. Só fazia o que o PT mandava. O ministro era uma Rainha da Inglaterra. Como ainda é hoje, com raras exceções. Porque está incrustado com pessoas do PT que tem a ideologia de dominar o Estado para saquear o Estado para o projeto de poder

⁴ Fonte: *Folha de São Paulo*. Data da matéria: 04/08/2014. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/08/1495558-denuncia-sobre-combinacao-em-cpi-nao-e-escandalo-diz>. Acesso em 04 de agosto de 2014.

deles, para implantar o regime socialista venezuelano, cubano, tudo o que já foi vencido no mundo... a cabeça deles é para implantar isso aí.

(Entrevista realizada com Pastor Everaldo em 24 de agosto de 2015).

No início de sua campanha, Pastor Everaldo foi também provocado a falar sobre o fato de o lançamento do seu nome pelo PSC à presidência ter ocorrido logo após a eleição do deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP) a presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, em março de 2013. Nos jornais, isso era costurado de modo a parecer que o lançamento da candidatura em um momento de grande exposição do partido era uma forma de oportunismo partidário.

Se você buscar, o deputado Marco Feliciano assumiu a Comissão de Direitos Humanos em 2013. Se você pegar a revista Época de 12 de junho de 2012, saiu com uma nota, foi a primeira nota que eu dei dizendo que teria candidatura própria em 2014. Então era uma coisa resolvida antes do Marco Feliciano.

(Entrevista realizada com Pastor Everaldo em 24 de agosto de 2015).

Marco Feliciano apoiou a candidatura de Pastor Everaldo desde o início, e os dois estiveram juntos em alguns compromissos da campanha, embora a relação entre eles tenha sido pouco noticiada na grande mídia. Em seu primeiro mandato, iniciado em 2011, Feliciano obteve 211 mil votos. As projeções alardeadas por líderes da Assembleia de Deus de diferentes ministérios eram de que ele angariaria mais de um milhão de votos nas eleições seguintes e, assim, ampliaria significativamente o número de cadeiras ocupadas por seu partido no Congresso. Eleito deputado federal pelo PSC-SP com 397 mil votos em 2014, ele pode não ter atingido o número esperado, mas foi o 3º candidato mais votado em seu estado.

A convergência de votos de evangélicos em torno de sua candidatura não ocorreu como esperado, em razão da disputa partidário-religiosa que se dava a nível nacional entre PRB/Igreja Universal do Reino de Deus e PSC/Assembleia de Deus, e, localmente, devido ao grande número de concorrentes evangélicos paulistas à Câmara Federal. A pulverização dos votos teria desfavorecido Feliciano, segundo analisou Pastor Everaldo durante entre-

vista concedida à pesquisa. Entretanto, outra explicação dada para o número de eleitores abaixo do esperado foi a falta de apoio de alguns líderes evangélicos, que não se sentiam representados por sua figura pública e/ou temiam a formação de um quadro político “superpoderoso”, como o próprio Marco Feliciano noticiou em seu site:

O número expressivo e a influência de Feliciano pode ser o motivo por trás do cancelamento de agendas e compromissos nos últimos meses. Segundo o parlamentar isso tem acontecido por ordem de líderes de ministério, que apoiam outro candidato ou têm planos políticos para as próximas eleições. “Fui convidado pra estar em um trio elétrico na Marcha Para Jesus, [e] um dia depois recebi ligação dizendo que a organização não me queria nele. Algumas agendas de igrejas do ministério a que pertenço têm sido desmarcadas, e o argumento é que a ordem vem de cima, do alto clero”, desabafou o pastor. “Devido ao trabalho que fiz em Brasília e a exposição que tive, líderes de outras igrejas me veem com receio, temem que seus fiéis me apoiem. Acredito que a igreja, corpo de Cristo, tem memória e não será mais enganada por pessoas que usam a fé pra chegarem em Brasília e depois somem”, escreveu⁵.



Marco Feliciano vota na Comissão de Direitos Humanos da Câmara para eleger novo presidente, 26/02/2014

Foto: José Cruz/ Agência Brasil
Licença CC BY 3.0 BR. <https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/br/>

⁵ Disponível em <http://www.marcofeliciano.com.br/>. Acesso em 04 de agosto de 2014.

Marco Feliciano

O site da campanha de Marco Feliciano para deputado federal pelo PSC de São Paulo exibia a seguinte biografia aqui resumida: “Conferencista internacional, pastor, cantor e empresário, Marco Feliciano é de Orlândia, São Paulo. Nascido em 12 de outubro de 1972, filho de José Antonio Novo (in Memoriam) e Lucia Maria Feliciano, teve uma infância humilde e desde muito pequeno precisou trabalhar como vendedor de picolé para ajudar na manutenção da casa. No aniversário de sete anos foi presenteado pelo pai com uma caixa de engravate, segundo o Sr. José, o trabalho ajudaria Marco a formar um caráter íntegro e reto. Ainda criança, aos oito anos, abraçou o sonho do episcopado, foi coroinha da igreja Cristo Rei e aos 11 anos converteu-se à fé evangélica. O desejo no coração de conhecer mais a Deus o levou a uma busca profunda do conhecimento do Senhor. Formou-se no curso de teologia da faculdade FAETEL, fez pós-graduação no Seminary Hosanna and Bible School, Corp. e Doctor in Divinity Mestrado em Teologia com honras. [...] Escreveu e publicou 18 livros destacando-se ‘Ouse Sonhar’ lançado pela editora Thomas Nelson. [...] Atualmente o Ministério Tempo de Avivamento, presidido pelo Pr. Marco Feliciano, é composto pelo Instituto Teológico Carisma – ITC, Rádio Tempo de Avivamento, Central Evangélica de Pregadores Itinerantes do Brasil – CEPIB, Revista Tempo de Avivamento, Livraria Cristã Vida & Paz, Editora Tempo de Avivamento e Gravadora Grata Music. [...] A Assembleia de Deus Catedral do Avivamento, igreja presidida pelo Pr. Marco Feliciano, com sede em Orlândia, já possui seis templos⁶. Feliciano compôs, seja como titular ou como suplente, a Comissão de Educação, assim como a de Constituição e Justiça, além da Comissão de Seguridade Social e Família. Propôs um projeto de lei em novembro de 2014 que institui o ensino de criacionismo nas escolas públicas e privadas, assim como se indispôs com seus próprios irmãos de fé sobre o decreto que institui a Política Nacional de Participação Social. No entanto, o deputado Marco Feliciano era pouco conhecido do público em geral até que assumiu a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal. Essa comissão era historicamente presidida por parlamentares com uma trajetória de militância nos Direitos Humanos, movimentos sociais e sindicatos. As legendas as quais esses parlamentares eram vinculados es-

⁶ Disponível em <http://www.marcofeliciano.com.br/politica/9>. Acesso em 04 de agosto de 2014.

tavam identificadas por uma forte atuação de esquerda ou centro esquerda. Sendo assim, a ascensão de um político ligado à Frente Parlamentar Evangélica que defendia uma agenda oposta àquela tradicionalmente defendida pelos integrantes e presidentes dessa comissão causou comoção nacional e a sociedade foi às ruas questionando a representatividade de Marco Feliciano para a sociedade como um todo. No entanto, evangélicos de esquerda vinculados ou não a grupos críticos como a Rede Fale, manifestavam-se dizendo em cartazes e postagens em redes sociais: “Marco Feliciano não me representa”. As estratégias dos evangélicos para a ocupação de Comissões na Câmara Federal foi descrita e analisada por Vital da Cunha e Lopes (2012).

Apesar das especulações em torno de uma possível gestão de sua candidatura pelo PSC com o fim de aproveitar a superexposição que a legenda ganhou ao emplacar o nome do deputado federal Marco Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos na Câmara, alguns veículos destacavam a insatisfação do partido e dos evangélicos no Congresso Nacional contra o governo Dilma, enfatizando as bases morais e de lealdade desse desacordo, como aparece no blog *Opinião & Cia*:

Em 2010, Dilma teve problemas com os evangélicos ao declarar ser a favor do aborto. Teve que abortar os seus princípios, fazer reuniões com as diversas religiões e realizar um amplo movimento para impedir que os votos dos fiéis migrassem para Serra e Marina. Conseguiu parcialmente. Várias medidas que tomou no governo, bem como a perseguição movida pelo PT ao pastor Marco Feliciano e Silas Malafaia voltaram a ser tema de campanha. Com o Pastor Everaldo buscando exclusivamente o voto dos fiéis e com o mesmo espaço na Globo, os mensaleiros têm mesmo que estar tendo xiliques⁷.

Reforçando essa ideia, pastor Everaldo, em entrevista à pesquisa, fala sobre o tema da legalização das drogas no Brasil e das Comunidades Terapêuticas:

⁷ Disponível em <http://opiniocia.blogspot.com.br/2014/07/pastor-everaldo-deixa-pt-em-panico.html>. Post de 05 de julho de 2014. Acesso em 11 de abril de 2016.

Não é o Congresso. É o governo. É a secretaria antidrogas [que está propondo a revisão da atuação das comunidades terapêuticas]. São esses camaradas lá, ideológicos, do PT, que estão criando problemas com as comunidades terapêuticas. Porque já está comprovado. Toda pesquisa mostra que, se vai para uma comunidade terapêutica religiosa, o índice de sucesso é de 90%. Aqui no Rio, na secretaria que é até comandada pelo PSC, o governador fez questão, quando chamou secretário, de dizer: “eu não quero que construa uma clínica. Eu quero que você faça convênio com as comunidades que já fazem isso com excelência”. (...) Lá dentro do Congresso pode ter certeza de que a maioria esmagadora é pra atender às comunidades, porque todo mundo sabe que as comunidades terapêuticas têm um resultado que se aproxima da excelência. Isso é atitude do Executivo, da secretaria, assim como o governo que incentivou esse negócio de kit gay, resoluções para o ensino... aulas de homossexualismo nas escolas... tudo isso é do Executivo. Não tem nada que vem do Legislativo. Não tem. Alguém defende, mas no Legislativo até hoje não conseguiu passar nada disso daí. Não só a bancada evangélica, mas uma maioria dentro do Congresso Nacional não deixa passar isso. Mas o Executivo coloca de maneira... com subterfúgios de uma maneira escondida vai fazendo resoluções sorrateiras. E aí é o Executivo responsável por isso. Isso é o Executivo, através de seus militantes dentro do Congresso, quer colocar isso na pauta, mas não passa. Até hoje lá dentro não passou nada. Não conseguiu passar nada. Tanto é que bota “Congresso conservador” não sei o quê, não sei o quê... é porque não passa nada disso lá. No voto não passa. Entendeu? Eles querem passar no grito, mas no voto não passa, não.

(Entrevista realizada com Pastor Everaldo em 24 de agosto de 2015).

Além das críticas ao avanço de algumas pautas que seriam contrárias aos interesses de evangélicos no Congresso Nacional, Pastor Everaldo se somava a outros parlamentares ao destacar a inabilidade política da presidente Dilma Rousseff, que seria caracterizada por uma indisponibilidade

para o diálogo com políticos da sua base aliada, além de um comportamento pessimista. Para Pastor Everaldo, um líder político tem que ser otimista, positivo, como o foi o antigo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A Dilma ressaltou toda a situação do governo do Lula e o dela, porque ela não tinha jogo de cintura. O Lula tinha, era um “sambarilove”. Então, enganava, ele jogava uma conversa e você... literalmente é isso. A gente tem que reconhecer. O Lula sempre foi um cara otimista. Sempre passou otimismo. E a Dilma, ela é pessimista por natureza. A gente era da base do governo, a gente não tinha cargo, mas a gente era da base do governo. Apoiava para dar governabilidade. É bom deixar bem claro. Nós apoiávamos, porque a gente apoiava para dar o melhor pro povo. Então, sendo da base, eu participei de algumas reuniões do Conselho Político. Eu representava o presidente [do PSC]. E ela já fazia questão de abrir as reuniões dizendo: “Olha, nós estamos com problema, a crise, é isso, é aquilo...”. Então, sempre pessimista. Esse pessimismo se alastra. Um líder tem que ser otimista. Mesmo que... “Olha, tá afundando o barco. Temos que remar. O barco não vai afundar”. Tem que ser assim. Não é isso. É a realidade. Se o cara diz: “Ô, não adianta remar que vai afundar”, então ninguém rema e afunda. Mas “Vamos remar. Vamos jogar a água pra fora que dá pra gente chegar lá”... e, de repente, chega. Um líder tem que ser assim. E a Dilma é muito pessimista.

(Entrevista realizada com Pastor Everaldo em 24 de agosto de 2015).

Quanto à inabilidade para o diálogo, Pastor Everaldo elaborou uma explicação: a participação da presidente Dilma Rousseff na luta armada durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985).

Ela nunca se reuniu. Ela não tem traquejo para política. O problema dela é o seguinte: a gente tem que estudar o histórico da pessoa, o DNA. Ela foi formada na clandestinidade. Na clandestinidade, não tinha discussões políticas, porque estava todo mundo no regime, todo mundo escondido. Então [n] as questões administrativas, a pessoa dá ordem: “faz isso, faz

aquilo”. Não se discute. É a questão da segurança da pessoa. Então ela foi formada nisso, dessa maneira autoritária, de dar ordem. Ela era uma agente administrativa dessas células antirregime. Então, não tem conversinha. Ela chegou no governo sem nunca ter sido vereadora nem nada e nunca ter praticado a política, essa coisa assim, foi secretária de estado, foi ministra e achava que é assim e acabou. Então, com essa falta de traquejo político, ela não conversava com ninguém. E aí dificulta. Porque o Lula, ele não resolvia nada, mas abraçava o sujeito, tomava a cachaça dele lá com o sujeito, aquele negócio, tomava pinga, contava piada, falava palavrão, falava do Corinthians, aquele negócio todo e vai levando na flauta, né? Saía de lá, não resolvia as coisas, mas o sujeito saía de lá feliz, porque o presidente conversou com ele. Já ela não resolvia as coisas e nem fazia carinho.

(Entrevista realizada com Pastor Everaldo em 24 de agosto de 2015).

Conforme disse o antigo deputado federal Carlos Santana (PT-RJ) em conversa com a equipe de pesquisa: “deputados são iguais a bebês carentes, tem que cuidar”. Trata-se de uma reivindicação em torno do exercício competente da pequena política. No exercício do poder, lida-se constantemente com uma tensão entre a grande e a pequena política. Essas seriam definidas por Antonio Gramsci:

Grande política (alta política) – pequena política (política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. (Gramsci 2000, p. 21)

Nesse sentido, uma liderança política é caracterizada pela habilidade em lidar com os temas postos na agenda pública com uma disposição para

fazer a política do dia a dia, dispor-se a receber com frequência parlamentares em seu gabinete, relacionar-se intensamente com políticos de sua base aliada, assim como tentar o diálogo com a oposição, receber a sociedade civil através de representantes de seus movimentos organizados etc.

Logo após a definição do nome do Pastor Everaldo para candidato à Presidência da República pelo PSC, os jornais anunciavam a formação do que era chamado um “bloco evangélico”⁸, isto é, a tentativa de convergência de votos de evangélicos em sua candidatura, com um teto esperado em 10%. Esse bloco teria como objetivo fortalecer o nome do candidato cristão para a obtenção do maior número de votos possível, com vistas à ocorrência de um segundo turno e uma consequente maior influência nesse processo. A estratégia era aumentar a participação no próximo governo, inclusive, direcionando algumas pautas para os seus interesses como bloco político-religioso. Esse “bloco evangélico” seria integrado por membros de diferentes denominações sob a coordenação de lideranças ligadas predominantemente à Igreja Assembleia de Deus. Essa abordagem teve força na mídia, embora fosse absolutamente rechaçada pelo candidato cristão:

Olha só, o nosso objetivo era ganhar a eleição. Disputar as eleições, colocar nossas propostas claras, como sempre nos propomos a colocar. E os outros concorrentes, como somos amigos, temos relações, nos pediam para não desistir, porque se chegasse nesses 10% realmente garantiria um segundo turno. Era a expectativa tanto do Eduardo Campos quanto do Aécio. Eu falei: “Olha, eu não vou desistir. E se der tudo certo vocês é que vão ter que me apoiar no segundo turno. Tá certo?”. Sempre falei isso pra eles. Então essa é que era a realidade. Não era com intenção de... nossa intenção era disputar para ganhar as eleições. Nunca vi um candidato – tô na política desde 1981 – nunca vi um candidato dizer que tá disputando para não ganhar. Então eu também estava acreditando que ia ganhar.

(Entrevista realizada com Pastor Everaldo em 24 de agosto de 2015).

⁸ Fonte: *Folha da São Paulo*. Data da matéria: 29 de junho de 2014. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1478143-pastor-everaldo-candidato-do-psc-ao-planalto-em-brasilia.shtml>. Acesso em 07 de julho de 2014.

Nesse período, Pastor Everaldo contava com 4% das intenções de voto. Entre os evangélicos, esse número saltava para 11%, aumentando as expectativas em torno de seu nome. É importante destacar isso, visto que a disputa estava estabelecida, em um plano, entre um projeto social/popular e um liberal e, no plano partidário-religioso, entre partidos (PRB e PSC) e entre denominações (principalmente IURD e AD), conforme já mostramos anteriormente. O PSC tinha como foco o fortalecimento de sua sigla com a eleição de 25 a 34 deputados federais e um governador. Esse número corresponderia, como vimos, ao dobro de parlamentares que assumiram na legislatura passada. Já o PRB tinha a pretensão de aumentar a sua bancada, que na legislatura passada contava com 10 deputados federais, para no mínimo o dobro, a fim de assumir o status de um partido médio.

Presidente do PRB, o pastor licenciado Marcos Pereira afirma que a pretensão do PRB é perder o status de partido pequeno, em relação ao tamanho de sua bancada federal, para um partido, médio. Atualmente, o partido conta com dez deputados no Congresso Nacional, 21 deputados estaduais e um distrital. Em 2010, o PRB teve 168 candidatos a deputados federais e 432 a deputados estaduais. Neste ano, a legenda conta com 259 e 473 candidatos federais e estaduais, um aumento de 54% e 9,5%, respectivamente⁹.

Ao final do pleito, o PSC e o PRB alcançaram respectivamente 12 e 21 cadeiras na Câmara Federal. Segundo Pastor Everaldo, o crescimento do PRB seria uma anomalia, resultado do número de votos obtidos por Celso Russomano (PRB-SP). Esse, tendo obtido mais de um milhão de votos em 2014, levou consigo outros nomes do partido.

Na grande mídia, várias dessas informações eram recuperadas na busca por explicações para o fato de o PSC ter se tornado um dos sete partidos rebelados da base aliada, que tentavam desde o início de 2014 emplacar uma investigação sobre a Petrobras¹⁰. O posicionamento crítico de Everaldo em

⁹ Fonte: Folha da São Paulo. Data da matéria: 29 de junho de 2014. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1478143-pastor-everaldo-candidato-do-psc-ao-planalto-em-brasilia.shtml>. Acesso em 07 de Julho de 2014.

¹⁰ Fonte: Veja. Data da matéria: 17/05/14. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/o-pastor-candidato-que-pode-levar-a-eleicao-presidencial-para-o-2-turno>. Acesso em 30 de Junho 2014.

relação à presidente Dilma é publicamente justificado, como vimos acima, enfatizando sua inabilidade política e seu pessimismo. Ainda que Everaldo revele uma justificativa para seu posicionamento crítico em relação à presidente Dilma, devemos considerar em nossa análise o breve histórico que apresentamos do PSC e o perfil da maioria dos evangélicos no Brasil, que se posicionou historicamente contra as pautas defendidas pela esquerda, se somando a outros setores da sociedade na rejeição pública ao comunismo. Prandi & Mariano (1996), por exemplo, ao analisarem a participação de evangélicos no processo Constituinte e no apoio à candidatura de Fernando Collor à presidência em 1989, afirmam que essas ações foram motivadas por um duplo interesse: a defesa da liberdade religiosa e o combate à esquerda comunista e atea, assim como ao catolicismo imperialista.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha com congressistas em setembro de 2015 fornece dados mais recentes acerca do posicionamento de evangélicos na Câmara dos Deputados. Ela destaca que a rejeição de parlamentares evangélicos aos sindicatos era maior do que a média dos parlamentares da casa: enquanto 41% dos congressistas em geral concordavam com a afirmativa proposta pela pesquisa – “Os sindicatos servem mais para fazer política do que defender os trabalhadores” –, entre integrantes da Frente Parlamentar Evangélica, a taxa era de 62,6%. Entre os congressistas pentecostais, o percentual era ainda maior: 68%. É preciso levar em consideração que os percentuais elevados entre os evangélicos pode expressar uma rejeição direta ao Partido dos Trabalhadores, reconhecidamente oriundo do movimento sindical no Brasil na década de 1980. Vale lembrar que os integrantes da Frente Parlamentar Evangélica – em especial o deputado federal Eduardo Cunha (PMDB) – tiveram destaque na ofensiva contra o PT durante o processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff.

1.3 A campanha nas igrejas, nas rádios e na televisão

A primeira atividade de campanha do Pastor Everaldo foi uma caminhada pela favela e pelo bairro de Acari (RJ), com posterior participação do candidato no Culto da Santa Ceia na Assembleia de Deus, Ministério de Madureira. Durante a caminhada, ele anunciou que a primeira medida que adotaria como presidente seria a criação do Ministério da Segurança Públi-

ca. Disse: “com a Bíblia e a Constituição Federal nas mãos, inicio aqui, com Fé, minha caminhada para mudar o Brasil de verdade. Para trazer segurança, educação com qualidade e saúde para os cidadãos de bem e as famílias brasileiras”.¹¹

A base de sua campanha eram as igrejas e eventos comemorativos evangélicos, mas ele participou também de encontros promovidos por associações empresariais e, em menor número, de trabalhadores, assim como de entrevistas para TV e sites. Pastor Everaldo rebatia a avaliação de que sua campanha se centrava em igrejas e no público evangélico: disse que a grande mídia colocava essas agendas em destaque para promover antipatia em relação à sua imagem.

Aí é que entra o x da questão. Qualquer agenda que eu fazia na rua, a mídia nunca dava valor. Só dava valor quando eu estava em igreja. Era questão de carimbar que era de igreja, tá certo? Esse era o foco deles, né? Eu fiz várias agendas de rua, estive com o empresariado financeiro de São Paulo, estive com o sindicato das empresas de cargas do Brasil, tive várias agendas assim, várias agendas na rua... Eu andei muito na rua. Quer dizer, então, quando... sem dúvida. Quer dizer, eu fui em Parauapebas, interior do Pará. Foi o dia todo reunião na rua, anda pra lá, anda pra cá, e à noite, sem dúvida nenhuma, uma igreja lá com 10 mil membros me esperando. Por que eu não iria? Então os caras não colocavam aquilo ali. Só colocavam aquelas horinhas que eu passei na igreja. Mas eu discutia com todo mundo mesmo, foi normal. Isso é preconceito. Sei lá o quê. Eu não posso julgar. Sei que nós fizemos a nossa parte.

(Entrevista realizada com Pastor Everaldo em 24 de agosto de 2015).

No entanto, não só a grande mídia, mas também os veículos diretos de campanha do partido, como o blog e a fanpage no Facebook, apresentavam uma infinidade de atividades relacionadas a igrejas e a eventos religiosos evangélicos. Essa constatação pode ser lida como uma estratégia parti-

¹¹ Fonte: Último segundo – IG. Data da matéria: 06/07/2014 Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-07-06/pastor-everaldo-anuncia-ministerio-da-seguranca-publica-em-1-dia-de-campanha.html>. Acesso em 06 de Julho de 2014.

dária que privilegiou a base religiosa, mas é também prova dos limites do partido, que não contava com palanque na maior parte dos estados.

Sendo assim, recorriam com frequência a eventos comemorativos denominacionais e federativos durante a campanha. O blog oficial do candidato enfatizava esse percurso religioso como uma peregrinação. Efusivamente, anunciava sua participação na comemoração do aniversário do Bispo Manoel Ferreira, durante a reunião Fraternal da Convenção Estadual das Assembleias de Deus do Ministério de Madureira. O encontro reuniu cerca de 3.000 obreiros de diversos municípios do estado na Catedral da AD, no bairro de Santa Cruz (RJ). Também falava do “carinho” com o qual foi recebido por cerca de 2.000 pessoas em Piratuba (SC) na Convenção Estadual das Assembleias de Deus. A “agenda frenética” do candidato, como anunciavam em seu blog, era marcada pela visita a 16 municípios em 10 dias, totalizando um percurso de mais de oito mil quilômetros, majoritariamente religioso. Pastor Everaldo foi homenageado durante o 38º Supremo Concílio das Igrejas Presbiterianas do Brasil, em Natal (RN); fez promessas de campanha para mais de 10 mil fiéis reunidos na Igreja Sara Nossa Terra, em Brasília (DF); participou da Cruzada Evangélica da Assembleia de Deus no Sambódromo de São Paulo, um evento que reuniu mais de 50 mil pessoas; e integrou o Encontro de Líderes Evangélicos do Amazonas, que contou com a presença de aproximadamente 15 mil pessoas.

Durante a campanha, participou ainda de eventos comemorativos em cidades do interior, com a presença de governadores e prefeitos, como a 40ª Expomontes, em Montes Claros (MG). Esteve no Encontro de Mulheres do PSC, em Taguatinga; no Congresso de Mulheres da Assembleia de Deus de Madureira, em Sobradinho; fez campanha ao lado do deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP) e de outros integrantes da Frente Parlamentar Evangélica, como o deputado federal Takayama (PSC-PR); esteve com o apresentador Ratinho; participou de evento na Igreja Quadrangular Central de Curitiba; esteve no evento Abala Curitiba, organizado pelas Convenções de Igrejas Pentecostais de Curitiba; foi recebido pelo Pastor José Wellington, presidente nacional da Convenção Geral das Assembleias de Deus; tomou café da manhã com o governador de São Paulo Geraldo Alckmin; participou do aniversário de 40 anos da Primeira Igreja Quadrangular de Curitiba; subiu ao púlpito pelas mãos do pároco na Paróquia de Apucarana; e foi ao Encontro Escola Bíblica Nacional de Obreiros, em Minas Gerais.

Pastor Everaldo fala
sobre "A Defesa da
Família" no Congresso
Nacional, 20/02/2014



Foto: Lúcio Bernardo Jr./
Câmara dos Deputados
Licença CC BY 3.0 BR. <https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/br/>

Se antes da campanha começar Pastor Everaldo era visto como aquele capaz de levar a disputa para o segundo turno, com apenas 10 dias de propaganda eleitoral gratuita na televisão – ele dispunha de 1 minuto e 8 segundos –, a promessa se desfez. Sua participação nas intenções de votos caiu de 4% para 1% e, a partir daí, ele não se recuperou mais¹².

1.4 Os apoios à candidatura

As eleições presidenciais de 2014 começaram em clima de descrédito, inquietude e indecisão. Em matéria veiculada na *Folha de São Paulo* de 09 de junho de 2014, lia-se que 30% dos eleitores votariam branco, nulo ou estavam indecisos¹³. Esse era um percentual nunca antes visto nas campanhas presidenciais brasileiras. Nesse contexto, havia muitas apostas e avaliações positivas em relação à candidatura de Pastor Everaldo. O cientista político Fernando Abrucio disse que o pastor, ao atrair o voto de direita, disputando com o PSDB, poderia ser um fenômeno eleitoral como Enéas, que ficou em terceiro lugar na corrida presidencial de 1994.

Predominava também entre os brasileiros um forte desejo de mudança. Pesquisa realizada em junho de 2014 anunciava que 74% dos brasileiros

¹² Vale lembrar que a propaganda eleitoral gratuita na televisão começou depois da morte do presidente Eduardo Campos.

¹³ Fonte: Folha da São Paulo. Data da matéria: 09 de junho de 2014. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1467221-um-terco-do-eleitorado-nao-quer-pt-nem-psdb-diz-cientista-politico.shtml>. Acesso em 06 de Julho de 2014.

diziam que o país precisava de mudanças. Um sentimento difuso de insatisfação e de descrença que, de certo modo, favorecia a candidata à reeleição, Dilma Rousseff. Isso porque nas pesquisas nenhum dos candidatos emergia como uma via alternativa de fato. Uma matéria veiculada na *Folha de São Paulo* em 07 de agosto de 2014 tinha como título “Mudar por mudar?”. Esse era o sentimento de boa parte dos brasileiros naquele momento:

“A Dilma é muito ruim, está fazendo tudo errado, mas se for outro vai fazer diferente? Será? Então, para que trocar?”. A frase, de uma eleitora na faixa de 55 anos, com nível médio de escolaridade e renda de 2 a 5 salários mínimos, resume na prática, coloquialmente, o precioso artigo “Sem Rumo”, do colega Mauricio Puls, na página A2 do último sábado (2). (...) Logo, Dilma não está nada bem, mas a oposição não convence e não tem nenhum motivo para comemorar. A conclusão de Puls é que “o eleitor prefere o conhecido ao desconhecido: mudar, só em último caso”. Mais de 70% dos entrevistados vêm demonstrando desejo de mudança e está claro por que mudar, mas a questão, como colocou a eleitora aqui citada, é: mudar para quem, para onde, para o quê?¹⁴

Nesse contexto, a candidatura de Pastor Everaldo foi anunciada – ora em tom comemorativo, ora em tom de assombro – como a candidatura capaz de levar as eleições para o segundo turno, como vimos acima. Esperava-se, ainda, que a campanha de Everaldo seria responsável por emplacar os temas (morais) polêmicos na corrida presidencial, colocando em saia justa os candidatos na liderança do processo. Como pré-candidato à presidência, em 07 de junho de 2014, o pastor estava empatado com o então presidenciável Eduardo Campos (PSB). Como vimos, cientistas políticos estimavam que o teto eleitoral do pastor ficaria entre 8% e 10% do eleitorado nacional, mas ele afirmava acreditar em milagres e dizia que poderia se eleger. Em julho, no blog *Mídia, Religião e Política*, a projeção era de que Pastor Everaldo atingisse 12% do eleitorado na disputa presidencial.¹⁵

¹⁴ Fonte: *Folha de São Paulo*. Data da matéria: 07/08/14 Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/columnas/elianecantanhede/2014/08/1496841-mudar-por-mudar.shtml>. Acesso em 07 de Agosto de 2014.

¹⁵ Fonte: blog *Mídia-Religião-Política*. Data da Matéria: 25/07/2014. Disponível em http://midia religiao politica.blogspot.com.br/2014/07/pastor-everaldo-capta-apoio-de_25.html. Acesso em 29 de Julho de 2014.

No início da campanha, tomados pelo significado histórico da candidatura do Pastor Everaldo, a primeira candidatura confessional evangélica à Presidência da República, lideranças nacionais do segmento pentecostal evangélico saíram em sua defesa. Estavam em sua campanha Robson Rodovalho, ex-deputado federal, atual bispo da Igreja Sara Nossa Terra e um dos líderes da Confederação dos Conselhos de Pastores do Brasil (CONCE-PAB); Silas Malafaia; senador Magno Malta; deputado federal Marco Feliciano; Bispo Manoel Ferreira, ex-deputado federal e então candidato a primeiro suplente de senador em chapa petista e presidente vitalício da Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil (CONAMAD); Mário de Oliveira, líder da Igreja do Evangelho Quadrangular, entre outros.

Robson Rodovalho teve uma carta publicada na *Folha de São Paulo* em 26 de junho de 2014. O título, “Antes pedintes, hoje negociadores”, fazia referência direta à candidatura de Pastor Everaldo, enaltecendo o lugar que os evangélicos tinham nas disputas eleitorais e na esfera política atual e o que estaria por vir.

Já faz parte do calendário dos ministérios evangélicos o cortejo de candidatos nos anos de eleições. Da mesma forma, também já nos acostumamos, tão logo definidos os eleitos, vemos esquecidos compromissos firmados conosco em busca dos milhares de votos dos fieis que partilham de nossa fé cristã. Em 2014, no entanto, o cenário mudou.

O fundamental é que, neste ano, os evangélicos têm a opção de uma candidatura que chega ao pleito comprometida com as bandeiras da vida e da família. Por sua fé cristã, o candidato traz como pressuposto disposição para torná-las realidade. Então, qualquer compromisso que se faça pelo apoio do nosso segmento será com “além disso”, e não “pelo menos por isso”.

(...)

Mas a discussão que aqui se propõe independe da sua viabilidade. A candidatura do pastor Everaldo revela clara mudança de posição do segmento evangélico como “player” do jogo político. Suas lideranças ganham mais força e respeito para colocar os pleitos dos fieis no programa de ação dos candidatos que decidirem apoiar. Não é mais pedir. É negociar, compromissar.

(...)

O número de evangélicos cresce a cada dia. Segundo o censo de 2010, éramos 22,2% da população naquele ano. Se projetarmos esse percentual para o universo do eleitorado existente em julho de 2013, o dado mais atualizado disponível, estamos falando em cerca de 31 milhões de votos entre 141 milhões de votantes. Com esse capital, mesmo dispondo de um nome natural, mas não obrigatório, como opção de voto para o segmento, mais do que nunca estamos dispostos a debater, a participar do processo eleitoral. Só que agora reconhecidos pela efetiva representação que temos na sociedade, respeitados como cidadãos, não como número de votos.

(...)

O Brasil de hoje precisa e merece ter uma gestão que vá além da ampliação de programas assistenciais e da ascensão da classe D ao mercado de consumo. O país clama por projetos de logística, de uma efetiva política industrial, de reestruturação da saúde, de medidas para conter a inflação sem frear o crescimento, de estratégia e força para o cidadão de bem viver em segurança.

Terá a preferência dos evangélicos aquele que, além desse acerto para a vida fora de casa, também tenha e se comprometa com valores que permitam rever a vida dentro de casa. Não é possível seguir uma rotina em que, como revelou a Folha em 13 de junho, a cada dois dias três pessoas são assassinadas em brigas de família, como tem ocorrido no Estado de São Paulo.

Robson Rodovalho, 58 anos, físico, bispo e presidente da Igreja Evangélica Sara Nossa Terra¹⁶.

A carta aberta falava à sociedade mais ampla, mas provocava diretamente políticos e evangélicos. Reconhecia a diversidade desse segmento religioso, mas afirmava os valores que os unia. Se, por um lado, destacava

¹⁶ Fonte: *Folha da São Paulo*. Data da matéria: 26 de Junho de 2014. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/06/1476384-robson-rodovalho-antes-pedintes-hoje-negociadores.shtml>. Acesso em 06 de Julho de 2014.

a candidatura do Pastor Everaldo, reconhecia seus limites. Contudo, percebia nesse posicionamento histórico a chance de os evangélicos deixarem de ser vistos como ovelhas sob o cabresto de seus pastores para serem considerados *players*. Destacava a importância dessa mudança na chave a partir da qual os evangélicos deveriam ser considerados em termos sociais e, principalmente, políticos. Insinuava o que veríamos mais tarde, pós-eleições, sob a liderança exercida na Câmara dos Deputados pelo deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

As controvérsias emergiram, e a *Folha de São Paulo* concedeu espaço para um pastor presbiteriano que se opunha às considerações de Rodovalho. Sendo assim, em 28 de junho de 2014, foi publicada a seguinte interpelação:

Com todo o respeito ao bispo Robson Rodovalho, é preciso observar que ele não representa os evangélicos com o artigo “Antes Pedintes, hoje negociadores” leva a crer. Soa fora de ordem a defesa que faz de um candidato à Presidência [pastor Everaldo (PSC)] que bem pode representar seus valores pessoais e congregacionais, mas nem de longe faz jus à totalidade dos evangélicos. Sou evangélico e identifico os valores de minha confissão em candidaturas mais à esquerda. Nós, evangélicos de esquerda, teremos também um espaço para a defesa de um candidato socialista com valores cristãos?¹⁷

É interessante observar a controvérsia gerada entre evangélicos em torno da representação daquela candidatura. Pastor Everaldo se apresentava e era referido na mídia como candidato da direita – alguns, inclusive, o chamavam “candidato das bandeiras reacionárias”. Nessas cartas, se poderia ter um termômetro do clima que tomaria conta da campanha eleitoral: a disputa do voto evangélico por projetos políticos e ideológicos distintos. Os evangélicos votariam massivamente no candidato religioso que preza pela família, defende o Estado mínimo e se alinha à direita ou se voltariam para as candidaturas mais afinadas com a esquerda e com a defesa de um Estado que garantiria justiça social?

¹⁷ Fonte: *Folha de São Paulo*. Data da matéria: 28 de junho de 2014. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2014/06/1477868-representante-da-igreja-presbiteriana-contesta-artigo-sobre-pastor-everaldo.shtml>. Acesso em 07 de Julho de 2014.

No início da campanha de Pastor Everaldo, o entusiasmo diante de sua candidatura marcava a posição de várias lideranças evangélicas, ainda que essas reconhecessem que só um “milagre” o levaria ao Palácio do Planalto: “Eu acredito em milagre. E Jesus disse: ‘Tirem a pedra’. E em seguida: ‘Lázaro, levanta e sai’! Estou fazendo a minha parte, levantando a pedra, trabalhando, o resto é milagre”¹⁸. Ainda que poucos acreditassem em sua eleição, o entusiasmo de parte dos evangélicos girava em torno do que Robson Rodovalho sinalizou: a mudança de status desses religiosos na sociedade e, mais especificamente, na esfera política. Segundo Victor Marchetti, da Universidade Federal do ABC, “com candidato próprio, a tendência é de fortalecimento político. Num segundo turno acirrado, terão enorme poder de barganha”¹⁹.

Assim, o apoio do bispo Manoel Ferreira e do senador Magno Malta afetou o comando evangélico da campanha de Dilma, que contou com eles e com o próprio Everaldo como articuladores políticos para esse segmento religioso nas eleições de 2010. Manoel Ferreira é, inclusive, apontado como um dos mentores da candidatura de Everaldo para presidente.

Silas Malafaia, que apoiou Lula em 2002, já havia rompido com ele em 2006. Em 2010, assumiu grande destaque na disputa eleitoral em torno do voto evangélico²⁰. Em 2014, declarou efusivamente apoio à candidatura do Pastor Everaldo e “chamou para a porrada”²¹ o PT e Dilma Rousseff, dizendo-se vítima de “perseguição política e religiosa do governo”, pois foi notificado pela Receita Federal a dar informações sobre a Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo e sobre a Associação Vitória em Cristo, organizações das quais é presidente.

As tentativas de costuras políticas iam para além do púlpito. O prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM) e o então candidato ao governo da Bahia, Paulo Souto (DEM), manifestaram apoio a Everaldo. No Mato Grosso, foi firmada uma aliança entre PSC e PDT em troca de palanque para o presiden-

¹⁸ Fonte: *O Globo*. Data da matéria: 29 de Julho de 2014. Disponível em <http://oglobo.globo.com/blogs/ilimar/posts/2014/07/30/bola-de-cristal-544050.asp>. Acesso em 29 de Julho de 2014.

¹⁹ Fonte: *Folha de São Paulo*. Data da matéria: 02/08/2014. Disponível de <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/08/1494797-pt-e-psdb-terao-menos-lideres-evangelicos-em-suas-campanhas.shtml>. Acesso em 04 de Agosto de 2014.

²⁰ Ver Vital da Cunha, Lopes 2012.

²¹ Fonte: *O Dia*. Data da matéria: 22 de Julho de 2014. Disponível em <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-07-22/em-video-silas-malafaia-prega-voto-contra-o-pt.html>. Acesso em 23 de Julho de 2014.

ciável no estado. A estratégia, em vários casos, como no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Rio Grande do Norte e em Pernambuco, era ter os palanques abertos para que sua campanha fosse feita ao lado das principais figuras políticas locais, favorecendo-se de estruturas partidárias maiores. Em troca, “[os apoiadores locais da campanha de Everaldo] ganham a associação ao eleitorado evangélico que vota no pastor”.²²

O apoio do senador Magno Malta (PR-ES), identificado na mídia como um importante porta-voz dos evangélicos no Congresso Nacional, e de Romeu Tuma Júnior, secretário nacional de segurança (2007-2010), era apresentado como signo da seriedade e compromisso de sua candidatura com a área de Segurança Pública. Magno Malta, casado com a cantora gospel e deputada federal Lauriete (PSC-ES), foi grande entusiasta da candidatura de Everaldo, ao lado de Malafaia. Ele afirmou: “Não podemos ficar com ninguém que não seja o Everaldo. Evangélico ficar contra o pastor é como cuspir na nossa bandeira²³”.

²² Fonte: *Folha da São Paulo*. Data da matéria: 12 de Julho de 2014. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/07/1485102-pastor-everaldo-tenta-atrair-aliados-de-dilma-e-aecio.shtml>. Acesso de 14 de Julho de 2014.

²³ Blog *Mídia-Religião-Política*. Data da Matéria: 25 de Julho de 2014. Disponível em http://midia religiao politica.blogspot.com.br/2014/07/pastor-everaldo-capta-apoio-de_25.html. Acesso de 29 de Julho de 2014.

CAPÍTULO 2

Estratégias de poder e a apresentação de um perfil liberal conservador religioso

O *jingle* da campanha de Everaldo enfatizava sua filiação religiosa, fazendo referência à fé e a passagens bíblicas do antigo testamento. Também destacava seu caráter “honesto e decente”, marca importante que ativa seu capital político e religioso em oposição “a tudo que está aí”, frase corrente no Brasil a partir das manifestações de 2013 para se referir, principalmente, aos corruptos. Na campanha de Everaldo, a confrontação era ao PT e à gestão de Dilma Rousseff. O *jingle* também buscava reforçar a novidade que sua candidatura representaria em relação aos demais candidatos à presidência. Nesse sentido, o pastor se apresentava como a “verdadeira mudança”, a terceira via.

Fé em um Brasil Melhor pra gente

A fé move montanhas.

Move a esperança da nossa gente
de encontrar um novo caminho,
de cuidar de um Brasil unido.

Um homem honesto e decente
pra fazer a verdadeira mudança.

Tem garra e competência.

Ele tem a nossa confiança.

Fé em um Brasil melhor pra gente.

Por isso eu voto 20.

Pastor Everaldo Presidente!

É 20!

Até o início do horário eleitoral gratuito na TV, Pastor Everaldo concedeu entrevistas exclusivas às rádios CBN e BandNews; ao Jornal Nacional, da TV Globo; à Globo News; ao telejornal da Rede Record; aos portais Uol e IG; ao jornal *Correio Braziliense*; ao Foro de Brasília; ao Blog do Noblat, entre tantas outras em diferentes veículos de grande circulação e audiência nacional. Nessas ocasiões eram explorados, principalmente, sua identidade religiosa e seu plano de governo, além de sua inexperiência política, já que nunca antes ocupara um cargo eletivo. Na grande mídia, destacava-se que o programa de governo de Everaldo era “baseado na defesa da família” e dava-se prioridade ao combate à criminalidade e ao tráfico de entorpecentes e outras ações em defesa da dignidade da vida humana”²⁴.

O respeito a “princípios civilizatórios consagrados” definia a marca do plano de governo de Everaldo, composto por três eixos principais: qualidade de vida, poder nacional e governança. Entre as bandeiras do partido estavam a luta contra a legalização do aborto, o que chamavam de “resgate dos valores familiares” e a redução da maioridade penal. Enfatizava-se que era preciso reverter o potencial do jovem que estava sendo usado para o mal: “Nossa proposta é aproveitar o rendimento do jovem em conflito com a lei no potencial de esporte de alto rendimento. Dar ressocialização, capacidade para que este potencial, que lamentavelmente é aplicado para o mal, seja transformado para o bem”²⁵.

No programa de governo, coordenado pelo ex-senador Marcondes Gadelha (PSC-PB), havia também uma defesa enfática de uma economia livre baseada no empreendedorismo individual, com mínima intervenção estatal; modernização da infraestrutura e avanços na mobilidade urbana a partir de parcerias público-privadas; plena concorrência; e privatizações, inclusive de presídios: “vamos privatizar de verdade, não esse engodo aí de concessão com dinheiro do BNDES”²⁶, afirmou Everaldo. “Vou privatizar tudo que for possível. Vou privatizar a Petrobras, uma empresa que foi orgulho nacional

²⁴ Fonte: *Correio Braziliense*. Data da matéria: 16/07/2014. Disponível de http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2014/07/16/interna_politica,437640/pastor-everaldo-tem-programa-de-governo-baseado-na-defesa-da-familia.shtml. Acesso em 17 de Julho de 2014.

²⁵ Fonte: *Correio Braziliense*. Data da matéria: 20 de Setembro de 2014. Disponível de http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2014/09/20/interna_politica,448035/pastor-everaldo-faz-campanha-no-df-e-defende-fim-do-fator-previdenciario.shtml. Acesso de 30 de Setembro de 2014.

²⁶ Fonte: *Veja*. Data da matéria: 17 de Maio de 2014. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/o-pastor-candidato-que-pode-levar-a-eleicao-presidencial-para-o-2-turno>. Acesso em 30 de Junho de 2014.

e hoje é foco de corrupção, com uma dívida de mais de R\$ 300 bilhões”²⁷. Em relação à reforma política, Everaldo defendia o fim da reeleição e a adoção do voto facultativo no país, além de posicionar-se contra o financiamento público de campanha.

O fim do fator previdenciário²⁸ foi defendido como uma bandeira histórica do PSC em sua campanha, sobretudo depois que o tema tornou-se alvo de polêmicas entre os candidatos Aécio Neves e Dilma Rousseff. Everaldo afirmou que “o PSC sempre se colocou a favor do fim do fator previdenciário. Então nós vamos fazer a médio e longo prazo”²⁹. Enquanto isso, matérias em jornais destacavam: “Segundo o presidencial, esta proposta é um pedido que vem sendo feito por aposentados com quem se encontra, e o objetivo é, por meio de uma previdência complementar de capitalização, ‘recuperar o poder de compra do trabalhador brasileiro que deu o seu sangue, seu suor, e hoje vê a sua aposentadoria derretendo, minguada e não tem condição de viver os dias da sua vida de aposentadoria com dignidade’”³⁰.

O combate à corrupção e ao tráfico de drogas era priorizado e tinha como foco estratégico o fortalecimento da área da segurança, planejando, inclusive, a criação do Ministério da Segurança Pública. Essas ações eram apresentadas como fundamentais para a “defesa da dignidade humana”. O candidato previa restituição, por parte do Estado, para as pessoas que foram indevidamente presas ou detidas durante procedimentos criminais que não resultaram em condenação. E, em seu plano de governo, previa-se o apoio a vítimas de crimes através da cobrança de uma indenização a ser paga pelo criminoso, que poderia optar por trabalhar durante seu

²⁷ Fonte: Portal UOL Eleições 2014. Data da matéria: 19 de Setembro de 2014. Disponível em <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/08/19/pastor-everaldo-promete-privatizar-petrobras-e-se-diz-contracasa-mento-gay.htm>. Acesso em 19 de Agosto de 2014.

²⁸ Fator previdenciário foi uma lei criada em 1999, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Trata-se do estabelecimento de uma base de cálculo para a aposentadoria. Segundo os especialistas, o fator previdenciário implicou em perdas significativas para os trabalhadores de ambos os sexos que se aposentam antes dos 63 anos de idade. Informações disponíveis em <http://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2015/07/04/entenda-como-funciona-o-fator-previdenciario.htm>; <http://www.matu-salemcastelan.com.br/duvidas-frequentes/o-que-e-o-fator-previdenciario>; <http://ebape.fgv.br/node/1715>. Acesso em 26 de Agosto de 2016.

²⁹ Fonte: *Correio Braziliense*. Data da matéria: 20 de setembro de 2014. Disponível em http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2014/09/20/interna_politica,448035/pastor-everaldo-faz-campanha-no-df-e-defende-fim-do-fator-previdenciario.shtml. Acesso em 30 de Setembro de 2014.

³⁰ Fonte: *Correio Braziliense*. Data da matéria: 20 de Setembro de 2014. Disponível em http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2014/09/20/interna_politica,448035/pastor-everaldo-faz-campanha-no-df-e-defende-fim-do-fator-previdenciario.shtml. Acesso em 30 de Setembro de 2014.

período de detenção. Estava previsto ainda um investimento maciço na Polícia Federal e nas Forças Armadas, cujo incremento, inspirado na segurança do Estado de Israel, passava pelo cumprimento de três anos de serviço militar obrigatório para os jovens e de dois anos para as jovens. Durante esse período, dizia o candidato, os jovens teriam a oportunidade de realizar cursos profissionalizantes. Como exemplo, contava que em Israel são oferecidos mais de 700 cursos.

Tendo a defesa da família tradicional como uma de suas grandes bandeiras, o partido propunha a criação de políticas públicas para estimular a “recriação de laços afetivos, morais e econômicos entre as famílias”; o “fim do uso do aparelho estatal para a promoção de atos que não coadunam com a tradição da sociedade brasileira”; e a “desburocratização do processo de adoção de crianças abandonadas”. Além dessas medidas, previa-se a manutenção da criminalização do aborto, que era relacionada à valorização da família e da vida. No plano, mencionava-se o “combate à prática do aborto como recurso paliativo de uma política inconsequente de planejamento familiar” e lia-se que “A vida humana deve ser entendida como tendo início na concepção e a família deve ser respeitada nos termos da Constituição e de sua visão histórica”. A rejeição das demandas sociais por mudanças nas políticas voltadas ao tema era clara, e a defesa do *status quo* era baseada em parte na tradição – na referência aos “princípios civilizatórios consagrados” –, em parte nas normas jurídicas – na citação dos “termos da Constituição”. Os valores a serem defendidos não eram, portanto, as demandas sociais democráticas ou a garantia do direito de minorias, mas sim a tradição e a lei.

No âmbito da educação, o plano previa uma reforma envolvendo a descentralização das gestões, além de maior incentivo ao ensino profissionalizante (inclusive na formação militar); ênfase no ensino de matemática e língua portuguesa na escola pública; e a simplificação do processo de abertura de escolas privadas. O partido propunha ainda a expansão do Prouni (Programa Universidade para Todos) para o ensino médio, fundamental e infantil. Esse foi um dos programas mais criticados pela grande mídia durante a gestão Dilma, pois foi identificado como um dos maiores meios de transferência de recursos do setor público para o setor privado.

Prouni (Programa Universidade para Todos)

O Prouni é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior, bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior em cursos de graduação e sequenciais de formação específica.

Podem participar:

- Estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais da própria escola;
- Estudantes com deficiência;
- Professores da rede pública de ensino do quadro permanente que concorrerem a cursos de licenciatura – nesse caso, não é necessário comprovar renda.

Para concorrer às bolsas integrais, o candidato deve comprovar renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até um salário mínimo e meio. Para as bolsas parciais (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa. Para se inscrever no programa, é preciso ter participado do Enem e ter obtido no mínimo 450 pontos na média das notas do exame e nota acima de zero na redação.

As ambiguidades presentes no programa de governo suscitavam dúvidas quanto aos investimentos disponíveis e às estratégias para a área da educação: o planejamento estaria focado no financiamento direto e universal à educação pública, ou se investiria majoritariamente na iniciativa privada, apostando na livre concorrência? Em relação à política de cotas nas universidades e em concursos públicos, o partido fez uma oposição veemente ao longo da campanha, dizendo que, com escolas públicas de qualidade, as cotas não se justificariam.

Na área da saúde, o plano de governo priorizava a desburocratização e a ampliação do livre mercado de operadores de planos de saúde. Defendia também a implementação de mecanismos que pudessem aumentar a

eficiência do sistema público, como a meritocracia e o plano de metas, de forma que os melhores hospitais e médicos fossem premiados financeiramente. A desburocratização da importação e a extinção de todos os tributos que incidem sobre medicamentos, aparelhos e materiais médicos; a desburocratização e o incentivo ao aumento de vagas em cursos universitários privados de medicina foram outras propostas apresentadas no plano.

A defesa da “livre concorrência” nas áreas de saúde e educação e a falta de sinalização mais precisa dos investimentos públicos nessas áreas foram destacadas pela mídia. Essa adesão ao liberalismo econômico, por um lado, e ao conservadorismo moral, por outro, fragilizou a campanha.

Em pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em 2014 com o eleitorado nacional, só 34,8% achavam que “quanto menos o governo atrapalhar a competição entre as empresas, melhor para todos”. Entre os sem religião e autodeclarados ateus, a taxa de aceitação dessa premissa liberal é de somente 19,4%. Outro dado revelador da resistência do eleitorado nacional às premissas liberais é o baixo percentual de eleitores que acham que “as empresas privadas devem ser as maiores responsáveis por investir no país e fazer a economia crescer”: somente 22,5%.

Sendo assim, conforme mencionamos acima, a candidatura de Everaldo não era abraçada prioritariamente nem pelos conservadores, pois, além de esse segmento ser majoritariamente católico, como salientou o cientista político Cesar Romero Jacob (PUC-RJ), e de encontrar outros candidatos que disputassem esse papel, a massa dessa fatia do eleitorado defende um “Estado forte”. Já os liberais não tinham em Everaldo seu candidato, pois o liberalismo defendido pelo Instituto Liberal, presidido por Rodrigo Constantino³¹, preconiza que o Estado não deve interferir em assuntos que concernem à esfera privada. Logo, ao Estado não caberia legislar em favor de uma noção de moral do âmbito privado que visa englobar o público.

Logo no início da campanha, quando muitas especulações rondavam a candidatura do Pastor Everaldo e as pesquisas davam empate técnico entre ele e o presidenciável Eduardo Campos (PSB-PE), seu programa de governo foi apresentado por economistas e jornalistas e recebeu grande espaço na mídia. Assim, Rodrigo Constantino publicou em seu blog uma grande en-

³¹ Rodrigo Constantino é economista, colunista dos jornais *Valor Econômico* e *O Globo* e da revista *Veja*. Preside o Instituto Liberal e é um dos fundadores do Instituto Millenium.

trevista com o pastor, divulgada posteriormente também no site da revista *Veja*. A matéria se inicia dando destaque a uma fala do candidato: “100% a meritocracia. Não podemos deixar nossos irmãos brasileiros com fome, isso é um princípio cristão, repartir o pão. As pessoas devem ter condições, mas é preciso trabalhar. Está escrito: com o suor do teu rosto comerás o pão”³². A passagem combina uma mensagem muito afeita aos liberais desde os tempos dos pensadores clássicos do século XVII e XVIII como John Locke, sobre a importância do esforço individual para o seu próprio crescimento e o da economia, a uma gramática religiosa cristã, enfatizando o fundamento bíblico da partilha e do esforço individual para a salvação. A matéria continua com um pronunciamento do candidato que, mesmo alinhado a um discurso liberal, tenta conquistar a confiança dos eleitores que se beneficiam dos programas sociais petistas:

Sou um dos principais responsáveis pelo primeiro Bolsa Família que teve nesse país, o Cheque Cidadão, que foi adotado no Rio de Janeiro em 1999. O objetivo era que a família pudesse ter comida e material de higiene, mas era obrigatório ter a carteira de vacinação em dia e os filhos na escola. Esse era o foco principal. Acredito nisso. Cada família quer ter a oportunidade de vencer na vida, ter carteira assinada. A proposta é oferecer capacitação para que cada um possa ser inserido de verdade no contexto nacional. Essa é a porta de saída. Devemos celebrar quando cada um consegue vencer na vida³³.

Assim Constantino começa a apresentação da entrevista realizada com o Pastor Everaldo e veiculada na revista *Veja* em 1º de julho de 2014. A primeira pergunta gira em torno do corte dos ministérios. Sempre sucinto – característica que, durante toda sua campanha, inquietou repórteres e analistas eleitorais que buscavam compreender melhor suas propostas –, Everaldo respondeu que achava possível ter apenas 20 ministérios dos 40 existentes na época. O candidato aproveitou o tempo para criticar a gestão

³² Fonte: *Veja*. Data da matéria: 01 de Julho de 2014. Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/democracia/o-mercado-tem-que-funcionar-affirma-pastor-everaldo-em-entrevista-ao-blog/>. Acesso em 06 de Julho de 2014.

³³ Fonte: *Veja*. Data da matéria: 01 de Julho de 2014. Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/democracia/o-mercado-tem-que-funcionar-affirma-pastor-everaldo-em-entrevista-ao-blog/>. Acesso em 06 de Julho de 2014.

de Dilma Rousseff, demonstrando sua insatisfação pessoal com a presidente. Assim disse: “Há um ministério que chamo de Ministério da Enrolação Institucional. Como a atual presidente não quer conversar com ninguém, precisa ficar enrolando”³⁴.

Na mesma entrevista, Pastor Everaldo respondeu a uma pergunta de Constantino sobre os “ataques constantes dos progressistas” à família. Disse que o Brasil é uma democracia, que não seria como Venezuela ou Cuba e, sendo assim:

Eu tenho direito de defender meu ponto de vista, e cada cidadão tem o direito de escolha do que ele quer da sua vida. Não é o estado que vai dizer o que ele deve fazer. O cidadão tem que ser respeitado. Defendemos isso sem preconceito, sem querer segregar a população. Mas há valores que têm se perdido hoje, e preocupam mais. Alegam que nunca se prendeu tanta gente, mas nunca se viu tanta corrupção. O exemplo vem de cima. O sujeito acha normal o “gatonet”, o “gato” de luz. A criança vê o pai fazendo um “gato” e acha que pode fazer um “tigre” na frente. Esses valores é que temos que recuperar. O respeito ao próximo: a minha liberdade termina onde começa a do outro³⁵.

Contrapondo-se ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, afirmou que a família que defende e que deve ser legalmente considerada pelo Estado é a que está na Constituição, que prevê o casamento apenas entre homens e mulheres. Do mesmo modo, faz parecer que sua perspectiva é inclusiva e respeitadora das demandas e posicionamentos sociais, mas, em sequência, deixa transparecer que a questão do casamento igualitário estaria no mesmo *hall* de desvios morais que a realização de “gatonet”³⁶. Ou seja, se inicialmente ele argumenta que, na democracia brasileira, todos serão respeitados em seus direitos, a conexão estabelecida na continuação

³⁴ Fonte: *Veja*. Data da matéria: 01 de Julho de 2014. Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/democracia/o-mercado-tem-que-funcionar-afirma-pastor-everaldo-em-entrevista-ao-blog/>. Acesso em 06 de Julho de 2014.

³⁵ Fonte: *Veja*. Data da matéria: 01 de Julho de 2014. <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/democracia/o-mercado-tem-que-funcionar-afirma-pastor-everaldo-em-entrevista-ao-blog/>. Acesso de 06 de Julho de 2014.

³⁶ Gatonet é o nome popular dado às ligações clandestinas de TVs por assinatura.

da resposta revela o posicionamento defendido pelos evangélicos no Congresso Nacional, que ainda hoje operam por uma retorsão dos argumentos, nos termos de Pierucci (1990)³⁷.

De modo lacônico, pouco elucidativo, Pastor Everaldo falou também sobre a questão da maioria penal, dizendo:

Nosso partido já apresentou projeto para a redução da maioria penal. Nossa ideia é trazer o jovem para uma inserção de aprendizado, treinamento, aproveitar as Forças Armadas, que hoje estão sucateadas. Se a pessoa comete um crime, então ela tem um potencial que está encaminhado para o mal. Então vamos tentar caminhar isso para o bem, para o esporte³⁸.

Ele prometia uma administração para o povo, em contraposição ao que estaria sendo feito pelo PT:

Vou inverter a lógica do governo. O Estado se serve do cidadão, suga o suor e o sangue. Temos uma carga tributária de país de primeiro mundo com serviços de submundo. Neste sentido, vamos reduzir 1/20 de impostos por ano. Além disso, passaremos para a iniciativa privada tudo o que for possível. O aparelhamento da máquina nunca visou o interesse público, mas sim o interesse do partido que está no poder [PT]³⁹.

A marca de um discurso liberal era comemorada por Rodrigo Constantino e seus colegas do Instituto:

Já deu para pegar o jeitão da coisa. Não resta dúvida de que o Pastor Everaldo contou com um time preparado de liberais

³⁷ Esse uso do argumento do outro adaptado à defesa de posições contrárias é identificado como um “efeito de retorsão” definido por Taguieff, segundo Pierucci (1990), como um contendor se coloca no terreno discursivo e ideológico do adversário e o combate com as armas deste, as quais, pelo fato de serem usadas com sucesso contra ele, deixam de pertencer-lhe, pois que agora jogam pelo adversário. A retorsão opera assim, de uma só vez, uma retomada, uma revirada e uma apropriação-desposseção de argumentos: ela tem por objetivo impedir ao adversário o uso de seus argumentos mais eficazes, pelo fato mesmo de utilizá-los contra ele” (Taguieff, 1986b; Angenot, 1982). (Pierucci, 1990, p. 11).

³⁸ Fonte: VEJA. 01/07/2014 Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/democracia-o-mercado-tem-que-funcionar-afirma-pastor-everaldo-em-entrevista-ao-blog/>. Acesso em 06 de Julho de 2014.

³⁹ Fonte: DIÁRIO DO LITORAL. 08/07/2014. Disponível de <http://www.diariodolitoral.com.br/conteudo/37675-pastor-everaldo-fala-sobre-planos-de-governo>. Acesso de 08 de Julho de 2014.

para lhe prestar assessoria. Vemos coisas ali que poderiam muito bem ter saído direto do Instituto Liberal, o qual presido. Em termos de diretrizes propostas, não há o que duvidar: estamos observando o surgimento de um discurso novo na política nacional, que delega um papel bem menos ao estado e outro bem maior ao livre mercado. Alvíssaras!⁴⁰.

Em seu blog, diferentemente do que fazia na grande mídia, Pastor Everaldo enfocava menos a plataforma liberal, privilegiando como pauta o que definia como o “respeito à vida e à família”, assim como seu posicionamento contrário à descriminalização das drogas. Dizia: “Vou priorizar o respeito à democracia e à difusão de princípios e valores centrados nos princípios cristãos”⁴¹ e veiculava informações que afetavam diretamente as instituições religiosas, como a resolução do governo federal que pretende proibir atividades religiosas em comunidades terapêuticas e em instituições que tratam de dependentes químicos:

O governo comete uma atrocidade ao proibir Deus nas entidades de atendimento a estas pessoas. Por nossa sugestão, o Partido Social Cristão (PSC) vai entrar com medida judicial contra esta resolução do Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas (Conad)... No nosso entender, essa proibição, além de desumana, configura uma arbitrariedade e é inconstitucional, na medida em que impede a livre manifestação pública e a liberdade de um cidadão aderir a uma fé ou crença. A notícia da resolução também provocou a indignação do senador Magno Malta, autor de um pronunciamento inconformado, na quarta-feira, 20, no Senado. O senador está correto ao considerar essa proibição uma afronta e um desrespeito às pessoas, de várias crenças religiosas, que dedicam suas vidas a acolher e a confortar seres humanos vítimas do vício do álcool e das drogas. Essas pessoas, além de tratamento médico, necessi-

⁴⁰ Blog Rodrigo Constantino/Veja; Data da Matéria: 14/07/2014. Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/diretrizes-de-governo-do-pastor-everaldo-confirmam-vies-liberal-na-economia/>. Acesso em 18 de Julho de 2014.

⁴¹ Blog do Pastor Everaldo; Data da Matéria: 21/07/2014. Disponível em <http://www.blogdoeveraldo.com.br/>. Acesso em 22 de Julho de 2014.

tam de amor, afeto e da dedicação de quem se preocupa com eles sem esperar nada em troca. Também concordo com o senador Magno quando ele afirma que o Brasil é um país laico, sem religião oficial, com liberdade religiosa e de culto. Qual a finalidade de se impedir a ação de pessoas que só querem ajudar seus semelhantes?⁴².

As novas regras propostas para a atuação de Comunidades Terapêuticas no Brasil pelo governo Dilma Rousseff, como vimos, causam furor entre evangélicos e católicos, principais prestadores desses serviços (Fromm, 2015; Cazenave, Sabino, 2005; Ribeiro, Minayo, 2015; entre outros).

Comunidades Terapêuticas

As comunidades terapêuticas (CT) surgem em meados da década de 1950 na Inglaterra, com o objetivo de tratar problemas psicológicos em soldados que vivenciaram traumas de guerra. Posteriormente, o modelo se estendeu ao tratamento de outros transtornos, tornando-se uma alternativa ao tratamento manicomial, apesar de seu funcionamento acabar reproduzindo, em alguma medida, o modelo de que pretendia se distanciar.

No Brasil, as normas que regulamentavam essas entidades eram foco de reclamações por parte de seus representantes. Para que as CTs fossem reconhecidas e conseguissem financiamento público, como estipulado pela Resolução nº 101/01 da Anvisa, era exigido, entre outras coisas: que possuíssem o mesmo aparato das unidades de saúde; que seus internos tivessem atendimento psiquiátrico pelo menos uma vez por semana; e que as atividades religiosas não fossem obrigatórias. Com a Resolução nº 29 de 2011, que substituiu a anterior, há uma flexibilização dessas exigências, sob o argumento da ampliação desse tipo de serviço. A partir daí, permite-se que as instituições mantenham um técnico de nível superior de qualquer área, desde que legalmente habilitado, e não obrigatoriamente da área da saúde; as atividades religiosas possam ser obrigatórias; dependentes que tenham doenças associadas ao vício e que precisem de cuidados médicos possam ser recusados pelas CT.

⁴² Disponível em <http://www.blogdoeveraldo.com.br/partido-social-cristao/item/929-no-paran%C3%A1-reafirmamos-a-defesa-da-liberdade-religiosa-no-tratamento-de-dependentes-qu%C3%ADmicos>.

Conforme noticiado pelo Ministério da Justiça em agosto de 2015, 371 entidades haviam sido contratadas, o que representava mais de oito mil vagas disponíveis em todo território nacional. O custo mensal estimado para cada paciente é de R\$ 1 mil e, para adolescente ou mãe/nutriz, de R\$ 1,5 mil. Na reportagem de Maurício Moraes (2016), a flexibilização dessas normas representa um aporte de recursos em torno de R\$ 300 milhões para os próximos dois anos, o triplo do que essas entidades recebiam antes da nova Resolução. Segundo o jornalista, a mudança só foi possível com o apoio parlamentar da Frente de Defesa das Comunidades Terapêuticas, presidida pelo Deputado Eros Biondini (PTB/MG), integrante da Frente Parlamentar Católica.

Especificamente sobre a questão das drogas e a abordagem dada ao tema pelo STF, Pastor Everaldo disse em entrevista concedida à pesquisa:

A gente vê com preocupação o comportamento de uma das pessoas que eu considero mais competentes dentre os ministros do Supremo, mais equilibrada [refere-se ao Ministro Gilmar Mendes]. Ele deu um voto, assim, até contraditório, né? Eu ouvi um pedaço do voto dele. Ele quis dizer que sim e que não. Uma coisa assim, difícil. Eu vejo com preocupação. A suprema corte do Brasil começando a dar brecha, podendo criar uma facilidade para os outros temas dessa agenda que... Então, eu vejo isso com preocupação, não concordo com a liberação. Difícil a gente lidar com essa agenda das drogas, que hoje é um câncer na sociedade. Uma coisa difícil de lidar. Eu já tive primos meus que pelas drogas perderam a vida, então eu sei. Mais ou menos a gente acompanha de perto. Eu pessoalmente sou contra a liberação e defenderei dentro do partido. E hoje, dentro do partido é contra a liberação.

(Entrevista realizada com Pastor Everaldo em 24 de agosto de 2015).

É importante observar a associação produzida entre a descriminalização das drogas e o avanço de outras pautas, como o aborto. Assim, o posicionamento contrário à descriminalização das drogas faz parte de um

posicionamento mais amplo, contrário a uma linha argumentativa que privilegiava a liberdade e o poder de escolha pessoal que poderiam fundamentar o avanço de outras agendas. Aqui, tal como nos apresenta Mills (1959)⁴³, exploram-se os medos da sociedade, que podem ser manipulados por atores sociais interessados em conduzir os processos de mudança conforme seus interesses e perspectivas morais.

Descriminalização das drogas no Brasil

Conforme a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que dispõe sobre o Sisnad – Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas –, o uso de drogas é um ato ilícito, sujeito a punição. Como disposto no art. 28 da referida Lei, “Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar” poderá ser condenado a uma pena de 5 a 10 meses de prisão. O dispositivo não define a quantidade que caracterizaria o consumo pessoal, permitindo, assim, que usuário, produtor e traficante sejam tratados da mesma maneira.

O Supremo Tribunal Federal tratou do tema em agosto de 2015, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 63.565, ação judicial movida para declarar a inconstitucionalidade do referido artigo 28. O Relator do processo, ministro Gilmar Mendes, se posicionou em defesa da descriminalização, ressaltando a questão da ausência de regulação jurídica para a posse de entorpecentes destinados ao uso pessoal e deixando claro que implantar políticas de controle e redução de danos não significaria a liberação do uso dessas substâncias. Os ministros Edson Fachin e Luís Roberto Barroso também foram favoráveis à tese da inconstitucionalidade; todavia, o julgamento foi suspenso, a pedido do ministro Teori Zavascki. Até o momento, não foi proferida a decisão da Corte.

⁴³ “...quando as pessoas estimam certos valores e não sentem que sobre eles pesa qualquer ameaça, experimentam o bem-estar. Quando os estimam, mas sentem que estão ameaçados experimentam uma crise – seja como problema pessoal ou questão pública. E se todos os seus valores estiverem em jogo, sentem a ameaça total do pânico” (Mills 1959:17).

Em seu blog, Everaldo destaca ainda seu apoio ao agronegócio brasileiro, que, para ele, é um exemplo a ser seguido na economia. Ao mesmo tempo, ressalta sua solidariedade aos trabalhadores brasileiros, prometendo isenção do Imposto de Renda para os salários de até R\$ 5.000,00 e incentivo ao micro e pequeno empresário, reconhecendo a importância fundamental desse segmento para a vida econômica do país. Ainda em seu blog, ele se apresenta como um democrata e uma pessoa sincera e honesta:

Sou evangélico e não nego a minha fé. Sou nascido e criado na Assembleia de Deus de Madureira, no Rio de Janeiro. Sou neto de pastor, sou filho de pastor, tenho filho pastor. Estamos numa democracia, graças a Deus aqui não é Cuba, não é Venezuela. Esse é um ponto de vista que defendo e não abro mão dele. A gente tem de respeitar o ponto de vista de todo brasileiro. Acho que a população está querendo alguém que fale o que pensa. Não que diga uma coisa e faça outra.

Apresentava-se, enfim, como um “liberal conservador”:

Eu sou um liberal do ponto de vista econômico, e conservador do ponto de vista da moral, da ética e dos bons costumes. Isso é praticado na Europa, nos Estados Unidos, em vários países do chamado primeiro mundo. E não tenho nenhum problema de assumir esta responsabilidade no Brasil, de defender a meritocracia, o livre mercado, a livre concorrência, e defender com clareza os valores da família⁴⁴.

Em virtude desse perfil, destacado pela mídia, grupos e personalidades ligadas aos empresários ou à direita no Brasil o convidavam para chás, jantares e entrevistas coletivas. O Foro de Brasília, inclusive, convidou o candidato para integrar o grupo. Criado em 2014 como uma reação ao Foro de São Paulo, grupo de esquerda contrário ao neoliberalismo criado nos anos 1990, o Foro de Brasília é uma organização de simpatizantes do pensamento de direita, composta majoritariamente por advogados, economistas e magistrados.

⁴⁴ Fonte: Blog do Everaldo. Data da Matéria: 02 de Setembro de 2014. Disponível em <http://www.blogdoeveraldo.com.br/brasil/item/936-debate-do-sbt-nosso-prop%C3%B3sito-%C3%A9-defender-a-fam%C3%ADlia-brasileira>. Acesso em 02 de Setembro de 2014.

2.1 Desafios da campanha

Os desafios a serem enfrentados por Pastor Everaldo ao longo da campanha incluíam, por um lado, a desconfiança dos liberais diante do declarado compromisso com uma moral religiosa e, por outro, o desconforto de sua base, composta majoritariamente por uma parcela da população que demanda um Estado mais presente, mais eficiente, mais forte e que garanta mais direitos, o que ia de encontro com a defesa do Estado Mínimo, uma questão central na campanha de Everaldo. Segundo pesquisa do Datafolha, seis a cada dez eleitores do pastor afirmavam que o governo tem o “dever de ajudar grandes empresas nacionais que corram o risco de ir à falência”⁴⁵.

Estado mínimo? Xô. Entre os que declaram voto no pastor, 73% dizem que é o governo, sim, que deve ser o maior responsável por investir no país e fazer a economia crescer. Só 18% acham que crescimento deveria estar mais ligado às empresas privadas. Everaldo parece ter mais sintonia com seu público quando o assunto envolve homossexuais. Ele é o único candidato cuja maioria de eleitores (61%) concorda com a frase “a homossexualidade deve ser desencorajada”⁴⁶.

Além disso, seu perfil lacônico e o discurso repetitivo em torno da bandeira “pela família” eram alvo de críticas na imprensa. Passavam a impressão, segundo afirmaram comentaristas na época, de despreparo e de falta de estofo para o debate técnico e político.

O PSC é um partido pequeno e sua candidatura não teve nenhuma aliança formalizada, o que fez com que o pastor conseguisse apenas 1 minuto e 08 segundos na propaganda eleitoral gratuita na TV. Sobre o tempo reduzido, ele dizia: “Tenho pouco mais do que uma atiradeira e uma pedrinha, mas acredito em milagres”, em alusão à passagem bíblica em que Davi derrota o gigante Golias⁴⁷. Pastor Everaldo não dispunha de palanque nos

⁴⁵ Fonte: *Folha de São Paulo*. Data da matéria: 07 de Setembro de 2014. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1512202-eleitorado-de-everaldo-rejeita-estado-minimo-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em 07 de Setembro de 2014.

⁴⁶ Fonte: *Folha de São Paulo*. Data da matéria: 07 de Setembro de 2014. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1512202-eleitorado-de-everaldo-rejeita-estado-minimo-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em 07 de Setembro de 2014.

⁴⁷ Fonte: *Carta Capital*. Data da matéria: 09 de Março de 2014. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/politica/pastor-everaldo-o-candidato-das-bandeiras-reacionarias-7648.html>. Acesso em 30 de Junho de 2014.

principais colégios eleitorais do Brasil – só contava com dois palanques estaduais próprios: Espírito Santo e Piauí – e, como já mencionado, foram feitas negociações para que ele dividisse palanque com outros candidatos.

O maior ativo do PSC era o potencial de votos que o pastor poderia arregimentar no meio religioso. Nas entrevistas, rotineiramente era interpelado sobre sua identidade religiosa e como ela interferiria em caso de sua vitória. Sobre isso, dizia:

Estamos em uma democracia e em um estado laico. Vou governar para todos os brasileiros com os princípios cristãos que eu não abro mão de amor ao próximo, de moralidade e de respeito com o cidadão. Eu tenho minha fé e vou respeitar a fé de todos os brasileiros⁴⁸.

Insistiam na pauta LGBT, buscando explorar seu posicionamento e de seus colegas da Frente Parlamentar Evangélica a respeito dos direitos dessa minoria. Perguntado se defenderia o projeto da “cura gay” caso fosse eleito, o pastor respondeu:

Nunca existiu projeto de cura gay. Existe um projeto que permitiria a liberdade de uma psicóloga que foi cassada, arbitrariamente, pelo Conselho Federal de Psicologia de exercer sua profissão. Cada cidadão tem a liberdade de exercer a sua profissão e a pessoa de escolher o médico que quiser⁴⁹.

Pastor Everaldo diz que vai contestar decisão do STF favorável à união gay

Candidato afirmou em entrevista que, se eleito, vai enviar projeto ao Congresso para derrubar casamento homoafetivo

Rio – O candidato do PSC à Presidência, Pastor Everaldo, disse em entrevista ao iG e à Rede TV! que, se eleito, levará ao

⁴⁸ Fonte: *O Globo*. Data da matéria: 30 de Junho de 2014. Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2014/06/30/everaldo-vai-discutir-aborto-reducao-da-maioridade-penal-na-campanha-539695.asp>. Acesso em 07 de Julho de 2014.

⁴⁹ Fonte: *O Globo*. Data da matéria: 30 de Junho de 2014. Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2014/06/30/everaldo-vai-discutir-aborto-reducao-da-maioridade-penal-na-campanha-539695.asp>. Acesso em 07 de Julho de 2014.

Congresso Nacional um projeto que contestará o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) das uniões homoafetivas. A Corte reconheceu o direito ao casamento civil dos homossexuais em 2011. Everaldo comentou ainda que, ao reconhecer a união homoafetiva, o Supremo Tribunal Federal “se equivocou”. “O Supremo é o guardião [da Constituição], eu respeito o nosso Supremo, mas todavia somos homens e mulheres sujeitos a errar. Eleito, farei isso [enviar projeto para rever o reconhecimento da união homoafetiva]⁵⁰.

O presidenciável do PSC também comentou que seu programa de governo vai incentivar a adoção de crianças exclusivamente por casais heterossexuais e que não terá a mesma disposição sobre o tema com relação aos casais homossexuais. “Sou contra a adoção por casais gays. É um princípio. Acredito que a criança deve ter uma referência de pai e mãe, homem e mulher”⁵¹.

Quando era levantada a questão do aborto, Everaldo respondia, por vezes, de forma lacônica e, por outras, ativava diretamente sua vinculação à religião cristã:

Questões religiosas, como o aborto, estiveram presentes nas últimas eleições. Esses pontos vão voltar à pauta nessas eleições?

O PSC defende a vida desde a sua concepção. Esse assunto é normal, não é polêmico⁵².

Defendo os princípios cristãos, defendo a vida a partir da concepção, e sou a favor de todas as leis civis e penais que defendam o direito à vida. A criminalização do assassinato de vida intrauterina é tão importante quanto a criminalização do

⁵⁰ Fonte: *O Dia*. Data da matéria: 23 de Setembro de 2014. Disponível em <http://odia.ig.com.br/eleicoes2014/2014-09-23/pastor-everaldo-diz-que-vai-contestar-decisao-do-stf-favoravel-a-uniao-gay.html>. Acesso em 25 de Setembro de 2014.

⁵¹ Fonte: *O Dia*. Data da matéria: 23 de Setembro de 2014. Disponível em <http://odia.ig.com.br/eleicoes2014/2014-09-23/pastor-everaldo-diz-que-vai-contestar-decisao-do-stf-favoravel-a-uniao-gay.html>. Acesso em 25 de Setembro de 2014.

⁵² Fonte: *O Globo*. Data da matéria: 30 de Junho de 2014. Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2014/06/30/everaldo-vai-discutir-aborto-reducao-da-maioridade-penal-na-campanha-539695.asp>. Acesso de 07 de Julho de 2014.

assassinato de vida extrauterina. As exceções que hoje constam no direito brasileiro já são mais do que suficientes para regular a questão⁵³.

Se o Congresso aprovar a legalização do aborto e o casamento gay, o sr. vetará?

Vetarei. É uma prerrogativa da democracia.

Essa decisão não estará sendo influenciada pela religião?

Será influenciada pela minha consciência e pelo que entendo de sociedade. Nenhuma sociedade sobreviveu até hoje a não ser pelo casamento heterossexual.

Os interesses da nação, representados pelo Congresso nesses casos, não têm que vir em detrimento das suas crenças?

Meus princípios são inegociáveis. O Parlamento tem a prerrogativa de derrubar o veto. A democracia é assim⁵⁴.

A exposição de posicionamentos de lideranças e políticos evangélicos acerca de temas relacionados aos direitos de minorias no Brasil é constante na mídia. Sendo assim, durante toda a campanha, a legalização do aborto e do casamento igualitário eram abordados de modo a evidenciar o que ora emergia como uma contradição, ora como a revelação de uma farsa, já que o liberalismo associado à sua campanha restringia-se à área econômica. Embora os demais candidatos se posicionassem publicamente contra a descriminalização do aborto e a favor da legislação atual, eram nas entrevistas com Pastor Everaldo que as respostas ganhavam destaque na mídia. Se nas eleições presidenciais de 2010 o tema da moral circulou em torno dos dois principais concorrentes, no pleito de 2014 o tema foi centralizado na candidatura de Everaldo. Essa fixação dos temas que afetam a moral cristã na figura do pastor ganhou relevo durante os debates na televi-

⁵³ Fonte: Portal UOL Eleições; Data da Matéria: 14 de Julho de 2014. Disponível em <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/07/14/veja-o-que-pensam-candidatos-a-presidencia-sobre-aborto-maconha-e-religiao.htm>. Acesso em 18 de Julho de 2014.

⁵⁴ Fonte: *Folha de São Paulo*. Data da matéria: 05 de Setembro de 2014. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1511251-feliz-a-democracia-que-tem-candidatos-evangelicos-diz-pastor-everaldo.shtml>. Acesso de 05 de Setembro de 2014.

são entre os candidatos considerados nanicos⁵⁵, como Levi Fidelix, Luciana Genro e o próprio pastor.

Quando o assunto era ensino religioso nas escolas públicas, um tema candente na agenda política desde, pelo menos, o final da década de 1990, quando foi formulada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Pastor Everaldo tinha um posicionamento diferente de outros políticos evangélicos em evidência: ele era contra sua obrigatoriedade.

Somos a favor da descentralização do ensino público e liberdade educacional, respeitando-se um conteúdo onde o foco, nos ensinos fundamental e médio, deva ser o ensino de língua portuguesa e matemática. Escolas que tenham interesse em oferecer ensino religioso devem ser livres para fazê-lo, sem obrigatoriedade, mas com liberdade.⁵⁶

Além do destaque dado a temas polêmicos pela mídia e por seus concorrentes durante os debates, o que se intensificou com o início da propaganda eleitoral gratuita na rádio e TV, outros pontos foram identificados por nós como desafios à campanha de Everaldo. Em relação a seu programa de governo, podemos citar, por exemplo, a exploração midiática de sua in experiência em cargos no Executivo e o esvaziamento de sua principal bandeira, a defesa da família, abraçada com veemência pelos demais candidatos, como Eymael, o “democrata cristão”; Aécio Neves, que propôs o projeto Família Brasileira; e Dilma Rousseff, que contava com seus vários programas sociais, com destaque para o próprio Bolsa Família.

Para além das questões relativas ao seu programa de governo, analistas destacavam outro fator subjetivo, mas de grande importância em processos eleitorais: a linguagem corporal do candidato. Segundo eles, o comportamento de Everaldo diante das câmeras caracterizava-o como “insosso” e descrente das suas próprias ideias. Analisando a sabatina de Everaldo por um colunista do jornal *O Globo* no Museu de Arte do Rio (MAR), realizada em setembro de 2014, Paulo Sérgio Camargo, especialista em linguagem

⁵⁵ Os candidatos que têm menos de 3% das intenções de voto dos eleitores.

⁵⁶ Fonte: Portal UOL Eleições. Data da Matéria: 14 de Julho de 2014. <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/07/14/veja-o-que-pensam-candidatos-a-presidencia-sobre-aborto-maconha-e-religiao.htm>. Acesso de 18 de Julho de 2014.

corporal e autor dos livros “Linguagem Corporal” (2010) e “Não minta pra mim! Psicologia da Mentira e Linguagem Corporal” (2012), disse:

Cerca de 65% das informações são não-verbais, segundo pesquisas científicas. Muitos dos eleitores elegem seus candidatos por relação emotiva, beleza, seriedade, ou seja, pela imagem, especialmente quando começam as fases de debates e entrevistas (...) Ele foi muito inseguro durante toda a entrevista, especialmente quando o assunto foi aborto. Sempre que faziam perguntas contundentes, ele gaguejava, e chegou até a se agarrar na cadeira. Pelo gestual, ele não tem a menor condição de ser presidente, é inexpressivo, sofrível. Ele podia ser mais enfático, mas nem ele acredita no que diz.

(...)

Quando é perguntado sobre o “kit gay” nas escolas, ele fecha o punho e franze a testa, expressando raiva. Ele até tenta ser simpático ao chamar os entrevistadores de brilhantes, mas aperta os lábios ao final da frase, o que demonstra que ele estava incomodado — opina Camargo. — Em diversas perguntas, ele apoia a mão nos braços da cadeira, o que deixa claro que ele está inseguro sobre o que responder, precisando de um apoio. Questionado sobre as Olimpíadas no Brasil daqui a dois anos, ele mostrou total desprezo sobre o assunto ao levantar os lábios. Ele ainda tem um cacoete de passar a língua sobre os lábios, que quer dizer “convenci você”.

Se Pastor Everaldo está acostumado a falar para multidões em sua igreja, isso não se reflete nos debates e entrevistas, como opina Carmago:

— Ele anula totalmente a função de pastor. A oratória dele como político é nula. Eu já o vi como pastor e ele é muito convincente, mas como candidato ele ainda não encontrou o equilíbrio. Os fieis que vão à igreja não estão lá para contestá-lo, então é mais fácil se sentir à vontade.⁵⁷

⁵⁷ Fonte: *O Globo*. Data da matéria: 09 de Setembro de 2014. Disponível em <http://oglobo.globo.com/brasil/nem-ele-acredita-no-que-diz-diz-especialista-em-linguagem-corporal-sobre-pastor-everaldo-13880938>. Acesso em 09 de Setembro de 2014.

Além dos desafios anteriormente citados e que dizem respeito aos limites do candidato e de seu partido, um evento absolutamente dramático e inesperado marcou a campanha presidencial de 2014: a morte do candidato do PSB, Eduardo Campos, resultado de um acidente aéreo em Santos, São Paulo, no dia 13 de agosto de 2014. Campos tinha 49 anos e, segundo as pesquisas, estava em terceiro lugar na corrida presidencial. Em alguns momentos da campanha, esteve em empate técnico com Pastor Everaldo. Com sua morte e a confirmação da senadora Marina Silva como a nova candidata do PSB, tanto Everaldo quanto Dilma Rousseff eram apontados como os que mais perderiam votos de evangélicos. Líderes evangélicos eram explícitos quanto à migração do apoio durante a campanha:

A gente vê com bons olhos o retorno de Marina como protagonista nesta eleição. Lamentamos profundamente a perda trágica do ex-governador Eduardo Campos que víamos como uma grande promessa, mas não podemos deixar de reavaliar o novo cenário. Ainda não tínhamos fechado um nome formal, mas havia uma tendência a anunciar o apoio ao Pastor Everaldo, que defende publicamente nossa agenda. A volta da Marina tem que ser analisada, pois há uma identificação natural dos evangélicos com o seu nome, mas há questões pendentes que ela deve se posicionar — afirmou o presidente do Conselho Político das Assembleias de Deus, pastor Léliiss Washington Marinho. — O eleitor evangélico codifica em Marina uma candidata que pode representar sua agenda. A confirmação do seu nome pode abrir uma sangria dos votos evangélicos que estavam na presidente Dilma e no Pastor Everaldo. É evidente que as tendências dos eleitores evangélicos sofrerão um realinhamento — afirma o líder da Associação Vitória em Cristo, ligado a Assembleia de Deus, pastor Silas Malafaia⁵⁸.

⁵⁸ Fonte: *O Globo*. Data da matéria: 18 de Agosto de 2014. Disponível em <http://oglobo.globo.com/brasil/voto-evangelico-tende-migrar-para-marina-silva-avaliam-lideres-religiosos-13643235>. Acesso em 18 de Agosto de 2014.

Lançamento da campanha de Eduardo Campos (PSB) à Presidência, com sua vice Marina Silva, 28/06/2014.

Foto: Wilson Dias/
Agência Brasil
Licença CC BY 3.0 BR. <https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/br/>



Uma semana depois da morte de Eduardo Campos, no dia 20 de agosto, à noite, foi apresentada a nova chapa do PSB à presidência da República: Marina Silva e Beto Albuquerque. Imediatamente, a mídia começou a anunciar a vinculação da candidata à Assembleia de Deus e a migração de votos do eleitorado evangélico em direção à sua candidatura.

Com templos em cerca de 500 municípios brasileiros, a Igreja Fonte da Vida é comandada pelo Apóstolo César Augusto, que integrou um grupo de apoio a Dilma em 2010. “O quadro mudou muito. As nossas expectativas não foram supridas. Houve um desgaste com relação ao governo do PT”, afirmou o apóstolo, que dava como praticamente certo o apoio ao Pastor Everaldo até a morte do ex-governador Eduardo Campos, então candidato à Presidência pelo PSB, em um acidente aéreo no dia 13. “Eu represento dois milhões de pessoas e, dos líderes que tenho contato, a tendência é que talvez 80% migrem para a Marina”, avaliou.⁵⁹

Em 27 de agosto, pesquisas de opinião mostravam a reviravolta que a candidatura de Marina Silva causou. Pastor Everaldo, que gravitava entre

⁵⁹ Fonte: Blog do UOL. Data da Matéria: 25 de Agosto de 2014. Disponível em <http://atarde.uol.com.br/politica/eleicoes/noticias/candidatura-de-marina-silva-divide-apoio-evangelico-1617088>. Acesso em 25 de Agosto de 2014.

3% e 4% das intenções de voto até a morte do ex-governador de Pernambuco, passou a 1%. Dilma Rousseff e Aécio Neves perderam 4% cada um, e os candidatos chamados nanicos perderam 3% no total. Diminuiu o número de votos nulos e brancos, assim como o de indecisos. Eduardo Campos, antes do acidente fatal, tinha 9% das intenções de voto. Duas semanas depois do acidente, a chapa do PSB contava com 20%.

Silas Malafaia mantinha-se publicamente fiel a Pastor Everaldo, mas já declarava apoio à Marina em um eventual segundo turno das eleições. Marina era vista como uma alternativa real dos evangélicos assumirem a Presidência da República, segundo Renato Meirelles, presidente do Instituto Data Popular. Em sua avaliação, com a chegada de Marina, Pastor Everaldo perdia completamente a chance de crescer para 10% do eleitorado nacional. A maior parte do eleitorado do Pastor estava na classe C – 54% da população nacional – a mesma que era foco das candidaturas de Dilma Rousseff, Aécio Neves e da própria Marina Silva.

Em entrevista concedida à pesquisa, Pastor Everaldo fala sobre a perda de apoio dos evangélicos quando Marina Silva assumiu a chapa do PSB. Segundo ele, no meio evangélico era comum ouvir que Deus tinha matado Eduardo Campos para Marina Silva se tornar presidente do Brasil. Em suas palavras:

A IURD não podia me apoiar. Tinha ministério e recebe verba do governo pra Rede Record, não tinha como me apoiar. A Internacional da Graça, o RR SOARES não manifesta publicamente para ninguém. Uma vez, em meu gabinete, declarou que votaria em mim, mas não manifesta esse apoio assim. Valde-miro [Santiago, da Igreja Mundial do Poder de Deus] não se manifestou. A Deus é Amor sempre se mantém discreta.

Ô, Christina, olha só. A campanha, ela teve um ritmo que foi quebrado com a morte do Eduardo Campos. Ela vinha num ritmo e as pessoas normalmente tendem a apoiar quem está bem nas pesquisas. Eu estava indo bem nas pesquisas, até aquela data, agosto, né? Então estava bem, estava tecnicamente empatado com Eduardo Campos e já tinha passado. Em algumas pesquisas eu passava. Em vários estados as pesquisas me davam entre 8% e 10%. Em São Paulo o próprio Alckimin certa vez me ligou dizendo que em uma região estava com 11%. Em Santa

Catarina, Minas, Mato Grosso do Sul, enfim, várias regiões... no Rio de Janeiro mesmo o Pezão me ligava dizendo... Então, quando faleceu o Eduardo naquele acidente, ficou uma semana a irmã Marina na mídia. Aquela exposição... tanto é que ela comeu todo mundo, né? Passou até a Dilma e ficou em primeiro lugar nas pesquisas. O Aécio estava com 22%, 23%, baixou pra 13%. Então aí os irmãos que eu ouvia: "Não, Deus matou o Eduardo Campos para a Marina ser presidente". Então, isso foi uma coisa de norte a sul, leste a oeste. Complica. As pessoas ficavam com dificuldade de apoiar quem estava mal nas pesquisas. Então, os amigos... e a gente não podia impor essa fidelidade aos amigos porque... aquilo ali quebrou o ritmo da eleição. A gente como sabe que tudo colabora para o bem daqueles que amam tá tudo resolvido, né?

(Entrevista realizada com Pastor Everaldo em 24 de agosto de 2015).

2.2 Fim da campanha e o "novo lugar dos evangélicos"

Pastor Everaldo teve 0,75% dos votos válidos, o equivalente a 780 mil votos, e ficou em quinto lugar, atrás de Dilma Rousseff (PT) – 41,61% –, Aécio Neves (PSDB) – 33,53% –, Marina Silva (PSB) – 21,32% – e Luciana Genro (PSOL) – 1,55%. No início da campanha, o total de intenções de voto do Pastor era de 4% no Brasil e 6% no Rio de Janeiro. Com o início de sua exposição na TV e a entrada de Marina Silva na disputa, Pastor Everaldo passou a gravitar em torno de 1% das intenções de voto e não se reergueu mais. Dos candidatos nanicos, sua campanha foi a que recebeu mais doações. Arrecadou, ao final, R\$ 233.100,00.

Sua rejeição subiu ao longo da campanha: as estatísticas apontavam Dilma Rousseff como a candidata com maior rejeição, seguida por Pastor Everaldo. Isso significava um grande desafio para sua campanha, já que, mesmo sendo pouco conhecido pelo público, já tinha uma rejeição alta, causada, em parte, pela exploração política de sua identidade religiosa. Marina Silva também perdeu apoio popular ao longo da campanha, em parte, pelo mesmo motivo. Conforme as pesquisas indicavam, o perfil majoritário dos votantes de Marina era de jovens de classe média urbana e escolarizada, justamente a camada social em que os evangélicos provocam maior aversão.

Concomitante a isso, a morte de Eduardo Campos, além de produzir a entrada de Marina Silva na disputa, tornou a campanha mais emocional, colaborando para a exposição de sentimentos de repulsa em relação a algumas candidaturas e de adesão ferrenha a outras. O sentimento de intolerância explodia, e o antagonismo direita/esquerda se acentuou ao longo da campanha, ganhando força ao final do primeiro turno. O fim das eleições dava sinais de que o Brasil estava dividido: os evangélicos e outros grupos que se identificam com o que pode ser considerada a direita liberal e a direita conservadora estavam de um lado e aqueles que se identificam com a esquerda e com pautas mais afinadas com a defesa e ampliação de direitos para minorias estavam de outro.

O desenrolar dos fatos políticos nacionais ao longo dos anos de 2015 e 2016 aponta para o que o lançamento da candidatura de Pastor Everaldo à presidência anunciava: a importância estratégica atribuída pelos evangélicos ao Executivo. Em nossa pesquisa, levantamos a hipótese de que lideranças e políticos evangélicos estivessem visando também a ocupação de lugares no STF, através do fortalecimento da Associação de Magistrados Evangélicos. Num processo que ganhou força a partir do segundo mandato do presente Lula e que se estendeu durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, o STF assumiu o papel social de garantidor do avanço de agendas político-sociais no Brasil. O Poder Judiciário vinha garantindo o avanço de alguns direitos alvos de disputa no Congresso Nacional, como o casamento igualitário e a garantia da interrupção da gravidez em casos de gestação de feto anencéfalo. Enquanto movimentos sociais e parlamentares de esquerda exaltavam o papel exercido pelo STF, integrantes da Frente Parlamentar Evangélica criticavam sua atuação (Vital da Cunha; Leite Lopes, 2012), alegando que o tribunal estava politizando a justiça. No entanto, em entrevista realizada para esta pesquisa, Pastor Everaldo revela que agora a estratégia deles é, claramente, assumir a Presidência da República. Em suas palavras:

A lei é clara. É indicação do presidente da República que passa depois em uma sabatina no Senado [para indicação de membros para o STF]. Nós temos que mudar é o cabeça, o presidente. Aí as associações indicam e é prerrogativa do presidente escolher entre os indicados e depois o crivo do Senado. O que precisa mudar é o cabeça. A cabeça está inchada [referindo-se à presidente Dilma Rousseff, que precisava sair].

(Entrevista realizada com Pastor Everaldo em 24 de agosto de 2015).

Se diferentes lideranças religiosas focavam anteriormente o alcance de cadeiras nos legislativos nacional, estaduais e municipais, a estratégia de se lançar à presidência inaugurava uma nova fase da Frente Parlamentar Evangélica (FPE). De grupo político heterogêneo, reunido somente em torno dos assuntos que concerniriam ao “Reino”, como disse Pastor Everaldo em entrevista à pesquisa, a FPE se transformou em um *player* disputado por diferentes projetos políticos, alcançando o lugar profetizado/orientado por Rodovalho na carta que apresentamos no capítulo anterior.

Vale dizer que o número de candidatos evangélicos aumentou 40% em relação ao pleito anterior e que mais evangélicos foram eleitos em 2014 do que em qualquer outra eleição desde a formação da Frente. Atualmente, a FPE conta com 84 deputados federais e 4 senadores – de início, o número era menor, mas foi aumentando com a subida de suplentes. Essa movimentação é recorrente, e muitos dos parlamentares evangélicos chegam ao congresso por essa via. Em termos de sua divisão por unidades da federação, 16 das 46 cadeiras do estado do Rio de Janeiro na Câmara dos Deputados, ou seja, um terço, são ocupadas por integrantes ativos na FPE. Das 70 cadeiras de São Paulo, 14 são de deputados evangélicos. O Paraná, que conta com 30 cadeiras, tem 20% de sua bancada composta por evangélicos – são seis, mesmo número de Minas Gerais, estado representado, no total, por 53 deputados.

Assim como em composições anteriores, a Assembleia de Deus é a denominação com maior número de representantes, somando 30 deputados. Em seguida, temos a Igreja Universal do Reino de Deus, com 11 deputados e um senador, e a Igreja Batista, com 9 deputados e dois senadores.

2.3 Pastor Everaldo e o voto evangélico no segundo turno das Eleições 2014

No segundo turno das eleições presidenciais de 2014, Pastor Everaldo declarou apoio ao candidato do PSDB, Aécio Neves. Em 08 de outubro de 2014, Everaldo e Aécio se reuniram com parlamentares e dirigentes das duas legendas, como o deputado eleito Marco Feliciano (PSC-SP), o então líder do PSDB na Câmara, deputado federal Antônio Imbassahy (PSDB-BA), e o senador Eduardo Amorim (PSC-SE). Everaldo justificou o apoio a Aécio como reação ao crescimento da corrupção durante o governo Dilma.



Após derrota no primeiro turno das eleições 2014, Pastor Everaldo apoia o candidato pelo PSDB, Aécio Neves.

Foto: Jorge William/
Agência O Globo

Segundo ele, a mudança de rumo político do PSC, que já compôs a base do atual governo, foi motivada pelas denúncias envolvendo o PT e outros partidos aliados. “Isso nos impulsionou a optar por Aécio Neves. Foi um dos principais e mais relevantes motivos”, salientou. “Vemos nele a opção de cuidar dos pobres e mais necessitados e dos empreendedores. É o melhor para extirpar a corrupção, retomar a credibilidade do país no exterior, criar oportunidades para todos os brasileiros”.⁶⁰

Tanto Aécio Neves quanto Dilma Rousseff buscaram apoio dos evangélicos no segundo turno. Ele contou com o apoio de Pastor Everaldo; do apóstolo Renê Terra Nova, líder do Ministério Internacional da Restauração; de Robson Rodovalho, bispo da Igreja Sara Nossa Terra; e do apóstolo César Augusto, da Igreja Fonte da Vida. Aécio era prestigiado como um “homem de bem”, um “homem de família”, enquanto Dilma era vista por alguns políticos e líderes religiosos como protetora de minorias sociais que confrontariam a moral cristã.

“Ele é uma pessoa mais aberta para diálogo do que a presidente Dilma se mostrou. Além de ser um cara casado, com

⁶⁰ Disponível em <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/especiais/eleicoes-2014/2014/10/21/noticias-eleicoes-2014,453476/pastor-everaldo-descarta-ocupar-cargo-no-governo-caso-aecio-venca.shtml>. Acesso em 14 de Maio de 2016.

filho, ter família, uma história de vida mais coerente, é religioso”, afirma Rodovalho, que em 2010 ajudou a formular o programa de governo da petista. “A entrada de Dilma em prol dos homossexuais a afasta (dos evangélicos), com certeza. Isso é um ponto muito importante e queremos posicionamentos”, cobra César Augusto.

Eles se juntarão ao líder evangélico mais empenhado na corrente anti-Dilma, Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, e que fez campanha para Everaldo no 1.º turno. Sobre a possibilidade de Dilma tentar uma aproximação com o meio evangélico, Malafaia disse duvidar que qualquer pastor aceite apoiá-la. “Durante quatro anos, o PT votou em tudo que é contra as nossas crenças e valores. Chega na hora da eleição, vem com essa hipocrisia”.⁶¹

De fato, Dilma Rousseff tentou uma aproximação com líderes evangélicos, preparando um material de campanha específico para esse público. Além de dois milhões de panfletos com uma declaração feita por Dilma em visita à Assembleia de Deus do Brás (SP), imprimiram 10 mil encartes intitulados “Mensagem de Dilma aos Evangélicos do Brasil”. Nele, Dilma diz que se “impressiona” com a firmeza dos evangélicos em “responder ao chamado de Jesus para cuidar dos ‘mais pequeninos’”. A estratégia do Ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, era associar as políticas sociais dos 12 anos de governo do PT a uma mensagem cristã de opção pelos pobres, pela justiça social.

“No 1.º era mais difícil por causa da Marina. São dois políticos. Vamos mostrar quem representa mais o que a gente aprende na igreja por provérbios. Quem fala para os mudos e os necessitados”, diz o prefeito de Uberlândia, Gilmar Machado (PT), que é da Igreja Batista⁶².

⁶¹ Fonte: Portal UOL Eleições/Estadão. Data da Matéria: 14 de Outubro de 2014. Disponível em <http://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1630708-evangelicos-aderem-a-campanha-de-aecio>. Acesso em 14 de Outubro de 2014.

⁶² Fonte: Portal UOL Eleições/Estadão. Data da Matéria: 14 de Outubro de 2014. Disponível em <http://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1630708-evangelicos-aderem-a-campanha-de-aecio>. Acesso de 14 de Outubro de 2014.

A despeito de todos esses e outros esforços de articulação, a adesão à campanha de Aécio por líderes midiáticos evangélicos e cantores gospel não parava de crescer, e era mencionada em blogs e sites da campanha, na mídia evangélica e na grande mídia. Como vimos pela declaração de Silas Malafaia, entre as lideranças evangélicas midiáticas, a “opção do PT pelos pobres” salientada pela campanha de Dilma perdia importância diante do avanço de direitos em uma direção moral supostamente oposta à defendida pelos cristãos. Tentavam apresentar Dilma como mentirosa e hipócrita, imagem que ganhou força ao longo da campanha e “colou” em boa parte do público evangélico, o qual repetia a acusação moral nas ruas e em pesquisas de opinião.

No material que tinha como alvo o público evangélico, Dilma alegava não ter descumprido o compromisso assumido em 2010 de “não promover nenhuma iniciativa que afronte a família”. Prosseguia dizendo: “Honramos tal compromisso em todo o nosso mandato e o reafirmamos agora”.

Embora a questão moral sempre rondasse a abordagem que a mídia fazia do apoio dos evangélicos aos candidatos, Pastor Everaldo fazia questão de frisar que o governo de Dilma havia sido ruim para o conjunto da população e que estavam todos sensíveis a isso. Caso a vida das pessoas estivesse boa, com emprego, saúde e educação de qualidade, as pautas morais deixariam de ser uma manobra política e um meio de acionar pânico morais⁶³ e medos sociais.

Vocês têm que entender que o evangélico é um cidadão comum. Ele paga imposto, precisa de escola, saúde, segurança pública. Precisa de liberdade para empreender, para desenvolver o país. Estamos todos no mesmo barco, é tudo a mesma coisa. Na hora do voto, não tem cor, não tem crença. O evangélico é uma parte da população que quer o melhor para o Brasil. (Entrevista realizada com Pastor Everaldo em 24 de agosto de 2015).

Embora o foco da mídia e até das campanhas presidenciais parecesse ser o voto evangélico, cientistas políticos chamavam atenção para a im-

⁶³ “Análise a polêmica por meio do mecanismo de resistência e controle da transformação societária conhecido como pânico morais, aqueles que emergem a partir do medo social com relação às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez por isso mesmo, ameaçadoras”. (Miskolci, 2007, p. 103).

portância do voto católico. Alberto Carlos Almeida, autor do livro “O voto do brasileiro”, traça o perfil do voto católico – mesmo o não praticante –, ao qual se refere como o “voto silencioso dos católicos”, devido à discrição dessa parcela do eleitorado. Muito numerosa, ela não vota em candidatos com forte identificação evangélica, o que sempre representou um gargalo para a eleição de candidatos evangélicos para o Executivo.

Mesmo com o crescimento deles no Brasil, os católicos ainda são majoritários. Em 1980, os evangélicos eram 3% da população do estado do Rio de Janeiro, mas chegaram a 15,8% em 2010, segundo o IBGE, tornando a média do estado maior do que a nacional, de 13,3%. Enquanto isso, no mesmo período, os católicos passaram de 80,6% da população fluminense para 46,3%. No âmbito estadual, como veremos no capítulo seguinte, a identidade evangélica é ativada pelos opositores como meio de aumentar a rejeição em torno de um candidato. Porém, a disputa pelos votos religiosos e o apoio de líderes evangélicos só foi se intensificando ao longo da disputa, devido ao “piso alto” desses candidatos, conforme analisa Cesar Romero Jacob, um dos autores do “Atlas da Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil”. Sobre isso, ele disse: “Quando o candidato tem uma marca religiosa muito forte, ele tem o piso alto, começa muito bem, mas o teto baixo”⁶⁴.

⁶⁴ Fonte: Portal UOL Eleições. Data da matéria: 17 de Outubro de 2014. Disponível em <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/17/catolicos-ou-evangelicos-quem-pode-decidir-a-eleicao-no-rio-de-janeiro.htm>. Acesso em 18 de Outubro de 2014.

CAPÍTULO 3

Agenciamentos em torno do religioso:

a eleição para governador do Rio de Janeiro em 2014

Em pesquisa anterior (Vital da Cunha; Lopes, 2012), analisamos a partir de dois debates públicos nacionais a controvérsia da temática do aborto nas eleições para a Presidência da República em 2010 e as disputas que culminaram na suspensão da produção do material de suporte ao Programa Escola Sem Homofobia, do Ministério da Educação, em 2011, observando os discursos e os movimentos protagonizados, sobretudo, por setores evangélicos que se contrapunham à ampliação de direitos das mulheres e da população LGBT. Tais embates, como foi possível notar, não permaneceram localizados em nenhum ente federativo, configurando-se como duas controvérsias de alcance nacional.

Diante disso, nesta edição da pesquisa optamos por escrutinar alguns dos tensionamentos e arranjos que se (re)produzem em pleitos estaduais, procurando observar em uma escala maior as continuidades e descontinuidades daquilo que pudemos investigar nesses embates (Vital da Cunha; Lopes, 2012), bem como procurar apreender os novos elementos trazidos a partir desse outro enfoque. Para tanto, analisamos as eleições para governador do estado do Rio de Janeiro em 2014, considerando que ela pode iluminar alguns elementos que não se fazem presentes no plano nacional, ou, ainda, que se apresentam de forma secundária nas disputas que se dão naquela esfera. É essa a discussão que desenvolveremos a seguir.

Anthony Garotinho apoia
Marcelo Crivella no
segundo turno da eleição
para governador de 2014,
07/10/2014
(Da esquerda
para a direita:
Clarissa Garotinho,
Marcelo Crivella,
Anthony Garotinho e
Rosinha Garotinho)



Foto: Pablo Jacob /
Agência O Globo

3.1 Os candidatos, os partidos e as campanhas

Em coluna veiculada pelo jornal *Folha de São Paulo* em 05 de junho de 2014, a jornalista Paula Cesarino Costa estabeleceu uma relação entre o poema “Quadrilha”⁶⁵, de Carlos Drummond de Andrade, e as alianças eleitorais que envolviam a formação das chapas para governador do estado do Rio de Janeiro, senador/a e Presidente/a da República em 2014. Ela afirmou⁶⁶:

O Rio vive confusão digna do poema “Quadrilha”, de Carlos Drummond de Andrade. Aécio, que está sem candidato, se diz irmão de Sérgio Cabral, que inventou a candidatura de Pezão, que jura amor a Dilma, que apoia Lindbergh, que tem boas relações com Crivella, que divide o voto dos evangélicos com

⁶⁵ “João amava Teresa
Que amava Raimundo
Que amava Maria
Que amava Joaquim
Que amava Lili
Que não amava ninguém.

João foi para os Estados Unidos,
Teresa para o convento,
Raimundo morreu de desastre,
Maria ficou para tia,
Joaquim suicidou-se
e Lili casou com J. Pinto Fernandes que não tinha entrado na história”.

⁶⁶ Fonte: *Folha de São Paulo*. Data da matéria: 05 de Junho de 2014. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/paulacesarinocosta/2014/06/1465245-quadrilha-eleitoral.shtml>. Acesso em 07 de Julho de 2014.

Garotinho, que já foi da base de Dilma, mas flerta com Eduardo Campos, que é aliado de Marina que apoia Miro como se não apoiasse ninguém.

Num cenário de fragmentação eleitoral, o clima é adequado para surgir alguém como J. Pinto Fernandes, que aparece do nada no poema e conquista o amor mais cobiçado.

A disputa pela única vaga ao Senado promete emoção. Depois de idas e vindas, Cabral vai entrar em campo para tentar driblar o deputado Romário (PSB), que lidera pesquisas.

A coluna, publicada a quase um mês do prazo final para a inscrição das chapas que concorreriam, faz um interessante retrato do cenário pré-eleitoral⁶⁷ fluminense naquele momento. No entanto, nas semanas seguintes à sua publicação, ainda antes do início oficial da campanha, uma série de (re)arranjos modificaram a composição das chapas, alterando o cenário eleitoral.

Entre os nomes citados, houve a retirada da pré-candidatura do deputado Miro Teixeira (PROS), cujo partido, após intensa articulação com as candidaturas de Anthony Garotinho (PR), Lindbergh Farias (PT) e Marcelo Crivella (PRB), acertou-se com o candidato do PR⁶⁸. Durante tais negociações, o PROS deixou de compor chapa com a candidatura de Romário (PSB) para o Senado Federal, lançando, a partir dos seus próprios quadros, a então deputada Lilian Sá (PROS). Segundo a coluna Panorama Político⁶⁹, de Ilmar Franco, se Garotinho, Lindbergh Farias e Crivella procuravam obter o tempo de propaganda de TV do PROS, cerca de 1 minuto e 20 segundos, o PROS considerou “que esta é a melhor alternativa [coligar-se com o PR de Garotinho] para emplacar um maior número de deputados na Câmara. Lindbergh ofereceu a vice para Miro Teixeira, mas o partido preferiu fortalecer a bancada no Congresso com a coligação nas eleições proporcionais”.

⁶⁷ Chama-se de período pré-eleitoral os meses e semanas que antecedem as convenções dos partidos que definem as alianças e chapas que concorrerão aos cargos em disputa. Não se trata apenas de um tempo dedicado às conformações das negociações e articulações partidárias, que podem ser iniciadas, inclusive, a partir do encerramento do pleito anterior. É também quando as campanhas eleitorais, ainda que realizadas ao arrepio da legislação, têm início.

⁶⁸ À concretização dessa aliança, segundo alguns jornais na época, a atuação de ministros petistas que compunham o governo de Dilma Rousseff (PT) em favor de Garotinho (PR) teria sido primordial.

⁶⁹ Fonte: *O Globo*. Data da matéria: 24/06/2014. Disponível em <http://blogs.oglobo.globo.com/panorama-politico/post/pros-negocia-apoio-garotinho-540501.html>.

Por fim, é oportuno destacar que, na eleição para a presidência, PR e PROS faziam parte da coligação de Dilma Rousseff (PT), mas o PTdoB, terceiro partido da coligação “Aliança Republicana e Trabalhista”, encabeçada por Garotinho, tinha Aécio Neves (PSDB) como candidato no pleito federal. Miro Teixeira (PROS), por outro lado, fazia, de forma independente, campanha para Marina Silva (PSB).

Discussão do projeto da
minirreforma eleitoral (PL
6397/13). Dep. Anthony
Garotinho (PR-RJ),
22/10/2013.



Foto: Lucio Bernardo Jr. /
Câmara dos Deputados

Anthony Garotinho

Anthony William Matheus de Oliveira, conhecido como Anthony Garotinho, nasceu em 18 de abril de 1960, em Campos dos Goytacazes, município do Norte Fluminense. Evangélico, casado com a ex-governadora do Rio de Janeiro e atual prefeita de Campos dos Goytacazes, Rosinha Garotinho, é pai de nove filhos. Tornou-se conhecido, sobretudo, pela atuação como radialista em sua cidade natal, ocupação que até hoje desempenha.

A primeira filiação partidária de Garotinho aconteceu em 1980, quando se tornou militante do PT. Três anos depois, no entanto, migrou para o PDT e, com o apoio de Leonel Brizola, elegeu-se prefeito de Campos dos Goytacazes por duas vezes (1989-1992 e 1997-1998). Em 1994, concorreu pela primeira vez ao governo do estado do Rio de Janeiro, sendo derrotado por Marcello Alencar (PSDB). Quatro anos depois, compondo

uma aliança mais ampla, que incluía o PT, o PSB e o PCdoB, foi eleito governador do estado.

Em 2000, após divergências com Brizola, trocou o PDT pelo PSB e, em 2002, concorreu à Presidência da República. Com uma campanha construída em grande parte para o segmento evangélico, conquistou a terceira colocação nesse pleito. No mesmo ano, Rosinha Garotinho lançou-se à sucessão de Anthony e foi eleita no primeiro turno. Com a vitória de Rosinha, em 2003, o ex-governador assumiu a Secretaria Estadual de Segurança e, no mesmo ano, migrou para o PMDB, assumindo a presidência estadual do partido. Em 2006, já no último ano do mandato de Rosinha, assumiu a Secretaria Estadual de Governo. Após divergências com o então governador Sérgio Cabral (PMDB), Garotinho deixou o PMDB em 2009 e se filiou ao PR. No ano seguinte, foi eleito deputado federal, obtendo a maior votação entre todos os candidatos: 694 mil votos.

Em 2014, concorreu novamente ao governo estadual, terminando o primeiro turno em terceiro lugar, com mais de 1,5 milhões de votos. Além das críticas endereçadas aos dois mandatos de Sérgio Cabral, ao longo da campanha citava as realizações da sua gestão e a de Rosinha, ressaltando a “importância” e “qualidade” dos programas sociais conduzidos por eles – que, segundo afirmava, teriam sido abandonados e desqualificados nos últimos oito anos. Seus discursos, portanto, anunciavam o retorno de tais ações, além de um forte investimento na segurança pública, área que, insistia, estava “sem comando”. Após ter sido ultrapassado por Crivella na reta final da campanha, passou a apoiá-lo, se contrapondo à reeleição de Luiz Fernando Pezão.

Como o senador Marcelo Crivella, Lindbergh Farias (PT) também procurou obter o apoio do PROS e não obteve sucesso. Segundo diversos analistas indicavam, seu próprio partido, o PT, estimulou a coligação do PROS com o PR, deixando seu candidato sem a aliança – o acerto fazia parte de costuras políticas que sustentavam a candidatura de Dilma Rousseff (PT) no plano nacional. Apesar desses arranjos com o PROS, perto do encerramento do prazo de inscrição das chapas, o candidato petista incorporou o PSB no arco de suas alianças, apoiando o então deputado Romário como candidato ao Sena-

do. Além do PT e do PSB, a coligação “Frente Popular” ainda contava com o PCdoB e o PV, sendo que esse e o partido do ex-jogador de futebol possuíam uma candidatura própria à Presidência da República – respectivamente, Eduardo Campos/Marina Silva (PSB) e Eduardo Jorge (PV).

Lindbergh Farias

Nascido em 1969, Lindbergh Farias é oriundo de uma família tradicional de esquerda e aos dezesseis anos já era filiado ao PCdoB. Membro da União Nacional dos Estudantes (UNE) na época em que estudou medicina na Universidade Federal da Paraíba, Lindbergh presidiu o Diretório Central de Estudantes quando reingressou na mesma universidade para o curso de direito. Na UNE, inicialmente, atuou como secretário-geral em 1990, tornando-se, dois anos depois, presidente da instituição.

Nesse momento, como um dos líderes de destaque do movimento “caras pintadas”, que tomou as ruas em apoio ao impeachment do então presidente Fernando Collor, ganhou projeção nacional. Em 1994, foi eleito pelo PCdoB deputado federal do Rio de Janeiro, para onde se mudara ao tornar-se presidente da UNE. Em 1998, filiado ao PSTU, tentou se reeleger deputado, mas não obteve êxito. Na eleição seguinte, em 2000, pleiteou a vaga de vereador do município do Rio de Janeiro, mas também não conseguiu se eleger.

Em 2001, filiou-se ao PT, sendo eleito deputado federal no ano seguinte, com mais de 80 mil votos. Dois anos depois, foi eleito prefeito de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, sendo reeleito em 2008. Em 2010, licenciou-se da gestão municipal para concorrer ao Senado Federal. Eleito com mais de 4 milhões de votos, passou a ser considerado um forte candidato para o governo do estado em 2014, cargo que abriu mão de disputar em 2010 em razão de alianças nacionais entre PT e PMDB (seu partido apoiaria a reeleição de Sérgio Cabral no Rio de Janeiro como forma de retribuir o apoio nacional do PMDB à eleição de Dilma Rousseff).

Em 2014, finalmente, disputa o governo do estado, obtendo quase 800 mil votos – tornando-se o quarto colocado. Ao longo da campanha, fez muitas críticas às gestões anteriores de Sérgio Cabral (PMDB), além de ressaltar seus próprios feitos no Senado Federal e na gestão municipal de Nova

Iguaçu. Sublinhava sobretudo as obras de infraestrutura e os investimentos em educação, além do fato de ter sido líder dos “caras pintadas”. A vinculação de sua imagem com a do ex-presidente Lula foi outra estratégia acionada por sua campanha. Em razão dos múltiplos apoios recebidos por Dilma no Rio de Janeiro, retribuídos por ela em diferentes atividades de campanha, uma interpretação comum no período era a de que sua candidatura fora “rifada” por seu partido e pela presidenta, que buscava a reeleição – o que justificaria seu desempenho, considerado surpreendentemente baixo. No segundo turno, assim como Anthony Garotinho, passou a apoiar e participar da campanha de Marcelo Crivella.

Encerrando o quadro eleitoral, a candidatura de Pezão (PMDB), como indicado pela colunista Paula Cesarino Costa, articulou-se com as duas principais candidaturas nacionais, a de Dilma Rousseff (PT) – apoiada por seu partido, ao qual pertencia o vice de Dilma, Michel Temer – e Aécio Neves (PSDB)⁷⁰. A dissidência em apoio a Aécio não fora capitaneada apenas por eventuais relações entre Sérgio Cabral e o candidato, como apresentado na coluna da jornalista, mas também pela forte atuação do presidente estadual do PMDB, Jorge Picciani, e pela adesão à coligação de importantes partidos que se opunham ao PT no plano federal – como o PSDB, o PPS, o SD e o DEM. Esse último, ao indicar o ex-prefeito do Rio Cesar Maia como candidato oficial da aliança ao Senado, modificou ainda outras articulações partidárias.

A definição da candidatura de Maia, às vésperas do início do período eleitoral, foi apresentada como a razão para o PDT, que compunha a mesma coligação, lançar Carlos Lupi ao Senado Federal. Segundo o partido, eles não apoiariam Cesar Maia por seu “histórico político” e por fazer oposição aos governos do PT no plano federal. Com o lançamento de Lupi, o PDT perdeu a prerrogativa de indicação do candidato a vice-governador na chapa encabeçada por Pezão, vaga que foi ocupada por Francisco Dornelles (PP).

⁷⁰ Além disso, outros partidos da Coligação “O Rio em primeiro lugar”, que contava com 18 agremiações (PMDB, PP, PSC, PTB, PSL, PPS, PTN, DEM, PSDC, PRTB, PHS, PMN, PTC, PRP, PSDB, PEN, PSD e SD), apoiaram outras quatro candidaturas no pleito nacional.

Luiz Fernando Pezão

Nascido no município de Pirai, no Sul Fluminense, em 29 de março de 1955, Luiz Fernando Pezão é formado em economia e administração de empresas. Foi consultor de empresas na iniciativa privada antes de ter sido eleito vereador pela primeira vez em Pirai no ano de 1982.

Em 1996, tornou-se prefeito do mesmo município, se reelegendo em 2000. As suas gestões ganharam projeção em decorrência da implantação do projeto “Pirai Digital”, que garantia a oferta de internet em espaços públicos da cidade. A iniciativa, amplamente reconhecida, garantiu a ele uma série de premiações nacionais e internacionais, além de ter sido um dos principais “cartões de visita” do político para o público em geral. Foi através do Pirai Digital que foi apresentado aos eleitores que o desconheciam quando concorreu a vice-governador na chapa encabeçada por Sérgio Cabral e que teve seu nome popularizado no pleito de 2014.

Pezão ainda foi Presidente da Associação de Prefeitos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro (Apremerj) por dois períodos, atuando como interlocutor dos interesses dos municípios do interior na Alerj e junto ao governo do estado. Em 2005, foi nomeado subsecretário estadual de Governo e de Coordenação pela governadora Rosinha Matheus, tendo assumido a titularidade da pasta no ano seguinte, quando Anthony Garotinho, então secretário, renunciou ao cargo para disputar as eleições presidenciais daquele ano.

Nos períodos de 2007-2010 e 2011-2014 foi vice-governador dos governos de Sérgio Cabral (PMDB), quando também atuou como secretário estadual de obras – entre outras ações, a secretaria era responsável por obras do chamado PAC Favelas (obras de infraestrutura e urbanização no Complexo do Alemão, em Mangueiras, no Pavão-Pavãozinho/Cantagalo e na Rocinha) e pela construção do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. Além disso, atuou como coordenador da Coordenadoria Executiva dos Projetos e Obras de Infraestrutura do Estado do Rio de Janeiro.

Após a renúncia de Cabral, assumiu o governo do estado em 04 de abril de 2014, candidatando-se à reeleição no mesmo ano. Além da sua experiência como prefeito e do papel de “interlocutor dos prefeitos e municípios do interior do estado”, a campanha de Pezão articulou-se em torno das “conquistas” e “avanços” obtidos nos últimos oito anos.

Apesar da alta rejeição ao governador Sérgio Cabral no período, diferentes aspectos da gestão em que atuou como secretário e vice-governador figuravam em seus materiais de campanha, como as obras de infraestrutura e as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Tão central quanto esses aspectos, vale destacar, era a apresentação de uma bem-sucedida relação entre as três instâncias administrativas (município, estado e união), à qual, segundo a sua campanha, apenas ele poderia dar prosseguimento. Após concorrer no segundo turno com Marcelo Crivella, foi consagrado governador do estado com mais de quatro milhões de votos (55.78%).

Encerrado esse período de negociações e articulações políticas, entre os quatro principais candidatos, apenas Crivella não obteve êxito ao buscar por coligações com outros partidos. Seu partido, o PRB, lançou sua candidatura sem qualquer outro apoio partidário. Se isso, em comparação com seus adversários, limitava a campanha no horário eleitoral gratuito de rádio e televisão, por outro lado fornecia o argumento de que se tratava de uma candidatura “diferente”, que “tinha aliança com o povo” e que “não tinha rabo preso”. O PRB de Crivella, vale destacar, também compunha a coligação de Dilma Rousseff (PT) para a Presidência da República.



O candidato ao cargo de governador do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRB), concede entrevista, após ser confirmado para o segundo turno

(Da esquerda para direita: Sylvia Jane Hodge Crivella, Marcelo Crivella e General José Alberto da Costa Abreu)

Foto: Fernando Frazão/ Agência Brasil
Licença CC BY 3.0 BR. <https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/br/>

Marcelo Crivella

Marcelo Bezerra Crivella é político, bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), engenheiro civil, cantor e compositor gospel. Nasceu no Rio de Janeiro em 9 de outubro de 1957. Frequentou a Igreja Metodista em sua juventude, mas, em 1977, com vinte anos, começou a participar da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) por influência de seu tio, o bispo Edir Macedo, líder e fundador dessa denominação. Foi missionário da IURD no continente africano por quase dez anos, sendo também autor de diversos livros e álbuns de música gospel.

Entre os quatro principais candidatos, Crivella era o que tinha a trajetória político-partidária mais curta. Em 2002, quando se candidatou pela primeira vez, foi eleito senador do estado do Rio de Janeiro pelo Partido Liberal (PL), com cerca de 3,2 milhões de votos. Foi vice-líder do governo de Lula e líder da bancada do seu partido no Congresso Nacional – vale destacar que o vice-presidente, o empresário mineiro José Alencar, era do mesmo partido de Crivella. Após a divulgação de denúncias que envolviam o PL e o responsável pela orientação política de sua denominação religiosa, o ex-deputado Bispo Rodrigues (PL-RJ), figura de grande importância também no partido, o senador fundou, em setembro de 2005, junto com outras lideranças políticas, como o então vice-presidente da República, o Partido Republicano Brasileiro (PRB).

Desde então, permanece nessa legenda, pela qual, entre outras candidaturas a cargos majoritários, foi reeleito para o Senado em 2010 e prefeito da cidade do Rio de Janeiro em 2016. Nesses pleitos, segundo diversos analistas políticos, sua identidade religiosa desempenhava um duplo papel: ao mesmo tempo que apresentava e legitimava seu nome para setores da população, notadamente, segmentos entre os evangélicos, funcionava, de outra maneira, como uma espécie de barreira ao seu crescimento, dado que esse mesmo pertencimento religioso constituía um dos principais motivos para a rejeição a seu nome. Em 2012, assumiu o Ministério da Pesca na gestão de Dilma Rousseff, cargo que exerceu até o ano de 2014, quando deixou a pasta para concorrer ao governo fluminense.

No pleito aqui analisado, Crivella enfatizava, sobretudo, a importância de programas sociais para a população mais pobre do estado, destacando inclusive iniciativas anteriores nas quais se envolveu: o projeto de habitação

e urbanização em favelas chamado Cimento Social e a sua atuação no interior do nordeste, através da Fazenda Nova Canaã. O candidato destacava ainda a importância da “recuperação das UPPs”, defendendo a articulação das ações militares com as sociais. Outra ênfase de sua campanha era a afirmação de sua experiência anterior em cargos públicos como evidência de uma postura “republicana”, dado que ela seria exemplo de que sua atuação não é orientada por sua identidade religiosa ou em favor da igreja em que congrega. Pela primeira vez, o parlamentar alcançou o segundo turno de uma eleição, sendo, no entanto, superado por seu oponente, o governador reeleito Luiz Fernando Pezão (PMDB). Marcelo Crivella obteve 3.442.713 de votos, o equivalente a 44.22% dos eleitores do segundo turno.

Além da metáfora da “Quadrilha”, de Paula Cesarino Costa, feita na pré-campanha, outro enquadramento interessante para pensar o período foi produzido pelo prefeito Eduardo Paes (PMDB). Segundo ele, a partir das alianças e apoios daquele período, o pleito estadual e o nacional poderiam ser representados como um “bacanal eleitoral”⁷¹. Além das intensas idas e vindas, dos acertos e desacertos das tradicionais articulações partidárias no país, embaralhava ainda mais esse cenário uma característica que tornou o pleito no Rio de Janeiro singular: os quatro principais candidatos apoiavam e foram apoiados pela presidenta Dilma Rousseff (PT), que buscava a sua reeleição. O pano de fundo dessas composições foi resumido pelo cientista político Ricardo Ismael⁷² da seguinte maneira:

Há uma incerteza muito grande com relação a essas eleições. Se Pezão tivesse 100% de certeza que Dilma venceria, jamais abriria seu palanque para Aécio. Da mesma forma, se Dilma confiasse plenamente na vitória do atual governador do Rio, não ficaria distribuindo suas fichas entre ele, Lindbergh, Garotinho e Crivella.

⁷¹ Fonte: *Veja*. Data da matéria: 22 de Junho de 2014. Disponível em <http://veja.abril.com.br/politica/eduardo-paes-chama-de-bacanal-eleitoral-acordo-entre-pmdb-psdb-e-dem/>. Acesso em 23 de Junho de 2014.

⁷² Fonte: *O Dia*. Data da matéria: 30 de Junho de 2014. Disponível em <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-06-30/politica-do-rio-esta-sem-rumo-diz-cientista-politico.html>. Acesso em 01 de Julho de 2014.

A proximidade entre esses quatro candidatos, do mesmo modo, também era marcada quando se lançava luz para as administrações estaduais. Todos em algum momento compuseram o mesmo espectro político/cerco de alianças em eleições anteriores. Pezão foi secretário estadual durante o governo Rosinha (PR), parte do grupo político de Garotinho, obtendo o apoio de ambos quando se candidatou, pela primeira vez, como vice-governador (2006). Lindbergh (PT) e Crivella (PRB) não apenas apoiaram a reeleição de Cabral, que tinha Pezão como vice, em 2010, como seus partidos compuseram o governo e a sua base parlamentar na Assembleia Legislativa (Alerj). Esse elemento foi sintetizado na campanha eleitoral pelo candidato do PSOL, Tarcísio Motta de Carvalho, que, em debate na TV Bandeirantes, se referiu aos quatro adversários como “quatro cabrais”, em alusão ao ex-governador do estado, Sérgio Cabral.

Imagino que somente a recuperação de alguns aspectos das negociações partidárias e eleitorais já pareça um tanto confusa ou mesmo que tenha provocado uma espécie de tonteira no leitor. É isso mesmo! Ainda que não seja nossa intenção causar essa sensação, ela pode ser uma forma eficaz de compreender os sentimentos produzidos no início daquele pleito – experiências que, no decorrer da campanha nacional, se potencializaram, entre outros fatores, com a morte de Eduardo Campos e a consequente ascensão de Marina Silva como candidata⁷³.

O que se viu foi a combinação de diferentes estratégias na composição de alianças e na definição das chapas que concorreriam ao governo do estado. Articulações que sob determinados enquadramentos poderiam ser observadas como congruentes com o plano nacional, poderiam, a partir de outro ângulo, parecer relativamente esdrúxulas. Além dessas dinâmicas relativas aos executivos estadual e federal, ainda embaralhava o cenário o impacto que os projetos político-partidários-pessoais causavam na composição das coligações aos pleitos proporcionais (deputados estadual e federal) e ao Senado Federal. Como destacado por Souza (1983, p. 160), retomado por Miranda (2013, p. 71), as coligações são conformadas, “em alguns casos, [a partir de] afinidades ideológicas, noutros, [com base em] estratégias de expansão partidárias e, em todos, [a partir de] estratégias de ganho eleitoral racionalmente elaboradas”⁷⁴.

⁷³ Como examinamos em capítulos anteriores.

⁷⁴ Complementar a essas racionalidades e estratégias, e transversal aos arranjos político-partidários e à campanha eleitoral, deve-se mencionar que tais alianças conformavam-se, do mesmo modo, tendo em vista

3.2 Os candidatos e os seus pertencimentos

Na fase pré-eleitoral examinada acima, já se anunciava que a campanha no estado do Rio de Janeiro levantaria outra questão: a importância que a esfera (ou a identidade) religiosa poderia assumir na definição dos resultados. Entre os quatro candidatos apresentados como principais, Anthony Garotinho (PR), da Igreja Presbiteriana, e Marcelo Crivella (PRB), bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, eram identificados como “políticos evangélicos”. Seja pelo conhecimento público das suas identidades religiosas, por elementos que são característicos às suas atuações públicas – isto é, por posicionamentos considerados conservadores no espectro moral-sexual e atuações que se considerava estar direcionadas às igrejas evangélicas –, ou ainda pela (esperada) adesão desse eleitorado às suas candidaturas, o fato é que se previa uma intensa disputa entre os dois candidatos em torno desse eleitorado. Tal previsão, a bem da verdade, não estava presente apenas nas avaliações de acadêmicos e jornalistas, mas também, como veremos a seguir, foi central no discurso de um dos candidatos.

Em reportagem publicada no jornal *O Dia*⁷⁵ em 04 de agosto, Caio Barbosa define o embate e colhe falas representativas dos oponentes em torno das suas semelhanças, diferenças e do espaço que disputam:

Líder nas últimas pesquisas de intenção de voto, Garotinho tem base eleitoral entre evangélicos e as camadas mais pobres do eleitorado. Mesmo público de Crivella. (...)

Questionados pelo DIA sobre suas diferenças e semelhanças, Garotinho e Crivella, adotaram um tom diferente do habitual (...). Bispo licenciado da Igreja Universal e sobrinho do fundador, Edir Macedo, Crivella diz que as semelhanças com o ex-governador se resumem ao fato de serem evangélicos.

“Eu nunca escolhi o Cabral para ser meu sucessor. Ele, sim. Eu trabalho em parceria. Ele, não. Por isso os projetos dele, que até são importantes, se resumem a restaurante e farmácia a R\$ 1. Eu ajudei a construir a aliança que fez o governo federal

ampliação do tempo disponível para o programa eleitoral gratuito e das fontes privadas para o financiamento das candidaturas.

⁷⁵ Fonte: *O Dia*. Data da matéria: 04 de Agosto de 2014. Disponível em <http://odia.ig.com.br/eleicoes2014/2014-08-04/disputa-pelo-mesmo-voto.html>. Acesso em 05 de Agosto de 2014.

Candidatos e Coligações – Eleição estadual RJ	Dilma Rousseff (PT) - Coligação “Com a força do povo” (PT, PMDB, PSD, PP, PR, PROS, PDT, PCdoB, PRB)	Aécio Neves (PSDB) - Coli- gação “Muda Brasil” (PSDB, PMN, -SD, DEM, PEN, PTN, PTB, PTC, PTdoB)	
Luiz Fernando Pezão (PMDB) – Coligação “O Rio em primeiro lugar”	Apoiava a candidata	Recebia o apoio do candidato	
PMDB, PSD, PP	Coligação oficial	Apoio dissidente	
PSDB, PMN, SD, DEM, PEN, PTN, PTB, PTC		Coligação oficial	
PHS, PRP, PPS, PPL, PSL			
PSC			
PSDC			
PRTB			
Marcelo Crivella (PRB) - Sem coligação	Apoiava a candidata		
PRB	Coligação oficial		
Anthony Garotinho (PR) - Coligação “Aliança Republica Trabalhista”	Apoiava a candidata		
PR, PROS	Coligação oficial		
PT do B		Coligação oficial	
Lindberg Farias (PT) – Coligação “Frente Popular	Apoiava a candidata		
PT, PCdoB	Coligação oficial		
PV			
PSB			

	Marina Silva (PSB) - Coligação "Unidos pelo Brasil" (PSB, PHS, PRP, PPS, PPL, PSL)	Eduardo Jorge (PV)	Pastor Everaldo (PSC)	Levy Fidelix (PRTB)	Eymael (PSDC)
	Coligação oficial				
			Coligação oficial		
					Coligação oficial
				Coligação oficial	
		Coligação oficial			
	Coligação oficial				

investir milhões no Rio. Ele pensa pequeno. Eu, grande”⁷⁶, provoca Crivella.

Garotinho, que se apresenta como teólogo presbiteriano, evitou o confronto. Mas mandou um recado irônico ao senador. “Não vou fazer com ele o que ele tem feito comigo, dizendo que vou acabar com a UPP e falando mal do restaurante popular. Como pastor ele deveria saber que na Bíblia está escrito que mentir é pecado”, diz o deputado.

Em seu blog, dialogando com esse cenário de disputa entre ele e o candidato Crivella, o ex-governador Garotinho, em diversas ocasiões, denunciava a articulação que, para ele, procurava atingi-lo. Marcelo Crivella, na verdade, não estaria concorrendo ao pleito com a intenção de se tornar governador do estado, mas sim de dividir o eleitorado evangélico – que, supostamente, na ausência do senador, migraria em sua direção.

A recorrente apresentação dos cruzamentos entre intenção de voto e identidade religiosa ao longo do pleito, reforçava a importância dessa relação para a conquista eleitoral. Em postagem do ex-governador, ele não apenas mira a candidatura de Crivella, mas, ao mesmo tempo, a de Pezão. A respeito do seu confronto com o primeiro, no entanto, é oportuno destacar um aspecto que aproxima as duas citações trazidas acima. Na matéria do jornal *O Dia*, Garotinho chama Crivella de pastor e parte do pertencimento religioso de ambos para dizer de forma irônica: “Como pastor ele deveria saber que na Bíblia está escrito que mentir é pecado”. Ao comentar a notícia do jornal *O Globo*, do mesmo modo, lembra que Crivella é bispo da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), destacando, em seguida, seu parentesco com o fundador da denominação, o Bispo Edir Macedo, “tio do candidato”. Na mesma postagem, ao se referir novamente a Crivella, Garotinho, dessa vez, omite o nome do mesmo, para se referir a ele apenas como “sobrinho do bispo Macedo”. A estratégia que pode ter sido adotada por Garotinho nesses comentários torna-se um

⁷⁶ Ainda que não possamos nos aprofundar na análise deste aspecto, vale ressaltar que tal crítica/comparação elaborada por Crivella com relação a si próprio e ao Garotinho, “Ele pensa pequeno. Eu, grande”, se aproxima, em muito, das pregações realizadas nos púlpitos da IURD. Tal formulação, como abordado, entre outras, por Lima (2010), Gomes (2011) e Mafra (2002), constitui um dos pilares da chamada “Teologia da Prosperidade”, um dos vetores do crescimento da denominação frequentada pelo candidato.

pouco mais compreensível se considerarmos aquela adotada por Crivella em pleitos anteriores⁷⁷ (Machado; Mariz, 2004; Machado, 2006) e o fato de que avaliações públicas realizadas por marqueteiros, políticos e estudiosos das eleições indicam que uma das suas fragilidades ou, como dito nos debates eleitorais, um dos aspectos que fundamentam a rejeição do seu nome pelo eleitorado é o seu pertencimento religioso – em especial, sua vinculação com a IURD.

Publicamente⁷⁸, Crivella performa um esforço contínuo para se apresentar de forma diferente daquela que, em geral, imagina-se representado. A imagem que pretende desconstruir fundamenta-se na sua caracterização como um político cuja atuação é necessariamente vinculada ao seu pertencimento religioso. A respeito desses aspectos, é oportuno retomar a matéria “Crivella afirma que as negociações para as alianças são um ‘mercado persa’”, publicada pelo jornal *O Dia* em 11 de julho de 2014⁷⁹, em que ele aborda tais questões e avalia o impacto delas em seu desempenho eleitoral. Segue um trecho:

Empatado tecnicamente com Garotinho e Pezão no último levantamento do Ibope, Crivella disse não temer uma possível queda nas pesquisas. O bispo da Igreja Universal do Reino de Deus é conhecido pela boa avaliação no início do pleito, mas por não conseguir emplacar. Para prefeito, foi derrotado duas vezes, em 2004 e 2008. Em 2006, ao tentar o governo do estado, foi ultrapassado na reta final e ficou de fora do segundo turno.

⁷⁷ Machado (2006, p. 81) explicitou como essa estratégia se dá e como ela se diferencia de outros candidatos/políticos religiosos: “A surpreendente votação de Crivella é resultado da capacidade de mobilização e das acertadas estratégias traçadas pela IURD. Contudo, não se pode ignorar que o senador se distancia do modelo tradicional do político evangélico, que no pleito de 2002 foi encarnado pelo seu concorrente o Pastor Manoel Ferreira. Fato que certamente contribuiu para ampliar o leque de seus eleitores para além dos fiéis de sua tradição religiosa. Distanciando-se também de seus ‘irmãos de fé’, que nas disputas pelas cadeiras da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa do estado enfatizaram a pertença religiosa, Crivella não mencionou o cargo eclesiástico nos programas televisivos, nem seus vínculos com a IURD. Essa diferença nas estratégias certamente está relacionada com a especificidade da disputa pela representação no Senado Federal e, mais precisamente, com a exigência de um número de votos que extrapola de longe a comunidade iurdiana no estado”.

⁷⁸ Frisamos o “publicamente”, pois, como evidencia a matéria “Bispo incita fiéis à boca de urna para Crivella em Nova Iguaçu”, publicada em 03 de outubro de 2014, a estratégia da campanha, em nível local e cotidiano, por outro lado, parecia acoplar-se e/ou beneficiar-se da estrutura disponível (ou disponibilizada) pela IURD. Ver em <http://oglobo.globo.com/brasil/bispo-incita-fieis-boca-de-urna-por-crivella-em-nova-iguacu-14122529>.

⁷⁹ Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-07-11/crivella-afirma-que-as-negociacoes-para-as-aliancas-sao-um-mercado-persa.html>.

“Eu começava bem nas pesquisas, mas não decolava porque tinha um índice de rejeição alto. As pessoas achavam que eu governaria para a igreja. Minha trajetória no Senado e como ministro da Pesca mostrou que isso é mito. E é por causa do reconhecimento desse trabalho que meu índice de rejeição diminuiu. Desta vez, vai ser diferente”, acredita.

Com mais de 1,3 milhão de evangélicos, muitos eleitores da Baixada que se aproximavam de Crivella mostravam interesse na vida religiosa do candidato. Para essas pessoas, Crivella pedia: “orem por mim”⁸⁰. Ao microfone, o bispo deixava o discurso religioso de lado e citava projetos que tinha emplacado como senador, entre eles o “Cimento Social” e a “Lei do Motoboy”.

Além de procurar acionar a rejeição já conhecida a Crivella, Garotinho, ao defender que a candidatura de seu adversário tinha como finalidade “dividir o voto evangélico”, orientava sua estratégia de modo a constituir-se como o único adversário efetivo (e/ou competitivo) de Pezão. Ele buscava aumentar a adesão a seu nome diante da ampla rejeição às gestões de Cabral e Pezão, polarizando o pleito ao redor de sua candidatura e daquela vista como mais forte, a de Luiz Fernando Pezão – estratégia que, acreditava, poderia levá-lo ao segundo turno das eleições⁸¹.

Cerca de duas semanas antes, no entanto, ainda tendo os dois candidatos e o debate sobre o “voto evangélico” como alvos, comentou uma nota da coluna Panorama Político, do jornal *O Globo*, em que também era citado o candidato Lindbergh Farias⁸². Como poderá ser visto, o argumento do candidato pouco se transformou, reforçando a interpretação que empreendemos aqui.

Apesar dessa intensa disputa entre “os dois candidatos evangélicos”, o cenário era ainda mais complexo. Naquele mesmo período, Lindbergh Farias (PT) era alvo de uma série de postagens em redes sociais que apresenta-

⁸⁰ Estratégia similar, pedir orações a eleitores, também foi adotada, segundo esta matéria, pelo candidato Garotinho (PR): Disponível em <http://oglobo.globo.com/brasil/irmao-garotinho-envia-carta-eleitores-com-pedido-de-votos-oracoes-13761732>.

⁸¹ Vale destacar que Crivella e Lindbergh, por caminhos distintos, também procuraram se apresentar os principais adversários de Pezão no pleito, buscando a mesma polarização (e seus efeitos) indicada no corpo do texto.

⁸² Fonte: Blog do Garotinho. Data da matéria: 03 de Agosto de 2014. Disponível em <http://www.blogdogarotinho.com.br/lartigo.aspx?id=17188>. Acesso em 23 de Junho de 2016.

vam sua atuação na discussão/tramitação do PLC 122⁸³ no Senado Federal e sua participação em eventos públicos em igrejas e/ou com líderes pentecostais como provas de seu compromisso eleitoral com aqueles mesmos segmentos religiosos, em detrimento da garantia de seu engajamento no reconhecimento e ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos. É importante destacar que grande parte da reação veio de grupos e militantes do próprio PT⁸⁴, sobretudo, dos militantes dos setoriais de mulheres e LGBT⁸⁵ do partido.

Um episódio central na ampla repercussão de uma (suposta) aproximação do senador com setores evangélicos⁸⁶ foi uma “visita” feita em outubro de 2013 à Assembleia de Deus Vitória em Cristo (ADVEC). A foto de divulgação do evento, em que Lindbergh e o líder da ADVEC, Silas Malafaia⁸⁷, estão lado a lado, em posição que remete a uma oração, foi largamente difundida em sites e redes sociais (religiosos ou não) naquele mês.

Além dos setores indicados acima, outro ator que se posicionou a respeito dessa “visita” foi o pré-candidato Garotinho (PR). Em seu blog, após compartilhar a foto do seu futuro oponente e do pastor da ADVEC, ele concluía:

Acho incrível que a imprensa do Rio de Janeiro, que na época em que eu era governador, me acusava de misturar política com religião, só porque eu frequentava o culto dominical da minha igreja presbiteriana, não fala nada dessa falsa transformação do senador Lindbergh Farias (PT). Todo mundo no meio político do Rio sabe perfeitamente que Lindbergh não é evangélico e sempre defendeu posições que não têm nada a ver com os princípios cristãos.

⁸³ Trata-se de uma iniciativa parlamentar, oriunda da Câmara dos Deputados, que propunha a equiparação da homofobia ao crime de racismo. Para saber mais, ver Vital da Cunha; Lopes (2012).

⁸⁴ À época, segundo noticiário especializado no mundo evangélico, o presidente do diretório estadual do PT e prefeito da cidade de Maricá, teria avaliado: “Pegou mal no PT a foto do Lindbergh com o [pastor Silas] Malafaia. Não há problema em ter apoio dele, isso não se nega. Mas não era preciso uma foto dos dois juntos”.

⁸⁵ Uma nota oficial do setorial LGBT foi produzida e divulgada no período. Ver em <http://setorial-lgbtptj.blogspot.com.br/2012/04/carta-aberta-ao-senador-lindbergh.html>.

⁸⁶ Ao noticiar esse evento, o site evangélico de notícias Gospel Prime indica que a presença na Assembleia de Deus Vitória em Cristo é parte de um processo mais amplo. Matéria do dia 25 de novembro de 2011 informa: “Lindbergh é o candidato do PT ao cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro e nos últimos quatro meses já participou de 63 cultos para se aproximar dos evangélicos”. Ver em <https://noticias.gospelprime.com.br/pt-rejeita-silas-malafaia/>.

⁸⁷ Para uma caracterização mais detida desse líder religioso, ver capítulos anteriores desse livro ou Vital da Cunha e Lopes (2012).

Mas para ganhar votos, Lindbergh agora finge-se de evangélico para enganar o povo. Se isso não é enganação e não é misturar política com religião, então o que é?

Os comentários de Garotinho, horas depois, tiveram uma resposta do próprio Silas Malafaia. Ele destacou⁸⁸ que a foto foi tirada no momento em que realizava “uma oração para Deus abençoar sua vida e sua família [ambas de Lindbergh]”.

Além de indicar a razão e o momento da foto, Malafaia tece seis comentários a respeito do evento e suas circunstâncias, mencionando, inclusive, as ações de aproximação realizadas pelo senador e suas repercussões no interior do PT (também indicadas por nós acima):

Lindbergh esteve em dois cultos da nossa igreja neste último domingo (13). Não deu uma palavra se quer, tampouco sentou no púlpito.

2) Tenho aprendido com a Bíblia o que está escrito em 1 Timóteo 2 1-3: “Admoesto-te, pois, antes de tudo, que se façam deprecações, orações, intercessões, e ações de graças, por todos os homens; Pelos reis, e por todos os que estão em eminência, para que tenhamos uma vida quieta e sossegada, em toda a piedade e honestidade; Porque isto é bom e agradável diante de Deus nosso Salvador”.

Qualquer autoridade que chegar na minha igreja, eu gostando ou não, faço uma oração por ela. Aprendi a honrar e obedecer protocolos.

3) Nós, evangélicos, temos que entender que na época das eleições cada um vota em quem quiser. Depois que se ganha, mesmo que não seja o meu candidato, pela Bíblia, como cristão, tenho que interceder por ele. Se o governador Sérgio Ca-

⁸⁸ Fonte: Verdade Gospel. Data da matéria: 16 de Outubro de 2013. <http://www.verdadegospel.com/lindbergh-farias-visita-advoc-pr-silas-comenta/>. Acesso em 25 de Julho de 2016.

bral chegar na minha igreja (diga-se de passagem que eu não tenho nada com ele e quero distância dele), sou obrigado a interceder e honrá-lo. Que tipo de cristão somos nós?

4) Lindbergh não esteve na minha igreja como evangélico, e na verdade nunca ouvi ele dizer que era. Mas alguns que se dizem cristãos e estão na política, põem em seus blogs e sites inverdades. Deviam aprender com Jesus que diz que a mentira é do diabo (João 8.44).

5) Apreendi também com a Bíblia que uma das coisas mais importantes da vida cristã é a gratidão. Quando o ativismo gay me denunciou de maneira caluniosa ao Ministério Público Federal, tirando o senador Magno Malta que é evangélico, foi Lindbergh Farias que me defendeu na tribuna do senado contra essa aberração, e lá existem outros senadores evangélicos que ficaram quietinhos⁸⁹. Por essa posição, Lindbergh “apanhou” um bocado do PT. É por isso que digo que voto em pessoas e não em partidos.

6) Para finalizar, mais uma vez reitero, Lindbergh Farias não deu uma palavra na minha igreja, não sentou no púlpito, não fez nenhuma insinuação de pedir votos pra ele, simplesmente orei e intercedi por ele e pela sua família.

TEM POLÍTICO DITO EVANGÉLICO POR AÍ QUE PERDEU UMA GRANDE OPORTUNIDADE DE FICAR QUIETO E PARAR DE ESCREVER ASNEIRA!

A partir dos comentários de Silas Malafaia e das informações trazidas anteriormente, alguns aspectos se evidenciam nessa disputa eleitoral-religiosa. Em suas reflexões, Garotinho e Malafaia, ainda que no ataque, respectivamente, a Crivella/Lindbergh e a Garotinho, permanecem na defensiva diante de um aspecto: ambos destacam que são alvos de críticas por (supostamente) misturar religião e política e procuram explicitar que

⁸⁹ Como apenas três senadores se identificam como evangélicos – Magno Malta (PR/ES), Walter Pinheiro (sem partido-BA) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) –, é possível crer que essa crítica de Silas Malafaia também se destina a Crivella – e/ou ainda ao seu suplente, do mesmo partido e denominação religiosa que Crivella.

não fazem (ou fizeram) essa mistura. A própria estratégia de Crivella de obliterar seu pertencimento religioso, bem como a (suposta) laicidade no exercício dos seus mandatos no Senado Federal e no Ministério da Pesca também pode ser lida por essa chave.

Além dessas elaborações, evidencia-se outra importante disputa entre os sujeitos mencionados acima. A partir da contraposição entre as falas direcionadas a si e aos outros, isso é, aos oponentes em questão, emerge uma espécie de competição em torno da legitimidade ou autenticidade da fé de cada um, da experiência religiosa como evangélico, mas, ao mesmo tempo, também de protagonista, de principal ou de qualificado representante dessa fala ou desse grupo/identidade (“os evangélicos”).

É sob tal perspectiva, portanto, que podemos observar a já ressaltada ironia de Garotinho direcionada a Crivella (“como pastor ele deveria saber que na Bíblia está escrito que mentir é pecado”), a revelação da “falsa transformação” de Lindbergh e o consequente questionamento do comportamento de Silas Malafaia, tão responsável quanto o candidato do PT pelo que Garotinho chamou de “enganação”. Malafaia, aliás, questiona o silêncio de Crivella no Senado, onde o deixara ser atacado pelo “ativismo gay” sem sair em sua defesa, ficando “quietinho”, e não apenas elabora um breve ensaio hermenêutico para defender o evento retratado, como o faz, em certa medida, questionando a própria experiência religiosa, ou o “ser evangélico” de um sujeito oculto no seu texto⁹⁰ – que, através dessa recuperação da sequência de eventos, é possível identificar como o então deputado e futuro pré-candidato Garotinho.

A despeito da defesa que faz de Lindbergh nesses comentários, durante o pleito, o pastor Silas Malafaia não pareceu tão próximo do candidato⁹¹. Seus candidatos oficiais, isto é, membros da igreja que lidera e que ostentaram seu apoio durante todo o período eleitoral, foram Samuel Malafaia,

⁹⁰ Isso se evidencia nos itens 2, 3, 4 e no comentário final de sua carta.

⁹¹ Se no primeiro turno manteve-se mais discreto e/ou afastado das disputas no estado, no segundo turno Silas Malafaia passa a ter uma forte atuação em defesa de Pezão (ou contra Crivella). Trataremos disso na próxima seção do capítulo.

seu irmão e candidato a deputado estadual, e Sóstenes Cavalcante⁹², ex-coordenador de eventos da ADVEC e pleiteante a vaga na Câmara Federal, ambos lançados pelo PSD⁹³, oficialmente coligado com Pezão na disputa para o governo do estado⁹⁴.

3.3 Segundo turno: a recomposição de forças e o embate com a IURD

Se no primeiro turno a candidatura de Pezão manteve-se, de certa maneira, afastada das controvérsias envolvendo a relação entre religião e política, a partir do início do segundo turno tornou-se protagonista desses embates. Na composição de sua coligação partidária, o governador, que buscava a reeleição, reunia em sua gestão e no leque de seus apoiadores setores mais progressistas, responsáveis, entre outras ações, pelo Programa Rio Sem Homofobia, bem como importantes líderes evangélicos, como o deputado federal Eduardo Cunha (PMDB).

Rio Sem Homofobia

O Rio Sem Homofobia (RSH) é um programa do governo do estado do Rio de Janeiro, de responsabilidade da Superintendência dos Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, parte da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, cuja principal inspiração foi o Programa Brasil

⁹² Segundo o site Gospel Prime em notícia de 20 de setembro de 2013 – portanto, anterior ao polêmico encontro de Silas Malafaia e Lindbergh Farias – Sóstenes Cavalcante teria sido nomeado assessor do senador para tentar aproximá-lo dos setores evangélicos. Em uma fala sobre tais atribuições, o hoje deputado destacou: “Estou cedido pelo Pr. Silas Malafaia para fazer a articulação política do Senador Lindbergh Farias, pré-candidato ao governo. A minha atuação será nas articulações partidárias e organização de uma equipe evangélica para coordenar a ofensiva no voto evangélico. (...) Vou apoiá-lo porque hoje é a melhor opção para o RJ.”. Matéria “Assessor de Silas Malafaia quer aproximar evangélicos do RJ ao PT”, disponível em <https://noticias.gospelprime.com.br/assessor-malafaia-evangelicos-pt/>

⁹³ Não apenas os dois, mas também o vereador Alexandre Isquierdo, citado na próxima nota, trocaram os partidos em que foram eleitos pelo Democratas (DEM).

⁹⁴ Ainda que não tenhamos informações precisas a respeito disto, uma das hipóteses para o afastamento de Malafaia e Lindbergh está na atuação de Eduardo Paes (PMDB), com quem o pastor mantém ‘boas relações’, visando fortalecer a candidatura de seu correligionário naquele pleito. Na eleição de 2012, quando Eduardo Paes concorreu à sua reeleição, obteve o apoio do líder da ADVEC, e seu partido abrigou a candidatura oficial da igreja à vereança, o ex-chefe de gabinete do irmão de Silas Malafaia, Alexandre Isquierdo.

Sem Homofobia, lançado em 2004 pelo governo federal. No dia 28 de junho de 2007, Dia Internacional do Orgulho LGBT, ainda no primeiro ano da gestão de Sérgio Cabral no Rio de Janeiro, foi realizado um ato público criando uma câmara técnica com a finalidade de elaborar o Rio Sem Homofobia.

Entre os diversos serviços que o RSH oferece, se destacam o Disque Cidadania, um serviço público e gratuito de atendimento, orientação e acolhimento da população LGBT por telefone, e os Centros de Referência da Cidadania, espaços destinados à realização de atendimento jurídico, psicológico e social a essa mesma população. Além disso, o programa atua no monitoramento e avaliação de políticas públicas, produção de dados, pesquisas acadêmicas e informação acerca da temática LGBT, voltada não só para esse grupo específico, mas para toda a população fluminense.

O programa passou por um período conturbado no início de 2016, quando o pastor Ezequiel Teixeira, então no Partido da Mulher Brasileira (PMB), assumiu a Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, em articulação que visava a eleição para a definição do líder do PMDB na Câmara dos Deputados. Em menos de três meses na pasta, o Programa RSH foi desmantelado, com a demissão de 65 dos 85 funcionários devido ao atraso de mais de três meses de salários – sob a justificativa da crise financeira no estado. Com isso, os centros de atendimento foram fechados, apenas atendendo emergências, o que gerou muitas críticas por parte de representantes LGBT.

Segundo militantes do movimento LGBT, a nomeação do pastor foi o ápice de uma série de descasos e da falta de atenção do Estado, já que Ezequiel assumia declaradamente uma postura lesbo/homo/transfóbica em sua campanha, além de apresentar uma pauta altamente preconceituosa em relação à causa LGBT e aos direitos humanos. Diante de muitas críticas, o pastor foi exonerado do cargo após conceder entrevista ao jornal *O Globo*⁹⁵, na qual revelou sua crença na “cura gay”.

Um dado que talvez exemplifique a força que atores religiosos podem ter tido em sua campanha, apesar da sua distância das controvérsias e polêmicas envolvendo tal aspecto no primeiro turno, é o fato de sua coligação ter

⁹⁵ Fonte: *O Globo*. Data da matéria: 17 de Fevereiro de 2016. <http://oglobo.globo.com/rio/secretario-de-direitos-humanos-do-rio-diz-acreditar-na-cura-gay-18688104>. Acesso em 06 de Agosto de 2016.

sido a que mais elegeu deputados os quais, na Câmara Federal, passaram a compor a Frente Parlamentar Evangélica: dos 14 eleitos que passariam a compor a Frente, seis foram eleitos por partidos que apoiavam Pezão; quatro, Garotinho; dois, Crivella; e um era parte da aliança de Lindbergh.⁹⁶

Em seu primeiro programa eleitoral, Pezão recorre a estratégia similar à que foi usada contra Marina Silva (PSB) no primeiro turno⁹⁷, a chamada “campanha de desconstrução” do adversário. O programa se inicia com a apresentação de uma série de imagens relacionadas entre si, procurando retratar a ligação entre Crivella, a Igreja Universal do Reino de Deus, seu tio e principal líder dessa igreja, Edir Macedo, e vários outros parlamentares vinculados à denominação religiosa⁹⁸. Entre as afirmações do locutor oculto que narra a sequência de imagens trazidas, é dito: “O Bispo Macedo confia em Crivella para tentar governar o nosso estado. Mas a escolha é sua!”. Em seguida, encerrando essa apresentação de trinta segundos, uma pergunta, que sintetiza a abordagem que a campanha de Pezão faria a respeito do seu adversário durante o segundo turno, ocupa a tela: “Você quer o sobrinho do Bispo Macedo no governo?”.

No segundo episódio da nova etapa do pleito, a campanha de Pezão não dedicou apenas trinta segundos para “desconstruir” o seu adversário. A integralidade do programa eleitoral do dia 11 de outubro⁹⁹, ou seja, os dez minutos disponibilizados pela justiça eleitoral, tiveram essa finalidade. O episódio é apresentado pelo mesmo ator que, no programa anterior, emprestou a voz para a locução de que tratamos. Segundo ele, para eleger o governador, “é importante que o eleitor esteja bem informado”. Na sequência, concluiu: “peço licença para apresentar uma matéria vinculada pelo Jornal Nacional”.

A matéria mostrada no programa eleitoral é uma reportagem antiga, exibida pelo telejornal em 1995, cuja repercussão permanece relativamente forte até hoje – haja vista o próprio recurso a ela, quase vinte anos depois, pela campanha de Pezão. A partir da “denúncia” de um (ex)pastor que se

⁹⁶ Além dessa proximidade de Pezão com setores evangélicos, é fundamental destacar que, durante as gestões do PMDB no município e no estado do Rio de Janeiro, houve uma intensa aproximação com a Igreja Católica.

⁹⁷ A respeito do recurso a essa estratégia, bem como as repercussões à candidatura de Marina Silva, ver debate indicado no segundo capítulo deste livro.

⁹⁸ O programa está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8BrhyDtYy98>.

⁹⁹ Ver em <https://www.youtube.com/watch?v=8IKw76aCjXc>.

desligava da IURD na época¹⁰⁰, uma sequência de imagens mostra diferentes atividades de lazer, viagens e brincadeiras de diversos membros do comando da denominação. Entre as gravações recuperadas pela reportagem, talvez a mais “mobilizadora” da opinião pública tenha sido – ou seja – a cena em que o Bispo Macedo, no intervalo de uma partida de futebol, ensina uma técnica de ministração de cultos que repercutiria na maior captação de recursos junto aos fiéis. Há ainda cenas que falam da existência de um “caixa 2” que beneficiaria um parlamentar ligado à IURD, Laprovita Vieira, bem como a contagem do dízimo e das ofertas recebidas pela sede de Nova Iorque logo após um culto – aqui, o Bispo Macedo protagoniza a cena, junto a outros membros da igreja, em tom festivo e jocoso. Ainda nessa reportagem, é feita uma referência à presença do pastor Sérgio Von Helder, que, meses antes, protagonizara o episódio que se tornou amplamente conhecido como “chute na santa”.

Chute na Santa

Na madrugada do dia 12 de outubro de 1995, o bispo da Igreja Universal do Reino de Deus Sérgio Von Helde protagonizou o episódio que ficou conhecido nacionalmente como “chute na santa”. O religioso apresentava o programa televisivo *Despertar da Fé*, transmitido em rede nacional pela Rede Record, tendo ao seu lado uma imagem de Nossa Senhora Aparecida. Durante a transmissão, Von Helde proferiu chutes e socos contra a imagem, criticando o que chamou de “adoração da imagem” ou “idolatria”. Em seguida, o bispo perguntou aos telespectadores: “Será que Deus, o Criador do universo, Ele pode ser comparado a um boneco desse, tão feio, tão horrível, tão desgraçado?”.

O acontecimento provocou uma reação negativa da mídia, que, nos dias posteriores ao episódio, destacou os perigos do aumento da intolerância religiosa. A atitude do pastor, vista como um insulto à imagem da santa, foi motivo de indignação não somente dos católicos, mas também de outros grupos religiosos, inclusive evangélicos. A ampla repercussão do caso na

¹⁰⁰ Em sua justificativa para o rompimento com a IURD e à divulgação daquelas gravações, o ex-pastor denunciante dizia: “O espírito de mercantilismo tornou-se uma constante da Igreja”. A centralidade desse novo “espírito” tornara-se um imperativo aos seus movimentos.

imprensa fez com que se sugerisse até mesmo que a concessão de transmissão da Rede Record fosse cassada.

A consequência do evento foi o indiciamento de Von Helde pela acusação de vilipêndio de símbolo religioso e por incitação pública de preconceito e discriminação religiosa, ensejando num processo judicial criminal que culminou com sua condenação a dois anos e dois meses de prisão, em 1997.

Refletindo não apenas sobre essa reportagem de 1995, mas também sobre os diferentes elementos que a compunham, que tornavam a IURD em si controversa, como a acusação de “ser uma seita” ou ainda o próprio “chute na santa”, Giumbelli (2002, p. 410) defende que “a ‘mercantilização da fé no Brasil’ tornou-se um diagnóstico compartilhado pelas várias personagens que participam da controvérsia acerca da IURD”. Para ele, no centro dessa compreensão, “está a relação entre religião e dinheiro, questionada tanto a partir de referenciais jurídicos como também de parâmetros teológicos. A tal ponto que é em torno dela que aparecem preocupações associadas à autonomia individual e à integridade social” (Giumbelli, 2002, p. 295).

Se Giumbelli (2002) destaca a relação entre religião e dinheiro e se anteriormente tratamos dos cuidados tomados por Crivella, Garotinho e Malafaia em relação à vinculação entre religião e política no primeiro turno, neste momento é possível destacar outro entrecruzamento provocador de ruídos, que emerge a partir do acionamento desse vídeo no programa de Pezão: é aquele que se dá entre política, religião e dinheiro. A exibição da matéria e as narrativas produzidas a partir dela no programa eleitoral parecem tentar vender a ideia de que Crivella, seu tio – o Bispo Macedo – e a Igreja de ambos, a IURD, operam em diversas esferas, movidos por uma espécie de “ânsia incontrolável” de ampliar seu poder e controle sobre toda a realidade social. Como veremos a seguir, as falas de seus irmãos de fé, ou seja, de outros evangélicos, demonstraram que ninguém estava protegido desse consórcio – que envolvia não apenas Crivella, a IURD e o Bispo Macedo, mas a TV Record e o controle que possuem sobre outros meios de comunicação.

O debate promovido pela revista *Veja*, a OAB-RJ e a Universidade Estácio de Sá em 08 de outubro, poucos dias antes do início do programa eleitoral do segundo turno, indicou que esse seria o tom adotado nessa nova etapa da corrida pelo governo do estado. Antes de fazer sua pergunta a Crivella, o Pastor Silas Malafaia se referiu a ele como “bispo”, frisando que “não existe

bispo ou pastor licenciado”¹⁰¹ e que tal entendimento “é conversa pra boi dormir”. Ele destacou ainda que a IURD, cujo “líder é o seu tio, o Bispo Macedo”, “tem colocado pastores fora de rádios e TVs como cachorros vira-latas”. Por fim, perguntou ao candidato: “Se vocês não consideram nem seus irmãos de fé, como é que as pessoas de outros segmentos religiosos vão acreditar em você, já que você obedece às ordens do Bispo Macedo?”¹⁰².

Em sua resposta, mais uma vez, Crivella incluiu os elementos centrais da imagem que desejava passar como candidato:

As pessoas conhecem as ligações suas com esse governo; e seus interesses! [“Mentiroso”, interrompeu o pastor Malafaia]. Mentiroso é você! E o que eu quero dizer é o seguinte: não tenho interferência nisso, não tenho nenhuma interferência nisso. Sou senador do meu estado e durante dois anos fui ministro. (...) Suas mágoas, seus recalques, suas frustrações, leve a Deus, não a mim. Não tenho absolutamente nada a ver com as decisões da Igreja Universal do Reino de Deus. (...) Agora eu quero garantir uma coisa: de maneira nenhuma, como governador do estado, vou permitir que o interesse público do meu estado seja sublevado por qualquer outro interesse, qualquer outro interesse.

A questão da utilização dos meios de comunicação por evangélicos, da atuação da IURD e da “expulsão” de outros atores do campo religioso não ficou restrita a esse debate, ganhando espaço principalmente nos programas eleitorais de Pezão (PMDB). Após saudar a todos e “pedir as bênçãos de Deus para todo o estado do Rio de Janeiro”, o apóstolo Valdemiro Santiago¹⁰³, da Igreja Mundial do Poder de Deus, pediu votos para Pezão e justificou sua participação no programa, motivada por uma “causa nobre”: garantir que ele tenha “a liberdade de pregar o evangelho nesse estado, porque tão querendo me privar disso”.

A inclusão da fala de Santiago, na verdade, correspondia a uma adaptação da primeira estratégia adotada pela campanha de Pezão. Segundo informa *O Globo* na notícia “Após ataques, Pezão muda o tom da campanha

¹⁰¹ Como Crivella também costumava se apresentar.

¹⁰² Ver em <https://www.youtube.com/watch?v=H2DmyF-IKkE>.

¹⁰³ Ver em <https://www.youtube.com/watch?v=xpXVUeLZepo>.

com os evangélicos”¹⁰⁴, de 15 de outubro de 2014, a participação do líder religioso tinha como objetivo reduzir efeitos negativos que os ataques iniciais de Pezão à IURD poderiam ter produzido junto ao eleitorado evangélico.



O candidato à reeleição para o cargo de governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (PMDB), concede entrevista à imprensa 05/10/2014.

Foto: Fernando Frazão/ Agência Brasil.
Licença CC BY 3.0 BR. <https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/br/>

Se, em resposta às acusações, Crivella costumava repetir que em “dez anos como senador e dois como ministro, não apresentei uma lei, um recurso, um discurso que eu tenha destinado para a minha igreja ou para os evangélicos”, a divulgação de notícias como as que veremos a seguir o contradiziam. Além disso, o apoio recebido de Anthony Garotinho¹⁰⁵, que sinalizaria uma espécie de “aliança evangélica”, tornava a opinião pública ainda mais resistente ao seu esforço de apartar sua atuação religiosa de sua imagem política.

No interior da campanha de Pezão, a manifestação de vozes contrárias ao tipo de enfrentamento adotado¹⁰⁶ não impediu que a estratégia perma-

¹⁰⁴ Ver em <http://oglobo.globo.com/brasil/apos-ataques-pezaomuda-tom-da-campanha-com-os-evangelicos-14249786#ixzz4GWdizfR6>.

¹⁰⁵ Além de Garotinho, terceiro colocado no primeiro turno, Crivella ainda obteve o apoio de Lindbergh Farias, quarto colocado naquela disputa. Por outro lado, o apoio de Romário, senador eleitor naquele pleito, foi dado a Luiz Fernando Pezão.

¹⁰⁶ Em determinado momento, até mesmo Silas Malafaia, um dos protagonistas dos ataques a Crivella em razão de seu pertencimento religioso, manifestou-se contrariamente à estratégia, esclarecendo que nunca fez críticas à IURD como instituição, mas sim à figura de sua liderança, o Bispo Macedo, e à utilização/administração feita pelo Bispo de meios de comunicação. Outro importante ator desse campo a se posicionar foi o deputado Eduardo Cunha (PMDB). Na matéria d'O Globo “Após ataques, Pezão muda o tom da campanha com os evangélicos”, publicada em 15 de outubro de 2014, é relatado: “— Defendo que o governador retribua os ataques feitos por Crivella, mas sem atacar a Igreja. Qualquer questão política deve ser revidada — disse Cunha, ao ressaltar o risco de Pezão perder votos entre o eleitorado evangélico, caso insista num discurso

necesse ativa durante todo o segundo turno. Em matéria que avalia o último programa eleitoral dos dois candidatos e retoma os embates ocorridos no debate final daquele pleito, o site UOL, no dia 24 de outubro de 2014, informa:

**Em último programa, Crivella apresenta vice,
e Pezão agradece eleitores**

A dois dias das eleições, os candidatos ao governo do Rio de Janeiro apresentaram nesta sexta-feira (24) os dois últimos programas do horário eleitoral gratuito a que têm direito. Enquanto o governador e candidato à reeleição, Luiz Fernando Pezão (PMDB), aproveitou para agradecer aos eleitores, o senador e candidato do PRB, Marcelo Crivella, optou por relembrar a campanha e apresentou seu vice, o general José Alberto da Costa Abreu.

“Quando precisam reforçar a segurança, o que as pessoas fazem? Chamam o militar? Quando precisam defender a nação, o que fazem? Chamam o militar. O que eu fiz? Chamei o militar!”, disse Crivella na TV ao apresentar um vídeo com uma pequena biografia do militar. O general comandou a 1ª Divisão do Exército no Rio e foi responsável por planejar as ações de segurança dos grandes eventos da capital, como a Rio+20, a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude.

Já Pezão agradeceu aos eleitores e prometeu ampliar ainda mais as conquistas do governo. Ele apresentou um vídeo com pessoas de diversas religiões e tonalidades de pele dizendo que votariam no candidato. Um dos blocos foi gravado ao lado de uma amiga de infância do governador, ex-prefeito de Piraí, no interior do Rio, que lembrou que ele já falava em ser prefeito quando era adolescente.

Nesta quinta-feira (23) os candidatos participaram do último debate da campanha, realizado pela rede Globo. A apresentação de propostas, no entanto, foi preterida pela troca de acusações.

político-religioso. — Independentemente de denominação, seja católico, evangélico, até mesmo quem não tem uma religião definida, ninguém gosta de ver a instituição Igreja ser atacada. Crivella tem atacado e Pezão tem de revidar, desde que não inclua a Igreja”.

Bispo licenciado da Iurd (Igreja Universal do Reino de Deus) e sobrinho do líder da igreja, bispo Edir Macedo, Crivella foi acusado por Pezão de ser “testa de ferro” de Macedo. “Você representa a Igreja Universal do bispo Macedo. É um perigo para o Estado”, declarou o peemedebista.

O senador, por sua vez, disse que o atual governador estava “tentando fazer uma guerra entre religiões” e “pregando o ódio”. “Não tem que discutir Edir Macedo porque você esteve lá no Templo (de Salomão) puxando saco e elogiando”, afirmou Crivella, referindo-se à ida de Pezão, em julho, ao evento de inauguração do templo da Iurd, em São Paulo.

Nesta quinta, pesquisas divulgadas pelos institutos Ibope e Datafolha apontaram que Pezão tem 55% dos votos válidos enquanto Crivella tem 45%. No primeiro turno, o atual governador obteve 40,57% dos votos válidos, e Crivella, 20,26%.

Antes de encerrarmos este capítulo, é importante destacar um aspecto que consideramos importante no processo eleitoral. Ainda que isto não tenha sido colocado sob tais termos por Crivella, ou por qualquer um de seus adversários nas duas etapas do pleito, vale destacar que a definição do vice de sua chapa, o general José Alberto da Costa Abreu, pode ter sido feita, entre outras razões¹⁰⁷, como forma de reduzir as resistências existentes contra seu nome entre os católicos. A presença em sua chapa de um personagem que desempenhou papel estratégico na organização e realização da Jornada Mundial da Juventude, que ocorreu em 2013 no Rio de Janeiro, não deve ser observada como secundária no interior da disputa eleitoral. A recorrente lembrança e a reafirmação desse engajamento do candidato a vice-governador em distintas peças publicitárias da campanha de Crivella, quando interpretada em diálogo com a discussão deste capítulo, nos leva a crer que a proximidade do general do exército com

¹⁰⁷ Ainda que, nos limites desse capítulo, não seja possível realizar esta análise, que será indicada na conclusão desse livro, chama atenção que Crivella e Garotinho, “os candidatos religiosos”, tenham como candidatos a vice-governador em suas respectivas chapas quadros militares. Considerando a ampla e contínua aproximação entre as bancadas evangélicas e da bala nos últimos anos no Congresso Nacional, tal composição não deve ser lida como uma “banalidade” ou uma “coincidência”.

segmentos católicos, se não foi decisiva para sua escolha na composição do PRB, ao menos pode ser tomada como um elemento que não apenas o qualificava individualmente, mas que poderia conceder valor similar a seu companheiro de chapa.

3.4 Sobre definições e jogos de acusação nas eleições no Rio de Janeiro

A recuperação dos embates em torno da candidatura de Crivella em 2014, de fato, não representa uma grande novidade, afinal, o confronto com essas questões parece acompanhar toda a trajetória político-partidária de Crivella, como ele mesmo avaliou no trecho de notícia do jornal *O Dia* que citamos no início deste capítulo. Em 2002, quando concorreu pela primeira vez e elegeu-se senador, foi alvo dessa mesma estratégia. Em artigo, Machado e Mariz (2004, p. 38-39) recuperam os “ataques” sofridos pelo senador. Destacamos, respectivamente, as falas apresentadas nos programas eleitorais de Carlos Lupi, então candidato pelo PDT, e Arthur da Távola, que buscava a reeleição pelo PSDB:

LUPI: “Você tem o direito de saber quem é esse Marcelo Crivella, que anda enchendo as ruas de propaganda... Ele é sobrinho do Bispo Edir Macedo, aquele da Igreja Universal, da qual também é um dos chefes. E tem como suplente Eraldo Macedo, irmão do Bispo Edir Macedo. Crivella ficou conhecido por um programa diário na TV da Igreja Universal. A mesma TV onde, alguns anos atrás, um colega dele chocou o Brasil chutando a imagem de Nossa Senhora. Crivella também escreveu um livro, “Os 501 pensamentos do Bispo Edir Macedo”, o tio dele, que aparece em fitas de vídeos divulgadas pelos telejornais ensinando aos pastores como arrecadar mais dinheiro dos fiéis”.

ARTHUR DA TÁVOLA: “Neste dia de reflexão, o Senador Artur da Távola vai falar do perigo do ódio religioso e do uso da religião como partido político. Felizmente, no Brasil, todas as religiões convivem em harmonia. Deus não é mercadoria, nem tem partido político. A seita do bispo Macedo tem um candidato ao senado, o Bispo Crivella, que, aliás, é parente dele. O suplente do Crivella é irmão do bispo Macedo. Nada tenho

contra a pessoa de Marcelo Crivella, tenho sim contra o projeto de poder de uma seita expansionista que compra redes de rádio e televisão em todo o Brasil e no exterior e depois de haver formado uma bancada na Câmara Federal, agora quer ter uma também no Senado. (...) Alerto o povo fluminense em relação ao projeto de poder do Bispo Macedo. Cuidado! Essa gente prega o ódio religioso em seus templos, usa seus cren-tes como militantes, gasta fortunas nas eleições para eleger a sua bancada separatista. É um fundamentalismo retrógra-do, mas milionário. O Brasil não pode abrigar o ódio religioso. Faço este alerta, com a minha responsabilidade de cidadão, de cristão e de senador pelo Rio.”

Assim como Lupi e Arthur da Távola qualificam as informações por eles vinculadas a respeito do oponente sob a retórica do direito dos eleitores à informação e do consequente dever de suas candidaturas em apresentá-las, a campanha de Pezão acionava os mesmos elementos em seu programa eleitoral¹⁰⁸. Em entrevista ao jornal *O Dia*, por exemplo, o candidato à reeleição destacou: “A gente começa a mostrar o que está por trás da candidatura dele. Os apoios que teve, como se comporta e a organização que serve. Eu faço questão de separar os evangélicos da organização que o senador serve”¹⁰⁹. Nesse sentido, os ataques contra (ou a revelação de informações a respeito de) Crivella não consistem, em si, em uma novidade desse pleito. No entanto, chamou nossa atenção o decisivo protagonismo de atores do próprio campo religioso – em específico, de evangélicos – no enfrentamento ao candidato do PRB.

Como destacamos na edição anterior dessa pesquisa (Vital da Cunha; Lopes, 2012), embasada por ampla literatura especializada que assim nos permite afirmar, tomar “os evangélicos” como um grupo coeso, homogêneo e livre de disputas é uma simplificação e um erro metodológico. Porém, não é o fato de estarem em campos opostos que chamou a nossa atenção, afinal, já havíamos examinado esse tema quando tratamos das eleições pre-

¹⁰⁸ Ver, por exemplo, a fala do candidato que inaugura o programa eleitoral do dia 14 de outubro de 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=98HICNr5gj8>.

¹⁰⁹ Fonte: *O Globo*. Data da matéria: 10 de Outubro de 2014. <http://oglobo.globo.com/brasil/em-campanha-peza-volta-comentar-ligacao-entre-crivella-igreja-universal-14205105>. Acesso em 11 de Outubro de 2014.

sidenciais de 2010 (Ibidem). O pleito de 2014, no entanto, traz outra dimensão: dessa vez, atores evangélicos não apenas assumem lados distintos na disputa eleitoral, como esses lados, de certa maneira, são constituídos por disputas do campo religioso¹¹⁰.

É nesse sentido que vale refletir a respeito de uma inversão ao movimento que, em geral, se observa nas disputas eleitorais. Se as críticas à relação entre religião e política costumam denunciar a privatização do público, do estatal ou do político pela esfera religiosa, aqui podemos sugerir que a modulação dessa conexão também pode ser lida como a privatização do religioso pelo político-partidário. Podemos concluir isso, pois, sobretudo ao longo do segundo turno – mas também em algumas cisões na primeira etapa do pleito –, é no plano das candidaturas ao pleito que embates característicos, centrados ou oriundos do campo religioso são enunciados e tratados.

Esse aspecto revela a importância, ou melhor, a necessidade de melhor qualificarmos nossas abordagens, procurando conceituar e compreender melhor não apenas as esferas com as quais, em geral, abordamos os fenômenos sociais, como religião e política, mas também o imbricado modo como tais “mundos” são articulados pelos sujeitos e/ou forças em interação em diferentes contextos. Tomando as articulações do primeiro turno, é possível observar, portanto, que a religião se constitui como mais um elemento entre os diversos existentes no meio das negociações que procuram fortalecer as candidaturas e os partidos – como o tempo no programa eleitoral, o fortalecimento das chapas proporcionais, a questão dos recursos privados para financiamentos de campanha, as definições nacionais e municipais etc. De outra maneira, no segundo turno, ela desempenharia o mesmo papel para o espectro político, mas ficaria evidente que a política-partidária, do mesmo modo, é também um elemento das disputas que envolvem aquele segmento religioso, que abarcam desde discursos em torno da moral sexual e a ocupação de espaços de poder compartilhados, como a Frente Parlamentar Evangélica, até a utilização de espaços midiáticos.

¹¹⁰ Evitando incorrer em estabilizações daquilo que é “política”, “religião” etc., dado que essa seria outra simplificação e incorreríamos em outro erro metodológico, recorreremos a essas noções, reconhecendo as suas fronteiras e delimitações como tipos ideais weberianos, como um recurso disponível à apresentação do nosso argumento.

CAPÍTULO 4

Conclusão:

Reavaliando categorias sociais - como pensar os evangélicos na sociedade e na política no Brasil contemporâneo

Mas quem é que não sente que, nas profundezas da sociedade, há uma intensa vida que se elabora e procura as suas vias de saída que acabará por encontrar? Aspiramos a uma justiça mais elevada que nenhuma das fórmulas existentes exprime de modo a satisfazer-nos. Mas estas aspirações obscuras que nos vão formando conseguirão, mais cedo ou mais tarde, tomar mais claramente consciência de si mesmas, traduzir-se em fórmulas definidas em volta das quais os homens voltarão a unir-se e que se tornarão num centro de cristalização de novas crenças.

Durkheim, Émile – “A ciência social e a ação”

Nessa passagem da obra de Émile Durkheim, acompanhamos sua reflexão sobre o que chama de “períodos frios” da história, nos quais velhos ideais e divindades estariam sob a ameaça de desvanecerem ou de perderem centralidade na vida social. Esses períodos frios, vistos pelo autor como existencial e moralmente perturbadores para os indivíduos, são assim chamados porque encobriam as fontes de calor contidas na sociedade. Essa espécie de retórica da perda que envolveria a narrativa durkheimiana aqui destacada marca a perspectiva de atores sociais envolvidos nos eventos tratados neste livro.

Evangélicos e católicos
fazem manifestação
a favor da liberdade
religiosa, 05/06/2013.



Licença CC BY 3.0 BR. <https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/br/>
Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Em períodos de transformação social que podem ganhar dimensão histórica, tal como o período sobre o qual reflete Durkheim e o que acompanhamos no Brasil e no mundo na atualidade, medos são experimentados por diferentes grupos, pois “quando as pessoas estimam certos valores e não sentem que sobre eles pesa qualquer ameaça, experimentam o bem-estar. Quando os estimam, mas sentem que estão ameaçados experimentam uma crise – seja como problema pessoal ou questão pública. E se todos os seus valores estiverem em jogo, sentem a ameaça total do pânico” (Mills, 1969, p.17-18). Nesses contextos de mudança ou nos “períodos frios”, como dizia Durkheim, medos sociais podem ser manipulados com o intuito de conter processos em curso ou de conduzi-los de modo que possam ser controlados. Paralelo a isso, ao medo e ao pânico moral¹¹¹ que se estabelecem em larga escala, esses momentos representam também a esperança de legitimação de demandas até então contidas sob as correntes da tradição. Diante disso, como ponto de partida, deve-se assumir que a tradição opera a partir de fatos sociais que geram conforto, porque possibilitam previsibilidade, condição fundamental para o estabelecimento da vida social, mas que também produzem coação e opressão. Nesse sentido, a imagem da tradição como corrente que amarra e contém fluxos é impor-

¹¹¹ Segundo Miskolci (2007), os pânicos morais emergem em situações nas quais as sociedades experimentam mudanças em seus padrões de moralidade. Nelas, atores sociais com interesses diversos atuam através de mecanismos de resistência e controle da transformação social explorando ambiguidades e distorção de fatos e informações, exacerbando medos, produzindo pânicos.

tante, pois é em nome da manutenção de valores tradicionais que vários políticos e religiosos militam, se contrapondo a demandas pela ampliação e garantia de direitos de minorias políticas no Brasil e em outros países.

Em todos os casos analisados nesta publicação, observamos projetos de sociedade que causam paixões – seja pela consonância, seja pela negação deles. Vive-se um momento de disputas sociais intensas, mas é preciso analisar o que mobiliza os atores, quem são eles, como se apresentam e o que desejam.

Os evangélicos são um grupo religioso plural, alvo de nossas investigações pela centralidade que assumiram em diferentes esferas da vida social brasileira nas últimas décadas. Propomos aqui que há pelo menos três tipos de ação desses religiosos, correspondentes a três modalidades de conduta, e que não se definem por perfis socioeconômicos – ou seja, não há uma correspondência direta entre os tipos de ação e classe social, escolaridade, renda ou partido. Da mesma forma, não correspondem diretamente à divisão em ondas do pentecostalismo no Brasil, encontrada no tão citado artigo de Freston (1994), ou à divisão entre evangélicos históricos ou de missão, de um lado, e pentecostais e neopentecostais do outro. Correspondem, sim, ao comportamento de atores sociais integrados a redes religiosas no tocante às pautas sociais que entram em conflito com a “tradição”, os papéis sociais estabelecidos e suas denominações e à centralidade de determinada experiência do cristianismo como marcadora de identidade e dinamizadora da vida social.

Reconhecemos os limites metodológicos de qualquer generalização, inclusive em nossa divisão dos modos de atuação de evangélicos no Brasil contemporâneo. No entanto, é preciso levar em consideração o potencial analítico que tais produções viabilizam. As possibilidades e as condições de existência dos atores em questão são variadas, o que resulta em um universo incomensurável de mixes pessoais de repertórios disponíveis, visões de mundo, *ethos* etc.. Tendo isso em vista, nossa proposta é pensar um mínimo denominador comum dessas ações e dos repertórios ativados pelos sujeitos que atuam de um ou de outro modo.

Outra evidência metodológica a ser destacada é a necessidade de considerarmos a mobilidade de atores entre diferentes modos de atuação ao longo de suas histórias pessoais. Impermanência, trânsito, mobilidade – tudo isso é constitutivo da vida social. A fixidez está mais nas propos-

tas analíticas e nas conceituações do que no cotidiano dos indivíduos ao longo da história da humanidade, e o que pretendemos é justamente a confrontação das categorias que estão postas para pensar os evangélicos no Brasil hoje.

Com base nas análises que viemos produzindo desde nossa primeira pesquisa – que resultou no livro “Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil” (2012) – até aqui e, evidentemente, nos consistentes e reveladores trabalhos de tantos colegas da sociologia, antropologia, ciência política, história e filosofia, achamos insuficiente colocar pentecostais e neo-pentecostais como conservadores, fundamentalistas e não hermeneutas em oposição aos protestantes ou evangélicos de missão, que estariam mais identificados com a crítica, a vanguarda, o pensamento ilustrado e humanista. O tipo de ação que executam é mais interessante para pensar a configuração atual do que as classificações consolidadas. Enfatizar as classificações consolidadas pode ter ainda como resultado, certamente indesejado, a estigmatização de grupos inteiros de religiosos. Sendo assim, nestas considerações finais, mais do que perfis sociais ou classificações consolidadas, queremos enfatizar os três tipos de ações que identificamos como extremista, conservadora e progressista.

4.1 Ações extremistas

Um dos tipos de ação de evangélicos no espaço público hoje, seja na política, em redes de comunicação ou na economia etc., pode ser caracterizado como extremista. Seguindo as pistas propostas por Lindgren Alves (2010), consideramos extremistas comportamentos adotados por lideranças da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional; por “pastores midiáticos”, que desfrutam de grande espaço em programas de rádio e TV ou são amplamente conhecidos por fazerem de sua intolerância religiosa meio de promoção própria e de suas igrejas; e por membros de igrejas conduzidas por esses pastores e que atuam diretamente na reprodução de suas práticas intolerantes a tudo que difere da leitura bíblica.

Na chave analítica que propomos, é insuficiente considerarmos os tipos mencionados acima como fundamentalistas, tal como são tratados publicamente, em especial, pelos movimentos sociais e por políticos defensores

dos direitos humanos. A palavra “fundamentalista”, cuja origem remonta ao século XIX, viria do entendimento puritano anglo-americano de que os cristãos devem se ater aos fundamentos da fé cristã, contidos na Bíblia e em suas narrativas primordiais. O termo correspondeu, então, à afirmação dos dogmas em contraposição ao chamado liberalismo cristão, em particular, e ao Iluminismo, em geral. Portanto, os fundamentalistas (confundidos muitas vezes com literalistas) seriam aqueles que rejeitam a interpretação de textos sagrados, observando-os em sentido literal (Alves, 2010, p. 23).

Fundamentalistas, nessa concepção, são atores sociais que não fazem uma leitura histórica de Cristo e defendem a Bíblia como verdade a ser literalmente seguida pelos que partilham dessa mesma fé. O fundamentalismo evangélico atual, no Brasil e no exterior, assim como o católico, se manifesta principalmente na defesa do criacionismo bíblico, por oposição ao evolucionismo científico darwinista. A incitação à violência, então, não é uma característica intrínseca ao fundamentalismo.

Movimentos assemelhados ao fundamentalismo de origem cristã existem na maioria das religiões, mas, destaca Alves (2010, p. 32), nem sempre são violentos. Podem achar, por exemplo, que a prática homossexual é recriminada por Deus, mas compreenderem que os que nela incorrem vão ser punidos pela providência divina ou vão ter uma revelação em algum momento de suas histórias pessoais, o que modificará tais comportamentos. Esses fundamentalistas podem conviver com amigos e parentes gays e respeitar-lhes achando sempre, é verdade, que um dia ou serão punidos ou alcançarão uma revelação. A expectativa de mudança do comportamento do outro, do diferente, está posta, mas a violência contra eles não é uma condição *sine qua non* do fundamentalismo. O que há de comum aos fundamentalismos seria um “grande desapontamento e medo da modernidade secular, de que muitos tiveram a experiência como algo invasivo, amoral e desprovido de significação mais profunda” (Alves, 2010, p. 32).

Já o extremismo, em termos mais gerais, advogaria o uso de “medidas radicais para alcançar objetivos políticos” (Alves, 2010, p. 32). O comportamento extremista evangélico aqui analisado seria caracterizado pela manipulação de uma perspectiva fundamentalista com vistas a punir com as próprias mãos aqueles que agem em desacordo com sua leitura bíblica.

A noção de “punir com as próprias mãos” aqui utilizada diz respeito tanto à violência material contra o outro, como no caso do pastor que invadiu e

destruiu imagens sagradas em um templo religioso do candomblé no Rio de Janeiro¹¹², como o que incita à violência, caso do pastor da Igreja Batista Bíblia de Salem, de Porto Sauípe, litoral norte da Bahia, que expôs na fachada da igreja a seguinte frase: “Se um homem tiver relações com outro homem, os dois deverão ser mortos por causa desse ato nojento, eles serão responsáveis pela sua própria morte”. Uma segunda placa diz: “Você é livre para fazer suas escolhas, mas não é livre para escolher as consequências”¹¹³. Ambos os comportamentos que expusemos são formas de violência direta e, vale lembrar, toda violência física é associada à violência moral. Não fosse assim, o ataque ao outro poderia ser tomado como uma ação psicótica ou um acidente. O que transforma o ataque aleatório em violência é a orientação moral da conduta¹¹⁴.

Ato contra a Intolerância
Religiosa em frente à
Câmara dos Deputados,
21/05/2014.



Foto: Laycer Tomaz/
Agência Brasil
Licença CC BY 3.0 BR. <https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/br/>

Além dos comportamentos acima descritos, o extremismo religioso evangélico se revela em conluios políticos com a finalidade de fazer valer

¹¹² São inúmeros os casos registrados no Rio de Janeiro e em outros estados, mas destaco aqui um caso que teve grande repercussão: a invasão e quebra de 30 imagens religiosas no Centro Espírita Cruz de Oxalá, no Catete, pelo pastor e por membros da igreja evangélica Nova Geração de Jesus Cristo, em 2008. O pastor Tupirani da Hora Lores e o fiel Afonso Henrique foram presos em 2009 acusados pela invasão.

¹¹³ Fonte: Blasting News. Data da matéria: 21 de Julho de 2016. Disponível em <http://br.blastingnews.com/brasil/2016/07/igreja-na-bahia-defende-publicamente-que-gays-sejam-assassinados-001026931.html>. Acesso em 22 de Julho de 2016.

¹¹⁴ “Aliás, arriscaria dizer que na ausência da ‘violência moral’, a existência da ‘violência física’ seria uma mera abstração. Sempre que se discute a violência como um problema social tem-se como referência a ideia do uso ilegítimo da força, ainda que frequentemente este aspecto seja tomado como dado, fazendo com que a dimensão moral da violência seja pouco elaborada e mal compreendida, mesmo quando constitui o cerne da agressão do ponto de vista das vítimas” (Oliveira 2008, p. 135).

sua “verdade cristã” a qualquer custo. Isso pode ser observado entre os políticos que estão na coordenação direta da Frente Parlamentar Católica, presidida pelo deputado federal Givaldo Carimbão (PROS-AL), que declara a defesa do criacionismo bíblico e se contrapõe aos ataques que a Bíblia estaria sofrendo pela Constituição Federal¹¹⁵.

A ação extremista se caracterizaria, portanto, por posicionamentos radicais, intolerantes e violentos em relação às diferenças. Os atores sociais que assim se comportam não medem esforços para garantir ou obter a dominância dessas crenças e valores em seu grupo religioso e no âmbito social. Produzem “consensos” e afirmam que a democracia é o governo da maioria e não de todos, como vimos na pesquisa anterior (Vital da Cunha; Lopes, 2012). Vale lembrar aqui ainda, como afirma Rancière (2004), que o consenso é uma fantasia da democracia, um fetiche que visaria obscurrecer as relações de poder e dominação que formam a base desse regime de governo. Nessa perspectiva, o consenso não equivaleria ao acordo de todas as partes em torno de uma proposta, mas à predominância de uma proposta, ideia ou interesse sobre as demais. Estaria caracterizada a máxima “vence o mais forte”. Lembrando ainda que o mais forte, nesses casos, não são necessariamente os mais numerosos, mas os que têm mais poder financeiro e de barganha. Rancière se contrapõe, portanto, ao ideal liberal que prevê que “a boa democracia deve aparar as arestas dos conflitos e privilegiar, preferencialmente, o consenso e a decisão técnica ou racional” (Mendonça; Vieira Júnior, 2014, p. 107). Critica, desse modo, um ponto central da democracia liberal, que é a extinção do antagonismo pela via da razão, do consenso e da lei. Voltaremos a essa reflexão posteriormente.

Que outros casos serviriam à reflexão sobre o comportamento extremista? O deputado federal Marcos Feliciano (PSC-SP), ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, viria apresentando um comportamento majoritariamente extremista ou conservador no espaço público, segundo nossa proposta? Esse deputado é autor, entre outros projetos de lei, do PL8099/2014 que defende a obrigatoriedade do ensino do criacionismo cristão em todas as escolas da rede pública e privada do país. Segue a redação da lei tal qual disposta no site da Câmara dos Deputados:

¹¹⁵ Em entrevista a uma rádio católica, o coordenador da FPC, criada em 2015, disse que os temas prioritários da Frente são o aborto, a eutanásia e o controle do avanço da ideologia de gênero nas escolas.

Art. 1º Fará parte da grade curricular nas Redes Públicas e Privadas de Ensino, conteúdos sobre criacionismo.

§ 1º – Os conteúdos referidos neste artigo devem incluir noções de que a vida tem sua origem em Deus, como criador supremo de todo universo e de todas as coisas que o compõe.

§ 2º – didaticamente o ensino sobre criacionismo deverá levar ao estudante, analogamente ao evolucionismo, alternância de conhecimento de fonte diversa a fim de que o estudante avalie cognitivamente ambas as disciplinas.

Art. 2º O chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse projeto, como os de autoria de outros deputados da Frente Parlamentar Evangélica, pretende impor a todos os cidadãos a visão de um segmento religioso e moldar a ordem social a partir dela. Aparentemente insensível às inúmeras pesquisas que apresentam os embates religiosos nas escolas ao longo de pelo menos duas décadas (Miranda, 2015, 2014; Lui, 2016, 2014; Giumbelli, 2011, 2009), incita violências, intolerâncias, conflitos.

Um leitor atento poderia dizer, por desejar agir como “advogado do diabo” ou por concordar com a posição desses deputados, que nós, autores deste livro, operamos também na defesa de um ponto de vista que de modo muito geral poderia ser atribuído ao discurso científico, iluminista. Logo, não haveria extremismo por parte desses políticos e seus apoiadores, mas sim pontos de vista em conflito na arena pública. Não cabe aqui a defesa de nosso ponto de vista sobre a religião na escola pública, mas vale chamar atenção para a tentativa de construir equivalências entre seus lugares sociais e motivações e os dos demais através de jogos que ocultam diferentes projetos políticos, sociais e de poder. Assim, apresentam-se, contextualmente, como minoria perseguida e pouco privilegiada diante da Igreja Católica, ora como mais um grupo social como outros presentes na política – e, por isso mesmo, como defensores da laicidade –, ora como maioria na Câmara – momento no qual superdimensionam sua força política como grupo e sua unidade com vistas à obtenção de ganhos políticos imediatos.

O fundamentalismo é uma perspectiva que dá base ao extremismo religioso evangélico, mas não é suficiente para analisar a ação social desses

atores em diferentes contextos sociais. Se considerarmos diferentes análises e etnografias, podemos depreender que há uma massa de pentecostais literalistas, anti-hermeneutas. No entanto, como já dito, nem por isso investem esforços em coibir o direito de minorias, nem se imiscuem em grupos de interesse ditos conservadores no Congresso Nacional como meio de fortalecer a sanha de poder e de imposição de valores¹¹⁶. Queremos chamar atenção para a necessidade de não ter como equivalentes fundamentalismo e violência, como vem ocorrendo no Brasil e no exterior, devido à noção de que vivemos uma “guerra de civilizações” ou uma “guerra de religiões” (Alves, 2010).

4.2 Ações conservadoras

O segundo tipo de posicionamento seria o conservador, que pode constituir o tipo de ação majoritária entre evangélicos no Brasil hoje. Há uma diversidade de modos de ser conservador entre os evangélicos: podem ser fundamentalistas ou hermeneutas; podem ser de confissão pentecostal, neopentecostal ou protestante¹¹⁷. De modo geral, resistem às mudanças e, muitas vezes, se omitem diante do extremismo¹¹⁸. Nesses casos, podem não se sentir representados pelos políticos e líderes religiosos de comportamento extremista, mas não se manifestam publicamente contra essas posições.

Pesquisas do Datafolha de 2014 e 2015 citadas em capítulos anteriores desta publicação revelam que a agenda defendida por políticos da Frente Parlamentar Evangélica vai, muitas vezes, contra as posições da massa evangélica. Em 2014, perguntados sobre a instituição da pena de morte, 35,3% dos pentecostais e 36,1% dos protestantes concordaram. Entre os católicos, o índice de aprovação foi bem maior – 46,4%. Quanto ao incremento ao armamento pessoal no Brasil, 27,7% dos pentecostais, 30% dos protestantes e 38% dos católicos concordam que a posse de arma deveria ser um direito do cidadão.

¹¹⁶ Como na combinação de interesses entre parlamentares de frentes distintas no Congresso Nacional referidas como conservadoras ou de direita, que tinha sua formação anunciada pela mídia como “bancada BBB” – boi, bíblia e bala.

¹¹⁷ Dados do Censo do IBGE de 2010 mostram que os católicos eram 64% dos brasileiros; os pentecostais, 17%; e, os evangélicos de missão, 5%. Em 2013, segundo dados de uma pesquisa do Datafolha, os percentuais eram de 57% de autodeclarantes católicos, 19% de pentecostais e 9% de evangélicos de missão.

¹¹⁸ Vale lembrar que a maior parte dos conservadores religiosos no Brasil é católica, segundo César Jacob, cientista político já citado em momento anterior nesta publicação.

Presidente da Câmara,
dep. Eduardo Cunha
(PMDB-RJ) recebe
comitiva de pastores
evangélicos, 14/10/2015.



Foto: Alex Ferreira / Câmara dos Deputados
(<https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/br/>)

Entre os parlamentares, a pesquisa do Datafolha de 2015 revela que os pentecostais são os que mais apoiam a ampliação da legalização do uso de armas no Brasil, com 67,6% contra 34,9% do parlamento em geral. No tema da homossexualidade, há uma grande sincronia entre o que pensam os evangélicos na sociedade e no Congresso Nacional: 40,3% entre protestantes e 44,9% entre pentecostais na sociedade (Datafolha de 2014) e 41,9% entre parlamentares evangélicos pentecostais e 46,2% entre os protestantes (Datafolha de 2015) acham que “a homossexualidade deve ser desencorajada por toda sociedade”.

Estrategicamente, os parlamentares evangélicos ativam a agenda moral que lhes conecta à maior parte do seu eleitorado para se elegerem e aumentarem seu capital político (Vital da Cunha, Lopes, 2012; Natividade, 2013, 2006; entre outros), enquanto vão atuando em outras agendas conforme seus interesses financeiros e de pertencimento a outros grupos sociais. Conforme mostrou Maria das Dores Campos em obra seminal sobre os evangélicos há uma década (Machado, 2006), eles atuam, então, de modo muito menos subalterno a suas denominações do que se costuma pensar.

Com essa proposta de foco em ações e não exaustivamente em perfis socioeconômicos ou no condicionamento da ação dos sujeitos às denominações, buscamos desencorajar o reforço de estereótipos que associam os pentecostais a fundamentalistas violentos, não reflexivos e a pessoas alienadas e de direita¹¹⁹. Paralelamente a isso, concordamos com diferentes

¹¹⁹ Noção analisada de modo seminal por Regina Novaes no livro “Escolhidos de Deus”, 1985.

cientistas sociais que afirmam que ideias conservadoras estão circulando pela sociedade. Mais ainda, buscamos enfatizar que, entre religiosos, católicos e protestantes podem assumir posturas mais identificadas como conservadoras do que os pentecostais. Não se trata aqui de fazer um exercício de limpeza moral de qualquer grupo religioso, mas de repensarmos as definições que estão na agenda pública e que atribuem comportamentos políticos e sociais em relação a este ou aquele grupo religioso, reforçando estigmas e localizando um “mal” em um ator social específico. Afinal, comportamentos conservadores têm diferentes motivações, se manifestam em grupos sociais diversos – vejam recentemente a alcunha de “direita mortadela” para os que integram segmentos populares e expressam opiniões de direita, tradicionalmente associadas às elites econômicas – e, diferentemente dos extremistas, não são sempre perpetradores de ações violentas nem estão sempre em concordância com a violência.

No caso dos que se omitem de modo sistemático em relação à ação violenta de extremistas evangélicos, podemos dizer que se comportam como *amoladores de facas* (Lopes, 2014)¹²⁰. Na primeira formulação do autor, esses seriam os que proferem discursos de ódio. Porém, o que propomos é que os extremistas praticam direta ou indiretamente violências e intolerâncias e acirram ou produzem conflitos ao proferirem seus discursos e ao atuarem politicamente de modo a barrar o avanço de alguma agenda referente a minorias (LGBT, mulheres, negros, indígenas, quilombolas). Já os *amoladores de facas*, na formulação que apresentamos aqui, são aqueles que se omitem sistematicamente diante da ação de extremistas evangélicos e/ou contribuem para o *silenciamento* de evangélicos progressistas.

4.3 Ações progressistas

O comportamento progressista pode ser caracterizado pela defesa de minorias e pela postura crítica quanto aos comportamentos extremistas e conservadores no espaço público, sobretudo na política. Os evangélicos pro-

¹²⁰ “Essa metáfora é retirada do texto “A atriz, o padre e a psicanalista: os amoladores de facas”, em que Baptista (1999) nos diz: ‘O fio da faca que esqueteja, ou o tiro certo nos olhos, possui alguns aliados, agentes sem rostos que preparam o solo para esses sinistros atos. Sem cara ou personalidade, podem ser encontrados em discursos, textos, falas, modos de viver, modos de pensar que circulam entre famílias, jornalistas, prefeitos, artistas, padres, psicanalistas etc. Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranho a uma condição humana plenamente viva (Baptista, 1999, p. 46)’” (Lopes, 2014, p. 85).

gressistas são identificados por fazerem uma leitura historicamente situada da Bíblia, são, no geral, hermeneutas, e se posicionam em favor da ampliação e da garantia dos direitos humanos para minorias no Brasil. Alguns atuam de modo mais independente e se comunicam através de sites e blogs, fazendo críticas ao extremismo e conservadorismo evangélico presentes na arena pública. Outros integram coletivos que promovem eventos como seminários e vigílias; organizam campanhas de conscientização com frases de apelo midiático; fazem reuniões regulares com os integrantes de coletivos que residem em suas cidades; e estabelecem contato com coletivos internacionais. Vários integrantes desses grupos têm também seus próprios canais de comunicação, contudo, sua referência principal de ação política-religiosa são os coletivos – é comum integrarem mais de um, seguindo uma dinâmica fluida, mas nem por isso frágil no sentido da produção de identidade e subjetividade.

Em ambos os casos, observa-se que esse comportamento progressista tem nas redes sociais um importante meio de sobrevivência e profusão de ideias, já que muitas vezes os evangélicos assim identificados não contam com apoio de suas denominações. Em muitos casos, são ainda recriminados e/ou silenciados por parte da membresia e das instituições por assumirem posicionamentos políticos semelhantes ao de ativistas de esquerda pró-legalização do aborto, das drogas e pró-população LGBT. Conforme Pastor Everaldo salientou em entrevista à pesquisa, suas ações contribuiriam ou fortaleceriam “os outros”, e os que estariam em oposição à agenda evangélica deveriam “ficar em casa”. Naquele contexto específico, Everaldo criticava os evangélicos que se posicionaram contra a escolha do deputado federal Marco Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal em março de 2013:

Eu fiquei estarecido que pessoas que se dizem evangélicas, quando o Marco Feliciano foi para presidência da comissão, foram lá, evangélicos do Brasil inteiro, se dizem evangélicos, dizendo que o Marco Feliciano não poderia ser presidente da comissão. Foi muita gente boa, entre aspas. Está gravando aí? Deviam ter ficado em casa lá... Já que têm suas opiniões eu respeito, né? Ou então vai pro voto. Elege. No parlamento é assim. Vai pra eleição, vai ganhar voto e vai pra lá. Só tem que ser assim.

(Entrevista realizada com Pastor Everaldo em 24 de agosto de 2015)

Outra controvérsia que teve repercussão no meio evangélico foram os posicionamentos divergentes em torno do decreto nº 8.243 de 23 de maio de 2014, de autoria da então presidente Dilma Rousseff. Ele instituía a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) “com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil”, conforme texto do decreto. A sociedade civil poderia atuar “na formulação, na execução, no monitoramento e na avaliação de programas e políticas públicas e no aprimoramento da gestão pública” e ser representada através de conselho de políticas públicas, comissão de políticas públicas, conferência nacional, ouvidoria pública federal, mesa de diálogo, fórum interconselhos, audiência pública, consulta pública e ambiente virtual de participação social – mecanismo de interação social que utiliza tecnologias de informação e de comunicação. Prevía-se ainda a valorização da educação para cidadania ativa e “solidariedade, cooperação e respeito à diversidade de etnia, raça, cultura, geração, origem, sexo, orientação sexual, religião e condição social, econômica ou de deficiência, para a construção de valores de cidadania e de inclusão social”.

Políticos da Frente Parlamentar Evangélica se manifestaram publicamente contra o decreto, chamando-o de ditatorial. Em blogs evangélicos, citavam a avaliação negativa do colunista da revista *Veja*, Reinaldo Azevedo, para legitimarem sua contrariedade ao decreto, como quem diz: “olha aí, não somos só nós que achamos o decreto um golpe, um colunista da *Veja*, um não religioso, também acha”. O deputado federal Arolde de Oliveira (PSC-RJ) produziu uma carta amplamente veiculada em sites e blogs evangélicos. Nela alertava:

Isso ameaça a democracia. É o começo de uma ditadura. Essa medida foi feita de maneira similar na Rússia, conhecido como os Conselhos Soviets, em Cuba, na China e também na Venezuela... Cria os conselhos populares usurpando dos representantes legítimos do povo o direito de legislar. É complicado e perigoso. É o grande projeto do PT para amordaçar a Nação, comandado pelo segundo homem mais forte do partido, depois do Lula, que é o Gilberto Carvalho, comunista de carteirinha¹²¹.

¹²¹ Disponível em <http://juliosevero.blogspot.com.br/2014/07/lideres-evangelicos-reivindicam.html>. Acesso em 07 de Julho de 2014.

Quando perguntamos ao Pastor Everaldo sobre o PNPS, ele não identificou prontamente do que se tratava. Seu assessor, que estava presente durante a entrevista, disse: “é a política de conselhos”. Então, Everaldo completou, produzindo ou acentuando medos sociais vigentes, que o decreto visa descaracterizar a democracia, reproduzir um modelo venezuelano e implantar banheiros para “terceiro sexo nas escolas”. Em suas palavras:

Ah, conselhos populares. Eu acho isso um absurdo. Não é uma posição do partido, não. A maioria não concordou com isso. Isso é criar um governo paralelo, forças paralelas como tem na Venezuela e tudo que descaracteriza os representantes. O representante legal do povo hoje é o Parlamento brasileiro. Você vota ali e aí quer botar um conselho popular pra botar um conselho na escola e dizer que tem que colocar isso aqui e acabou. Ele diz que tem que botar banheiro aí pra mulher, homem e terceiro sexo. É isso aí que eles querem fazer.

(Entrevista realizada com Pastor Everaldo em 24 de agosto de 2015)

O deputado Arolde de Oliveira (PSC-RJ), Pastor Everaldo e o blogueiro evangélico Julio Severo mostraram-se indignados com o decreto, mas também, em grande medida, com os evangélicos que identificamos aqui como progressistas. Eles foram alvo do ataque dos evangélicos de ação extremista e conservadora por produzirem uma carta em apoio ao PNPS¹²². Foram “acusados” de marxistas e de integrantes da Missão Integral¹²³: “A linha desses líderes evangélicos, que seguem a Teologia da Missão Integral, é fazer oposição a evangélicos com posturas conservadoras e dar ao PT e outros partidos esquerdistas apoio evangélico para suas metas ditatoriais”¹²⁴. Interessante observar que René Padilla, um dos maiores teólogos latino-americanos vivos e o grande divulgador da Teo-

¹²² A carta segue em anexo nesta publicação.

¹²³ A Teologia da Missão Integral é inspiradora do trabalho de diferentes igrejas evangélicas no Brasil e em outros países da América Latina. Baseia-se em um evangelismo que pregue a Palavra e ofereça assistência social, psicológica e espiritual a todos, com atenção especial aos mais necessitados socioeconomicamente. Disseminam a importância da prática irrestrita do amor de Deus, tal como o fez Jesus Cristo em serviços. Entre seus críticos, diz-se que é fundado nas obras de Karl Marx, economista, filósofo e sociólogo identificado como o principal crítico do capitalismo. Para saber mais, acessar as recentes obras de René Padilla, assim como os sites www.ultimato.com.br e www.gospelmais.com.br

¹²⁴ <http://juliosevero.blogspot.com.br/2014/07/lideres-evangelicos-reivindicam.html>. Acesso em 07/07/2014.

logia de Missão Integral nos últimos 35 anos, defende justamente que as igrejas ligadas à Missão Integral devem estar mais voltadas ao incentivo para uma vida no amor, justiça e perdão e menos em crescimento institucional com vistas à influência política institucional. Em sinopse produzida no site da revista *Ultimato* para o livro “O que é a Missão Integral?” (2009), de René Padilha, é possível ler:

Em “O Que é Missão Integral?”, René Padilla mostra que a igreja que se compromete com a missão integral entende que seu propósito não é chegar a ser grande, rica ou politicamente influente, mas sim encarnar os valores do reino de Deus e manifestar o amor e a justiça, tanto em âmbito pessoal como em âmbito comunitário¹²⁵.

Os coletivos progressistas têm uma marca jovem em sua comunicação e estética virtual, mas são integrados por evangélicos de diferentes faixas etárias e denominações. Embora usem diferentes plataformas, o Facebook é uma das mais importantes para estes grupos que, muitas vezes, não se comunicam publicamente por outra via. Esses coletivos sofrem inúmeras tentativas de silenciamento por parte de evangélicos de comportamento extremista e conservador, como já mostramos, mas também por outros atores sociais, como a grande mídia, que lhes dá espaço somente de modo residual. Segmentos artísticos inteiros, movimentos culturais e de esquerda tendem a negligenciar esses atores sociais por identificar-lhes monoliticamente aos extremistas no poder e aos intolerantes. O silenciamento na grande mídia e por parte da produção acadêmica decorre, em grande medida, do impacto social que o comportamento de extremistas e conservadores vem causando na política nacional, além do preconceito generalizado em relação aos evangélicos no Brasil, tratados como os “outros” em relação ao “nós” – que significariam os católicos, seus rituais, estética e gramáticas.

Acusados por seus opositores evangélicos de não conhecerem a Palavra, esses coletivos reforçam a fundamentação de suas ações nas Escrituras Sagradas. Apela ao direito, ao perdão, à reconciliação, à consciência e aos valores da democracia liberal. Há grupos criados recentemente e outros que

¹²⁵ Disponível em: <http://www.ultimato.com.br/loja/produtos/o-que-e-missao-integral>. Data de acesso: 23/07/2016

existem há décadas e vêm renovando sua participação ao longo dos tempos a partir de uma comunicação em rede. São inúmeros os coletivos com atuação no Brasil, dentre os quais podemos citar: Rede Fale; RENAS – Rede Evangélica Nacional de Ação Social¹²⁶; ABUB – Aliança Bíblica Universitária do Brasil; EPJ – Evangélicos pela Justiça; Afrokut – Rede Social de Negras e Negros Cristãos; Visão Mundial; Frente Evangélica pelo Estado de Direito; Coletivo #entrenós; Movimento #namissão; Movimento SP Invisível; MEP – Movimento Evangélico Progressista; CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil; Missão na Íntegra; Rede Ibab Solidária – da Igreja Batista Água Branca; Rede Viva - RJ; Rede Evangélica do Terceiro Setor de Minas Gerais; IDE – Instituto de Desenvolvimento Evangélico; FEPAS – Federação das Entidades e Projetos Assistenciais ligada à Convenção das Igrejas Batistas Independentes; REPAS – Rede Evangélica Paranaense de Assistência Social; MI – Missão na Íntegra; MUG – Missão Urbana Gravataí; Rede Miqueias; Avalanche Missões Urbanas; ALEF – Associação de Líderes Evangélicos de Felipe Camarão; A ROCHA - Associação Cristã de Defesa e Estudo do Meio Ambiente; Coletivo Novos Diálogos; e Movimento Negro Evangélico.

4.4 Evangélicos como *players*

Além da discussão em torno de diferentes modalidades de atuação social de evangélicos no Brasil hoje, interessa-nos refletir sobre a conformação de um perfil político como meio de levar à frente um projeto evangélico de sociedade e de democracia. Esse perfil *liberal conservador religioso* – que, aqui, propomos chamar de *liberal conservador evangélico*, tendo em vista que a ênfase de nossa análise neste livro é na apresentação deste segmento religioso – ganhou destaque nas eleições 2014 e teve repercussões que acompanhamos até hoje, tanto no contexto estadual quanto no nacional.

O desdobramento dos fatos ocorridos desde as eleições faz a carta do Bispo Robson Rodovalho, líder da Igreja Sara Nossa Terra, assumir um lugar ao mesmo tempo premonitório e propositivo em relação ao papel que os evangélicos passariam a ter na política nacional: de demandados a demandantes, de ovelhas a *players*, “antes pedintes, hoje negociadores”, como no título da carta. Nela, Rodovalho afirmava a unificação dos evangélicos em torno das “bandeiras da vida e da família”, mas destacava que seria neces-

¹²⁶ Ver “Incidência política evangélica: notas a partir da RENAS” de Eva Scheliga (2015).

sário que os políticos fizessem compromissos para além dela a fim de conseguir o apoio desse segmento. Dessa forma, anunciava a força desse grupo, cujo reconhecimento não deveria se restringir ao momento de buscarem seus votos – aqui, faz-se uma referência ao desagrado com o governo do PT, assim como um alerta aos evangélicos para a formação de alianças naquelas eleições e nas seguintes. Desse modo, diz na carta, as lideranças evangélicas “ganham mais força e respeito para colocar os pleitos dos fiéis no programa de ação dos candidatos que decidirem apoiar. Não é mais pedir. É negociar, compromissar”.

O recado estava dado e o que viesse a acontecer pós-eleições presidenciais seria diferente do que vinha acontecendo até então. Os líderes evangélicos anunciavam seu crescimento quantitativo e o aumento do seu capital político para exigir comportamentos condizentes com as promessas que lhes foram feitas. Uma mão teria que lavar a outra, caso contrário, se voltariam contra os que apoiavam inicialmente. Embora, evidentemente, o impedimento de Dilma Rousseff não tenha sido orquestrado exclusivamente pelos parlamentares evangélicos, teve neles atores fundamentais em todo o processo. As motivações desses parlamentares não eram meramente religiosas, nem se restringiam ao desagrado com a forma que a gestão petista lidou com as pautas que mobilizam a base evangélica dentro e fora do Congresso. Ainda assim, a enunciação moral e religiosa foi notória, principalmente durante a votação do impeachment na Câmara dos Deputados.

Segundo pesquisa veiculada no Huffpost Brasil após análise da íntegra dos votos dos parlamentares, os crimes de responsabilidade fiscal que fundamentaram o encaminhamento de processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados foram citados apenas 18 vezes durante os pronunciamentos. Famílias e filhos(as) foram citadas 270 vezes, e a palavra Deus foi usada 75 vezes, inclusive pelo então presidente da Câmara, o deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Ficou evidente que, à parte das muitas visões de mundo, esses discursos se conectavam e se legitimavam sob um código comum, denunciando uma coesão que ultrapassa os limites e fronteiras do público e do privado, do religioso e do secular, da unidade e da diversidade; um código que estabelecia contato entre os parlamentares e, eles esperavam, com suas bases políticas.

Havia uma “condição de possibilidade” que permitia que a moral, Deus e a família fossem usados como justificativa para um ato político de tama-

nha importância. Se é verdade que a impregnação religiosa cristã em nossa sociedade é muito anterior ao crescimento dos evangélicos na política (Novaes, 2016), é inegável que ela tem nos evangélicos atores sociais significativos na agenda atual, gerando um fortalecimento do que poderíamos chamar de uma “cultura pentecostal” brasileira (Vital da Cunha, 2016). Na política, como anunciava o bispo Rodovalho, eles clamam por ações governamentais que permitam o incremento da economia, o desenvolvimento industrial e melhorias na área de saúde, mas também que interfiram na vida das famílias, “dentro de casa”. Sendo assim, “terá a preferência dos evangélicos aquele que, além desse acerto para a vida fora de casa, também tenha e se comprometa com valores que permitam rever a vida dentro de casa. Não é possível seguir uma rotina em que, como revelou a Folha em 13 de junho, a cada dois dias três pessoas são assassinadas em brigas de família, como tem ocorrido no Estado de São Paulo”¹²⁷.

O *liberal conservador evangélico* seria, nesse sentido, uma espécie de tipo ideal de político, capaz de encarar o desafio de fazer um governo socialmente justo, economicamente competitivo e moralmente impecável, interferindo no que for necessário para conter as diferentes anomalias que estaríamos vivendo na atualidade, tanto em um contexto nacional quanto internacional. Numa perspectiva evangélica, esses problemas têm base na desestruturação da família, motivada, em grande parte, pela mudança em seu arranjo nuclear e pela mudança no papel da mulher na sociedade, causas da violência e do vício em drogas.

4.5 Do liberal ao liberal conservador religioso

As controvérsias em torno do que definiria o perfil político liberal e conservador, de direita e de esquerda são históricas. Na produção político-filosófica dos séculos XVIII e XIX, o conservadorismo tinha como marca a combinação de princípios baseados na tradição estabelecida, valores religiosos e respeito à autoridade. Alguns consideram que essa forma, reconhecida como conservadorismo clássico, teve seu registro mais representativo nos manuscritos de Edmund Burke (1729 – 1797).

¹²⁷ Fonte: *Folha de São Paulo*. Data da matéria: 26 de Junho de 2014. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/06/1476384-robson-rodovalho-antes-pedintes-hoje-negociadores.shtml>. Acesso em 06 de Julho de 2014.

Ao longo do tempo, contudo, a maioria dos conservadores no mundo ocidental passou a adotar ideias econômicas do livre mercado, incorporando princípios liberais ao conservadorismo político. Segundo Krouwel (2012), na Europa, grande parte dos partidos de centro-direita podem ser considerados “conservadores liberais”, por combinarem políticas conservadoras com posturas liberais em questões morais. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, a tradição conservadora liberal alinha o individualismo econômico dos liberais com uma forma de conservadorismo burkeano, ou seja, um comportamento político calcado em preceitos tradicionais e em regras morais religiosas.

Em completo desacordo com essa noção que aproxima os liberais comportamental e ideologicamente dos conservadores e com a ideia de que o liberalismo seria um meio termo entre direita/conservadorismo e esquerda/socialismo, Friedrich August Von Hayek, um dos mais importantes autores liberais do século XX e integrante da Escola Austríaca de Economia, elaborou um triângulo equilátero em que cada vértice era ocupado por um perfil político – liberal, conservador ou socialista. Essa ideia, contida no famoso manifesto “Porque não sou conservador”, de Hayek, é usada por integrantes do Instituto Liberal, presidido por Rodrigo Constantino e integrado por inúmeros intelectuais, economistas, administradores e outros profissionais liberais, para promover uma espécie de limpeza moral do liberalismo em relação ao conservadorismo. Assim, afirmam a contradição que enxergam entre princípios e ideologias liberais e conservadoras e defendem uma “limpeza moral” dos “verdadeiros” liberais em relação a esses que se apresentam na política hoje como “liberal conservador”.

Como o próprio pastor Everaldo demonstrou em entrevista concedida para a nossa pesquisa, hoje seria possível localizar um grande número de parlamentares considerados *liberais conservadores*. Embora reconheçamos que essas categorias analíticas na Ciência Política assumem conotação de acusação nos contextos em análise, servem para a localização política parcial dos atores sociais indicando, se não a totalidade de seus comportamentos, um quadro mais geral ao qual se filiam ou com o qual estão identificados. No contexto específico, refere-se a esses liberais conservadores como os que se contrapõem ao Foro de São Paulo e seus posicionamentos políticos, integrados a ações presentes em outros países da América Latina “revolucionária”.

Como demonstramos na pesquisa passada e nesta enfatizamos, os parlamentares evangélicos não são minoria em termos de vários dos seus posicionamentos em defesa “da família” e “da vida” no Congresso Nacional. Pelo contrário, justamente porque se comportam como a maioria do Congresso, ganham espaço entre seus pares na Câmara e no Senado, assim como na mídia. Grande parte desses parlamentares anuncia a defesa dessas bandeiras sem constrangimento, identificando nessas oportunidades, inclusive, uma possibilidade de comunicação com suas bases e o fortalecimento de suas representações. São identificados por evangélicos e por não evangélicos como cavaleiros a conter o apocalipse que estaria se aproximando com a demanda por avanços sociais que ameaçariam a tradição da família nuclear e do controle social sobre o corpo da mulher. Sendo assim, conformariam o exato perfil da “nova direita”.

De acordo com Adriano Codato, professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná e líder do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira, a direita se tornou mais urbana, ligada ao empresariado e ao setor de comunicação. A conexão é interessante, já que sabemos da intensa participação de parlamentares evangélicos no setor de radiodifusão, através de programas regulares como os de Eduardo Cunha, Marco Feliciano e Arolde de Oliveira, para citar somente alguns. Em pesquisa divulgada em 2013, resultado da análise do desempenho da direita no parlamento a partir da observação do comportamento político de 7 mil congressistas entre 1945 e 2010¹²⁸, Codato conclui que:

Você sai daquele perfil do coronel do Nordeste e do bacharel do Sudeste, de gravata borboleta. Houve uma inversão na direita tipicamente ruralista. No passado, proprietário rural era tipicamente ruralista. No passado, proprietário rural era o tipo dominante e empresário urbano era residual na direita. Agora, o empresariado é superior aos ruralistas.¹²⁹

Por outro lado, afirma Codato, se a ameaçadora figura do coronel nordestino perdeu força, a direita teria ganho integrantes mais “barulhentos”,

¹²⁸ Para acessar na íntegra a pesquisa aqui citada e outras sobre perfis políticos no Brasil ver em www.observatory-elites.org.

¹²⁹ Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/manifestacoes-reforcaramdiscurso-da-direita-no-brasil-dizemcientistas-politicos-10132071>. Acesso em 26 de Setembro de 2013.

que se pronunciavam sem constrangimento no espaço público. Nas palavras do pesquisador:

Hoje ela [a direita] perdeu a vergonha social de se assumir como direita. Porque a direita no Brasil era em geral militar, do nazismo da segunda guerra mundial, fascismo, integralismo e autoritarismo. Agora a direita no Brasil é uma reação ética “contra tudo isso que está aí”, para utilizar a expressão.¹³⁰

O caráter barulhento ao qual Codato se refere tem grande correspondência com o que vem se observando no contexto político atual, no qual lideranças religiosas evangélicas e católicas assumem centralidade midiática na defesa de bandeiras identificadas como conservadoras e de direita. Conforme discutimos no segundo capítulo desta publicação, no caso dos evangélicos, o mix claro entre “conservadorismo moral e político” e “liberalismo econômico” representa um desafio a mais para candidaturas confessionais ao Executivo. Assim, de um lado, liberais afirmam na mídia que liberalismo e conservadorismo não se misturam, vide artigos divulgados, por exemplo, no site do Instituto Liberal. Por outro, os “liberais conservadores religiosos” são chamados a se explicar diante de seu eleitorado, que aprecia a defesa das pautas morais, mas se conforta com a ideia de um Estado forte, provedor e organizador da vida pública e privada. Então, aos políticos evangélicos que apresentam ou apresentavam um perfil mais progressista, como Marina Silva, cabe o esforço público liminar de se mostrar à esquerda, mas não tanto assim.

Os parlamentares evangélicos têm dado muitas demonstrações, várias delas mencionadas nesta publicação, de que a defesa veemente da democracia representativa tal como a entendem se definiria pelo governo do mais forte, e não de todos, conforme a inspiração liberal sugeriria. Há dois casos que exemplificam bem essa concepção. O primeiro, a afirmação dos parlamentares como verdadeiros representantes da vontade do povo, o que tornaria desnecessária a ampliação da participação popular por meio de fóruns, conselhos e comitês, como vimos na oposição ao Decreto de Participação Social em 2014. O segundo, à declarações de políticos e líderes evangélicos que confrontavam a população LGBT, dizendo que, se quises-

¹³⁰ Idem.

sem conquistas em suas agendas – como na questão do PLC 122/2006, que tratava da criminalização da homofobia –, que elegessem um número maior de representantes para o parlamento. Segundo dados do Instituto Datafolha de 2014, somente 27,4% da população nacional acha que “a homossexualidade deve ser desencorajada por toda sociedade”. Logo, se a maior parte da população nacional não desestimula a homossexualidade, os parlamentares evangélicos se posicionam contrariamente à vontade da maioria, formando um bloco de impedimento ao avanço de uma questão socialmente relevante.

Destacamos especialmente esses dois casos por colocarem em relevo perspectivas de democracia ativadas situacionalmente como recurso para legitimar posicionamentos. Por um lado, esses parlamentares defendem que, em uma democracia representativa, os políticos devem ser atores centrais para a garantia da vontade da maioria; por outro, se contrapõem a essa maioria, ativando outra noção de democracia, dessa vez, privatista, como garantidora da vontade dos mais fortes em termos estratégicos e não em termos de maioria social.

Nesse sentido, o comportamento desses parlamentares reforça a crítica que Jacques Rancière (2004, 2012) faz à democracia liberal¹³¹. Notadamente crítico desse regime, o autor ganhou grande espaço na mídia nacional pós-passeatas de 2013, nas quais o sistema representativo brasileiro foi duramente questionado por diferentes segmentos sociais. Rancière conclui que liberalismo não tem relação direta com liberdade. A democracia liberal representativa, nessa chave de análise, pautada num ideal de consenso, seria expressão de um modelo no qual vige a dominação de algumas ideias e a tentativa de pacificação policialesca da vida social a partir do fetiche do consenso – em termos marxistas, o que poderia ser apresentado como uma ideologia do consenso. Rancière defende que uma democracia que se pretenda como o governo de todos deve fundar-se no dissenso: admitir o dissenso seria valorizar contrariedades, diferenças, a emergência de temas, repertórios e estéticas sem a tentativa de controlá-las, regulá-las ou extirpá-las. Sendo assim, para Rancière, a “democracia não é um regime político com instituições definidas, mas, pelo contrário, é um princípio de valorização da vontade do *demos*”. (Mendonça; Vieira Júnior, 2014).

¹³¹ “Entrevista com Jacques Rancière sobre os movimentos de ocupação e a democracia”. Fonte: Revista Fórum. Data da matéria: 17 de Janeiro de 2012. <http://revistaforum.com.br/blog/2012/01/entrevista-com-jacquesranciere-sobre-os-movimentos-de-ocupacao-e-a-democracia/>. Acesso em 20 de Agosto de 2014.

A despeito de não haver uma relação necessária entre voto e identidade religiosa, os evangélicos continuam sendo disputados por diferentes grupos sociais em campanhas políticas de norte a sul do país. Como vimos na carta de Robson Rodovalho, afirmam-se na condição de escolher a quem vão aderir, baseando sua força na grande capacidade que têm de congregação e mobilização a partir das igrejas¹³². Essa é uma mercadoria política ativada pelos políticos evangélicos na formação de maiorias em torno de suas agendas de interesse, assim como por líderes religiosos quando procurados por políticos em campanhas.

Embora na mídia os evangélicos tenham tido grande importância durante todo o processo de contestação política do mandato de Dilma Rousseff, na sociedade, assumem posicionamentos distintos em relação ao impeachment e ao avanço de pautas sociais ou liberais, conforme demonstramos ao longo desta publicação. É justamente pela identificação dos evangélicos como eleitores congregados e formadores de redes de opinião e, ao mesmo tempo, por sua diversidade interna, que eles vêm sendo disputados por projetos políticos tão distintos quanto aqueles representados pelo Foro de Brasília e pelo Foro de São Paulo. Se alguns evangélicos apontam que o Foro de São Paulo tem “cheiro de enxofre” e dispersa “peidos de satanás”¹³³, há os que vejam problema nas propostas liberais e excludentes e na desconsideração da justiça social como principal norteador das políticas públicas a serem implementadas.

Ao longo do processo eleitoral de 2014 e nos debates em torno do impeachment da presidente Dilma Rousseff, observamos como perspectivas, gramáticas e agendas identificadas como religiosas, sobretudo evangélicas, foram mobilizadas por diferentes atores sociais na política e na sociedade como meio de acusação e, ao mesmo tempo, de estabelecimento de diferenças, fronteiras e limites entre grupos e reflexões. Esses agenciamentos ganham dinâmicas específicas em cada pleito, mas vão se rotinizando em campanhas sucessivas desde a formação da então chamada bancada evangélica na Constituinte 1986-1988. Não estão se naturalizando, longe

¹³² Como base em diferentes pesquisas qualitativas e quantitativas, observa-se o declínio do associativismo no Brasil. Nesse contexto, contudo, as mesmas pesquisas destacam que o associativismo religioso é maior em relação aos outros, seja de bairro, de categoria profissional ou partidário. Perseu Abramo, 2005.

¹³³ Expressões contidas na matéria “Foro de São Paulo e o perigo representado pelos ‘Evangélicos progressistas’”. Disponível em <http://www.genizahvirtual.com/2015/10/foro-de-sao-paulo-e-o-perigo.html>. Acesso em 20 de novembro de 2015.

disso. As agressões e tentativas de controlar o curso desse processo estão a todo vapor – não há pacificação, pelo contrário, muitas disputas ainda se avizinham.

A religião, ao contrário do que possa parecer, pode ir perdendo espaço em um jogo que produz as agendas e a moralidade defendidas por políticos e lideranças religiosas como fatos da tradição – o resgate de uma tradição idealizada e que estaria se perdendo. Busca-se afirmar um posicionamento a partir de jogos de ocultação e revelação de motivações, ora ativando o elemento bíblico como legitimador de ações, ora a tradição. Esses jogos ganharam mais espaço recentemente, quando os evangélicos começaram a identificar na luta pela “cabeça”, ou seja, pelo Executivo, o objetivo maior a ser alcançado. Em entrevista à pesquisa, Pastor Everaldo disse: “Nós temos que mudar é o cabeça, o presidente. Aí as associações indicam [Ministros do STF] e é prerrogativa do presidente escolher entre os indicados e depois o crivo do Senado. O que precisa mudar é o cabeça. A cabeça está inchada”.

Para chegar à “cabeça”, a estratégia de se apresentar como mais um entre os conservadores, de se apresentar como vocalizador da vontade da maioria, e como defensor da “tradição ameaçada” se torna mais importante do que a defesa da motivação religiosa.

Os tempos frios que vivemos, como disse Durkheim, têm inviabilizado disponibilidades intelectuais e políticas de escuta mútua e de crescimento de contraposições políticas saudáveis. O espaço público como local da troca de ideias tem se contraído. Que no curso espiral da vida social, o momento que se suceda possa ser de maior aceitação e valorização de diferenças não pautadas em um ideal liberal de sua mitigação, mas como percepção positiva do dissenso como reflexo da existência e preservação de diferentes perspectivas. Evidentemente, do ponto de vista analítico e ativista, não basta focar os evangélicos ou alguns grupos nominais de evangélicos que estabelecem conexões com segmentos politicamente identificados como conservadores ou liberais conservadores. É preciso discutir sentimentos difusos em um plano social, que estimulam historicamente intolerâncias e violências.

Referências Bibliográficas

ALDÉ, Alessandra. *A construção da política*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. Mídia, pluralismo e atitude política. *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, v. 22, p. 03-08, 2004.

_____. *Como vota o brasileiro*. São Paulo: Xamã, 1998.

ALMEIDA, Ronaldo. *A Igreja Universal e os seus demônios*. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.

_____. A expansão pentecostal: circulação e flexibilidade In: MENEZES, Renata; TEIXEIRA, Faustino. (Org.). *As religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis: Vozes, 2006.

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ALVES, José Augusto Lindgren. Coexistência cultural e “guerras de religião”. *Revista Brasileira e Ciências Sociais* - vol. 25 n° 72. 2010.

ARAÚJO, Melvina; CUNHA, Christina Vital da. *Religião e conflito*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

ASSMANN, Hugo. *Igreja eletrônica e seu impacto na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1986.

AUBRÉE, Marion. Un néo-pentecôtisme brésilien parmi les populations immigrées en Europe de l'Ouest. *Anthropologie e Société*, Quebec, v. 27. n. 1, 2003.

BARBOSA, Livia. *Jeitinho brasileiro ou a arte de ser mais igual que os outros*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BENEDETTI, Luiz Roberto. Religião: trânsito ou indiferenciação?. In: MENEZES, Renata; FAUSTINO, Teixeira. (Org.). *As religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

BIRMAN, Patrícia. Imagens religiosas e projetos para o futuro. In: _____. (Org.). *Religião e Espaço Público*. São Paulo: Attar Editorial, 2003.

_____. Só Deus resolve: desafios evangélicos à ordem mundana. In: BURITY, João; ANDRADE, Pérciles. (Org.). *Religião e Cidadania*. São Cristovão: Editora UFS; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2011.

BONELLI, Marco Antônio Gusmão. O retrato da política: cobertura jornalística e eleições. In: GOLDMAN, Márcio; PALMEIRA, Moacir. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

BURITY, Joanildo. *Identidade política no campo religioso*. Recife: Editora da UFPE, 1997.

_____.; MACHADO, Maria das Dores Campos. (Org.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2006. BOTAS, Paulo. A beleza que nos salva da intolerância. In: ESTEVES FILHO, Astrogildo; SANTOS, Ivanir dos. (Org.). *Intolerância religiosa x democracia*. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

_____. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BURITY, Joanildo. *Identidade política no campo religioso*. Recife: Editora da UFPE, 1997.

_____. Religião e cidadania: alguns problemas de mudança sociocultural e de intervenção política. In: ANDRADE, Péricles; BURITY, Joanildo. (Org.). *Religião e Cidadania*. São Cristóvão: Editora UFS; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2011.

CADERNO ESCOLA SEM HOMOFOBIA. São Paulo: DMAG Comunicação, 2010.

CAMPOS, Leonildo Silveira. O complicado “governo dos justos”: avanços e retrocessos no número de deputados federais evangélicos eleitos em 2006 e 2010. *Debates do NER*, Porto Alegre, 2007 nº11, n. 18, p. 39-82.

CARRANZA, Brenda. *Renovação carismática: origens, mudanças, tendências*. Aparecida: Editora Santuário, 2000.

CASANOVA, José. *Public religions in the modern world*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. *Os desafios para a ampliação da participação política das mulheres e para a inclusão da agenda feminista no processo democrático: as eleições de 2010*. Brasília (DF): formato digital, 2010. Disponível em: www.cfemea.org.br. Acesso em 12 de novembro de 2012.

CONRADO, Flávio César. Política e mídia: a Igreja Universal do Reino de Deus nas eleições. *Religião e Sociedade*, v. 21, n. 2, 2001.

DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: Alvarez; Dagnino; Escobar, (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

DROOGERS, André. A religiosidade mínima brasileira. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 1987.

ESQUIVEL, Juan Cruz, VAGGIONE, Juan Marco (orgs.) *Permeabilidades Activas*.

Religión, Política y Sexualidad en la Argentina democrática. Colección Sociedad y Religión, Biblos, Buenos Aires, Argentina, 2015. P. 188.

FERNANDES, Rubem César. *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

_____. *CIN – Censo Institucional Evangélico*. Rio de Janeiro: ISER, 1992.

FERNANDES, Silvia Regina Alves; PITTA, Marcelo. Mapeando as rotas do trânsito religioso no Brasil. *Religião e Sociedade*, v. 26, n. 2, 2006.

FILLOUX, Jean. Claude. Introdução. In: DURKHEIM, Émile. *A Ciência social e a ação*. São Paulo: Difel, 1975.

FISCHMANN, Roseli. A proposta de concordata com a Santa Sé e o debate na Câmara Federal. *Educação e Sociedade*, Campinas, n. 107, v. 30, mai./ago., 2009.

FONSECA, Alexandre Brasil. Uma igreja na política: voto, clientelismo e mediação na Igreja Universal do Reino de Deus. *Cadernos CEAS*, 16, 1996.

_____. “Lideranças Evangélicas na Mídia: Trajetórias na política e na sociedade civil”. *Religião e Sociedade*, v. 19, n. 1, 1998.

_____. Secularização, pluralismo religioso e democracia no Brasil: um estudo sobre evangélicos na política nos anos 90. Tese (Doutorado) em Sociologia – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. “Fé na tela: características e ênfases de duas estratégias evangélicas na televisão”. *Religião e Sociedade*, v. 23, n. 2, 2003.

FRESTON, Paul. Uma breve história do pentecostalismo brasileiro: a Assembleia de Deus. *Religião e Sociedade*, v. 16, n. 3, 1994.

_____. Evangélicos na política brasileira. *Religião e Sociedade*, 16/1-2, 1992.

_____. Evangélicos e política no Brasil, da Constituinte ao Impeachment. Tese – DCS/IFCH/Unicamp. São Paulo, 1993.

_____. “As Igrejas evangélicas nas eleições gerais brasileiras”. In: *Religião e Sociedade*, 17/1-2, 1996.

FROMM, Deborah. Notas sobre la Crackolandia en el centro de São Paulo. *Blog del evento 'Drogas, Políticas y Cultura: Perspectivas Brasil-México*. Disponível em: <<http://drogasmexicobrasil.mx/>> Acesso em: 28 set. 2015.

GIUMBELLI, Emerson. *O fim da religião*: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França. São Paulo: Attar Editorial, 2002.

_____. O “chute na santa”: blasfêmia e pluralismo religioso no Brasil. In: BIRMAN, Patrícia. (Org.). *Religião e Espaço Público*. Coleção de Antropologia. Movimentos Religiosos do Mundo Contemporâneo. São Paulo: Attar Editorial, 2003.

_____. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. *Religião e Sociedade*, v. 28 n. 2, 2008.

_____. O Ensino religioso em sala de aula: observações a partir de escolas fluminenses. *Antropolítica(UFF)*, v. 23, p. 35-55, 2009.

_____. A religião nos limites da simples educação: notas sobre livros didáticos e orientações curriculares de ensino religioso. *Revista de Antropologia*, v. 53, p. 39-78, 2011.

_____. Ensino religioso na escola pública e algumas questões mais gerais sobre religião e sociedade. In: ANDRADE, Péricles; BURITY, Joanildo. (Org.). *Religião e Cidadania*. São Cristóvão: Editora UFS; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2011.

_____. Religiões no Brasil dos anos 1950: processos de modernização e configurações da pluralidade. *Plura: Revista de Estudos da Religião*. vol. 3, n.1, 2012.

GOLDMAN, Mario. Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política, Rio de Janeiro, Editora 7 Letras, 367 páginas.

GOMES, Edlaine de Campos. A religião em discurso: a retórica parlamentar sobre o aborto. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias et al. (Org.). *Valores Religiosos e legislação no Brasil*: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. *A Era das Catedrais*: a autenticidade em exibição. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

GRAMISCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: volume III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HORTAL, Jésus. As novas tendências religiosas: uma reflexão sobre as causas e consequências. In: CNBB. *A Igreja Católica diante do pluralismo religioso no Brasil (III)*. São Paulo: Paulinas, 1994.

KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

LEITE, Vanessa. Juventude e sexualidade: moralidades em disputa na trajetória do projeto Escola sem Homofobia. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, n. 28, 2012. São Paulo. *Anais da 28ª Reunião Brasileira de Antropologia*. São Paulo (mimeo).

LEMGRUBER, Julita. Pena alternativa: cortando a verba da pós-graduação do crime. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Org.). *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1996.

LIMA, Diana. Alguns fiéis da igreja universal do reino de Deus. *Mana*, 16(2), Rio de Janeiro, p. 351-373, 2010.

_____. WERNECK, Vinícius. A notícia política na mídia evangélica: o Mensageiro da Paz e a Folha Universal em perspectiva comparada. In: *Dados*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p. 221-250, 2012.

LOPES, Paulo Victor Leite; NATIVIDADE, Marcelo. Os direitos das pessoas GLBT e as respostas religiosas: da parceria civil à criminalização da homofobia. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias et al. (Org.). *Valores religiosos e legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

LOPES, Paulo Victor Leite Lopes. Religião e Política: algumas considerações sobre conflito e posições. *Comunicações do ISER*, v. 69, p. 80-90, 2014.

LUI, Janayna. Definições de laicidade no debate público sobre o ensino religioso. *Cultura y Religión (En línea)*, v. 7, p. 129-155, 2014.

_____. Ensino religioso nas escolas públicas. *Presença Pedagógica*, v. 22, p. 22-27, 2016.

MACHADO, Maria das Dores Campos; MARIZ, C.L. Conflitos religiosos na arena política: o caso do Rio de Janeiro. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, v. 6, n. 6, p. 31-49, 2004.

_____. *Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

_____. Evangélicos e as eleições de 2002 no Rio de Janeiro: as disputas pelo poder legislativo em perspectiva. In: BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria das Dores Campos. (Org.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

_____. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 7, 2012.

MAFRA, Clara. *Os Evangélicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

_____. *Na posse da palavra: religião, conversão e liberdade pessoal em dois contextos nacionais*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2002.

_____. PAULA, Robson de. O Espírito da simplicidade: a cosmologia da Batalha Espiritual e as concepções de corpo e pessoa entre policiais pentecostais cariocas. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 57-76, 2002.

MAGGIE, Yvonne. *Medo e feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Arquivo Nacional, 1992.

_____. *Guerra de orixá*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

MALLIMACI, Fortunato. *Religion y política: perspectivas desde América Latina y Europa*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2008.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____; PIERUCCI, Antônio Flávio. Sociologia da religião, uma sociologia da mudança. In: MARTINS, Carlos Benedito. *Horizontes das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Anpocs, 2010.

_____. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, maio-ago, p. 238-258, 2011.

_____; ORO, Ari Pedro. Eleições 2010: religião e política no Rio Grande do Sul. *Debates do NER*. Ano 11, n. 18. p. 11-38, 2011.

MARIZ, Cecília. Algumas reflexões sobre religião e luta pela cidadania. In: BURITY, Joanildo; ANDRADE, Péricles. (Org.). *Religião e Cidadania*. São Cristóvão: Editora UFS; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2011.

_____. A teologia da guerra espiritual: uma revisão da literatura sócio-antropológica. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, p. 33-48, 1999.

MEIRELLES, Mauro. Nem sempre as coisas foram assim: ou dos (des)encantamentos do campo político e religioso frente às eleições de 2006. *Debates do NER*, Porto Alegre, Ano 7, n. 10, p. 51-64, 2006.

MENDONÇA, Daniel de; JUNIOR, Roberto Vieira. Rancière e Laclau: democracia além do consenso e da ordem. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº13, p. 107-136, janeiro – abril de 2014.

MINAYO Maria Cecília de Souza; RIBEIRO Fernanda Mendes Lage. Religious therapeutic communities in recovering drug users: the case of Manguinhos, state of Rio de Janeiro, Brazil. *Interface*, Botucatu, v. 19, n. 54, p. 515-26, 2015.

MIRANDA, Júlia. A presença católica na esfera pública brasileira: para pensar o laicismo e o laicato. In: BURITY, Joanildo; ANDRADE, Péricles (Org.). *Religião e Cidadania*. São Cristóvão: Editora UFS; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2011.

MIRANDA, Ana Paula Mendes. "Como se discute Religião e Política? Controvérsias em torno da luta contra a intolerância religiosa no Rio de Janeiro". *Comunicações do ISER*, v. 69, p. 10-23, 2014.

_____. e SILVA, B. "Ensinar religião ou falar de religião? Controvérsias em escolas públicas do Rio de Janeiro". *Revista Teias (UERJ. Online)*, v. 14, p. 80-97, 2014.

MIRANDA, Geralda Luiza de. Coligações eleitorais: tendências e racionalidades nas eleições federais e majoritárias estaduais (1990-2010). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 69-90, 2013.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, junho de 2007.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. *Novos Estudos CE-BRAP*, São Paulo, n. 74, p. 47-65, 2006.

_____. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 167- 183, 2012.

NATIVIDADE, Marcelo. Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, p. 115-132, 2006.

_____. Religião, homofobias e direitos LGBT. *Latitude*, v. 07, p. 31-49, 2013.

NOVAES, Regina. Os escolhidos de Deus: pentecostais, trabalhadores e cidadania. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985.

NOVAES, Regina Célia Reyes. Os crentes e as eleições. *Comunicações do ISER*, Rio de Janeiro, 3, 18-21, 1982.

_____. De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

_____. Pentecostalismo, política e mídia. In: VALLA, Victor. *Religião e cultura popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 41-74.

_____. Crenças religiosas e convicções políticas: fronteiras e passagens. In: FRIDMAN, Luiz Carlos. *Política e cultura: século XXI*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Alerj, 2002. p. 63-97.

_____. Os jovens, os ventos secularizantes e o espírito do tempo. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. (Org.). *As religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. Prefácio. In: *Religião e Conflito*. ARAÚJO, Melvina; VITAL DA CUNHA, Christina (Org.). Curitiba: Editora Prismas, 2016.

OLIVEIRA, Luis Roberto Cardoso de. Existe violência sem agressão moral? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 23, n. 67, junho de 2008.

ORO, Ari Pedro. A laicidade no Brasil e no Ocidente. In: *Civitas*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, mai-ago, 2011.

_____. Algumas interpelações do Pentecostalismo no Brasil. In: *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 9. n. 22, jul-set, 2011.

_____. Religiões Populares e Modernidade no Brasil. In: _____; TEIXEIRA, Sergio. (Org.). *Brasil e França: ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

PIERUCCI, Antonio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. In: _____; PRANDI, R. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.

RANCIERE, Jacques. *El odio a la democracia*. Buenos Aires: Amorrortu, 2004.

_____. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2005.

RIBEIRO, Renato Janine. Religião e política no Brasil contemporâneo. In: FRIDMAN, Luiz Carlos. *Política e cultura: século XXI*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Alerj, 2002. p. 99-110.

RUI, Taniele ; FRUGOLI, H. ; FELTRAN, G. S. ; FROMM, Deborah. "Braços Abertos" e "Sufoco": sobre a situação na cracolândia em janeiro de 2014. *Site da Associação Brasileira de Antropologia*. Disponível em: <> Acesso em:

SABINO, Nathalidi Martino; CAZENAVE, Silvia de Oliveira Santos. Comunidades terapêuticas como forma de tratamento para a dependência de substâncias psicoativas In: *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 22, n. 2, abr-jun, 2005.

SANTOS, Josadac Bezerra dos. Políticas públicas, aborto e religião no Brasil: uma atualização do debate. BURITY, Joanildo; ANDRADE, Péricles. (Org.). *Religião e Cidadania*. São Cristovão: Editora UFS; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2011.

SCHELIGA, Eva. Incidência política evangélica: notas a partir da RENAS. In: ARAÚJO, Melvina; VITAL DA CUNHA, Christina. (Org.). *Religião e Conflito*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

SCHOENFELDER, Rosilene; PAZ, Joice Lisa Zenati. A Igreja do Evangelho Quadrangular nas eleições de 2006: a disputa pela vaga de deputado federal. *Debates do NER*. ano 7, n. 10, 2006. p. 27-38.

SILVA, Marlise Vinagre. Liberdade, democracia e intolerância religiosa. In: ESTEVES FILHO, Astrogildo; SANTOS, Ivanirdos. (Org.). *Intolerância religiosa x democracia*. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.

TADWALD, Marcelo. Eleitos de Deus e pelo povo: os evangélicos e as eleições federais de 2010. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 11, n. 18. p. 83-110.

_____. Demonização da política ou a política demonizada? Os evangélicos e as eleições federais de 2006. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 7, n. 10, p. 79-88, 2006.

TAUSSIG, Michael. *Defacement: public secrecy and the labor of the negative*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

THOMPSON, Kenneth. *Moral Panics*. London: Routledge, 1998.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo volume I: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2004.

_____. *Teorias do jornalismo volume II: a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005.

VELASQUES FILHO, Prócoro (Org.). *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

VITAL DA CUNHA, Christina. *Oração de traficante: uma etnografia*. Rio de Janeiro: Editora Garamond. Faperj, 2015.

_____. LOPES, Paulo Victor Leite. *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, HBS, 2012.

_____. Intolerância religiosa, UPPs e traficantes em foco: processos e práticas performadas pelo Estado em favelas cariocas. In: ARAÚJO, Melvina; VITAL DA CUNHA, Christina. (Org.). *Religião e Conflito*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

WEBER, Max. *Os fundamentos racionais e sociológicos da música*. São Paulo: Edusp, 1995.

_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZVEITER, Luiz. Direitos humanos e liberdades religiosas. In: ESTEVES FILHO, Astro-gildo; SANTOS, Ivanir dos. (Org.). *Intolerância religiosa x democracia*. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

Anexo 1

Carta de Robson Rodovalho: “Antes pedintes, hoje negociadores”

Já faz parte do calendário dos ministérios evangélicos o cortejo de candidatos nos anos de eleições. Da mesma forma, também já nos acostumamos, tão logo definidos os eleitos, vermos esquecidos compromissos firmados conosco em busca dos milhares de votos dos fiéis que partilham de nossa fé cristã. Em 2014, no entanto, o cenário mudou.

O fundamental é que, neste ano, os evangélicos têm a opção de uma candidatura que chega ao pleito comprometida com as bandeiras da vida e da família. Por sua fé cristã, o candidato traz como pressuposto disposição para torná-las realidade. Então, qualquer compromisso que se faça pelo apoio do nosso segmento será com “além disso”, e não “pelo menos por isso”.

A candidatura do Pastor Everaldo (PSC) nasceu de seu próprio partido, não de um consenso entre líderes evangélicos e suas denominações. E é fato que, ao menos nessa antessala do pleito, a opção do eleitorado por seu nome tem sido discreta, conforme as mais recentes pesquisas.

Mas a discussão que aqui se propõe independe da sua viabilidade. A candidatura do pastor Everaldo revela clara mudança de posição do segmento evangélico como “*player*” do jogo político. Suas lideranças ganham mais força e respeito para colocar os pleitos dos fiéis no programa de ação dos candidatos que decidirem apoiar. Não é mais pedir. É negociar, compromissar.

É ingênuo quem pensa o mundo evangélico como multidões informes, conduzidas por líderes que mantêm seu rebanho em cabrestos. Desde sua formação, nos anos 80, a igreja Sara Nossa Terra, que tenho a honra de conduzir e representar, prima pelo respeito ao outro, fundamentalmente pensar para o próximo nada diferente do que buscamos para nós mesmos. E é com esse espírito que nós, líderes cristãos, devemos apresentar aos membros de nossas igrejas quais as nossas opções em cada eleição. Não há relação de ordem, apenas de colaboração para que, no seu livre-arbítrio, o eleitor cristão faça sua escolha com maior conhecimento de causa.

O número de evangélicos cresce a cada dia. Segundo o censo de 2010, éramos 22,2% da população naquele ano. Se projetarmos esse percentual para o universo do eleitorado existente em julho de 2013, o dado mais atualizado disponível, estamos falando em cerca de 31 milhões de votos entre 141 milhões de votantes. Com esse capital, mesmo dispondo de um nome natural, mas não obrigatório, como opção de voto para o segmento, mais do que nunca estamos dispostos a debater, a participar do processo eleitoral. Só que agora reconhecidos pela efetiva representação que temos na sociedade, respeitados como cidadãos, não como número de votos.

O nome do Pastor Everaldo vai entrar em trajetória ascendente ao longo do embate. Essa projeção fará amplificar o significado dos princípios que seguimos e da perseverança com que buscamos sua realização. Eis aí a essência que precisamos fazer florescer nos cidadãos. Somente esse tipo de alicerce permite reunir as forças necessárias para recolocar o Brasil no rumo do desenvolvimento e da prosperidade, uma rota da qual o país está visivelmente distante – e se distancia cada vez mais.

O Brasil de hoje precisa e merece ter uma gestão que vá além da ampliação de programas assistenciais e da ascensão da classe D ao mercado de consumo. O país clama por projetos de logística, de uma efetiva política industrial, de reestruturação da saúde, de medidas para conter a inflação sem frear o crescimento, de estratégia e força para o cidadão de bem viver em segurança.

Terá a preferência dos evangélicos aquele que, além desse acerto para a vida fora de casa, também tenha e se comprometa com valores que permitam rever a vida dentro de casa. Não é possível seguir uma rotina em que, como revelou a Folha em 13 de junho, a cada dois dias três pessoas são assassinadas em brigas de família, como tem ocorrido no Estado de São Paulo.

ROBSON RODOVALHO,

58, físico, é bispo e presidente da igreja evangélica Sara Nossa Terra.

Fonte: *Folha da São Paulo*. Data da matéria: 26 de Junho de 2014. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/06/1476384-robson-rodovalho-antes-pedintes-hoje-negociadores.shtml>. Acesso em 06 de Julho de 2014.

Anexo 2

Entrevista com Silas Malafaia

Em entrevista ao GLOBO, líder religioso confirma apoio para Marina Silva em um provável segundo turno.

RIO - Em entrevista ao GLOBO, o pastor Silas Malafaia confirma que vai apoiar Marina Silva (PSB) em um provável segundo turno, se ela não “levar logo agora”. O líder religioso também afirmou que a presidente Dilma Rousseff e o PT estão dando um “tiro na cabeça” ao tentarem agradar segmentos diversos da sociedade e desafia os ativistas pelas causas homossexuais a elegerem mais deputados do que os evangélicos. Na manhã desta terça-feira, **Malafaia publicou seu apoio a Marina Silva, no segundo turno, em sua conta pessoal no Twitter.**

O senhor declarou que vai apoiar o Pastor Everaldo (PSC) no primeiro turno e Marina Silva (PSB) no segundo. Por que apoiar Marina somente em um segundo momento?

Se duvidar, nem vai para o segundo turno. Marina leva logo agora. Quem for contra a Dilma, eu também sou. Sou amigo do Everaldo há 30 anos, sou um homem de palavra, meu voto é dele. Mas quem deve ir para o segundo turno é Marina. Por isso, meu voto é dela em outro momento.

O que o senhor achou da mudança do programa de Marina?

Veja quem são os incoerentes. O programa da Marina não contempla tudo que acredito. Só porque eles fizeram uma correção, os ativistas gays falaram que não vão apoiar. Eles que são intransigentes. Ideologicamente, tudo o que ativismo gay for a favor, eu sou contra. Quem é que trouxe o debate? Chamem Aécio, Dilma e Marina e eu desafio que eles tenham lido seus programas inteiramente. Delegaram para suas equipes. O PSB-LGBT ficou responsável por essa parte e exageraram. Aí, provavelmente, voltaram para discussão do grupo e foi modificado. Ainda assim, os direitos para os

gays lá (no programa de Marina) ainda estão grandes e eu não concordo com eles. O programa dela não tem nenhuma linha do pensamento cristão mas tem dez para os gays. Os intolerantes são eles. Quem não quer dialogar são eles (os ativistas gays).

E sobre o anúncio de que a presidente Dilma Rousseff prometeu expandir os benefícios da Igreja Católica para as evangélicas?

Estão dando tiro e vão acertar a cabeça deles mesmos. Acendem uma vela para Satanás e uma para Deus. Olha a incoerência: querem retomar a PLC 122 (projeto que criminaliza a homofobia). Ele já foi discutido e foi demonstrado o monte de aberração jurídica que existe nele. Depois que conseguimos derrubar isso, querem retomar? O PT não fez isso nesses 12 anos de governo. Anunciam que vão retomar este projeto e ao mesmo tempo prometem benefícios para as igrejas evangélicas? Dilma e o PT acham que pastor é otário e evangélico é idiota. Vão tomar uma surra histórica nessas eleições. Covardes. Hipócritas. É o poder pelo poder.

O senhor virou uma figura central nessas eleições...

Não sou falso humilde e nem penso que sou "o cara". Minhas opiniões são as mesmas que grande parte da população, mas isso não quer dizer que eu a represento. Cerca de 25% a 27% da população é evangélica, segundo dados do IBGE de 2010. Os católicos praticantes, que nestes temas que defendo pensam iguais a nós, são mais de 20%. Já deu a maioria. Marina não é minha candidata. É candidata do povo. Eu interpreto o pensamento dessa maioria.

A campanha está se tornando moral?

O maior escândalo de corrupção é do PT. Então é moral! Deste ponto de vista, é moral! É o esgotamento de poder de um partido político. Repito: quem for contra a Dilma, eu também sou contra. Pode ser Marina, Aécio, Everaldo, Levy... Só se for Dilma contra Luciana Genro que voto nulo.

O que te agradou na candidatura de Marina?

A postura de Marina. A Marina diz que não é candidata para reeleição, mas para deixar um legado. Ela não pode mentir depois. Outra coisa é o fato

dela não negar o passado. Quer dizer que o PSDB e o PT não fizeram nada de bom? Fizeram. Não tem como ter distribuição de renda sem estabilidade econômica.

O posicionamento dos candidatos em relação a essas questões pode definir a eleição?

Em uma sociedade livre, as pessoas podem buscar suas convicções políticas em qualquer lugar. Essa ideia, por exemplo, de estado laico, que nós apoiamos, é um jogo muito malandro da esquerda. Nosso modelo ocidental é judaico-cristão. Tudo nele é judaico-cristão. Uma coisa é a religião, outra coisa é a ideologia. É um jogo ideológico de oposição poderoso. Quem disse que Marx é melhor que Jesus? Nós vamos eleger a maior bancada evangélica da história. Os ativistas gays que elejam seus representantes para que estas questões sejam discutidas lá (no Congresso).

Fonte: *O Globo*. Data da matéria: 02 de Setembro de 2014. Disponível em <http://oglobo.globo.com/brasil/dilma-o-pt-acham-que-pastor-otario-evangelico-idiota-diz-silas-mala-faia-13806542>. Acesso em 02 de Setembro de 2014.

Anexo 3

Manifesto de evangélicos contra a posição da Frente Parlamentar Evangélica sobre a Política Nacional de Participação Social (PNPS)

Abaixo, transcrevo, conforme me foi enviado hoje oficialmente pela Frente Parlamentar Evangélica, o manifesto mandado a todos os parlamentares do Congresso Nacional.

De: Participação Social Manifesto [mailto: manifesto.pnps@gmail.com]

Enviada em: terça-feira, 1 de julho de 2014 16:27

Assunto:

EVANGÉLICOS DIVULGAM CARTA DE APOIO À POLÍTICA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Prezados deputados e deputadas,

Durante o evento Arena de Participação Social, de 21 a 23 de maio, a Presidência da República lançou a Política Nacional de Participação Social (PNPS), através do Decreto 8.243/2014. Causou estranheza a muitos de nós que temos participado de espaços formais de participação há décadas as tantas manifestações contrárias à PNPS que foram verbalizadas por alguns senadores desta casa. Pastores e lideranças evangélicas comprometidas com as diferentes formas de participação social viemos nos manifestar publicamente sobre tal decreto.

Sem Participação Não Há Democracia!

A capacidade do homem para praticar a justiça torna a democracia possível; mas a inclinação do homem para a injustiça torna a democracia necessária. Reinhold Niebuhr

Nós, membros de diferentes igrejas e organizações cristãs que temos participado de diversos espaços de participação social nas últimas déca-

das, nos posicionamos em favor do Decreto 8.243/2014 que regulamenta a Política Nacional de Participação Social (PNPS). Consideramos esta regulamentação um importante passo no sentido de institucionalizar a participação social como procedimento de governo. Acreditamos que a democracia brasileira é aperfeiçoada com a garantia da utilização dos mecanismos de participação da sociedade civil na construção de políticas públicas em toda a administração pública federal, conforme define o decreto, proporcionando assim a permanente interação e diálogo entre o poder público e a cidadania tanto na definição das prioridades e critérios na elaboração das políticas como na sua prestação de contas.

É preciso lembrar que a democratização do processo de construção das políticas públicas no Brasil não é nova, e que se constituiu através das demandas da própria sociedade brasileira nas suas lutas democráticas. A Constituição de 1988 veio, por sua vez, consagrar instrumentos de democracia participativa que garante aos cidadãos e cidadãs brasileiros a possibilidade de participação direta.

Nos últimos anos vimos o uso mais regular e sistematizado de diferentes mecanismos de participação social como as conferências e conselhos, além de audiências e mais recentemente as plataformas online, o que corrobora que a sociedade brasileira se apropria cada vez mais dos processos de formulação de políticas públicas no período pós-redemocratização.

Em consonância com esta participação nos mecanismos institucionais, a sociedade brasileira vem demonstrando também recentemente, como nas Jornadas de Junho, que deseja mudanças reais e profundas que levem nosso país a superar problemas estruturais como a desigualdade, a falta de ética na política e transparência na gestão pública, o acesso a serviços sociais básicos etc.

Por isso, surpreende-nos que alguns setores da sociedade brasileira, incluindo lideranças evangélicas, não percebiam que a Política Nacional de Participação Social (PNPS) amplia a capacidade da sociedade de incidir para garantir políticas públicas que sejam efetivas.

Afirmamos que a democracia se faz e se constrói no dia a dia com a participação da sociedade civil. Como cristãos e cristãs de diferentes igrejas e organizações que têm contribuído para o fortalecimento de nossa democracia através de diferentes formas de participação social, nos comprome-

temos e declaramos que não vamos abrir mão dessa prerrogativa assim como continuaremos lutando para que o Estado brasileiro seja cada vez mais democratizado para que atenda aos ideais de dignidade humana, justiça, liberdade e solidariedade, valores evangélicos que decidimos encarnar.

Assinam:

Pr. Ariovaldo Ramos dos Santos, EPJ – Evangélicos Pela Justiça, CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional.

Pr. Welinton Pereira da Silva, secretário nacional do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, Visão Mundial.

Pra. Romi Márcia Bencke, CONIC, Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa.

Pr. Christian Gillis, Igreja Batista - Belo Horizonte.

Pra. Lusmarina Campos Garcia, Conselho de Igrejas Cristãs do Estado do Rio de Janeiro – CONIC-Rio.

Rev. Helio Sales Rios, IPB e SINPRO-ABC, CONTEE.

Klênia César Fassoni, Editora Ultimato, Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

Daniela Frozi, RENAS, Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional.

Márcia Brandão Rodrigues Aguiar, Aliança Bíblica Universitária do Brasil, Conselho Nacional de Juventude (2009-2011).

Flávio Conrado, Visão Mundial, Diálogos Sociais sobre Rio+20 e Agenda Pós-2015.

Caio Marçal, Rede FALE e Igreja Batista da Redenção (MG), Conselho Nacional de Juventude (2008).

Hiranildes Valentina Lobo, PIB em Santo Hilário, Conferencia Municipal de Mulheres.

Tábata Mori, Igreja Presbiteriana, Conferência de PP de Juventude.

Maria do Carmo Barros de Carvalho, Comunidade Evangélica Vale da Benção em São Roque, CMAS e 3 conferências do mesmo.

Aldo Cardoso, EPJ – Evangélicos pela Justiça, CONSOCIAL.

Ana Maria F. S. de G. Santos, Federação Brasileira de Direitos Humanos, 13º Congresso da ONU sobre Prevenção do Crime e Justiça Criminal.

Gerhard Fuchs, RENAS Rede Evangélica Nacional de Ação Social, CEDECA-PR.

Emerson Meira da Silva, SINPRO-ABC, CONAE – 2014.

David Fehrmann, Tree of Life, REPAS.

Sueli Catarina de Carvalho, Visão Mundial, Fórum Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro.

Mauri de Carvalho Braga, ISJB/CESAM MG.

Pr. Clemir Fernandes, RENAS.

Rafael Simões Vaillant, Igreja Batista em Guarapari, Conferência Municipal de Educação.

Pr. Reinaldo Vieira Lima Junior, Primeira Igreja Batista em São Paulo, Conferência do Estado de São Paulo sobre Políticas Públicas de Juventude.

Alexandre de Oliveira Demidoff, AGU.

Hernani Francisco da Silva, Afrokut – Rede Social de Negras e Negros Cristãos, Direitos Humanos.

Renan Porto, Rede FALE, 4ª Conferência Municipal de Juventude de Uberaba-MG.

Anivaldo Padilha, Koinonia.

José Carlos Oliveira Costa, Sinpro-ABC.

Luciney Coutinho Luz, Igreja Batista da Graça, Assistência Social.

Ana Elizabete Barreira Machado, Aliança Bíblica Universitária do Brasil, Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE.

Luiz Claudio Oliveira dos Santos, PIB Ponto Chic, Conferência de Juventudes.

André Luiz da Silva, Cívico, Conferência de Transparência e Controle Social.

Bruno de Souza Ferreira, Igreja Presbiteriana do Brasil.

Anexo 5

Integrantes da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional

Nome	UF	Partido	Denominação
Alan Rick	AC	PRB	Igreja Batista
JHC	AL	PSB	Internacional da Graça
André Abdon	AP	PP	Assembleia de Deus
Silas Câmara	AM	PRB	Assembleia de Deus
Hissa Abrahão	AM	PDT	Aliança Evangélica
Sérgio Brito	BA	PSD	Igreja Batista
Márcio Marinho	BA	PRB	Igreja Universal do Reino de Deus
Erivelton Santana	BA	PEN	Assembleia de Deus
Tia Eron	BA	PRB	Igreja Universal do Reino de Deus
Irmão Lazaro	BA	PSC	Igreja Batista
Ronaldo Martins	CE	PRB	Assembleia de Deus
Ronaldo Fonseca	DF	PROS	Assembleia de Deus
Sérgio Vidigal	ES	PDT	Igreja Batista
Carlos Manato	ES	SD	Igreja Maranata
Max Filho	ES	PSDB	Igreja Presbiteriana
João Campos	GO	PRB	Assembleia de Deus
Fábio Sousa	GO	PSDB	Igreja Fonte da Vida
Cleber Verde	MA	PRB	Assembleia de Deus
Eliziane Gama	MA	PPS	Assembleia de Deus
Professor VitorioGally	MT	PSC	Assembleia de Deus
Fabio Garcia	MT	PSB	Sara Nossa Terra
Elizeu Dionizio	MS	PSDB	Assembleia de Deus
George Hilton	MG	PROS	Igreja Universal do Reino de Deus
Stefano Aguiar	MG	PSD	Igreja Quadrangular
Weliton Prado	MG	PMB	Igreja Batista

Leonardo Quintão	MG	PMDB	Igreja Presbiteriana
Lincoln Portela	MG	PRB	Igreja Batista
Franklin Lima	MG	PP	Igreja Mundial do Poder de Deus
Júlia Marinho	PA	PSC	Assembleia de Deus
Josué Bengtson	PA	PTB	Igreja Quadrangular
Aguinaldo Ribeiro	PB	PP	Igreja Batista
Chistiane Yared	PR	PR	Igreja Quadrangular
Takayama	PR	PSC	Assembleia de Deus
Delegado Fernando Francischini	PR	SD	Assembleia de Deus
Edmar Arruda	PR	PSD	Igreja Presbiteriana
Marcelo Belinati	PR	PP	Assembleia de Deus
Toninho Wandscheer	PR	PROS	Igreja Presbiteriana
Pastor Eurico	PE	PHS	Assembleia de Deus
Anderson Ferreira	PE	PR	Assembleia de Deus
Rejane Dias	PI	PT	Igreja Cristã da Família
Clarissa Garotinho	RJ	PR	Igreja Presbiteriana
Eduardo Cunha	RJ	PMDB	Assembleia de Deus
Washington Reis	RJ	PMDB	Igreja de Nova Vida
Sóstenes Cavalcante	RJ	DEM	Assembleia de Deus
Rosangela Gomes	RJ	PRB	Igreja Universal do Reino de Deus
Áureo	RJ	SD	Igreja Metodista
Arolde de Oliveira	RJ	PSC	Igreja Batista
Cabo Daciolo	RJ	PTdoB	Evangélico não determinado
Benedita da Silva	RJ	PT	Igreja Presbiteriana
Francisco Floriano	RJ	DEM	Igreja Mundial do Poder de Deus
Marcos Soares	RJ	DEM	Igreja Internacional da Graça
Altineu Côrtes	RJ	PMDB	Assembleia de Deus
Ezequiel Teixeira	RJ	PTN	Igreja de Nova Vida
Roberto Sales	RJ	PRB	Igreja Universal do Reino de Deus
Alexandre Serfiotis	RJ	PMDB	Igreja Fazei Discípulos
Jair Bolsonaro	RJ	PSC	Assembleia de Deus

Antônio Jácome	RN	PTN	Assembleia de Deus
Onyx Lorenzone	RS	DEM	Igreja Luterana
Ronaldo Nogueira	RS	PTB	Assembleia de Deus
Carlos Gomes	RS	PRB	Igreja Universal do Reino de Deus
Luiz Carlos Heinze	RS	PP	Igreja Luterana
Marcos Rogério	RO	DEM	Assembleia de Deus
Nilton Capixaba	RO	PTB	Assembleia de Deus
Lindomar Garçon	RO	PRB	Assembleia de Deus
Jhonatan de Jesus	RR	PRB	Igreja Universal do Reino de Deus
Carlos Andrade	RR	PHS	Assembleia de Deus
Geovania de Sá	SC	PSDB	Assembleia de Deus
Marco Feliciano	SP	PSC	Assembleia de Deus
Jorge Tadeu	SP	DEM	Sara Nossa Terra
Jefferson Campos	SP	PSD	Igreja Quadrangular
Missionário José Olímpio	SP	DEM	Igreja Mundial do Poder de Deus
Antonio Bulhões	SP	PRB	Igreja Universal do Reino de Deus
Gilberto Nascimento	SP	PSC	Assembleia de Deus
Edinho Araujo	SP	PMDB	Igreja Presbiteriana
Paulo Freire	SP	PR	Assembleia de Deus
Roberto de Lucena	SP	PV	Igreja Brasil para Cristo
Bruna Furlan	SP	PSDB	Congregação Cristã do Brasil
Vinicius Carvalho	SP	PRB	Igreja Universal do Reino de Deus
Roberto Alves	SP	PRB	Igreja Universal do Reino de Deus
Eduardo Bolsonaro	SP	PSC	Igreja Batista
Fausto Pinato	SP	PP	Congregação Cristã do Brasil
Laercio de Oliveira	SE	SD	Igreja Presbiteriana
Pastor Jony Marcos	SE	PRB	Igreja Universal do Reino de Deus
SENADOR Magno Malta	ES	PR	Igreja Batista
SENADOR Walter Pinheiro	BA	S/P	Igreja Batista
SENADOR Marcelo Crivella	RJ	PRB	Igreja Universal do Reino de Deus
SENADOR Ataídes Oliveira	TO	PSDB	Evangélico não determinado

*Atualizada em 25 de setembro de 2016.

Sessão Extra: Religião, direitos e liberdades laicas no Brasil contemporâneo

Nesta sessão, seguindo a estrutura da publicação “Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil”, também resultado de uma parceria do ISER com a Fundação Heinrich Böll, contamos aqui com a contribuição de autoras que não integraram a equipe inicial da pesquisa, mas que integram a rede de interlocutores do ISER e colaboram, a partir de diferentes meios, para a reflexão sobre o tema mais geral da religião no espaço público brasileiro na atualidade. Naquela publicação, contamos com a participação de dois magistrados muito críticos quanto à natureza da presença das religiões nos tribunais e em temáticas sociais relevantes.

Nesta, Magali Cunha, professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo e líder do MIRE – Grupo de pesquisa em Mídia, Religião e Cultura – e colunista do jornal *O Globo*, apresenta um ensaio sobre as transformações no cenário religioso brasileiro das últimas décadas, enfatizando o perfil político de neoconservadores evangélicos e a centralidade da “bandeira da família” no debate social e político, um elemento de agregação de setores identificados com a direita e com partidos conservadores.

Tatiane dos Santos Duarte, doutoranda em Antropologia Social do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/PPGAS da Universidade de Brasília/UnB, vem desenvolvendo pesquisas desde seu mestrado analisando movimentos sociais, religião e democracia. Nesta publicação, contribui com um artigo no qual se propõe a analisar o posicionamento histórico do movimento ecumênico pela defesa dos direitos humanos e das liberdades laicas, relacionando-o às atuais incidências públicas desse grupo em favor do fortalecimento da democracia brasileira.

“É preciso salvar a família”: gênero, religião e política no contexto do neocon- servadorismo evangélico nas mídias no Brasil

Magali do Nascimento Cunha¹³⁴

Transformações no quadro religioso no Brasil têm intensificado estudos na academia e chamado a atenção do público interessado no tema. Podemos identificar nelas a articulação de quatro fenômenos interligados entre si: (1) o fortalecimento do ramo pentecostal, com o surgimento de um sem-número de igrejas autônomas ou autóctones, o que transformou o cenário do cristianismo, ao provocar um crescimento explosivo da população evangélica e uma forte queda do número de católicos; (2) a ampliação da presença das igrejas evangélicas, majoritariamente pentecostais, nas mídias tradicionais e a extensa participação dos diferentes segmentos desse grupo nas mídias digitais; (3) a maior ocupação de espaço dos evangélicos na política partidária, com a consequente consolidação da bancada evangélica (Frente Parlamentar Evangélica) e com nítidos projetos por mais espaços de poder na esfera pública por parte de algumas igrejas; (4) o crescimento do mercado da religião e o avanço do marketing religioso, que torna os cristãos um segmento de mercado, por meio da oferta de produtos e serviços especialmente desenhados para atender às suas necessidades religiosas, sejam de consumo de bens ou de lazer e entretenimento.

Esta reflexão volta seu olhar à intensificação da presença dos evangélicos nas mídias religiosas e não-religiosas como fonte de visibilidade desse segmento cristão e como estímulo a disputas de poder no campo religioso e na esfera pública. Chama a atenção que, em especial a partir da virada da primeira década do século XXI, tem sido alcançada visibilidade mais intensa de lideranças defensoras de ideias e posturas explicitamente con-

¹³⁴ Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo e líder do Grupo de Pesquisa Mídia, Religião e Cultura (MIRE). É coordenadora da Conferência Brasileira de Comunicação Eclesial (ECLESIOCOM), ligada à Cátedra Unesco de Comunicação e Desenvolvimento. Integra a Associação Internacional Mídia, Religião e Cultura (International Association Media Religion and Culture), é representante da Universidade Metodista de São Paulo na Associação Mundial de Comunicação Cristã, seção América Latina (WACC-AL), e é colaboradora do Conselho Mundial de Igrejas, com sede em Genebra/Suíça.

servadoras e que se apresentam como modernas, pertencentes aos novos tempos, em que a religião tem como aliados o mercado e as tecnologias.

Podemos identificar uma nova face do conservadorismo religioso, um neoconservadorismo, que emerge como reação às transformações socio-culturais que o Brasil tem experimentado, em especial a partir dos anos 2000, com a abertura e a potencialização de políticas públicas voltadas para direitos humanos e gênero. Este texto busca refletir sobre esse processo, com ênfase em situações em torno do tema “gênero” destacadas nos últimos cinco anos em seus contextos midiáticos.

Ecossistema do neoconservadorismo evangélico no Brasil

Um fenômeno que se configura nos anos 2010 tem instigado reflexões: a visibilidade mais intensa de lideranças evangélicas que se apresentam como pertencentes aos novos tempos, em que a religião tem como aliados o mercado e as tecnologias, mas que se revelam defensoras de posturas de um conservadorismo explícito. Lideranças midiáticas têm fortalecido seus espaços de poder na esfera pública: pastores, pastoras, cantores e cantoras gozam por tornarem-se membros da bancada evangélica no Congresso Nacional. Além da visibilidade que as transforma em autoridades/referências religiosas que ultrapassam até mesmo os arraiais evangélicos, essas pessoas têm em comum discursos conservadores do ponto de vista da dinâmica social.

A configuração identitária dos evangélicos tem fortes traços conservadores. Independentemente das peculiaridades dos distintos grupos que formam o segmento, os evangélicos são historicamente reconhecidos no Brasil: (1) por uma leitura predominantemente fundamentalista (literalista) do texto sagrado cristão, a Bíblia; (2) por uma ênfase na piedade pessoal na busca da salvação da alma (influência do puritanismo e do pietismo dos pioneiros missionários que vieram do sul dos EUA do século XIX ao Brasil); (3) pelas posturas de negação das manifestações culturais do país (fruto da mesma ação de missionários), também antecatólicas e antiecumênicas (próprias de minorias que buscam se afirmar) e de isolamento das demandas sociais (resultante da espiritualização das questões da existência individual e social), entre elas a participação política.

O neoconservadorismo evangélico – “neo”, justamente devido ao já mencionado aumento de visibilidade de lideranças conservadoras que se

apresentam como representantes dos novos tempos – parece estar dentro de um contexto de fortalecimento de posturas conservadoras na esfera pública brasileira, observado nos recentes movimentos pró-impeachment da presidente Dilma Rousseff, no período de 2014 a 2016, com grupos demandando intervenção militar e livre posse de armas e explicitando apoio à candidatura à presidência do deputado federal ultra-conservador Jair Bolsonaro (PSC-RJ). Com discursos dentro do ideário da moral cristã (contra o aborto e o controle da natalidade e a favor da assistência psicológica a homossexuais) e de princípios caros ao liberalismo na política e na economia (Estado mínimo e elogios ao livre mercado), as personagens evangélicas em destaque têm captado apoio para além do círculo religioso com o mote “é preciso salvar a família”. Em sua visão, a família está sob a ameaça dos movimentos civis por direitos sexuais e pelo enfrentamento da violência sexual, reforçados pelas ações do governo federal desde que o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu em 2002, com abertura de mais espaços para legislação que responda a essas demandas. Alguns apelos ainda tomam como ingrediente uma possível ameaça de o comunismo tomar conta do Brasil. Segundo esses discursos, esse seria o verdadeiro propósito do governo do PT a nível nacional.

Todo esse processo tem a mediação das mídias no Brasil, historicamente alinhadas a valores e políticas conservadoras, dado o perfil dos seus proprietários, e que, pelo menos na última década, em especial na cobertura noticiosa, tem dado amplo espaço para analistas e comentaristas defenderem abertamente essas perspectivas, como é o exemplo de Arnaldo Jabour, Alexandre Garcia e Merval Pereira, nas Organizações Globo; Reinaldo Azevedo, na revista *Veja*; José Luiz Datena e Boris Casoy, no Grupo Bandeirantes; Marcelo Rezende, na Rede Record; Luiz Pondé, na TV Cultura; e, mais recentemente, Rachel Sheherazade, no SBT. Soma-se nesse quadro um elemento significativo: a identificação de não poucos casos de racismo em estádios de futebol e em inúmeras postagens em mídias digitais.

Constatar esses aspectos é refletir que, apesar dos tantos slogans divulgados em manifestações presenciais e nas redes sociais quando da escolha do Pastor Marco Feliciano como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (2013) – “Feliciano não me representa” –, esse e tantos outros identificados como conservadores são reeleitos em novos pleitos e ganham mais espaço e legitimidade. Portanto,

há quem se sinta representado, o que indica o peso das articulações ideológicas em curso na sociedade brasileira.

Audiência pública sobre a situação e a suposta violação de direitos humanos de médicos cubanos participantes do programa governamental denominado Mais Médicos. Presidente da CDHM, dep. Pr. Marco Feliciano (PSC-SP), 02/10/2013.



Foto: Gabriela Korossy / Câmara dos Deputados

É nesse sentido que a tônica do discurso neoconservador evangélico no tempo presente no Brasil está ancorada na reação em torno dos avanços no campo da legislação e das políticas públicas voltados para um tema caro para a tradição judaico-cristã-ocidental: a sexualidade.

A bandeira da “salvação da família”

No Brasil contemporâneo, foram experimentados muitos avanços em tornos dos direitos das mulheres e da população LGBT. Isso ocorreu, em especial, a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010) e a presidente Dilma Rousseff (2011-2016), quando foram criadas secretarias de Direitos Humanos e Minorias e de Políticas para Mulheres, ambas ligadas à Presidência da República. Vários direitos foram conquistados, marcadamente desde 2008, pela população LGBT, tais como: a adoção de crianças por casais do mesmo sexo; o uso do “nome social” (nome pelo qual travestis e transexuais preferem ser chamados); a inclusão do companheiro ou companheira na declaração de Imposto de Renda; o recebimento de pensão do INSS depois da morte do cônjuge; a realização da cirurgia para mudança de sexo pelo Sistema Único de Saúde (SUS); o registro das uniões estáveis de casais

homossexuais, o que permite que essas pessoas tenham acesso a heranças e pensões (alimentícia ou por morte), além do aval de tornarem-se dependentes em planos de saúde e de previdência; a inclusão do nome do cônjuge do mesmo sexo na identidade militar, permitindo acesso a todos os direitos e benefícios de um militar, como já ocorria com casais heterossexuais; o benefício de licença-paternidade a um pai adotivo que vive em união estável homossexual; e a conversão de uniões estáveis homoafetivas em casamentos civis.

As mulheres também conquistaram direitos, como: a Lei Maria da Penha, que prevê punição mais ampla a agressores de mulheres, além de diversas políticas de prevenção e combate à violência contra a mulher; a Casa da Mulher Brasileira para atendimento de diferentes demandas de mulheres no campo da saúde e da justiça; o reconhecimento do feminicídio como crime hediondo; o atendimento imediato às mulheres vítimas de violência sexual em toda rede pública de saúde; e os avanços nas questões trabalhistas, como os direitos concedidos às empregadas domésticas. Movimentos feministas, no entanto, demandam mais espaço para temas que não têm sido defendidos nos espaços legislativos e executivos do poder público, especialmente no que diz respeito aos direitos reprodutivos.

Esses avanços têm sido interpretados por grupos religiosos conservadores como alvos a serem combatidos, por representarem um processo de “destruição da família”, interpretada como base da sociedade e da vida. Nesse contexto, os movimentos feministas e LGBT são identificados como inimigos.

Existe uma ditadura chamada [...] ‘gayzista’. Eles querem impor o seu estilo de vida e a sua condição sobre mim. E eles lutam contra a minha liberdade de pensamento e de expressão. Eles lutam pela liberdade sexual deles. Só que antes da liberdade sexual deles, que é secundária, tem que ser permitida a minha liberdade intelectual. A minha liberdade de expressão. Eu posso pensar. Se tirarem o meu poder de pensar, eu não vivo. Eu venço e morro.

(Deputado Federal Pastor Marco Feliciano) .

A partir dessa perspectiva amplamente exposta por veículos midiáticos religiosos e repercutida nas grandes mídias noticiosas, foi consolidada

uma campanha entre grupos evangélicos conservadores, destacadamente liderada pelo deputado federal Pastor Marco Feliciano e pelo pastor midiático Silas Malafaia com a bandeira da “salvação da família”. Essa movimentação tem raízes na campanha eleitoral de 2010, mas ganhou potência a partir de 2013 com a escolha do deputado federal pastor Marco Feliciano como presidente da CDHM. Assumia-se o lema “em defesa da liberdade de expressão, liberdade religiosa, da família tradicional e da vida” para marcar posição contra o casamento gay, o aborto e o Projeto de Lei 122/2006, que criminaliza a homofobia e está “congelado” na Câmara dos Deputados. A campanha ganhou força entre grupos religiosos também com a ação de pessoas ligadas à Frente Parlamentar Evangélica (FPE), como a advogada da FPE Damares Alves, que passaram a falar e disseminar materiais redigidos e em vídeo numa retórica do terror de que as famílias estão em risco por conta de ações governamentais federais.

Evangélicos e católicos
fazem manifestação
a favor da liberdade
religiosa, 05/06/2013.



Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

A campanha ganhou visibilidade com a realização da Manifestação pela Família Tradicional e a Liberdade de Expressão, em Brasília, em 5 de junho de 2013. A articulação liderada pelo pastor Silas Malafaia contou com o apoio de grupos evangélicos de distintas denominações e de segmentos católicos romanos, além de parlamentares não-religiosos, como Jair Bolsonaro (PP). Dali em diante, tornou-se slogan eleitoral do PSC, que, embalado pelo apoio conservador a Marco Feliciano no caso de 2013, decidiu lançar

candidato próprio à Presidência da República em 2014, o Pastor Everaldo. Foi também mote de vários candidatos ao Legislativo nas eleições de 2014.

Estas pressões têm repercutido na atuação da bancada evangélica no Congresso Nacional e tomado a forma de projetos de lei conservadores ou de obstáculos a outros projetos na ampliação de direitos. Um dos textos em evidência é o Projeto de Decreto Legislativo n. 234/2011, conhecido como “Projeto da Cura Gay”. Apresentado pelo deputado federal evangélico e presidente da FPE João Campos (PSDB-GO), propõe, em resumo, a anulação de uma resolução instituída pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), de 1999, para que psicólogos promovam tratamento com o objetivo de curar a homossexualidade. A OMS (Organização Mundial de Saúde) deixou de considerar a homossexualidade como doença em 1990, por entender que qualquer orientação sexual deve ser vista como parte natural do desenvolvimento humano. O projeto 234/2011, depois de muitos protestos, foi retirado de discussão pelo autor em 2013, mas em maio de 2014 foi reapresentado pelo deputado evangélico Pastor Eurico (PSB-PE). Outro texto destacado é o Estatuto da Família (Projeto de Lei 6583/2013), de autoria do deputado federal e pastor da Assembleia de Deus Anderson Ferreira (PR-PE), que prevê a definição de família como a união exclusiva entre um homem e uma mulher.

Os grupos religiosos têm conseguido ainda trabalhar na Câmara dos Deputados para inviabilizar a votação de um projeto, o Projeto de Lei 122/2006, criminaliza a homofobia – ações discriminatórias contra homossexuais. Aprovado na Câmara em 2006, o PL arrastou-se em trâmite pelo Senado até dezembro de 2014, quando foi arquivado, por conta de ações lideradas pelo Senador (evangélico) Magno Malta (PR-ES) e pelo Senador (católico) Welinton Dias (PT-PI). Um novo projeto foi apresentado pela deputada Maria do Rosário (PT-RS), o PL 7582/2014, desde então em tramitação em comissões.

O Projeto de Lei 5.069/13, do deputado (evangélico) Eduardo Cunha (PMDB-RJ), foi aprovado em comissão em 2015. O PL visa dificultar a realização de abortos por mulheres vítimas de estupro, com a definição de exigência de boletim de ocorrência e de um exame de corpo de delito para, só então, a mulher ser atendida em uma unidade de saúde. O PL veta, ainda, que a mulher receba orientações sobre aborto legal e define que ela só poderá receber medicamentos que não forem abortivos (tendo como alvo a pílula do dia seguinte). Há outros seis projetos correlatos sobre a questão

do aborto aguardando discussão/votação que nitidamente promovem a criminalização das mulheres.

Essas ações, entre outras que estão em tramitação, culminam com a proposição da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 99/2011, do presidente da FPE deputado João Campos (PSDB-GO), que inclui as associações religiosas de caráter nacional na lista de instituições autorizadas a questionarem regras ou leis junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). A PEC foi aprovada em comissão e aguarda votação em plenário.

Um destacado movimento reacionário se deu no Congresso Nacional em sintonia com ações de lideranças religiosas evangélicas e católicas em oposição à inclusão do tema “gênero” como elemento transversal no Plano Nacional de Educação e nos Planos Estaduais e Municipais de Educação. Ele representou uma “cruzada”, assumida nas mídias pelo Padre da Igreja Católica Romana Paulo Ricardo de Azevedo Júnior – Arquidiocese de Cuiabá (Mato Grosso – Brasil), contra o PL 8035/2010, de origem do poder executivo, que criava o PNE – Plano Nacional de Educação para os próximos 10 anos.

Padre Paulo Ricardo foi o propagador do termo “ideologia de gênero”, utilizado pela primeira vez pelo Arcebispo Católico do Rio de Janeiro D. Orani Tempesta, que define “gênero” como “uma nova técnica [marxista], idealizada, em conjunto com fundações internacionais, pelos partidos de esquerda que pretende, utilizando o sistema escolar, abolir a família como instituição social”. “Ideologia de gênero” tornou-se assim nova expressão de efeito em guerras verbais explicitadas em espaços midiáticos por católicos e evangélicos, cunhada para tratar pejorativamente a noção e os direitos de gênero. O padre escreveu em seus espaços midiáticos:

O sistema educacional brasileiro será transformado em uma máquina armada para a demolição e a destruição da família natural. É a nova revolução socialista de que o PT, orientado por organizações internacionais, é atualmente o principal protagonista no Brasil. Se o Plano for aprovado, nos próximos dez anos nossos filhos serão educados segundo a nova ideologia de gênero. (...) Todos os alunos serão obrigados a aprender como sexualidade normal todas as formas de vida sexual que não possuem qualquer relação com a formação de uma família fundamentada na união entre um homem e uma mulher.

Em concordância, o Pastor Silas Malafaia escreveu, entre inúmeras postagens sobre o tema em mídias sociais: “A ideologia de gênero apoia o sexo livre, só falam o que não assusta a sociedade, eles apoiam incesto pedofilia, zoofilia, homossexualismo e etc.”

Toda a “cruzada” está fundada na “defesa da família tradicional”. Em 2012, já havia sido instituído o Dia Nacional de Valorização da Família, 21 de outubro, resultado da aprovação do Projeto de Lei (PL) 3.905/2008, do deputado Leandro Sampaio (PPS/RJ). Em sessão solene em homenagem à criação da data, realizada na Câmara dos Deputados em 20 de novembro de 2012, foi proferido discurso pelo pastor Silas Malafaia, a convite do deputado André Moura (SE), líder do PSC na época. Além de valorizar a família tradicional, formada por homem, mulher e filhos, como instituição divina, Silas Malafaia reafirma o modelo patriarcal como o que deve ser defendido: “(...) Deus cria uma organização nessa instituição chamada família, coloca o homem como autoridade”. O pastor aproveita para denunciar, em seus espaços nas mídias, a existência de grupos inimigos desse modelo, como os movimentos feministas:

Tem algumas feministas que se assustam quando a gente fala que a autoridade pertence ao homem e elas não sabem definir o que significa autoridade. (...) E agora querem destruir as figuras da família, a desconstrução da heteronormatividade e a desconstrução dessa família nuclear. E nós vamos ver o que vai acontecer nas gerações futuras, o desarranjo social.

As mídias religiosas, a serviço dos grupos que lideram tais processos, repercutem essas abordagens. No entanto, chama a atenção o amplo espaço dado nas grandes mídias (não-religiosas), como já referido, para que esses grupos garantam a um público mais amplo a exposição de seus argumentos. Até mesmo em game shows e programas de humor, Marco Feliciano, Silas Malafaia e outros desses líderes são exibidos com simpatia, o que evidencia que esses personagens ganham um tratamento afável das mídias. O pastor Malafaia obteve das grandes mídias noticiosas até mesmo status de porta-voz dos evangélicos brasileiros, tamanha a incidência de sua presença em espaços diversos em todas as grandes mídias.

Portanto, retomando a constatação de que Feliciano, Malafaia e Bolsonaro representam uma parcela conservadora da sociedade brasileira, é pos-

sível reconhecer uma afinidade entre esses líderes e quem produz e emite conteúdos das mídias. Essa noção elucidaria a indiferença às polêmicas em torno de Silas Malafaia entre os próprios evangélicos. É possível interpretar ainda essa “boa-vontade” com o fato de os evangélicos terem se tornado mais visíveis e serem um segmento de mercado a ser considerado e “agradado”.

Se o neoconservadorismo evangélico tem como suas marcas na política as reações aos avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, o conservadorismo midiático se revela na forma como o noticiário despreza avanços nas relações políticas com os movimentos sociais e reage à concessão de direitos às classes desprivilegiadas, atuando pela manutenção do status quo. Isso corresponde ao fato de que o sistema de mídia no Brasil é controlado por grupos familiares vinculado às tradicionais oligarquias políticas regionais e locais. Reforça-se, portanto, a afinidade entre o jornalismo veiculado pelas grandes mídias e as lideranças evangélicas em destaque hoje. Exemplo pode ser tomado também da ampla campanha pela redução da maioria penal assumida pelas mídias noticiosas e liderada pelo senador evangélico Magno Malta (PR/ES) com apoio do presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha.

Esse intercâmbio, possibilitado pela mediação da religião e da política, explica a “boa vontade” midiática com Marco Feliciano, Silas Malafaia e, em 2014, com o candidato à Presidência da República Pastor Everaldo, que ganhou destaque entre os entrevistados do Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, em que foi tratado como um dos principais candidatos.

Inúmeros espaços midiáticos evangélicos e católico-romanos (mídias noticiosas, páginas e contas em mídias sociais) reproduzem o conceito defendido por lideranças religiosas, como explicitado nesta matéria, publicada pelo portal de notícias Gospel Maise amplamente repetida em vários grupos na internet:

A ideologia de gênero, em resumo, prega que a identidade sexual de uma pessoa seja construída a partir de suas experiências sociais, culturais e afetivas, e não a partir de sua constituição biológica. Na prática, isso significa dizer que, se implementada nas escolas, os alunos passariam a aprender que ser homem ou mulher é uma escolha pessoal, devendo assim, decidirem como querem ser tratados. (...) A ideologia de gênero, contrariamente

ao que dizem seus ativistas, não tem por finalidade combater a discriminação contra minorias. Ela tem origem no movimento marxista e tem por finalidade abolir a instituição familiar da estrutura social. É doutrina de Marx a noção de que a primeira de todas as opressões é constituída pela própria família, e que, sem a abolição da família, não poderá ser levada adiante a revolução comunista. Esta doutrina foi claramente exposta no último livro escrito por Marx, intitulado 'A Origem da Família, da Propriedade e do Estado', finalizado postumamente por [Friedrich] Engels", afirmou o especialista Alberto Monteiro .

A ofensiva conservadora nessa frente teve efeito a ponto de o Congresso Nacional ter reprovado a inserção da temática de gênero no Plano Nacional de Educação em 2014. Ocorreu ainda de deputados de oito dos 13 estados que sancionaram seus Planos Estaduais de Educação até junho de 2015 terem retirado a referência a gênero do texto. A afinidade das grandes mídias com o movimento religioso conservador revela-se quando o termo "ideologia de gênero" acaba sendo assumido pelo noticiário, até mesmo de jornais considerados avançados, como a *Folha de S.Paulo*. A *Folha* publicou matéria em 25 de junho de 2015, no caderno Educação, com o título "Por pressão, planos de educação de oito Estados excluem 'ideologia de gênero'".

Mídias como armas contra os inimigos

O que se pode observar no atual contexto do reacionarismo movido pelo neoconservadorismo evangélico é o desenvolvimento de processos comunicacionais midiáticos como armas na "guerra contra os inimigos da família". As mídias sociais são espaço privilegiado para tal, mas não o único.

A Editora Central Gospel, da Associação Vitória em Cristo (AVEC), do Pastor Silas Malafaia, que agrupa diferentes veículos midiáticos, lançou o livro "A estratégia: o plano dos homossexuais para transformar a sociedade". É uma tradução e adaptação do original "The agenda: the homosexual plan to change America", do pastor estadunidense Louis P. Sheldon, presidente da Traditional Values Coalition [Coalizão Valores Tradicionais], "uma organização lobista que representa igrejas e as bases que trabalham para preservar a ética judaico-cristã sobre a qual a América foi fundada". Na descrição do livro oferecida pelo site da Editora Central Gospel lê-se:

Desde o início, a família tem sido a base de uma sociedade civilizada. Pai, mãe e filhos — essa é a pedra angular do bem-estar social. Porém, a família nas últimas décadas não tem sofrido apenas com o aumento do divórcio e das crises internas; ela tem sido implodida pela estratégia gay, que visa eradicar a estrutura moral da sociedade e promover relações promíscuas. O que os homossexuais e seus apoiadores querem não é apenas tolerância ao homossexualismo, respeito e a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Eles desejam a legitimização de padrões de comportamento que a Palavra de Deus e a lei moral com que o Criador nos dotou identificam como abominação. E cabe aos cristãos, como sal da terra e luz do mundo, denunciar o pecado e combater esse plano diabólico para destruir o ser humano, feito à imagem e semelhança de Deus.

Há ainda os eventos realizados por celebridades midiáticas, que compartilham desses conteúdos, amplamente cobertos pelas mídias religiosas, com vasta repercussão nas mídias sociais. Entre eles estão os muitos encontros atualmente voltados para mulheres, como o Congresso de Mulheres Diante do Trono, promovido pela banda gospel Diante do Trono, liderada por Ana Paula Valadão. Aqui, as mulheres são convocadas a serem modernas e bem-cuidadas na aparência, mas não a perderem o lugar que lhes foi destinada por Deus como boas esposas e mães, defensoras da família tradicional. O sucesso do congresso levou à realização do Congresso Mulheres e Homens Diante do Trono, em que se reforça a dimensão da “salvação da família”.

Destaque e sucesso tem também a pastora e cantora gospel Sarah Sheeva. Nascida em família de artistas (filha dos cantores Pepeu Gomes e Baby do Brasil), em 2010 foi ungida e consagrada Pastora Aspirante da Igreja Celular Internacional (ICI) e no ano seguinte criou o Culto das Princesas, atividade voltada para socialização de mulheres solteiras e orientações pastorais sobre sexualidade. Em 2013, a pastora deixou a ICI e criou o Ministério Sarah Sheeva, com base em Goiânia. Entre os evangélicos, a pastora e missionária não prega a abstenção de sexo, mas defende a castidade das solteiras como resguardo para o homem ideal, na perspectiva

da construção de uma imagem de mulher que cuida de sua aparência, dentro dos padrões de beleza predominantes na sociedade ocidental, e que se submete ao “comando” do príncipe.

A base do conteúdo do Culto das Princesas e dos seminários e cursos a ele relacionados é a repressão do corpo, a negação da sexualidade como fonte de prazer e realização, a culpabilização da mulher como veículo de tentação e a afirmação dela como auxiliadora e submissa ao homem. O sucesso de Sarah Sheeva nas igrejas evangélicas é reforçado pela publicidade do seu discurso para o público mais amplo nas grandes mídias e sua amplificação nos espaços da internet. Ela já participou de vários talk-shows e programas femininos não-religiosos, na linha da abertura dada a abordagens conservadoras pelas grandes mídias, como mencionado acima. E, assim, a pastora caminha na contramão das lutas de movimentos feministas, de tantas décadas, pela libertação do corpo da mulher e contra toda e qualquer violência de gênero.

Indicações conclusivas

Os exemplos acima descritos são extratos de um universo muito mais amplo de produções e interações midiáticas que expressam os ecos do neoconservadorismo evangélico hoje em evidência. As celebridades midiáticas, responsáveis pela disseminação desses conteúdos, são portadoras de crédito do público evangélico, formadas nas bases do protestantismo fundamentalista e puritano, e, portanto, alçadas ao caráter de autoridades religiosas. São personagens de um processo sem precedentes na vida do país – isso porque a pregação da moralidade religiosa conservadora em relação à sexualidade e ao corpo da mulher rompe as fronteiras das comunidades religiosas e ganha o espaço da política, com plataformas baseadas na retórica do terror (“querem acabar com a família”) pelo impedimento da garantia de direitos sexuais e reprodutivos e de ações de enfrentamento à violência de gênero. São movimentos da dinâmica sociopolítica e religiosa midiaticizada que vão marcar novas tendências e merecem ser acompanhados nos tempos por vir.

A militância política de grupos ecumênicos na construção da democracia brasileira

Tatiane dos Santos Duarte¹³⁵

Introdução

A entrada de grupos vinculados às religiões pentecostais e neopentecostais na política institucional brasileira, a partir das eleições de 1986 e da instituição da Assembleia Nacional Constituinte/ANC em 1987, suscitou uma grande e variada produção acadêmica sobre a historicidade, as permanências, as transformações e as reconfigurações das relações entre religião e política em nossa sociedade e seus efeitos para a democracia brasileira. Essa ‘novidade’¹³⁶ sociológica tem contribuído para importantes reflexões sobre laicidade, liberdade e pluralismo religioso e sobre as influências de valores religiosos para a agenda dos direitos humanos e das liberdades democráticas.

Igualmente, o espaço público brasileiro tem sido convulsionado por controvérsias¹³⁷, marcando um campo de disputa de narrativas e de projetos políticos entre grupos que defendem direitos morais inalienáveis – todavia, muito recentemente, balizados por argumentos científicos e pela linguagem

¹³⁵ Licenciada em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ. Mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/PPGAS da Universidade de Brasília/UnB. Sua dissertação analisou a participação política de parlamentares evangélicos na Câmara Federal a partir da relação entre retórica religiosa e a constituição de projetos de leis “a favor da vida, da Igreja e da família”. Doutoranda em Antropologia Social do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/PPGAS da Universidade de Brasília/UnB. Norteada por uma perspectiva epistemológica feminista, sua tese analisa etnograficamente as controvérsias em torno da justiça e da igualdade de gênero nos espaços de atuação política do movimento ecumênico e as posições e demandas de algumas mulheres em processos de disputa teológica, política e histórica nesse campo marcado pela primazia masculina patriarcal. Interesses de pesquisa: atuação política de grupos cristãos; implicações entre estado laico, democracia, liberdades civis e direitos humanos; religiões e espaço público no Brasil contemporâneo; justiça, relações e igualdade de gênero e direitos sexuais e reprodutivos; etnografia e epistemologias feministas. E-mail: tatianedosantosduarte@gmail.com

¹³⁶ Utilizo aspas simples para gírias e apelidos, emprego de sentido irônico ou para indicar desconforto com o uso da palavra. ‘Novidade’ assim está grafada para indicar ironia, visto que religiões cristãs e espaços da política sempre estiveram intimamente relacionados na sociedade brasileira – inclusive, os protestantes (Campos, 2010).

¹³⁷ Sigo aqui a proposta de Montero (2012), segundo a qual a controvérsia ultrapassa o sentido de “polêmica” ou “divergência”. Trata-se de entender como “um conjunto de fatos é reunido em um debate público, quais os processos de tradução que transformam o sentido da linguagem ordinária em um problema social. Em uma etnografia das controvérsias cada ator pode ser decomposto, como sugere Latour, em uma rede mais ou menos heterogênea de proposições” (p. 178).



Manifestantes protestam contra a permanência do dep. Pr. Marco Feliciano (PSC-SP) na presidência da CDHM, durante Audiência Pública, 27/03/2013.

Foto: Alexandra Martins / Câmara dos Deputados

jurídica – e grupos que defendem a plena efetivação dos direitos humanos e das garantias democráticas constitucionais (Vital; Leite, 2013). Por certo, não há laicos e religiosos, conservadores e progressistas ou moralistas e democratas enquanto filiações coesas e sem porosidades e contradições (Duarte, 2014).

Nesse cenário, é importante considerar que, mesmo o Estado brasileiro sendo laico (no sentido de não confessional), a sociedade brasileira ainda não está plenamente vinculada a valores seculares, sendo, pelo contrário, amplamente formada por valores religiosos. Por isso, é preciso entender as definições de secular e suas relações com “valores mais monistas” e “valores mais pluralistas” (Robbins, 2013) comunicados não apenas pela institucionalidade religiosa, mas pela forma como grupos e pessoas religiosas vivenciam esses valores de modo contrastivo e não atômico (Tarde, 2007) nos diferentes espaços de atuação religiosa e política.

Seguindo esta perspectiva de que até os “mais crentes” (Duarte, 2015) vivem o contrassenso diário de princípios ideais, passei a buscar nas redes sociais e em sítios da *internet*¹³⁸ por grupos cristãos que se posicionassem publicamente pela defesa da laicidade e das liberdades e direitos democráticos, com ênfase nos direitos sexuais e reprodutivos. Por meio dessas inves-

¹³⁸ Utilizo apenas itálico: palavras e locuções em outros idiomas ou expressões latinas. Aspas duplas e grifo em itálico para categorias êmicas e falas das interlocutoras da pesquisa, de outras pessoas que circulam pelo meu campo de pesquisa e também para expressar categorias de outros campos sociais e analíticos. Apenas aspas duplas: citações bibliográficas, conceitos meus ou de outras pesquisadoras e pesquisadores.

tidas e da minha rede relacional, consegui contatos importantes de pessoas vinculadas ao movimento ecumênico com as quais poderia me comunicar.

Essa primeira aproximação me conduziu ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs/CONIC, com sede em Brasília/DF, a partir de onde iniciei minha inserção em parte do campo de incidência política do movimento ecumênico brasileiro. Passei, então, a buscar em sítios da *internet* e em páginas institucionais nas redes sociais informações sobre as instituições ecumênicas e sobre a história do movimento ecumênico brasileiro. Era importante mapear minimamente quais eram os posicionamentos atuais desse grupo no espaço público brasileiro¹³⁹ que poderiam ser contrastados aos meus estudos antropológicos com setores religiosos cristãos considerados 'conservadores', como a Frente Parlamentar Evangélica/FPE (Duarte, 2011). Esse primeiro mapeamento apontou para diversas distinções entre esses grupos, desde a abordagem teológica sobre o papel das religiões na construção e no fortalecimento da democracia até temas como laicidade, liberdade religiosa e direitos humanos.

Desde agosto de 2014, venho realizando trabalho de campo em eventos, fóruns, reuniões e outros espaços nos quais atuam pessoas e coletivos vinculados ao movimento ecumênico brasileiro. Entretanto, no decorrer da pesquisa de campo, foi possível perceber que, especialmente em sua institucionalidade, o movimento ecumênico continua a ter uma faceta masculina, patriarcal e clerical, assim como a ampla maioria dos grupos cristãos e das próprias igrejas cristãs. Desse modo, se aproximando daqueles dos quais procura se diferenciar, há ainda certa dificuldade de grupos ecumênicos lidarem com as pautas políticas e as perspectivas feministas. Guardadas as devidas diferenças entre as igrejas nas adesões a esses temas, de modo geral, a teologia patriarcal¹⁴⁰ ainda impacta o campo ecumênico de modo reforçar as desigualdades de gênero em diversos espaços. Por

¹³⁹ O espaço público é constituído por fluxos de discursos em contraposição com outras esferas da sociedade, assim, enquanto categoria analítica permite "tornar visíveis as relações entre sujeitos de discurso e construir abstratamente um modelo da rede de circulação de categorias de modo a compreendermos a dinâmica dos processos de produção de legitimidade" (Montero, 2012, p. 177).

¹⁴⁰ As teologias feministas têm impacto profundo nas subjetividades religiosas e políticas dessas mulheres sendo, pois, recurso hermenêutico e epistemológico de contraposição ao patriarcado teológico que outorgou a submissão e a inferioridade feminina na igreja, na casa e na sociedade. Aliadas também aos feminismos laicos, elas reafirmam, em algumas instâncias, a efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos sem a legislação de moralidades religiosas restritas forjadas a fim de exercer controle e poder sobre seus corpos e sexualidades.

exemplo, em sua própria história, da qual as mulheres foram excluídas enquanto também partícipes do projeto profético de comprometimento com o bem viver na “*Casa comum*” (Duarte, 2016).

Mesmo marcada por essas contradições ideológicas e políticas profundas, o movimento ecumênico brasileiro produziu efeitos importantes para a construção da democracia brasileira enquanto “voz profética” na defesa das liberdades e dos direitos democráticos e contra as desigualdades e as injustiças sociais. Nos anos 60, influenciados pela teologia da libertação, atuaram com setores católicos ‘progressistas’ na luta contra a ditadura militar (Dias, 2014; Brito, 2010; 2014). E, no período de redemocratização, estiveram envolvidos de forma direta na promoção dos direitos individuais e na formulação e garantia dos direitos humanos (Steil; Toniol, 2012; Dias, 2013; Montero, 2012).

Diante desse quadro, este artigo se propõe analisar o posicionamento histórico do movimento ecumênico pela defesa dos direitos humanos e das liberdades laicas, relacionando-o às atuais incidências públicas desse grupo em favor do fortalecimento da democracia brasileira.

O comprometimento ecumênico profético com a “*Casa comum*”

Quem é ecumênico pergunta pelos viventes, o conjunto dos habitantes, e, a partir daí, pode questionar e desafiar as normas (econômicas) e os arranjos/valores (ecologia). É por essas e outras que o ecumenismo é muito mais que unidade dos cristãos ou diálogo com judeus e muçulmanos! O ecumenismo é a pergunta por um outro mundo possível. O ecumenismo é atitude, postura política diante do mundo todo habitado. Por isso, o ecumenismo é rechaçado e indesejado nas igrejas cristãs que não aceitam abrir mão de seu lugar de poder na formulação civilizatória hegemônica.

Nancy Cardoso, teóloga, “Ecumenismo: coceira no púbis e dádiva”, 2014a, p.46-47.

O ecumenismo moderno foi influenciado pelos ideais iluministas do advento da modernidade (Bencke, 2014) sendo fruto das inquietações que

surgiram no século XVIII, que provocaram estruturas políticas, sociais e econômicas e fomentaram novas formulações para as relações humanas, como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão na França (1789) e a Carta de Direitos nos Estados Unidos (1791). No século XIX, guiados por uma aspiração pela unidade entre cristãos, leigos e leigas criaram associações a fim de aprofundar o espírito do diálogo, às margens das estruturas eclesiais de suas igrejas. Em seguida, esses grupos passaram a estudar a Bíblia, a discutir os problemas da sociedade e a realizar críticas às doutrinas e aos dogmas religiosos. Todavia, nesse contexto de diversas rupturas, o ideal de unidade cristã também se forjou por filiações a hegemonias.

No início do século XX, a proposta de unidade entre os cristãos tinha uma face protestante, europeia, marcadamente anti-católica¹⁴¹ e estritamente vinculada aos projetos missionários. Sigo a “suspeita” de Souza (2014) de que os imaginários missionários que balizaram os projetos de grupos ecumênicos no início do século passado eram de caráter eurocêntrico¹⁴². Segundo o autor, a Conferência Missionária de Edimburgo (1910) se constituiu como fórum de definição da partilha das terras latino-americanas a serem evangelizadas, concorrendo, assim, contra a histórica influência cultural católica no continente. Essa iniciativa marcava a adesão do projeto de unidade cristã às concepções políticas, éticas e ideológicas de seu tempo: os territórios latino-americanos eram espaços de domínio colonial.

Assim, as missões protestantes seguiriam “roteiros coloniais” (Souza, 2014, p. 22), sendo guiadas pelo projeto de cristandade universal eurocêntrica e branca influenciado pelas iniciativas imperiais dos países colonizadores. À época, os protestantes consideravam que a evangelização católica não havia logrado êxito porque não havia conseguido realizar a mudança cultural dos povos nativos. Desse modo, o projeto missionário protestante

¹⁴¹ Na década de 1920, muitas conferências cristãs foram realizadas com o objetivo de formar e formalizar uma unidade cristã que atendessem ao diálogo e não aos dissensos (Teixeira; Dias, 2008). Todas essas iniciativas tinham, contudo, um tom anticatolicismo. Porém, as disputas não eram apenas entre protestantes e católicos. Como aponta Bencke (2014), o ecumenismo em sua nascente lidou com oposições de setores vinculados ao então nascente fundamentalismo cristão (cf. Cordeiro, 2009; Dias, 2009) e de setores protestantes que divergiam quanto ao papel da igreja na sociedade e o caráter de sua vocação missionária.

¹⁴² Apesar da vasta literatura produzida, principalmente, pela teologia e as ciências da religião sobre o ecumenismo moderno, as missões e os protestantismos na América Latina no início do século XX, pouco se tem refletido sobre esses processos considerando as perspectivas coloniais. Nancy Cardoso (1996) apontou os impactos coloniais no cristianismo e no ecumenismo, o que depois ela formulou (2014a) na ideia de “discurso filosófico e científico que as pretensões ocidentais do Um e do Primeiro efetivam sua presença de poder” (p. 44). Ou seja, “modelos interpretativos ocidentais hegemônicos em suas pertencas colonialistas e sexistas” (p. 44) que marcam o pensamento filosófico ocidental e os pensamentos religiosos cristãos até hoje.

também se influenciava por outra ideia de seu tempo: os povos não europeus estavam em um estágio de inferioridade civilizacional, assim, o protestantismo anglo-saxônico de cultura superior e de caráter civilizatório os salvaria do estágio de barbárie.

Nesse sentido, o Congresso do Panamá (1916), coordenado por sociedades missionárias que atuavam na América Latina, deu seguimento à proposta missionária calcada em um modelo de cristandade civilizacional vinculado a um modelo de sociedade moderna e de educação culta (Souza, 2014). No Brasil, as missões protestantes se alçaram em projetos educacionais e de alfabetização a fim de concretizar a expansão da doutrina protestante, visto os requisitos de leitura para a livre interpretação bíblica (Bencke, 2014).

Durante o período entre as guerras mundiais, os propósitos de unidade cristã se concentraram em prol da justiça e da paz entre os povos¹⁴³. Para isso, cada Igreja (ortodoxas e não ortodoxas) passou a discutir sobre o estabelecimento de uma base doutrinal comum entre os cristãos, especialmente sobre as questões de batismo, eucaristia, ministério e interpretação das escrituras. Em 1937, iniciam-se os primeiros esforços de construção de um organismo que fosse normativo para as igrejas, sem se constituir em uma “superigreja” (Teixeira; Dias, 2008). Desse trabalho, em 1938, formou-se o Conselho Ecumênico de Igreja na Holanda e, em 1946, o Instituto Ecumênico de Bossey, em Genebra, Suíça, bases da formação do Conselho Mundial de Igrejas/CMI.

Apenas com a criação do CMI em 1948 na Holanda, o ecumenismo ganha forma organizacional, conceituação teórica e expressão política¹⁴⁴. Sendo criado, pois, no mesmo período da Carta de direitos humanos, entre os quais estão os direitos das mulheres, no bojo da afirmação de novas prerrogativas para o mundo pós-guerra. Desde então, o CMI tem assumido o comprometimento de atuar enquanto agente promotor da paz, da dignidade humana e de estruturas sociais mais igualitárias e justas, reunindo a nível internacional as mais diversas igrejas e denominações cristãs como uma expressão da comunhão eucarística entre os cristãos¹⁴⁵.

¹⁴³ Há que se ressaltar também a participação de setores pentecostais no ecumenismo. Líderes pentecostais participaram de duas assembleias do CMI, primeiro como observadores e mais adiante como convidados, e até de algumas de suas Comissões (Cunha, 2009).

¹⁴⁴ Sua primeira assembleia contou com 147 igrejas-membros e tinha uma faceta ainda predominantemente protestante e ocidental. Desse modo, o perfil CMI se modifica durante a década de 1960 com o afluxo de muitas igrejas ortodoxas do Oriente e de igrejas recém-autônomas de regiões anteriormente coloniais.

¹⁴⁵ Hoje, participam do CMI igrejas protestantes e ortodoxas e também algumas pentecostais e indepen-

Na América Latina, o CMI atua desde a década de 1960 fomentando a construção de espaços ecumênicos de diálogo entre diferentes tradições cristãs para debater a realidade político e social do continente. Esses grupos formaram o quadro que teve papel importante contra a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Nem todos os religiosos se posicionaram declarando oposição ao novo regime¹⁴⁶, no entanto, muitos integrantes ligados ao movimento ecumênico brasileiro insurgiram contra a violência e o autoritarismo do novo regime, vindos, inclusive, de suas bases religiosas. Muitos deles foram denunciados por seus pastores ou irmãos de Igreja (Brito, 2014; Dias, 2014). A Confederação Evangélica do Brasil foi desmantelada em 1964 e seus membros perseguidos, dentro e fora das Igrejas, sendo reaglutinada em 1965 no Centro Evangélico de Informação/CEDI¹⁴⁷.

Do Concílio Vaticano II, a Igreja católica conclama pela primeira vez “a opção pelos pobres”, pelas juventudes e pelas comunidades eclesiais de base. A Teologia da Libertação é a veia ideológica que passa a guiar as ações católicas romanas para a promoção da transformação social¹⁴⁸. Esse novo posicionamento se adere às reflexões teológicas dos ecumênicos que na Conferência do Nordeste (1962) propuseram mudanças teológicas e políticas-ideológicas em suas Igrejas (Brito, 2014; Teixeira; Dias, 2008). É o início da aproximação de católicos ao movimento ecumênico, especialmen-

des, nenhuma brasileira. No Conselho Latino-Americano de Igrejas/CLAI ocorre o mesmo: há igrejas pentecostais como membros, de diversos países do continente, mas nenhuma brasileira. A Igreja Católica Romana/ICAR continua não sendo membro, apenas parceira do CMI na Comissão de Fé e Ordem e na Comissão de Missão e Evangelismo.

¹⁴⁶ De todo modo, não é possível distinguir de forma radicalmente oposta os grupos enquanto apoiadores e opositores à ditadura militar. Como ponderou Brito (2009), a oficialidade católica dialogou de diversas formas com o regime ditatorial, especialmente de modo a garantir o seu status de religião hegemônica. “A despeito da crítica ao regime, por meio de comunicações oficiais, a CNBB, em particular, negociava com ele em certos momentos visando à permanência de interesses institucionais em detrimento das outras igrejas. Afinal, quando o governo do presidente Geisel tentou construir uma ‘catedral ecumênica’ em Brasília, a cúpula da CNBB reagiu com veemência no sentido de que aquele espaço religioso fosse, exclusivamente, católico. Entretanto, no âmbito das relações ecumênicas a CNBB afirmava seu comprometimento com os ideais da ‘busca da unidade entre todos os cristãos’ pela bandeira do ecumenismo, procurando aproximar-se dos protestantes e convidando lideranças de outras igrejas para participar de suas Assembleias anuais” (p. 195).

¹⁴⁷ O Centro Ecumênico de Informações/CEDI era a entidade de posição ecumênica mais consistente (inclusive com alianças a setores acadêmicos e católicos progressistas), que, apoiada nas bases do CMI, promoveu serviços de assessoria, documentação e publicações para os movimentos sociais a partir da defesa de valores democráticos.

¹⁴⁸ Nessa época, a proposta latino-americana era o ecumenismo de base efetivado por instituições que promoviam lutas pela justiça e pela dignidade humana a partir do ideal religioso do “Cristo encarnado no pobre como motivo da aproximação mútua” entre os cristãos (Dias, 2007, 13), como as comunidades eclesiais de base católica, que eram grupos de laços comunitários e propunham uma leitura popular bíblica em articulação com a vida e com a realidade política e social.

te a partir da defesa de direitos humanos centradas na proteção da dignidade humana dos presos políticos e das vítimas do regime militar. Dessa perspectiva, aliada à da vida digna para os mais pobres, a defesa católica dos direitos humanos se deslocou da defesa dos direitos individuais para o campo da moral sexual (Machado, 2010; Steil; Toniol, 2012).

Em 1974, o tema dos direitos humanos foi tratado na consulta internacional do CMI na Áustria, sob o lema “Os Direitos Humanos e a Responsabilidade Cristã”. Em sua Seção V, que tratava das “Estruturas Injustas e Lutas pela Libertação”, reconheceu-se que as violações dos direitos individuais eram consequências de estruturas injustas que exploravam os pobres. Em 1975, na Assembleia do CMI em Nairóbi, Quênia, isso foi assumido como posição oficial do Conselho, expressando o consenso ecumênico acerca dos significados dos direitos humanos. Desde então, o Conselho tem atuado, em nível internacional, na promoção dos direitos humanos¹⁴⁹ como parte da vocação essencial de suas igrejas-membro (Dias, 2013) – compromisso profético com a pauta dos direitos humanos ratificado pelas Igrejas membros do CMI na Assembleia de Vancouver, Canadá, em 1983.

A partir da década de 70, entidades são criadas no Brasil com o apoio do CMI para concretizar a vocação profética do ecumenismo com o bem-estar e o cuidado da “*Casa comum*” por meio da promoção da justiça social e dos direitos humanos¹⁵⁰. Essas organizações são financiadas por agências de cooperação internacional¹⁵¹ e se relacionam no campo ecumênico de

¹⁴⁹ Após a guerra, o CMI incentivou os ministérios de desenvolvimento das igrejas e continua esse trabalho entre os refugiados, os imigrantes e os pobres. Durante a Guerra Fria, o CMI proporcionou um fórum para o diálogo Leste-Oeste.

¹⁵⁰ Diaconia é fundada em 1967 no Rio de Janeiro e em 1980 se transfere para o Recife/PE, atuando com crianças, adolescentes, jovens, famílias e comunidades eclesiais nessa cidade e em Fortaleza. Em 1979, biblistas católicos formulam a metodologia da Leitura Popular da Bíblia, inspirada em Paulo Freire, que propõe uma nova leitura bíblica a partir do triângulo hermenêutico (Realidade – Bíblia – Comunidade). Dessa experiência surge o Centro de Estudos Bíblicos/CEBI. Em 1973, é criada a Coordenadoria Ecumênica de Serviço/CESE, que implementa projetos de educação e geração de fonte de renda. O Centro Ecumênico de Serviços à evangelização e à educação popular/CESEEP foi fundado em 1982. Inspirado na proposta de Educação Popular do educador Paulo Freire, a entidade presta serviço aos movimentos populares, às pastorais sociais e às comunidades e igrejas, acompanhando seus trabalhos e realizando cursos de qualificação. Em 1995, o CEDI se desmembra em três entidades: o Instituto Socioambiental, a Ação Educativa e Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço. Koinonia, que tenho também acompanhado mais de perto, realiza ações políticas de promoção de direitos e justiça socioambientais, formação de educadores populares, busca de condições de vida dignas para populações histórica e culturalmente vulneráveis, ação emergencial diante de reveses climáticos, bem como na reflexão teológica e na comunicação alternativa.

¹⁵¹ Igreja da Suécia, Pão para o Mundo – Serviço Protestante para o Desenvolvimento (Alemanha), Christian Aid (Inglaterra), KatholischeJungschar (Áustria), Fastenopfer (Suíça), Die Arbeit von Adveniat (Alemanha), Kerk in Actie (Holanda). Essas agências financiam outros organismos ecumênicos no Brasil. Hoje, segundo

formas distintas, possuindo variadas formas de organização, missão e serviço¹⁵². Vou me centrar apenas no CONIC, porque é a partir dessa instituição que tenho acompanhado mais de perto parte das incidências públicas atuais do movimento ecumênico.

Em 1982, após um longo processo de articulação entre a Igreja Católica Apostólica Romana/ICAR, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil/IECLB e a Igreja Metodista/IM (Bencke, 2014), o CONIC¹⁵³ é fundado a partir da perspectiva de confissão da fé comum em Jesus Cristo e na missão de comunhão profunda em prol de um testemunho público de serviço ao povo brasileiro. Para Brito (2009), a formação do CONIC advém da aproximação de setores de igrejas cristãs, distantes doutrinalmente, engajadas desde os anos 60 em projetos de lutas sociais e políticas pela vida digna dos mais pobres e na defesa dos direitos humanos. Nesse sentido, a criação do CONIC aproximou as igrejas e promoveu acordos e pactos mútuos, como o de reconhecimento do batismo e o de hospitalidade eucarística.

Entretanto, esse engajamento é também marcado por tensões¹⁵⁴, pois encontra dificuldades por expressar um ecumenismo eclesiástico (Bencke, 2014), especialmente porque cada Igreja-membro tem um encaminhamento sobre determinadas pautas, logo, elas podem aderir ou se opor às propostas do Conselho. Essa questão também impacta a capilaridade das ações do Conselho nas comunidades das Igrejas que o integram, justamente porque, muitas vezes, seus representantes expressam localmente mais a identidade religiosa do que o compromisso político ecumênico (Bencke, 2014).

relatos, o financiamento está bem escasso, pois a maioria dos recursos está sendo destinada para a África, que tem sido privilegiada, uma vez que há a concepção de que o Brasil superou a pobreza, embora não a desigualdade social. Por isso, há a previsão de uma retirada paulatina de recursos entre 2017 e 2018. Todavia, a maior parte da renda das instituições ecumênicas advém de projetos de cooperação com essas agências.

¹⁵² Nos anos 2000, as Igrejas formam organizações ecumênicas próprias com o mesmo escopo de incidência política e de prestação de serviços, como a Federação Luterana de Diaconia/FLD, criada pelo Conselho da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil/IECLB, cuja ação se volta a grupos socialmente vulneráveis e comunidades empobrecidas.

¹⁵³ Sua ata de fundação afirma como membros a Igreja Católica Apostólica Romana/ICAR, a Igreja Cristã Reformada/ICR, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil/IEAB, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil/IECLB e a Igreja Metodista/IM.

¹⁵⁴ Um dos dissensos diz respeito à presença da Igreja Católica Romana no Conselho e em outros espaços e ações ecumênicas. Segundo Bencke (2014), a criação do CONIC foi postergada pela grande dificuldade de algumas Igrejas em aceitarem a presença católica romana. A Igreja Metodista saiu do quadro do CONIC e se retirou de todos os espaços ecumênicos em que a Igreja Católica Romana estivesse. Outra questão controversa diz respeito à possibilidade do CONIC estabelecer diálogo com outras religiões, não cristãs. Cunha (2009) e Brito (2009) abordam outras tensões no ecumenismo brasileiro ao longo de sua história.

Essa diversidade de ideias e posicionamentos produzem efeitos no âmbito da política e das incidências públicas do movimento ecumênico. O CONIC tem impactado positivamente o campo político e social brasileiro por conta de sua atuação em favor da dignidade e dos direitos humanos como fidelidade ao testemunho público ecumênico de cuidado da “*Casa comum*”. É uma representação de igrejas, mas estritamente preocupada com as questões da vida política, social e econômica brasileira. Desde sua criação, o posicionamento do CONIC tem se dado especialmente a partir de pronunciamentos públicos, todavia, nos últimos anos, ele tem se engajado mais concretamente em incidências públicas e campanhas virtuais, em parceria com outros organismos ecumênicos¹⁵⁵, em prol da democracia e dos direitos humanos, como veremos a seguir.

Ao longo da história, instituições e pessoas vinculadas ao ecumenismo têm se posicionado no espaço público e em outros cenários de modo a contribuir para a contestação das ordens que violam os direitos de todos e de todas viverem de forma digna. Sob o prisma da unidade referenciada no movimento de Jesus, as iniciativas ecumênicas se alicerçam pela diaconia (“*vir ao mundo para servir*”), a *koinonia* (comunhão) e o engajamento sociopolítico para cumprir a “agenda ética de Jesus” (Teixeira; Dias, 2008, p. 108) de bem viver da *oikumene*. Como todo campo de discurso (Bourdieu, 2001), inclusive intelectual, o ecumenismo é marcado por diversas disputas narrativas e conceituais¹⁵⁶.

Ao longo dessa história, as organizações ecumênicas possuíram em seus quadros apenas igrejas cristãs¹⁵⁷, pois o surgimento do ecumenismo

¹⁵⁵ Muitas organizações ecumênicas participam do Fórum Ecumênico composto por igrejas, conselhos e organizações ecumênicas. Criado em 1994, o Fórum Ecumênico busca fortalecer o campo ecumênico através de ações de cooperação que favoreçam o diálogo entre culturas religiosas a fim de promover um testemunho ecumênico que contribua para a dignidade e os direitos humanos. Para isso, realiza reuniões anuais em que reflexionam sobre as atividades anuais decorridas e estabelecem as prioridades de incidência política para o ano seguinte. Hoje o Fórum Ecumênico faz parte da ACT Alliance sendo então nomeado FEACTION – Brasil.

¹⁵⁶ Para Cunha (2009), é difícil equacionar ecumenismo ‘igual a’ movimento ecumênico, pois o *oikumene* é um princípio cristão expresso pelo verbo “bíblico-teológico da unidade da criação de Deus que chama ao valor ao outro e à diversidade (Gn 2.18) e resulta em aceitação, respeito, diálogo, responsabilidade com a criação, parceria, amor ao outro (Dt 10.19)” (p. 1). Já o movimento ecumênico é a concretização histórica do princípio da unidade, cuja datação histórica é mais recente. (Ver Teixeira; Dias, 2008, p. 23-26).

¹⁵⁷ Além das organizações e parceiros, participam do movimento ecumênico as igrejas denominadas protestantes históricas (como a Igreja Evangélica de Confissão Luterana/IECLB, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil/IEAB e a Igreja Presbiteriana Unida/IPU) e a Igreja Católica Romana/ICAR. Além das supracitadas, do CONIC participa a Igreja Síria Ortodoxa de Antioquia/ISOA e, do Fórum Ecumênico ACT Brasil, a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil/IPI e a Igreja Ortodoxa Siriana.

teve como propósito a busca da unidade entre as pessoas seguidoras de Jesus Cristo como elemento central da vivência dos valores do Evangelho. Desse modo, o termo ecumenismo ficou restrito às relações entre cristãos e cristãs, sendo, portanto, distintas daquelas realizadas com pessoas de outras religiões, denominadas diálogo interreligioso (Teixeira; Dias, 2008) ou de macroecumenismo. Todavia, minhas companheiras intelectuais (Borges, 2014) e outros interlocutores estão menos engajados em produzir formulações teóricas do que em pensá-las através dos encontros entre as pluralidades que se vinculam e fazem do projeto ecumênico movimento e travessia (Souza, 2014, p. 15).

Sendo o ecumenismo não apenas um “conceito polissêmico” (Brito, 2014, p. 18), mas de disputa política, talvez sua única universalidade seja o comprometimento de fazer “*denúncias prof(éticas)*” das mazelas que acometem a “*Casa comum*”, alimentado pela teologia da dignidade humana em busca da afirmação dos direitos humanos, da justiça social e a paz. Mas, se o termo ecumênico, em sua acepção política e ideológica, é polifonia, a sua etimologia nem tanto – *oikoumene* é “*casa comum*” ou “*toda a terra habitada*”, é a utopia que pulsa no movimento ecumênico e que tem dado, ao longo de sua história, sentido a seus ditos e feitos.

Talvez por isso, as pessoas com que tenho dialogado acionem a metáfora de construir pontes, não muros, pois estão, sobretudo, preocupadas em dialogar com suas comunidades de fé e grupos ecumênicos, mas também com outras expressões religiosas e distintos movimentos e organizações sociais, de modo a incidir publicamente em questões candentes da vida política e da sociedade¹⁵⁸. Por isso mesmo, diante de tal polifonia, o ecumenismo é movimento de rupturas, de dissensos, de contradições, que dialoga com a sociedade e as margens das estruturas das *eclesias* que o compõem a fim de transformar o mundo habitado no “*reino de justiça e paz*”. Nesse sentido, o movimento ecumênico se configura enquanto movimento social engajado sociopoliticamente “*pela defesa de direitos*”. É o que veremos a seguir.

¹⁵⁸ Apenas para citar alguns exemplos de importantes ações fruto dos esforços também de setores do movimento ecumênico nas últimas décadas: mobilização para a denúncia e registro dos crimes de tortura que resultou no Projeto *Brasil: Nunca Mais*, com o apoio do Conselho Mundial de Igrejas e mobilização contra o Estatuto do Desarmamento.

O comprometimento ecumênico ético com a “Casa comum”

Não comemos para formar nossa identidade – diz Rouanet, mas para desfazê-la e refazê-la. Comi-o: não somos ecumênicos para saber que eu não sou o outro, para ter noção da minha identidade. Ser ecumênico é ser nômade. Inacabado. O ecumenismo que nos interessa é tupinambá e não os rituais caetés de igrejas que não se deixam comer. Ser ecumênico é negar, preservar e transcender também a sua própria tribo: o que equivale, em língua de antropófago, a mastigar o alimento, recebê-lo no estômago e transformá-lo.

[...]

O ecumenismo tupinambá se arrisca, se guia pelo cheiro, se guia pela grande fome do oikosque não se deixa reduzir ao tamanho da taba. Excomungados e lúcidos. Os tupinambás: veem tudo de fora, julgam tudo de fora, e decidem absorver ou expelir segundo critérios diferentes dos critérios tribais. Ser ecumênico é assim estar “em casa no mundo todo, exilado em toda parte... Porque fome de tupinambá é grande demais. É uma fome transcultural, transtribal. Catiticatiti, imaranotiá, noti-áimara, ipeju”.

Nancy Cardoso, teóloga, “A alegria é a prova dos nove: antropofagia e ecumenismo”, 2014b, p. 94-95.

Nos últimos anos, o movimento ecumênico brasileiro tem pluralizado o escopo de sua atuação política, seguindo a utopia da construção da “terra habitada” com justiça a todos os seus viventes, incidindo e se posicionando publicamente pela defesa da laicidade do Estado, do pluralismo religioso, das identidades de gênero, dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, pelo fim do genocídio das juventudes negras, em defesa dos povos indígenas e contra as intolerâncias religiosas.

Como em todo grupo, mesmo que haja aderências a modelos interpretativos hegemônicos e fundamentalistas (Cardoso, 2014a), especialmente quando as ações estão mais vinculadas às institucionalidades eclesiais,

há também aqueles e aquelas que se afastam dessa universalização excludente, se aproximando de entre-lugares interculturais, dos afetos plurais e das dinâmicas relacionais e inclusivas¹⁵⁹. Tenho acompanhado diversas incidências públicas promovidas por entidades ecumênicas, mas primando por privilegiar as pessoas vinculadas nesse projeto de fazer do ecumenismo movimento, em constante andança e em travessia (Souza, 2014,15) de “conversações” entre particularidades indistintas.

Por exemplo, *Koinonia* – Presença Ecumênica e Serviço afirma uma *diakonia* ecumênica que incide em comunidades tradicionais de terreiro, dialogando com elas, a fim de promover justiça, igualdade e direitos para todas as pessoas viventes na “*terra habitada*”. Também realiza importante incidência em comunidades religiosas através de rodas de conversa sobre as violências contra as mulheres na sociedade. A Rede Ecumênica da Juventude/REJU propõe um encontro ecumênico entre pluralidades a partir do diálogo entre experiências de pessoas com diversas expressões de fé e espiritualidade, com e sem vivências religiosas, que compõem igualmente a Rede.

As incidências políticas mais recentes do movimento ecumênico estão orientadas por essa perspectiva da construção do projeto da “*Casa Comum*”, mas através do diálogo entre a profecia religiosa e as questões da vida política brasileira. Por isso mesmo, apesar de um refluxo nas últimas décadas, o movimento ecumênico tem se posicionado de forma mais incisiva no espaço público em um contexto de aumento das intolerâncias religiosas e de ameaças à laicidade do estado, ao pluralismo religioso e à própria democracia. Esse posicionamento também se insere em um campo de disputa de narrativas não apenas teológicas, mas pelos valores sociais e pelas definições do papel do Estado e das religiões na sociedade brasileira, com setores religiosos ‘conservadores’ que têm conquistado mais espaço e aumentado a influência de seus valores morais exclusivos não apenas na sociedade, mas, principalmente, na agenda política legislativa.

Nesse cenário, o movimento ecumênico tem se posicionado publicamente contra a instrumentalização da religião na política e em defesa do

¹⁵⁹ Iniciei a pesquisa a partir de um campo que tenho denominado como “grande política ecumênica” (Duarte, 2016) formal, institucional, de discursos oficiais, de documentos e de pactos, de uma “*alta intelectualidade*” que discursa em eventos e reuniões. Mas eu não ‘observava’ em campo essa definição de forma tão delimitada. As experiências e vivências concretas – chamadas ecumênicas ou não – entre as pessoas marcadas por relações de afinidades e afetações, pela pluralidades de ideias e por engajamentos em prol de direitos a mim inalienáveis explodiram as caixinhas classificatórias, das demais pessoas e as minhas próprias. Nesse sentido, tenho procurado entender o ecumenismo a partir das subjetividades e das experiências relacionais das pessoas e entre as pessoas com as quais estou em diálogo, ou não.

Estado laico através de pronunciamentos, notas de repúdio, celebrações, atos, missões e campanhas virtuais, especialmente nas seguintes pautas políticas¹⁶⁰: contrariamente ao projeto de lei pela redução da maioridade penal, às propostas de flexibilização e terceirização do trabalho, ao projeto de lei da chamada “cura gay” e do Estatuto da família, pela reforma política democrática e contra a corrupção, contra as violências contra as populações LGBTTs, a cultura do estupro e as violências contra as mulheres, contra a política do agronegócio e o genocídio indígena, contra os atos de intolerância religiosa, contra a repressão policial e o genocídio das juventudes negras, contra a criminalização dos movimentos sociais, a favor do território palestino e pelo fim dos conflitos bélicos na Faixa de Gaza.

Alguns desses posicionamentos públicos causaram divergências no próprio movimento ecumênico e, em especial, nas comunidades religiosas, como a discussão sobre a incorporação dos debates sobre relações de gênero, identidades de gênero e identidades sexuais nos planos municipais de educação¹⁶¹. Aliás, todas as pautas e questões que envolvem as temáticas de gênero e feminismo são desestabilizadoras de consensos e proliferadoras de controvérsias no movimento ecumênico. Por exemplo, a CNBB, que participa ativamente do movimento ecumênico, se pronunciou “*contra a ideologia de gênero*”, assim como outras igrejas cristãs e setores ‘conservadores’ da sociedade.

Desde agosto de 2014, quando iniciei meu trabalho de campo, participei de muitas incidências, mesmo que não relacionadas ao escopo da minha

¹⁶⁰ Influenciado pela pauta de justiça ambiental proposta pela Conferência do Clima, organizada pelas Organizações das Nações Unidas/ONU, o CMI realizou em 2015 uma “Peregrinação por Justiça e Paz” denunciando o modelo de desenvolvimento socioeconômico injusto. Outra ação importante em prol da justiça climática foi a Encíclica do Papa Francisco *Laudato Si: sobre o cuidado da Casa Comum*, que exortava a comunidade cristã a se engajar em um desenvolvimento sustentável e integrado com a criação e com as criaturas divinas. Na quaresma de 2016, foi lançada a Campanha da Fraternidade Ecumênica/CFE de 2016, organizada pelo CONIC e por seus parceiros CESEEP, Visão Mundial e Aliança de Batistas do Brasil juntamente com a entidade católica alemã Misereor, e norteadas pelo tema “Casa Comum”, nossa responsabilidade”, tendo como lema “Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca” (Amós 5.24). A campanha tratava o saneamento básico como direito humano universal e, desse modo, exortava para o compromisso ético e profético de cristãos e de cristãs com a promoção de uma sociedade responsável através da afirmação de valores éticos e não individualistas, a construção de relações justas e não guiadas pelas lógicas de mercado e, principalmente, por um diálogo profundo com a sociedade e com as questões políticas.

¹⁶¹ Entretanto, o “Manifesto das religiosas e dos religiosos por uma escola laica, inclusiva e plural”, assinado pelas principais organizações ecumênicas do país, como REJU, Feact-Brasil, CONIC, CESE, Koinonia, Aliança de Batistas, CEBI, CLAI-Brasil, Diaconia, FLD, Igrejas como a IEAB e outros organismos de defesa de direitos humanos, afirmou publicamente um posicionamento contra as “vozes fundamentalistas que se recusam a contribuir para a construção de um país justo para todos e todas”.

tese, que tangenciavam essas pautas. Nesse cenário, o movimento ecumênico tem se pronunciado em prol da democracia e se aglutinado a outros setores da sociedade¹⁶² “contra o golpe”.

Em um contexto político de ameaça ao Estado Democrático de Direito, de um recrudescimento de narrativas fundamentalistas e fascistas e de forte polarização ideológica, compreendo que os posicionamentos ecumênicos em favor da democracia são pertinentes para analisar os papéis das religiões em um Estado laico e outras formas de relação entre religião e política em nossa sociedade. Igualmente, considero que esses posicionamentos são contrassensuais ao posicionamento da Frente Parlamentar Evangélica/FPE e dos setores ‘conservadores’ religiosos, assim como de grande parte de grupos e de pessoas pertencentes às igrejas que participam do movimento ecumênico.

Em dezembro de 2015, o bispo anglicano Flávio Irala, presidente do CONIC, compôs a representação do Conselho na Frente Brasil Popular, grupo formado por lideranças de movimentos sociais, intelectuais, artistas e religiosos a fim de apoiar o cumprimento do mandato da presidenta eleita. Na ocasião, o presidente do CONIC afirmou a vocação do Conselho e do ecumenismo pelo respeito à democracia, à diversidade religiosa, aos direitos humanos, às pluralidades e às políticas de promoção da paz e da justiça. Igualmente, mostrou a preocupação com o modelo econômico e com as violências aos jovens negros e aos povos indígenas, se posicionando a favor da reforma agrária e da desmilitarização das polícias. Também cobrou mudanças na política econômica e comprometimento do governo com a promoção e a garantia de direitos sociais e humanos e com a superação das desigualdades sociais.

Em março de 2016, quando o quadro político atual se delineava mais fortemente, o movimento ecumênico promoveu duas ações correlacionadas pela legalidade democrática e contra o que se tem chamado de “onda conservadora”. A primeira foi coordenada pelo Fórum Ecumênico ACT Brasil, integrando as iniciativas da Comissão Pró-Democracia no Congresso e da Frente Brasil Popular. A campanha se chamava “Religiosas e religiosos pela democracia” e ocorreria entre os dias 31 de março e 07 de abril. Para par-

¹⁶² Como a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, compostas por diversos movimentos sociais. Setores ecumênicos apoiaram a Frente Parlamentar em Defesa da Democracia e pela Legalidade e a Comissão Pró-Democracia no Congresso.

ticipar, a pessoa deveria “*postar*” uma foto pública em suas redes sociais com a *hashtag* #religiosxspelademocracia, “*publicando*” assim seu posicionamento político. É importante destacar que o movimento ecumênico tem atuado em rede e nas redes através de campanhas que objetivam promover a adesão de grupos e pessoas através da “*visibilização*” das incidências “*postadas*” e “*compartilhadas*”.

A segunda ação foi o ato em defesa da democracia, de caráter interreligioso, programado para acontecer no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, no final da tarde do dia 30 de março. Segundo algumas pessoas que trabalham na casa, “*o Cunha proibiu*”. Desse modo, o ato ocupou um dos plenários da Câmara, tendo o CONIC, a Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB e o Comitê Pró-Democracia do Congresso Nacional como seus organizadores. Cerca de 300 religiosos de diversas tradições participaram do ato, além de parlamentares como Érika Kokay (PT-DF), Benedita da Silva (PT-RJ), Chico Alencar e Jean Wyllys (PSOL-RJ) e de representantes do Sindicato dos Petroleiros e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST.

As representações da diversidade religiosa presentes tiveram espaço de fala e se posicionaram em defesa da democracia, mas também recordaram os casos de intolerância religiosa. Afirmaram, assim, que apenas um Estado democrático e laico garantiria a liberdade religiosa e o pluralismo religioso. Após essas falas, foi entoada uma benção ecumênica pela democracia e, em seguida, foi lido o “Manifesto de Religiosas e Religiosos em Defesa da Democracia” e a carta da presidente Dilma Rousseff aos participantes. Até o dia da votação da abertura do processo de impeachment, o movimento ecumênico continuou enredado em prol da democracia juntamente com outros movimentos sociais.

No dia da votação do processo, os argumentos de conteúdo religioso foram um dos privilegiados pelas deputadas e deputados nas justificativas de seus votos favoráveis ao impeachment. Ao votar, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, disse: “*Que Deus tenha misericórdia desta Nação*”. O apelo foi feito também por ele ao abrir a sessão: “*Que Deus esteja protegendo esta Nação*”. Deus, a Bíblia e referências aos familiares tomaram a cena. A FLD lançou nota em repúdio ao uso de conceitos religiosos por parlamentares que respondem a processos por atos de corrupção e que apoiam leis

contrárias às minorias¹⁶³. Igualmente, a nota reafirmava a laicidade do Estado, afirmando que “o Brasil não é uma nação cristã. É um país de muitas diversidades”. Várias outras organizações, religiosas ou não, ecumênicas ou não, e organizações civis e intelectuais lançaram notas de repúdio ao uso de conteúdos religiosos, reforçando a falta de argumentos jurídicos e conteúdos políticos.

Seguindo o argumento trazido pela FLD de que “*Deus não é objeto de autojustificação moral*”, o Feact-Brasil lançou, no dia 20 de abril, mais uma campanha em defesa da democracia e do Estado laico contra a instrumentalização do nome de Deus e da Bíblia para justificar ações de parlamentares. A campanha propunha adesão e posicionamento de pessoas de diferentes confissões religiosas para reafirmar a laicidade e o repúdio a qualquer justificativa religiosa em políticas e leis do Estado. Para isso, era preciso “*postar*” uma foto no perfil pessoal das redes sociais com a *hashtag* #nãoemnomedeDeus ou então “*compartilhar*” esta foto na página institucional da CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço) nas redes sociais. A campanha seguia a proposta de adesão e de visibilidade da #religiosxspe-lademocracia e objetivava chegar aos trending topics do Twitter, visto que também tinha capilaridade entre setores não religiosos.

Esses posicionamentos públicos do movimento ecumênico estão vinculados a filiações políticas e a parcerias com movimentos sociais comprometidos com a defesa dos direitos humanos, mas, sobretudo, são alimentados pela reflexão teológica. Desse modo, esses coletivos continuam mobilizados em incidências locais de discussão das definições de democracia e de laicidade e dos papéis das igrejas nesses processos, trazendo novos dados para o debate acadêmico sobre o papel das religiões na sociedade brasileira.

Nesse bojo, o CONIC iniciou recentemente um fórum de debates sobre as relações entre “religiões e democracia” em seu sítio de *internet*, a partir da publicação de entrevistas com lideranças religiosas, teólogos e teólogas, cientistas da religião e de outras áreas do conhecimento e pessoas vinculadas ao movimento ecumênico. Analisei as cinco entrevistas até agora

¹⁶³ No dia 25 de abril, a REJU (Rede Ecumênica da Juventude) lançou nota “Pela laicidade do estado e contra a instrumentalização da fé na representação política”, exortando a laicidade e o pluralismo religioso como preceitos de um Estado democrático. Outras entidades também publicaram notas de repúdio, como o Sínodo Espírito Santo a Belém da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e a Pastoral Popular Luterana/PPL.

disponibilizadas e, de modo geral, há o entendimento de que a participação das religiões no espaço público pode contribuir para o fortalecimento da democracia e dos direitos individuais. Mas, desde que não seja *“uma ocupação unilateral”* (teólogo luterano) de *“tendências exclusivistas”* (teóloga presbiteriana) e que não objetive concorrer com o histórico status católico de privilégios no Estado, como faz a Frente Parlamentar Evangélica (teóloga metodista). Nesse sentido, para a teóloga presbiteriana, o cristianismo tem como princípio ético a luta pela justiça e pela igualdade, logo, não é compatível com projetos beneficiem ou privilegiem apenas certos grupos religiosos e que não pensam na pluralidade da sociedade.

Segundo o teólogo luterano, integrante da REJU, para que as religiões contribuam para a construção democrática devem construir caminhos de diálogo para *“visualizar igualdade na diferença”*, garantindo que as particularidades e os contraditórios sejam também atendidos pelo Estado, contribuindo, assim, para *“superar os extremos de uma sociedade injusta e de tendências fundamentalistas”*. Para outro teólogo luterano, as religiões devem resgatar a ética em suas teologias, garantindo que suas reflexões sobre as questões fundamentais da vida humana dialoguem com o mundo em sua temporalidade. Nesse sentido, a vocação ecumênica para o diálogo e não para imposições seria propulsora de princípios democráticos, tal como formulados no Ocidente.

A secretária executiva do CONIC, pastora Romi Bencke, afirmou em sua fala no Seminário LGBTTT no Congresso Nacional, em maio de 2015, que *“fé não é certeza, fé é dúvida. Não existe fé sem dúvida”*, por isso, as tradições religiosas devem constantemente criticar seus postulados e os modos que atuam e se posicionam socialmente e, para tal, precisam dialogar com outros valores. Para ela, *“uma fé que não dialoga é uma fé que é igual a um depósito enclausurado, é uma fé que seca, que perde o sentido”* [transcrição feita por mim]. Às religiões caberia contribuir para o fomento de diálogos entre elas e com as demais instituições e grupos sociais, visto que sempre estiveram relacionadas com a formação da sociedade e com as definições trazidas pela modernidade, como a liberdade religiosa (Giumbelli, 2002), assim como a própria formulação dos direitos humanos (Machado, 2010; 2014; Montero, 2012; Stel; Toniol, 2012).

As entrevistas apontaram para a proposta de diálogo das tradições religiosas com seu tempo, de abertura ao diferente, de respeito à pluralidade e,

especialmente, de reforço da laicidade para a construção de uma sociedade que não seja gerenciada por crenças e convicções monistas. Para isso, se opuseram radicalmente ao monopólio religioso cristão, cuja participação política pretende minar outras 'verdades' e definições para a sociedade, uma vez que se negam a colocar "em termos relativos" (Segato, 2004, p. 2) – no sentido de conversar com – os valores religiosos forjados como valores culturais de toda a sociedade (Duarte, 2013). Desse modo, ressaltaram como as crenças e seus valores podem ocupar o espaço público em um Estado laico por meio de narrativas pluralistas contrapostas à narrativa universalista e de viés hegemônico cristão que fomenta para a indiferença, a violência e as discriminações.

Todavia, uma das entrevistas tocou em um ponto sobre o qual tenho considerado relevante refletir. Em nossa história, disse a teóloga metodista, a religião cristã foi e continua sendo "*agência de colonialidade*", pois, "*o cristianismo nunca deixou de ser religião do estado e, por isso mesmo, um dos elementos de reprodução da subalternidade entre nós*". Assim, para a teóloga, é preciso transformar a qualidade das relações entre religião e Estado, vide que a "*nossa laicidade é apenas um 'verniz'*". E, por isso, setores religiosos continuam a disputar vorazmente os espaços políticos de representação a fim de manter seus privilégios e o modelo de sociedade desigual e violenta que subalterniza e não pluraliza. Projeto hegemônico esse que parece ter ressonância na sociedade.

É seguindo essa perspectiva que a teóloga afirma que a democracia deve ser radicalizada através de enfrentamentos dos "*mecanismos de desigualdade*" e que o cristianismo deve aprender a ser "*uma religião entre outras*". Isso porque nosso modelo de democracia tem contribuído para a manutenção das desigualdades e das subalternidades, assim, é preciso que ela seja construída a partir de um paradigma "*pluriversal*" que realmente garanta formas plurais de vida e de participação pública. E, nesse processo, o cristianismo também precisará "*respirar a diversidade e a pluriversalidade*", afirma.

Essa assertiva traz para o debate sobre a participação das religiões no espaço público a necessidade de se pensar não apenas sobre as interfaces das religiões e seus feitos e efeitos na modernidade, mas também sobre os efeitos e os feitos e as interfaces da democracia e da laicidade produzidas por "*padrões da modernidade ocidental, racional, iluminista, capitalista, he-*

terossexual e branca”, como explicitou a teóloga. Especialmente porque, no Brasil, a forma democrática de organização política do Estado parece não ter ainda encontrado uma “conversação” adequada entre os monismos e os pluralismos de modo a concretizar uma sociedade que supere os autoritarismos, as desigualdades e as injustiças.

Por isso mesmo, alguns coletivos e pessoas vinculadas ao movimento ecumênico têm se interessado pela reflexão sobre os papéis das religiões em um contexto de extremas incomunicabilidades e intolerâncias e pelo debate sobre os critérios de definição dos limites de atuação das religiões na vida pública, pois não se pode desconsiderar que nossa sociedade religiosa e etnicamente heterogênea também está impressa pela violenta colonialidade de um verbo religioso homogeneizante¹⁶⁴.

Inconclusivas

Deixar a religião fora disso tudo, exceto como sintoma ou índice da dinâmica “real” “subjacente”, é menos encenar a peça sem o príncipe do que encená-la sem a trama. O mundo não funciona apenas através das crenças. Mas, dificilmente consegue funcionar sem elas. Clifford Geertz, “Nova luz sobre a antropologia”, 2001, p. 155.

O movimento ecumênico tem participado do espaço público primando por uma forma de participação política calcada na contestação das ordens socioeconômicas hegemônicas e defensora de mudanças sociopolíticas que visam à promoção do bem comum da *oikumene*. Desse modo, esse grupo tem participado da vida política brasileira defendendo o fortalecimento da democracia e da agenda de direitos humanos enquanto valores do “*testemunho público cristão*” em um mundo plural. Por isso mesmo, entendem que as religiões cristãs devem assumir o comprometimento profético e ético de promoção de uma sociedade justa e fraterna em consonância com a integralidade da criação de Deus.

O movimento ecumênico tem se posicionado contra a instrumentalização política da religião proliferadora de ódios e discriminações e que objetivam garantir benesses e privilégios apenas para alguns grupos. Embora manifestem que quaisquer grupos podem e devem se manifestar no espa-

¹⁶⁴ Como é o caso da Rede Ecumênica da Juventude (REJU).

ço público de uma democracia, consideram que os grupos religiosos não podem impor ao conjunto da sociedade seus valores e crenças em nome da liberdade religiosa, pois nenhum direito é absoluto.

Visto que o espaço público tem sido palco de controvérsias entre ‘crentes’ e ‘relativistas’, como diriam os parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica, os grupos ecumênicos propõem também “ir *além* das guerras de imagem” (Latour, 2002). Nesse sentido, invocam a legitimidade de valores ‘modernos’ a partir de suas crenças religiosas para, por exemplo, fazer uma crítica ao campo acadêmico, que relegou o discurso teológico aos espaços religiosos, desconsiderando seus efeitos para ‘além’ das esferas religiosas. Essa perspectiva acadêmica parece ter desconsiderado que as definições do secular foram construídas também em relação ao discurso religioso e por uma concepção moderna forjada a partir da distinção radical entre a centralidade da civilização europeia diante das alteridades periféricas coloniais.

Tenho procurado entender a participação do movimento ecumênico no espaço público por aproximações e afastamentos relacionais e não como um entre-lugares que deseja também (re)verberar um unitário homogêneo (Cardoso, 2014a). Considero, para isso, como as posições ecumênicas defendem a laicidade do Estado a partir de argumentos trazidos de filosofias religiosas que assinalam que as reflexões sobre as relações entre religiões e política não podem ser entendidas por uma “história das subtrações” (Taylor, 2010). Como se, na modernidade, valores religiosos tivessem sido confinados a outras esferas ou não pudessem participar da política e, de igual modo, como se as religiões fossem incapazes de comunicabilidades e conversações com valores seculares.

Há então que se avaliar as modificações e reificações sofridas pelas crenças e suas relações com as condições (históricas e contextuais) e com as definições trazidas pela modernidade secular. Mesmo diante do advento de uma “ordem moral moderna” (Taylor, 2010) na paisagem social deste novo século (Hervieu-Lèger, 1999), há princípios religiosos unitários, assim como dinâmicas e movimentos de pessoas, crenças e posicionamentos diferenciados (mobilidade, dispersão, retornos, reconfigurações, substituições, confirmações) e como opções por não crenças e outras formas de crença. As reflexões acadêmicas sobre esse debate são diversas¹⁶⁵.

¹⁶⁵ Ver, por exemplo, Giumbelli (2008), Cipriani (2012) e Joas (2015), que apontam para as relações entre

Todavia, considerando que a *episteme* e a doutrina política da laicidade também foram construídas a partir de pertenças colonialistas e excluídas, concordo com Montero (2012) não ser possível distinguir apenas dois distantes e incommunicáveis grupos de religiosos (e eu diria também de crentes e não crentes): aqueles que aptos a desempenhar papel ‘positivo’ e aqueles incapazes de exercê-lo¹⁶⁶.

Por isso, continuo ‘acreditando’ (Duarte, 2014) ser improdutivo considerar religião como antítese da modernidade e as crenças como antíteses das ordenações modernas, pois não há um espaço Laico, Científico, Racional impenetrável e abstrato, a-histórico e ‘irrelacional’, cuja posse seja daqueles que Nele creem. Assim como não apenas os que creem verbalizam fundamentos absolutos e se recusam a perceber os amuletos que adornam seus pescoços. Fomos todos embruxados (Borges, 2014) nesta era secular. Amuletos adornaram as religiões assim como amuletos (Latour, 2002) adornaram a *episteme* moderna. Talvez seja tempo de não mais purificar amuletos, mas, politizá-los.

Referências Bibliográficas

BENCKE, Romi Márcia. *Ecumenismo, valores sociais e modernização: a percepção dos agentes eclesiais*. 140 p. Dissertação (Mestrado) – Programa em Pós-Graduação em Ciências da Religião Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

BRITO, André de Souza. *Fermento da massa: ecumenismo em tempos de ditadura militar no Brasil (1962-1982)*. 206p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História (Estado e Relações de Poder), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010.

_____. *“Cristianismo ateu”: o Movimento Ecumênico nas malhas da repressão militar do Brasil, 1964-1985*. 405p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

moralidade e valores modernos e religiosos.

¹⁶⁶ A comparação da autora é entre as religiões cristãs e entre aquelas “imbuídas de magia ou organizadas em seitas e que, consequentemente, deveriam ser excluídas do círculo da aceitabilidade em qualquer sociedade” (Montero, 2012, p. 144). Aqui, estou tomando sua comparação me referenciando à distinção entre grupos cristãos ‘fundamentalistas’ e ‘progressistas’, uma vez que são as religiões cristãs que continuam a ter vozes privilegiadas no espaço público brasileiro.

BORGES, Antonádia. Apresentação. In: BORGES, Antonádia. (Org.). *Antropologia: razão e poder na pesquisa etnográfica contemporânea*. Brasília: Thesaurus, 2014.

CAMPOS, Leonildo. Religião, prática política e discurso de evangélicos brasileiros no período republicano. In: DA SILVA, Eliana; BELLOTTI, Karina; CAMPOS, Leonildo da Silveira. *Religião e sociedade na América Latina*. São Bernardo do Campo: Editora da UESP, 2010, p. 149-183.

CARDOSO, Nancy. "Malditas, gozosas e devotas: mulher e religião". *Mandrágora*. Ano 3, n. 3, 1996, p. 9-16.

_____. Ecumenismo: coceira no púbis e dádiva. In: CARDOSO, Nancy; SOUZA, Daniel. *Ecumenismo: um grão de salvação escondido nas coisas o mundo*. São Paulo: Fonte Editorial, 2014a, p. 39-52.

_____. A alegria é a prova dos nove: antropofagia e ecumenismo. In: CARDOSO, Nancy; SOUZA, Daniel. *Ecumenismo: um grão de salvação escondido nas coisas do mundo*. São Paulo: Fonte Editorial, 2014b, p. 79-99.

CIPRIANI, Roberto. A religião no espaço público. In: ORO, Ari et al (Org.). *A religião no espaço público: atores e objetos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012, p. 15-27.

CORDEIRO, Juliana Guedes. Fundamentalismo: algumas considerações históricas sobre o fenômeno. In: DIAS, Zwinglio Mota (Org.). *Os vários rostos dos fundamentalismos*. São Leopoldo: CEBI, 2009, p. 7-18.

CUNHA, Magali do Nascimento. Navegando pelas águas do movimento ecumênico: águas instáveis, barco firme. *Simpósio*, São Paulo, n. 49, p. 5-11, nov. 2009.

DIAS, Zwinglio. Fundamentalismo – o delírio dos amedrontados (anotações socio-teológicas sobre uma atitude religiosa). In: DIAS, Zwinglio Mota (Org.). *Os vários rostos dos fundamentalismos*. São Leopoldo: CEBI, 2009, p. 19-38.

_____. Sobre os empenhos ecumênicos na promoção e defesa dos Direitos Humanos. *PLURA*, Revista de Estudos de Religião, vol. 4, nº 1, p. 116-126, 2013.

_____. (Org.). *Memórias ecumênicas protestantes: os protestantes e a Ditadura: colaboração e resistência*. Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2014.

DUARTE, Tatiane dos S. "A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá": a participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, 2011.

_____. Cultura religiosa e direitos humanos no cotidiano do legislativo brasileiro. *Cultura y Religion*, vol. 7, n. 2, p. 156-170, 2013.

_____. Etnografando crenças, produzindo epistemes: uma escrita etnográfica sobre o legislativo brasileiro. In: BORGES, Antonádia. (Org.). *Antropologia: razão e poder na pesquisa etnográfica contemporânea*. Brasília: Thesaurus, 2014, p. 99-119.

_____. “Uma história a ser contada...”: da insistente rebeldia cristã de mulheres do movimento ecumênico brasileiro. Projeto de qualificação (Tese em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, 2015.

_____. Uma perspectiva epistemológica feminista sobre o movimento ecumênico. *Mandrágora*, São Bernardo do Campo, v.22. n. 1, p. 3-23, 2016.

GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GIUMBELLI, Emerson. *O fim da religião*. Rio de Janeiro: Attar Editorial, 2002.

_____. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. *Religião e sociedade*, v. 28, n.2, p.80-100, 2008.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. *O peregrino e o convertido*. A religião em movimento. Petrópolis: Vozes, 1999.

JOAS, Hans. A secularização conduz à decadência moral? *Sociologias*, Porto Alegre, ano 17, n. 39, p. 224-246, mai/ago 2015.

LATOUR, Bruno. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Santa Catarina: EDUSC, 2002.

MACHADO, Maria das Dores C. Igrejas cristãs e os desafios da ampliação direitos dos humanos na América Latina. *Praia Vermelha* (UFRJ), v.20, p.157-167, 2010.

_____. *Os pentecostais e as controvérsias sobre os direitos humanos no Brasil*. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Natal, 2014.

MONTERO, Paula. Controvérsias Religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro. v.32, n.1, p. 167-183, 2012.

ROBBINS, Joel. *Pluralismo religioso e pluralismo de valores: ritual e regulação da diversidade intercultural*. Conferência proferida nas XVII Jornadas sobre Alternativas Religiosas da América Latina, Porto Alegre, 2013.

SEGATO, Rita Laura. Antropología y derechos humanos: alteridad y ética en El movimiento de los derechos universales. *Série Antropologia*, Brasília, n.3.56, 2004.

SOUZA, Daniel. O ecumenismo nas “bandas de cá”: algumas suspeitas sobre o Congresso Evangélico do Panamá (1916). In: CARDOSO, Nancy; SOUZA, Daniel. *Ecumenismo: um grão de salvação escondido nas coisas do mundo*. São Paulo: Fonte Editorial, 2014, p. 15-38.

STEIL, Carlos A.; TONIOL, Rodrigo. A trajetória dos direitos humanos na Igreja Católica no Brasil: do discurso político ao discurso moral. In: OLIVEIRA, Pedro R. de; MORI, Geraldo de. (Org.). *Mobilidade religiosa: linguagens, juventude, política*. 1ed. São Paulo: Paulinas, 2012, p. 75-88.

TARDE, Gabriel. *Monadologia e Sociologia e Outros Ensaios*. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.

TAYLOR, Charles. *Uma era secular*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2010.

TEIXEIRA, Faustino; DIAS, Zwinglio Mota. *Ecumenismo e diálogo inter-religioso*. São Paulo: Editoria Santuário, 2008.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Vítor. *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e dos LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll & ISER, 2013.

| Christina Vital Cunha

É professora do Programa de Pós-graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense - PPCULT e do Departamento de Sociologia da mesma universidade. É doutora em Ciências Sociais pelo PPCIS/UERJ e mestre em Antropologia e Sociologia pelo IFCS/UFRJ. Integra a equipe de pesquisadores da Rede de Pesquisadores Luso-Brasileiros de Artes e Intervenções Urbanas, coordenada por Glória Diógenes (UFC) e Ricardo Campos (Universidade Nova de Lisboa) e o grupo Religião, arte, materialidade, espaço público: grupo de antropologia, coordenado por Emerson Giumbelli (PPGAS-UFRGS). É autora dos livros: “Religião e Conflito” Ed. Prismas, 2016, em parceria com Melvina Araújo; “Oração de Traficante: uma etnografia” Ed. Garamond, 2015; “Religião e Política: uma análise da participação de parlamentares evangélicos sobre o direito de mulheres e de LGBTs no Brasil”, 2012, em parceria com Paulo Victor Leites Lopes. É colaboradora *ad hoc* do Instituto de Estudos da Religião desde 2002.

Email: chrisvital10@gmail.com

| Janayna de Alencar Lui

É doutora em Antropologia Cultural pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS/UFRJ) com a tese “Educação, Laicidade, Religião: controvérsias sobre a implementação do ensino religioso em escolas públicas” (2011). Realizou pós-doutorado em Sociologia no Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ/UCAM) entre 2014/2015. Tem vários artigos publicados sobre a inclusão do ensino religioso nas escolas públicas brasileiras pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LBDN); temática que acompanha desde 2004. Foi pesquisadora/colaboradora do Instituto de Estudos da Religião (ISER) do Eixo Temático “Religião e Espaço Público”.

Email: janaynalui@gmail.com

| Paulo Victor Leite Lopes

É cientista social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre e doutor em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É pesquisador do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes (CESeC/UCAM) e do Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LIDIS/UERJ). Tem experiência profissional em organizações não-governamentais, laboratórios e grupos de pesquisa dedicados às temáticas de segurança pública, religião e políticas públicas, onde, a partir de diferentes metodologias, procura investigar as articulações entre gênero, sexualidade, religião, violência, Estado, classe social e favela. É, junto com Christina Vital da Cunha, autor do livro “Religião e Política: uma análise da participação de parlamentares evangélicos sobre o direito de mulheres e de LGBTs no Brasil” (2012).

Email: paulovleitelopes@gmail.com

A religião se mistura à política. O que para muitos é um sinal de desvirtuamento - tanto da religião, quanto da política - pode ser tomado como um desafio de entendimento. É o que faz este livro, ao acompanhar como a religião esteve presente em dois âmbitos eleitorais no ano de 2014. O resultado é uma discussão que complexifica nossas visões acerca da relação entre fieis e eleitores, pregadores e candidatos, religião e política, contribuindo para que evitemos perspectivas simplificadoras e para que exercitemos nossas capacidades de escuta mútua.

Emerson Giumbelli

Faz sentido continuarmos nos interrogando sobre as fronteiras entre religião e política de um ponto de vista que as conceba como campos autônomos com lógicas diferenciadas? Ou será uma questão de reconstruir as transformações políticas e religiosas privadas de toda perspectiva normativa e prescritiva? A partir de um extenso e rigoroso trabalho de investigação sobre a incursão de evangélicos nos processos eleitorais estadual – do Rio de Janeiro – e federal, 'Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014' nos fornece ferramentas interpretativas para compreender as relações entre religião e política a partir de epistemologias ancoradas na territorialidade regional.

Juan Cruz Esquivel

 **HEINRICH
BÖLL
STIFTUNG**
BRASIL

